



# Revista das Faculdades Santa Cruz

Edição 11, volume 6, número 2, jul/dez 2007 - ISSN 1676-0328



Faculdades  
**Santa Cruz**  
inove

Os artigos publicados na Revista das Faculdades Santa Cruz de Curitiba - FARESC - são de inteira responsabilidade de seus elaboradores. Os pontos de vistas deles não espelham, rigorosamente, a percepção de mundo desta Instituição.

## FACULDADES INTEGRADAS SANTA CRUZ DE CURITIBA



Instituição de Ensino Superior, de caráter educacional e científico, instalada em 1.º de agosto de 1993, mantida pela União Paranaense de Ensino e Cultura - UNIPEC - pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com a missão de promover o ensino, a iniciação científica e a extensão, almejando o estabelecimento de um processo norteador para a educação continuada.

**Diretor Geral**  
José Antônio Soares

**Diretora Financeira**  
Mirian Moreira da Silva

**Editor Chefe**  
José da Silveira Filho

**Editor de Arte**  
Pedro Moreira da Silva Neto

**Conselho Editorial**  
Mario Sergio Cunha Alencastro  
José Guilherme Silva Vieira  
Hugo Eduardo Meza Pinto

**Projeto Gráfico**  
José da Silveira Filho

**Tradução**  
Leonilda Procailo

**Impressão**  
Gráfica Ajiir

**Revisão Metodológica**  
Márcia Siécola

**Diagramação**  
Maurício Tosi

**Capa**  
Camila Florêncio Martins

**Fotolito**  
Ajiir

Revista das Faculdades Santa Cruz. - v.6, n.2 (jul./dez. 2007)  
Curitiba: Gráfica Ajiir, 2008

ISSN 1676-0328

1. Administração - Periódicos. 2. Economia - Periódicos.  
3. Contabilidade - Periódicos 4. Tecnologia em Processamento de Dados - Periódicos.  
5. Direito - Periódicos. 6. Linguagem e Línguas - Periódicos.

CDD 658  
330  
657  
004.9  
340  
400

Endereço para correspondência: Faculdades Santa Cruz  
Rua: Pedro Bonat, 103  
Capão Raso  
CEP 81110-040 - Curitiba/PR  
C-eletrônico: [revista@santacruz.br](mailto:revista@santacruz.br)

## Sumário

<b>Nota do Editor</b> .....	vii
<b>Crônica – Calado</b>	
<i>Pedro Moreira da Silva Neto</i> .....	ix
<b>Madame Westphal</b>	
<i>Entrevista com a Professora Eliane Westphal Rodrigues</i> .....	01
<b>A ética no processo de recrutamento e seleção de pessoal</b>	
<i>Adriane D’Agostini e Thais Putziger</i> .....	05
<b>Papéis de trabalho: a gênese da atividade diária do auditor</b>	
<i>Cláudio Marcelo Rodrigues Cordeiro</i> .....	13
<b>A desconstrução factual em o Mez da Gripe de Valêncio Xavier</b>	
<i>Evanir Pavloski</i> .....	23
<b>Mecanismo de evaluación en la educación superior brasileira: el caso de la implantación del sistema nacional de evaluación de la educación superior - SINAES - y su impacto en las universidades particulares</b>	
<i>Hugo Eduardo Meza Pinto e José Antônio Soares</i> .....	35
<b>A construção preliminar da crítica ao capitalismo: a importância do método em Marx</b>	
<i>José da Silveira Filho</i> .....	47
<b>Opinião - Quando não sabemos quem somos...</b>	
<i>Luiz Fernando Corcini</i> .....	59
<b>O homem cordial</b>	
<i>Entrevista com o Professor Washington Silas Degraf</i> .....	63
<b>Casa Erbo Stenzel, museu da casa de todos</b>	
<i>Pedro Moreira da Silva Neto</i> .....	67
<b>Sobre as racionalidades prática e teórica do Direito</b>	
<i>Rafael Zanlorenzi</i> .....	75
<b>O patrimônio histórico cultural e o turismo urbano em Curitiba: relações e desafios na gestão</b>	
<i>Renata Baleche Custódio e Valéria de Meira Albach</i> .....	87
<b>Cinema projetando filosofia: análises filosóficas por meio do cinema</b>	
<i>Sandro Luís Fernandes</i> .....	95
<b>Cinema - Kill Bill 2 e a adoração contemporânea ao dinheiro</b>	
<i>Fábio Luis San Martins</i> .....	105
<b>Quando o verbo se fez polêmica e habitou entre os alunos</b>	
<i>Entrevista com o Professor Fernando Antônio Rego de Azeredo</i> .....	107
<b>Expectativas e a taxa de retorno do investimento na teoria de Keynes</b>	
<i>Walcir Soares Junior</i> .....	111





# Nesta Edição



## Crônica – Calado

Quanto somos capazes de suportar em nossa alma?...

**ix**

## Entrevista

### A ALEGRIA DE ENSINAR

Que seria de nós sem a alegria. Há pessoas soturnas, que parecem puxar por um cordão sempre uma nuvem negra sobre a cabeça. Há outras cuja alegria nos aproxima e torna a vida algo leve de conduzir. E é uma alegria que acompanha junto ao trabalho. Fazer da literatura uma profissão de fé, a possibilidade de encontrar outro ser humano, demonstrando as similitudes que muito mais existem entre nós.

**01**

## Ética

### ÉTICA E SELEÇÃO DE PESSOAL

Este trabalho levanta questões sobre a postura ética das empresas principalmente durante o processo de recrutamento e seleção de novos colaboradores. Destaca criticamente a importância de uma postura ética frente às questões de discriminação racial, preconceito por idade, estado civil, deficientes físicos, entre outros que não interfiram no desempenho da atividade de trabalho.

**05**

## Contabilidade

### AUDITORIA E PAPÉIS DE TRABALHO

Existe um elemento essencial na auditoria, o registro dos apontamentos do auditor no decorrer da sua função. Este apontamento deve ser feito de maneira muito clara, de tal forma a ser entendido por uma outra pessoa, que mesmo não tendo executado o trabalho, entenda como foi a condução, o que foi testado e a quais conclusões se chegou.

**13**

## Literatura

### O FATO E A VERSÃO

O objetivo desse trabalho é apresentar uma análise das diferentes visões interpretativas da história que se entrelaçam na novela *O mez da gripe* de Valêncio Xavier. Pretendemos demonstrar os aspectos subjetivos envolvidos nas práticas discursivas, desmitificando os conceitos tradicionais de fato e verdade, evidenciando a inconsistência de um discurso unívoco e dogmático.

**23**

## Educação

### ENSINO SUPERIOR

Um dos motivos palpáveis para a expansão privada foi a impossibilidade de oferecer educação estatal para uma população que requeria alta

demanda de capacitação e especialização. Diante deste incremento, o governo brasileiro se viu obrigado a agregar padrões de controle de qualidade a uma educação em expansão.

**35**

## Economia

### CRÍTICA AO CAPITALISMO

Este breve artigo procura mostrar a importância do método para construir o entendimento e a crítica do sistema capitalista com o objetivo de conceber um novo paradigma teórico e social. Primeiramente, começa recompondo o contexto histórico e depois intercala o método proposto por Marx para o qual este apresentou de início um rascunho na forma de estudo crítico.

**47**

## Opinião – Quando não sabemos quem somos...

A busca de identidade cultural do povo paranaense.

**59**

## Entrevista

### O HOMEM CORDIAL

Ele sempre está sorridente. A cordialidade é sua marca pessoal. E a atitude brota com todos indistintamente. Distribui a mesma afabilidade, do porteiro ao diretor. E assim segue ele, ensinando a quem observa estes gestos e traços a humanidade de considerar as pessoas todas sem exceção iguais a ele.

**63**

## Arte

### MUSEOLOGIA

Este artigo trata as formas de se perceber a arte. Fazer uma visita à casa onde viveu e trabalhou um escultor é como estar em contato com seu espírito no ambiente onde criou as esculturas que recriam o ser humano.

**67**

## Direito

### A RACIONALIDADE NO DIREITO

A intenção do presente texto é analisar a exploração doutrinária e prática do Direito de uma forma geral, na tentativa de revelar se há efetivamente distintas racionalidades a operar temas de Direito, ou se há apenas uma racionalidade para todas as circunstâncias.

**75**

## **Turismo**

### **PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL**

Este estudo destaca Curitiba com suas peculiaridades na gestão do seu patrimônio histórico. O turismo histórico-cultural na cidade possui expressivo potencial até mesmo na visitação aos parques e bosques que possuem, por exemplo, edificações históricas. Neste contexto, o objetivo desta abordagem é identificar as relações entre o patrimônio histórico-cultural de Curitiba e a gestão para o turismo.

---

**87**

## **Filosofia**

### **FILOSOFIA E CINEMA**

A intenção deste artigo é apresentar possibilidades de reflexão filosófica por meio do discurso fílmico, relacionando a filosofia com os elementos fundamentais da elaboração de um filme. Considerando estas categorias de estudo do cinema, apresentam-se filmes que podem levar a abordagem filosófica do cinema, relacionando-os a obras clássicas da filosofia.

---

**95**

## **Crítica de Cinema**

Kill Bill 2 e a adoração contemporânea ao dinheiro.

---

**105**

## **Entrevista**

### **A POLÊMICA DO VERBO**

Uma entrevista deve transcender as aparências para revelar o que a pessoa traz em si de melhor, de mais pujante e cativante. Como se exudasse algo da alma. Fernando Antônio do Rego Azeredo, advogado, professor, deixou transparecer uma verve, o veio do ouro. Ali está a personalidade polêmica, apreciadora da discussão, da troca de idéias, do esgrimir o combate dos argumentos.

---

**107**

## **Artigo**

O retorno de Keynes

---

**111**

## Nota do Editor



### VENCENDO BATALHAS

**C**ada revista pronta para o portal ou o prelo é motivo de comemoração. Há novos sinais de vida adiantados pelo ar. As faculdades não podem mais se contentar em lecionar, transmitir o conhecimento, ficar repetindo, repetindo, repetindo. Esse cubo já foi estilhaçado. A informatização quebrou com essa bolorenta modorra. Um estudo é elaborado, gravado e colocado numa pasta virtual. Tempos depois, regressa-se a ele. Lá está, dormitando numa gaveta do disco rígido, requerente de revisão, reapreciação, remodelação, enfim, re-qualquer-coisa. E o professor que porta o saber se obriga até sem querer a rever o que escreveu, pensou, contextualizou. Se assim praticar, ele avança. Avança pela crítica de si mesmo. Abandona a pele antiga e veste pele nova. Olha para o conteúdo passado, mergulha nele outra vez e traz na mão algo diferente. Melhor. E a cada novo mergulho quer ir mais fundo, explorar mais detalhes. Já não é mais o mesmo. Este é o inovador sintoma do processo de ensino aprendizagem proporcionado pela informatização. Por isso, a Revista se torna relevante ao veicular aos leitores as novas reflexões e conclusões que o professor guardou para si e quer propor interesse coletivo, pouco importa tratar de aspecto científico ou de fato empírico que decidiu se compenetrar. A cultura humana é composta da ciência e da experiência, ambos devem se fundir e saudar um ao outro. Mas, isto deve ser partilhado, para lermos, discutirmos e evoluirmos juntos, lado a lado. Temos que compartilhar o conhecimento entre professores e alunos. Colocar na vitrine o que somos capazes.

A Revista da Santa Cruz é indexada e já obtém reconhecimento na comunidade à medida que cumpre seu papel com responsabilidade e zelo. Para os professores da Instituição, sulca-se um canal de apresentação e divulgação de trabalhos, o que lhes permite aperfeiçoar tanto as lidas pedagógicas, os afazeres cotidianos, quanto as contribuições mais ousadas para a formação científica. Ousadia é preciso. Navegar é preciso. O importante é isto: aprimoramento incessante. Valorizar àqueles que



Foto: Pedro Moreira da Silva Neto

fazem do ensino e da ciência sua profissão de vida e realização pessoal. Por isso cada edição demarca mais outro degrau na espiral sem fim do aperfeiçoamento. E é ainda mais relevante para quem deseja publicar seu primeiro trabalho para servir a tantos outros.

A presente edição celebra uma diversidade de trabalhos científicos de Adriane D'Agostini e Thais Putziger sobre as questões éticas no processo de recrutamento. Evanir Pavloski escreve sobre o escritor Valêncio Xavier. Pedro Moreira sobre a arte do escultor Erbo Stenzel. Sandro Fernandes apresenta o ensino de filosofia através do cinema. Hugo Meza e José A. Soares vão tratar da avaliação do ensino superior nas instituições privadas. Cláudio M. R. Cordeiro mostra como ocorre a gênese do trabalho do auditor. Renata Custódio e Valéria Albach relacionam o turismo com o patrimônio histórico. José da Silveira Filho enfoca a importância do método no trabalho científico. Rafael Zanlorenzi traça a racionalidade da teoria e prática do Direito num denso debate filosófico. Para complementar, há três entrevistas com professores da casa, crônica, comentário, um trabalho discente e as gravuras que acompanham os conteúdos.

Sim, como se vê, há várias pedras preciosas escondidas nas entranhas dessa terra, basta cavoucar, separar o material, bamburrar, para expor àqueles que fazem do saber o pão da alma.

Boa leitura!

**Editor Chefe**

*José da Silveira Filho*



# C R Ô N I C A CALADO

Se fosse barco minha quilha seria alta demais para que, o calado, a quantidade que comprovaria tudo que levo fosse suficiente para suportar a carga do tempo. Por isso muitas vezes o calado suporta a ironia, que tem origem na raiva que se afivela a palavras para produzir certa dignidade a quem não a tem. O sujeito de ironia pura é alguém que não conseguindo suportar no calado de sua carga afunda na grosseria. O sujeito grosso é aquele que só podemos desviar, cortar não dá, suportar menos, subir é de pouca vantagem. O contorno, apesar de demorado tem a vantagem do não encontro. É como o ciumento que acredita que o mundo é tão seu que outros que vê a frente sente invadido. Vejo isso em geral em chefias pouco produzidas senão na técnica e no cartão ponto. Gente que o calado não suportaria o vazio, um potencial que não se preenche da troca de conhecimentos senão de carregar a vida feita de direções limitadas. O orgasmo de pessoas assim se dá nas coisas, nos

objetos que possuem não havendo arte, literatura, conhecimentos dialógicos senão a pura e cínica estrutura polida visto que normatizada suas vidas se preenchem dos vazios que as contém. Precisam do dogma, esta religião, que os digam que sigam e materialidade, e inclusive pessoas. A idéia de pessoas como pensamentos que realizam a casa com o magnífico e miserável quarto de empregadas. A pequena senzala, muitas vezes hoje substituída pelas obrigações legais legitimadas na carteira de trabalho.

O sujeito calado passa imenso sem que Raquel quando digo profundas em Martina dor do deus não seria a

“Pai, o que quer em si mesmo?”. Eu digo que é calado, a medida do que se leva e do que se possa levar, não a potência, mas o suporte.

- Me tragam o telefone!

Sentam à minha volta ao fogo, quando faço no jardim uma fritura, um assado no vaso de flores sem flores.

- Cleide, sou eu. As crianças estão comigo, quer deixá-las um tempo mais?

- Oi Gilberto, sou eu o Carlos Henrique.

Era o Carlos Henrique, marido de minha ex-companheira, ele que me visitava faz muito tempo e nos trazia cogumelo. É bom, pessoalmente ele é a ponte do meu alívio. Estava com sobrecarga, então o porto veio em minha direção.

- Pode ficar sim, Gilberto.



Ilustração: Lucília Alencastro

é como alguém que se notem. Há felpas em não a ela, e irritações quando digo-lhe que a do homem. dizer “profundamente



**O**lhava minhas filhas e elas riam com os olhos divertidos porque passaríamos a noite no jardim conversando e lendo coisas.

Naquele lugar está escondido algo, uma medida, alguma forma que mesmo não conheço, mas que presumo que vai além dos objetos, de uma língua aprendida, de técnica, do carro do ano, de um caso amoroso, da novidade tecnológica, do último filme, de um programa ainda não realizado, de alguma pregação religiosa onde vão bem os hipócritas.

Deito à rede com a luz baça e começo a narrativa sobre o navio fantasma, sobre a esperança dos homens dividirem o dividido, de multiplicarem o silêncio, e assim vamos singrando a costa, pegamos algum mar difícil até ficarmos à deriva olhando estrelas.

Raquel e Martina estão em seus sacos de dormir feito canoa. Elas navegam construindo ondas tentando desdizer, esquecer a vida, mas são obrigadas a compreender que se equilibram na profundidade do que está em si calado.

PEDRO MOREIRA DA SILVA NETO

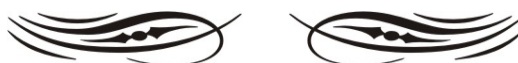
# M.ME WESTPHAL

*ENTREVISTA COM A PROFESSORA ELIANE WESTPHAL RODRIGUES*

## APRESENTAÇÃO

**A**quela gargalhada é contagiante. Quem contrair algum mau humor súbito por qualquer vicissitude da existência, vai dissipar esse fel só de ouvir aquela reverberação magnética alegrando o ambiente. Aí começa a entrevista com a professora Eliane Westphal. A personalidade que se conhece e se revela já aos primeiros sinais. Franqueza e sinceridade encarnadas no mesmo ser humano, nela não há dissimulações. É o que já transparece. Este é o motivo talvez principal das pessoas serem imantadas por ela. Encontrar alguém em quem confiar, sem maneirismos, afetações, dissimulações. Ela lida com a literatura, as letras. Difícil tratar com esta disciplina que envolve os maneirismos da pessoa humana, a cognição do homem junto com seus irmãos, reconhecidos ou não disso. O mundo é o dinheiro e o importante é ganhá-lo. Isso paira acima de tudo. E, é o que parece que mais ouvimos. Como priorizar então o ser humano? Esta é a missão desta professora, mostrar que muito mais belo é o homem com suas fraquezas e virtudes que tudo é capaz de construir. Que precisa também ser aperfeiçoado como são as tecnologias. Que não está pronto, mas sempre em processo. Um destes cinzéis passa pela literatura em que se tematizam as controvérsias da alma humana, discutir seus atos, contatos e incoerências mil. Que tarefa! Que desafio!

Boa Leitura!



*Professor José da Silveira Filho*

**(1) Paineis Santa Cruz – Pelo menos até certo tempo atrás, os professores presenciavam uma síndrome da ausência de leitura por parte dos seus alunos. Era inclusive um fenômeno mundial, acontecido em maior ou menor grau pelos diferentes países. Como você vê este problema hoje?**

**Eliane Westphal** – Infelizmente, sim. Convivemos diariamente com as mais variadas formas de linguagens – rápidas, plurais e visuais - e que são, literalmente, prazerosas. Diante desses fatores, percebo que a escolha certa da leitura

complementar em sala ou sugerida, deva, em um primeiro momento, provocar o hedonismo. A leitura deve ser por excelência prazerosa para que o aluno adquira o gosto e o hábito. Sempre comento aos meus colegas de profissão que devemos:

Desmistificar a concepção escolarizada da literatura como fenômeno decorativo.

Incentivar o trabalho com textos clássicos e contemporâneos, reavaliando-se a produção de autores que, muitas vezes, não são enquadrados nos cânones literários, mas cuja produção literária foi representativa para a época.

Evitar a trabalhar literatura apenas por meios de textos fragmentados e descontextualizados.

Considerar a diversidade de leituras produzidas pelos alunos em contextos não-escolares, reconhecendo a importância de valorizar o leitor na atualização da significação textual.

Só assim, teremos um maior número de leitores, pois a leitura passa a ter significado para ele. Isto é, ele consegue fazer a relação com o mundo, no qual está inserido.

**(2) Painel Santa Cruz – Quem a conhece há mais tempo percebe um exuberante e permanente bom humor, quase inabalável, donde vem esta alegria contagiante, facilmente perceptível nas prazerosas gargalhadas?**

**Eliane Westphal** – Sempre acreditei nesta máxima: “Todos os dias ao acordar tenho como missão ser literalmente feliz”. Mesmo diante da adversidade, das fragilidades que fazem parte da condição humana, tenho como foco, para dar leveza a minha alma, a harmonia, o humor, a catarse do riso, a compaixão. Claro que sempre respeitando o espaço do outro. Quando você consegue desnudar este “eu”, acredito que o seu dia-a-dia torna-se mais leve e de uma grandeza imensurável, pois você percebe o outro na sua grandiosidade e na sua plenitude. Também reverencio o meu estado de espírito a um ser superior: Deus-que para mim é de uma presença inigualável.

**(3) Painel Santa Cruz – Normalmente, os professores de literatura são mais conhecedores das teorias pedagógicas em atuação. É difícil encontrar algum seguidor de apenas uma escola pedagógica exclusiva. Se você fosse organizar a sua teoria pedagógica, como ela seria, combinando teoria simultaneamente com a experiência em sala de aula?**

**Eliane Westphal** – Acredito em uma educação contextualizada em que o aluno possa fazer diferentes “insights” com o contexto de mundo dele. Um trabalho diversificado e criativo com a leitura

tem sido cada vez mais necessário na escola atual, tendo em vista as crescentes transformações e exigências da nossa sociedade e do mercado de trabalho, quanto à capacidade de ler e interpretar textos. Sem estudantes vivenciando oportunidades sistemáticas de leitura, escrevendo e dialogando, corremos o risco de restringir-se à reprodução. Essa, aliás, é uma prática que cada vez mais tem sido rejeitada: as atividades de leitura e escrita, nas diversas modalidades, transformadas em ritual burocrático, no qual o estudante lê sem poder discutir, lê sem compreender, responde questionários mecanicamente e escreve textos buscando simplesmente concordar com o professor ou a professora.

Desejo que os alunos possam constituir-se como leitores e produtores de textos. Alunos leitores são capazes de produzir a sua escrita, a sua comunicação no mundo, são a chave de qualquer possibilidade de mudança nas práticas tradicionais e repetitivas de leitura e escrita.

Temos a consciência de que o mais importante que reter a informação obtida pela leitura tradicional dos muitos textos, nas muitas áreas que compõem o currículo escolar, as atividades de leitura e escrita devem propor-cionar aos alunos condições para que possam, de uma forma permanente e autônoma, localizar novas informações pela leitura do mundo, e expressá-las, escrevendo para e no mundo. Assim, leitura e escrita constituem-se como competências não apenas de uso, mas igualmente de compreensão da vida em sociedade.

**“Alunos leitores são capazes de produzir a sua escrita, a sua comunicação no mundo, são a chave de qualquer possibilidade de mudança nas práticas tradicionais”.**

**(4) Painel Santa Cruz – Você possui experiência pedagógica em diferentes instituições de ensino, com diferentes públicos. Nas Faculdades Santa Cruz, os alunos são predominantemente trabalhadores. No colégio Dom Bosco, os alunos procedem de um berço mais privilegiado. Como é lecionar nestas escolas de perfis tão diferentes?**

**Eliane Westphal** – Amo imensuravelmente os dois espaços físicos que têm como objetivo uma preocupação com o aprendizado sem perder o humano. São realidades diferentes, mas comungam de uma educação pautada em valores. Quanto especificamente a Faculdades Santa Cruz, percebo

alunos também comprometidos com a educação, valorizando cada contexto e literalmente sedentos do saber. Há uma doação em todos os níveis: alunos preocupados e docentes comprometidos. Sempre comentei aos meus alunos que as relações pontuadas na troca, na ética são de um bem imensurável. Na verdade, duas situações são inerentes aos nossos discentes: o capital intelectual e humano.

**(5) Painei Santa Cruz – A literatura não é apenas conhecimento para formação erudita. É para servir também como mestra da vida pela percepção da trama dos personagens e de suas psicologias. Que livros você recomendaria para seus alunos dentro dessas características de ensinar a viver?**

**Eliane Westphal** – O ensino de Literatura precisa ser repensado e libertado de associações ideológicas ou históricas que sirvam a uma determinada classe social que dita quais obras literárias devem ser modelos para a leitura; de que forma a escola deve trabalhá-las em sala; o que deve ser ensinado. E desvinculado de pedagogias que ofereçam receitas a serem seguidas, importadas de realidades estrangeiras.

**(6) Painei Santa Cruz – Como você faz para ensinar gramática, dado que ela é a teoria da língua, principalmente o português, repleto de duplo sentido e ironias?**

**Eliane Westphal** – Minha preocupação não se centraliza nas chamadas ambigüidades e sim, no encaminhamento que deve ser dado à aula de Gramática. Nas duas últimas décadas, vem se questionando a validade do modelo de ensino tradicional- pautado em regras gramaticais sistemáticas e descontextualizadas. Indubitavelmente, questiona-se a necessidade de refletir sobre a linguagem, atividade que praticamos dentro e fora da escola, ao longo de toda a nossa vida. A questão é como se ensina a gramática, com que objetivos? O ensino da gramática deve dar sentido ao aluno; contribuindo na formação de leitores-produtores de gêneros diversos, aptos a participarem de eventos de letramento com autonomia e eficiência.

**(7) Painei Santa Cruz – Que argumentos você utiliza para convencer ou tentar convencer seus alunos a lerem os clássicos da literatura nacional ou internacional, posto que isso é visto como profundamente aborrecedor num mundo mediatizado pela cultura áudio-visual?**

**Eliane Westphal** – O ensino de Literatura precisa ser repensado e libertado de associações ideológicas ou históricas que sirvam a uma determinada classe social que dita quais obras literárias devem ser modelos para a leitura; de que forma a escola deve

trabalhá-las em sala; o que deve ser ensinado. E desvinculado de pedagogias que ofereçam receitas a serem seguidas, importadas de realidades estrangeiras. A Literatura

precisa ser encarada como fenômeno artístico, considerada em sua natureza educativa por excelência, porque traz valores, crenças, idéias, pontos de vista de seus autores, que podem enriquecer a vida daqueles que a lêem. Não deve estar presa a modismos pedagógicos e sim ser considerada como uma atividade prazerosa de conhecimento do ser humano e das diversas funções da linguagem, dentre elas a função poética, pois retrata e recria as questões humanas universais, numa linguagem esteticamente trabalhada, transgressora da rotina cotidiana. Partindo desses pressupostos, não vejo problemas no que se refere à leitura do clássico. Depende muito da ferramenta que você utilizará, das diferentes metodologias a fim de dar sentido à obra, contextualizando-a. Isto é, dando sentido. O aluno deve passar pela sua vida acadêmica conhecendo os grandes clássicos de nossa literatura. Isto é, situando a produção literária em seu contexto histórico-cultural, relacionando os elementos do texto com os dados da realidade externa.

**(8) Painei Santa Cruz - Uma das manifestações culturais recentes dos grandes centros urbanos é o rap. Como você o enxerga enquanto um possível instrumento de conhecimento de realidades distintas onde seus personagens parecem ter sido abandonados pela sociedade?**

**Eliane Westphal** – A língua é dinâmica e plural. Ela é uma manifestação por excelência social. É mister que sem o domínio da habilidade da leitura, da cultura, as pessoas permanecem marginalizadas,

no acesso aos bens culturais que lhes assegurem a inclusão social, a dignidade e realização. E, ter acesso às diferentes artes é uma questão de cidadania.

**(9) Painei Santa Cruz – Lecionar não consiste apenas na transmissão de conhecimentos, para além disso é um ato de formar valores de vida e humanidade. Num mundo tão ausente desse tipo de lições, como você procura mostrar esta faceta aos jovens que assistem suas aulas?**

**Eliane Westphal** – Não consigo separar o aprendizado dos valores humanos. A aprendizagem está centrada no comprometimento do que é mais nobre: o respeito pelo outro na sua essência. O saber - muitas vezes em sua carpintaria, na sua construção – só tem sentido se existir uma valorização e reconhecimento do outro. Diante de um mundo tão competitivo e plural, não podemos esquecer a nossa condição a fim de tornarmos mais humanos: o perceber o outro em sua unicidade, sem expor as nossas fragilidades. Assim, compomos o nosso espaço de aula, que é por excelência, um lugar sagrado.

**(10) Painei Santa Cruz – A redação pode ser um espelho da personalidade humana. É possível traçar um perfil da juventude para a qual você leciona a partir da leitura de suas redações?**

**Eliane Westphal** – Claro que sim. Os alunos leitores e politizados escrevem e argumentam com competência. Dominam a habilidade de argumentar. Não são circulares, prolixos e redundantes.

Independente do gênero solicitado, sabem expor com clareza as suas idéias – o chamado Letramento.

**“O nosso espaço de aula, que é por excelência, um lugar sagrado”.**

**(11) Você consegue ensinar esperança e otimismo aos seus alunos em face de uma civilização decadente como a que percebemos na atualidade?**

**Eliane Westphal** – As mazelas sociais sempre existiram. Não podemos ignorar isso. Mas, o primeiro reconhecimento que faço com os meus alunos é que, por maiores que sejam as nossas fragilidades, devemos sempre acreditar “que podemos fazer uma diferença enorme”. Basta acreditarmos em nosso potencial: intelectual e humano. Na verdade, tenho que estar bem comigo para reconhecer no outro a sua grandiosidade.

### **Pode Esperar**

(Roberto Correa / Sylvio Son) - Intérprete: Alcione

Nada como um dia atrás do outro  
Tenho essa virtude de esperar  
Eu sou maneira, sou de trato, sou faceira  
Mas sou flor que não se cheira  
É melhor se prevenir pra não cair  
Sou mulher que encara um desacato  
Se eu não devolver no ato  
Amanhã pode esperar  
Estrutura tem meu coração  
Pra suportar essa implosão  
Que abalou meus alicerces de mulher  
Mas a minha construção é forte  
Sou madeira, sou de morte  
Faça o vento que fizer  
Mas a minha construção é forte  
Sou madeira, sou de morte, sou do norte  
Faça o vento que fizer



# A ÉTICA NO PROCESSO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL<sup>1</sup>

*Adriane D'Agostini<sup>2</sup>*

*Thais Putziger<sup>3</sup>*

## RESUMO

Este trabalho descreve a ética no processo de recrutamento e seleção, onde se analisa as faltas cometidas na relação empresa x candidato e a relação da empresa com seus concorrentes. Esclarece e discute conceitos de ética, ética empresarial, recrutamento e seleção, correlacionando-os, além de diferenciar preconceito de discriminação. Aborda sobre a relação de interesses existente entre as atitudes éticas das empresas, leis trabalhistas, códigos de ética e normas regulamentadoras, que acabam por embasar as relações de trabalho, para que as empresas atuem de maneira coerente com a sociedade. Este trabalho levanta questões sobre a postura ética das empresas, principalmente durante o processo de recrutamento e seleção de novos colaboradores, destacando criticamente a importância de uma postura ética frente às questões de discriminação racial, preconceito por idade, estado civil, deficientes físicos, entre outros que não interfiram no desempenho da atividade de trabalho e com isso, relaciona e critica a falta de ética e de uma postura profissional dos colaboradores e candidatos em suas relações. Desta forma conclui que a discussão sobre ética não é algo estanque e que ainda faltam pesquisas, teóricas e práticas, além de conscientização e fiscalização nas empresas brasileiras sobre suas atitudes perante a sociedade e àqueles que se submetem a tais processos de seleção.

**Palavras-chave:** Ética; Ética Empresarial; Ética no Processo de Recrutamento e Seleção; Recrutamento e Seleção.

## ABSTRACT

This work describes the ethics in the process of recruitment and selection, where it is possible to analyse the errors committed in terms between company vs candidate, and the relation with the competitor. It elucidates and discusses notions of ethics, business ethics, recruitment and selection; correlating them, and differing prejudice from discrimination. Approaches the existent interests between the business posture, labourite laws, ethical codes and rules of adjustment, which bases the business relations, then the companies can actuate in consistent way with society. This work questions about ethical postures of companies, mainly during the recruitment and selection process of new collaborators, giving emphasis to the importance of the ethical posture about racial discrimination, age preconception, civil status, disabled people, and many others that don't interfere in the performance of the activities. In conclusion, the discussion about ethics is not an impervious thing, but still needs more theoretical and practical researches, conscientiousness and inspection in the brazilian companies, about their posture in front of society and those who submit themselves to these procedures of selection.

**Key words:** Ethics; Business ethics; Ethics in the Process of Recruitment and Selection; Recruitment and Selection.

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi realizado como requisito parcial para a conclusão do curso de pós-graduação em Gestão Estratégica de Pessoas da Universidade Tuiuti do Paraná, sob orientação do Prof. Dr. Mario Sergio Cunha Alencastro.

<sup>2</sup> É psicóloga organizacional, atua na área de Recursos Humanos de empresa privada; graduada em Psicologia na UNIPAR e pós-graduada em Gestão Estratégica de Pessoas pela Universidade Tuiuti do Paraná; e-eletrônico: [adridagostini@pop.com.br](mailto:adridagostini@pop.com.br).

<sup>3</sup> É psicóloga clínica e organizacional, atua na área de consultoria de Recursos Humanos; graduada em Psicologia na Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR e pós-graduada em Gestão Estratégica de Pessoas pela Universidade Tuiuti do Paraná; e-eletrônico: [thaispsico@hotmail.com](mailto:thaispsico@hotmail.com).

## 1 INTRODUÇÃO

A ética é objeto de estudo e discussão desde muito tempo. No esforço de definir a natureza de uma “vida correta”, a ética trata da conduta humana, voltando-se, dentre outras coisas, ao estudo das relações sociais, de trabalho, das ciências e da religião. No que diz respeito ao processo de recrutamento e seleção de pessoal, a ética chama a atenção pelo fato de estar inserida num âmbito empresarial que deve ser valorizada porque o produto de qualquer organização voltada para a Gestão de Pessoas é o próprio ser humano, em toda a sua individualidade.

Nos últimos anos, segundo Bispo (2007), a presença da ética tem conquistado cada vez mais espaço dentro do universo corporativo. Isso pode ser sentido na prática, pois empresas de vários segmentos e portes têm registrado, através dos códigos de ética ou de conduta, aquilo que esperam de seus funcionários, bem como tornam explícitos seus deveres e direitos. Considerando que a capacidade do indivíduo de se adaptar as regras e normas da empresa, está diretamente relacionada à sua formação como pessoa e valores apreendidos na sua vivência familiar e social. Sendo assim, a preocupação com a ética antecede qualquer procedimento da empresa, ela inicia no processo de recrutamento e seleção de novos funcionários.

Este trabalho, através de uma pesquisa teórica bibliográfica, procura demonstrar a importância de uma postura ética no processo de recrutamento e seleção das empresas, bem como as falhas cometidas neste processo. Nota-se que em vários destes, os candidatos envolvidos muitas vezes se submetem às práticas que nem sempre estão em harmonia com seus conceitos éticos e morais, devido às exigências, nem sempre explícitas por parte da empresa, e, também, em menor proporção, ao desemprego existente. As consequências de um processo de recrutamento e seleção abalam a imagem da empresa, os funcionários que nela trabalham e, em especial, os candidatos envolvidos. Tão grande a importância da ética neste processo, encontramos respaldo nas normas regulamentadoras e nos artigos sobre discriminação existente na Constituição Federal.

## 2 ÉTICA

A origem da palavra ética vem do grego *ethos*, que quer dizer modo de ser, caráter. Também interpretada como costume, de onde vem a palavra moral. Tanto “ethos” (caráter), como “mos” (costume), indicam um tipo de comportamento propriamente humano que não é natural, sendo que o homem não nasce com ele como um instinto, mas sim adquire ou conquista por hábito (VÁZQUEZ, 2000, p. 24). Portanto, ética e moral, pela própria etimologia, dizem respeito a uma realidade humana que é construída histórica e socialmente a partir das relações coletivas dos seres humanos nas sociedades onde nascem e vivem. A ética está também relacionada aos costumes das pessoas, a forma de agir e pensar que pode ser aprendida no decorrer da vida do indivíduo ou imposta pela própria cultura. Além do que a ética é necessária e constantemente deve ser utilizada em casa, no trabalho, com os colegas, na família ou em todas as relações e processos.

As questões da ética nos aparecem a cada dia, Valls (2000, p. 7) chama de ética a própria vida, quando conforme aos costumes considerados corretos. A ética pode ser o estudo das ações ou dos costumes, e pode ser a própria realização de um tipo de comportamento. Ela permeia basicamente na distinção entre o bem e o mal; o certo e o errado. Agir eticamente é agir de acordo com o bem. A maneira como se definirá o que seja este bem é outra questão. Segundo Sá (2001, p. 15), a ética envolve estudos de aprovação ou desaprovação da ação dos homens e a consideração de valor como equivalente de uma medição do que é real e voluntarioso no campo das ações virtuosas. É fato que distinguir o bem e o mal não provém de uma consciência somente individual, e sim, das relações entre os indivíduos que se estabelecem no âmbito social e institucional aparadas por um sistema como um todo.

A ética, por operar no plano da reflexão ou das indagações, estuda os costumes das coletividades e as morais que podem conferir-lhes consistência. Com o propósito de libertar os agentes sociais da prisão do egoísmo que não se importa com os efeitos produzidos sobre os outros (SROUR, 2000, p. 29), a ética visa o conhecimento permeado pelo juízo, sendo que a moral corresponde às normas que as práticas cotidianas devem observar. Práticas essas também existentes no ambiente empresarial, que abrange tanto os comportamentos esperados dos funcionários dentro e fora da empresa, a conduta de suas negociações, a qualidade de seus produtos, como também, de acordo com o foco deste trabalho, o processo de recrutamento e seleção de novos funcionários.

## 3 ÉTICA EMPRESARIAL

A ética empresarial baseia-se, principalmente, na imagem e nas atitudes de uma empresa no mercado corporativo. O comportamento ético por parte da empresa é esperado e exigido pela sociedade, pois, a empresa é composta pelas pessoas que vivem numa determinada sociedade e que existem normas e regras para uma melhor convivência. Segundo Monteiro (2005) o único lucro moralmente aceitável é aquele obtido com ética. E alguns benefícios são percebidos nas

empresas eticamente atuantes: custos menores, a possibilidade de avaliar com precisão o desempenho da sua estrutura, a legitimidade moral para exigir comportamento ético dos empregados, a geração de lucro livre de contingências, a obtenção de respeito dos parceiros comerciais, e o cumprimento de dever inerente à responsabilidade social da organização.

A ética empresarial é aquela que baliza uma conduta na qual a busca de um lucro cada vez maior deve ocorrer sem ferir a imagem moral da empresa no mercado. Pois muitas vezes a lógica da dominação econômica em prática, é o que dita as condutas éticas frente a uma imagem a ser preservada. Contudo, muitas empresas utilizam da elaboração, aplicação e constante reforço de um código de ética interno. O código de ética existente nas empresas é algo comum para todos os funcionários e singular para cada empresa. Entende-se comum para os funcionários, com o intuito de não ser diferenciado por hierarquia, mas que muitas vezes vai de encontro à ética pessoal do funcionário, e que faz reviver

---

**A ética empresarial é aquela que baliza uma conduta na qual a busca de um lucro cada vez maior deve ocorrer sem ferir a imagem moral da empresa no mercado.**

---

a polêmica questão: de que lado a ética está? Sabe-se que a moral é constituída por valores e normas, onde as normas já pressupõem os valores e exigem que os mesmos sejam realizados. No entanto, com frequência, as controvérsias éticas se ressentem do fato de parceiros não compartilharem os mesmos valores sobre os quais se fundamentam suas normas morais. O que para um pode representar um valor, pode para o outro ser um desvalor. A ética empresarial é marcada pela ética individual (MONTEIRO, 2005).

Qualquer reflexão sobre ética não pode ser dissociada da compreensão da natureza humana, do contexto histórico e das ideologias instauradas na sociedade, especialmente no tocante à ética organizacional cujo “espírito do capitalismo” invoca re-conceituação do que é eticamente permitido, do que é adequado aos interesses das organizações capitalistas. Ao “espírito do capitalismo” corresponde determinada ética: a “ética protestante”, cujos valores aceitam a acumulação da riqueza, que se contrapõe à “ética católica”, que valoriza o voto de pobreza material como condição de elevação do espírito (VÁZQUEZ, 2000, p.198).

No entanto, uma pesquisa feita com gestores organizacionais mostra os paradoxos entre o discurso e a prática, e sinaliza no que se refere à relação entre ética e competitividade, a tendência para uma nova ética. De acordo com os gerentes pesquisados, são os valores que a organização considera como importantes que condicionarão a atitude ética de seus membros em última instância. Produtividade, racionalidade e estratégia competitiva são os determinantes deste “código moral” que guia a ética nas organizações globalizadas.

Esta pesquisa realizada, em organizações da saúde, pelos doutores Maria Aparecida Sanches e Marinho Jorge Scarpi (2005), conduz aos conceitos e procedimentos adotados para o recrutamento e seleção de novos funcionários para cada empresa. Pois, já é nesse procedimento de inclusão e admissão de novas pessoas para este mesmo clã, regido por éticas e normas próprias, que as empresas se apresentam como discriminatórias ou não.<sup>4</sup> Vários deslizos e até mesmo atitudes discriminatórias, que ocorrem diariamente por parte de empresários e diretores responsáveis por darem as diretrizes para seleção de candidatos aos diferentes cargos da organização, são vivenciados em muitas empresas. Internamente são determinados requisitos necessários para a efetivação de um candidato ao cargo pleiteado. E a realidade de uma empresa onde a ética não é vivenciada neste sentido e especialmente, na relação colaborador x empresa, apresenta-se na questão de recrutamento, onde a seleção de um candidato que a empresa necessita é extremamente rígida em quesitos básicos como: pessoas brancas, boa apresentação pessoal, cursando curso superior ou já ter concluído, boa comunicação, etc.; não admitindo homens com cabelos compridos ou tingidos, presença de tatuagem, mulheres com maquiagem muito carregada ou com roupas muito extravagantes, uso de corrente e de gírias, etc. Isto “significa” para a empresa que se o candidato tem cuidados com sua saúde, poderá fazer o mesmo com a empresa, pois esta representa pelo tempo que ele passa dentro desta, a sua segunda casa.

Nessa inicial tomada de decisão, de escolha das pessoas que irão trabalhar em determinada empresa faz-se pensar no o que envolve tomar uma atitude ética dentro da empresa? As pessoas, com frequência, supõem que tomar uma decisão ética na empresa se assemelha a forma com que agem na família ou na vida pessoal. No entanto, no contexto de trabalho, a maioria sofre pressões da empresa na hora de decidir sobre o que é melhor fazer. Essas decisões não dependem somente da filosofia moral adotada pelo o indivíduo, mas sofrem uma forte influência da ética sugerida e praticada nas organizações. “Os valores são, portanto, criações humanas, e só existem e se realizam no homem e pelo homem.” (VÁZQUEZ, 2000, p. 147)

---

<sup>4</sup> Mais adiante será aprofundada a temática da ética no recrutamento e seleção.

No que diz respeito à ética pessoal, considera-se primeiro as conseqüências de suas ações para as pessoas, a ética da responsabilidade, e depois o respeito a regras e normas, a ética da convicção.

Trata-se de uma classificação proposta por Max Weber. De acordo com esse autor, as teorias éticas podem ser classificadas em dois grandes grupos. A *ética de convicção* – derivada em parte das justificações religiosas –, e a *ética de responsabilidade*, mais de acordo com a racionalidade instrumental, ou seja,

[...] toda a atividade orientada segundo a ética pode ser subordinada a duas máximas inteiramente diversas e irredutivelmente opostas. Pode orientar-se segundo a ética de responsabilidade ou segundo a ética de convicção. Isso não quer dizer que a ética de convicção equivalha à ausência de responsabilidade e a ética de responsabilidade a ausência de convicção. Não se trata disso, evidentemente. Não obstante, a oposição profunda entre a atitude de quem se conforma às máximas da ética da convicção – diríamos, em linguagem religiosa, “o cristão cumpre seu dever e, quanto aos resultados da ação, confia em Deus” – e a atitude de quem se orienta pela ética da responsabilidade, que diz: “devemos responder pelas previsíveis conseqüências de nossos atos” (WEBER, 1968, p.114).

Neste aspecto Srour (2000, p. 72) destaca que a ética da responsabilidade (estudo dos fins humanos) diz que somos responsáveis por aquilo que fazemos e a ética da convicção (tratado dos deveres) é pautada por valores e normas previamente estabelecidas, cujo efeito primeiro consiste em moldar as ações que deverão ser praticadas. As duas éticas enfocam tipos diferentes de referências morais e configuram, de forma inconfundível, dois modos de decidir. Enquanto os agentes que obedecem à ética da convicção guiam-se por imperativos de consciência, os que se orientam pela ética da responsabilidade guiam-se por uma análise de riscos.

Com qual ética agir, responsabilidade ou convicção, em cada empresa, depende diretamente de sua filosofia, valores e missão. Independente de qual seja, é importante que a empresa esteja ciente e coerente em seus princípios morais e suas regras aceitas pela coletividade, pois, seu comportamento ético é esperado e exigido pela sociedade, já que, uma empresa é a única forma de obtenção de lucro com respaldo da moral.

#### 4 RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

Uma empresa ética, segundo Moreira (2002, p. 31), incorre em custos menores do que uma antiética. A atuação ética da empresa faz com que ela se torne respeitável por seus clientes, fornecedores, colaboradores e concorrentes. E dessa forma, seus laços de parceria empresarial se solidificam, proporcionando melhor desempenho em suas atividades. Contudo, uma empresa ética está sujeita as leis do país onde se encontra e, também, em menor proporção, em seus acordos contratuais.

---

**A preocupação de colocar a pessoa certa no lugar certo! E esse é um dos papéis do recrutamento e seleção de pessoal, pois se ocorre uma contratação equivocada, a demissão desta só tem a gerar maiores custos para empresa, para seus colaboradores e, principalmente, para o candidato.**

---

O desenvolvimento de uma empresa, onde, suas atividades aconteçam de maneira adequada e seus lucros aumentem, depende diretamente da qualidade e adequação de seus recursos humanos (NOGUEIRA, 2007). Uma empresa deve contar com um qualificado e integrado quadro de pessoal, sendo que a especialização e a competência da mão-de-obra têm sido uma exigência do atual mercado de trabalho. Inicia-se aí a preocupação de colocar a pessoa certa no lugar certo! E esse é um dos papéis do recrutamento e seleção de pessoal, pois se ocorre uma contratação equivocada, a demissão desta só tem a gerar maiores custos para empresa, para seus colaboradores e, principalmente, para o candidato. Selecionar um bom candidato para atuar na empresa, é, sem dúvida, um investimento com forte rentabilidade. Mas, a arte de bem selecionar exige preparo, planejamento e técnica (BUENO, 1999, p. 28).

O processo de recrutamento e seleção caracteriza-se por ser a porta de entrada da empresa. Recrutamento é o processo de atrair um conjunto de candidatos para um particular cargo. Ele deve anunciar a disponibilidade do cargo no mercado e atrair candidatos qualificados para disputá-los. O mercado do qual a organização tenta buscar os candidatos pode ser externo, interno ou uma combinação de ambas (CHIAVENATO, 2004, p. 113).

Entende-se o processo de recrutamento e seleção como um processo de agregar pessoas constituindo o ingresso de pessoas na organização. São as portas abertas apenas para os candidatos capazes de ajustar suas competências

pessoais e profissionais com as características solicitadas pela organização. É um verdadeiro esquema de filtragem onde cada organização especifica as características humanas que são importantes para o alcance dos objetivos organizacionais e para sua cultura interna e passa a escolher aquelas pessoas que possuem um elevado grau de similaridade. “O processo seletivo nada mais é do que aquilo que a organização pretende e aquilo que as pessoas oferecem” (CHIAVENATO, 2004, p. 98). É importante destacar que as empresas modernas têm consciência de que seus colaboradores são os mais importantes recursos que possuem, e, por isso, ressaltam em sua política de pessoal a importância da formação de quadros de pessoal qualificado e devidamente integrado aos seus objetivos e finalidades (NOGUEIRA, 2007).

Com já foi dito, o recrutamento e seleção são os processos da maior relevância dentro da empresa. Afinal estes processos são o que determinam quem vai ou não trabalhar na e para a empresa. De acordo com as características do cargo em destaque é que se determina o perfil do candidato e é onde a empresa deve-se concentrar na procura de candidatos qualificados para o pleno exercício da função.

A seleção pretende identificar e escolher dentre os candidatos recrutados aqueles considerados os mais aptos a preencherem as vagas oferecidas. Por assim ser, tudo isso se desenvolve de acordo com uma determinação do nível de conhecimentos gerais e específicos, habilidades e aptidões dos candidatos, além do que, este candidato deve estar compatível com as regras implícitas da empresa.

O processo de recrutamento e seleção inicia-se pela demanda da vaga. Aberta a vaga e descrita suas funções, qualificações, atividades e salário, o recursos humanos pode estudar o perfil para esta vaga (se caso ainda não existir) e então, a vaga é divulgada. Esta divulgação pode ser feita internamente na empresa ou fora desta (jornal, site, consultoria). Espera-se o envio dos currículos e em seguida é feita sua análise de acordo com os requisitos da vaga. E assim inicia-se a segunda parte, que é a seleção. Para realizar uma boa seleção, os recursos humanos podem utilizar-se de algumas ferramentas, dentre elas, a entrevista. Esta, por sua vez, fornece ao profissional de Recursos Humanos, ou entrevistador, dados que serão comprovados àqueles obtidos no recrutamento. Ela se justifica na medida em que pretende complementar as informações que são solicitadas implicitamente. (VARELLA, 1998, p. 35)

A verdade é que fazer entrevistas pode parecer simples, mas conduzi-las com habilidade não é nada simples. Para que a entrevista seja realmente eficaz, é necessário que as aptidões, habilidades, interesses e experiências sejam conhecidas e estudadas pelo entrevistador. Segundo BUENO (1999, p. 33), o sucesso do selecionador de pessoal, exige necessariamente a ampliação da visão estratégica em termos de negócio e dos movimentos socioculturais, políticos e econômicos, que deverão ocorrer em todo o mundo. O selecionador está compromissado com o futuro, precisa conhecer as principais tendências mundiais e tirar proveito delas, prospectando os melhores talentos para sua organização. Outras ferramentas também são usadas no processo de recrutamento e seleção: testes psicológicos, testes técnicos, dinâmicas de grupo, entrevista coletiva, etc. Entretanto, todas essas atividades devem acontecer de acordo com as normas e valores da empresa, esperando-se assim, uma postura ética no processo de recrutamento e seleção. Mas, o que pode se chamar de ético neste processo? Bueno (1999, p. 114), em seu livro, considera que um selecionador ético é aquele que “é amigo da verdade”. Mas de qual verdade, da empresa ou do candidato? Por conta dessa e outras ambigüidades que existe leis impostas pela constituição que devem ser cumpridas pelas empresas. Estas leis servem como respaldo aos candidatos que sofrem algum tipo de preconceito ou discriminação.

Segundo Santos (sd), “preconceito é um juízo preconcebido, manifestado geralmente na forma de uma atitude discriminatória contra pessoas ou lugares diferentes daqueles que consideramos nossos. Costuma indicar desconhecimento pejorativo de alguém ao que lhe é diferente. As formas mais comuns de preconceito são: social, racial e sexual. E discriminação significa “fazer uma distinção”. Existem diversos significados para a palavra, incluindo a discriminação estatística ou a atividade de um circuito chamado discriminador. O significado mais comum, no entanto, tem a ver com a discriminação sociológica: a discriminação social, racial, religiosa, sexual ou étnica”. Deve-se destacar que os termos discriminação e preconceito não se confundem, embora a discriminação tenha muitas vezes sua origem no simples preconceito.

[...] o preconceito não pode ser tomado como sinonimo de discriminação, pois esta é fruto daquela, ou seja, a discriminação pode ser provocada e motivada por preconceito. Diz ainda que: Discriminação é um conceito mais amplo e dinâmico do que o preconceito. Ambos têm agentes diversos: a discriminação pode ser provocada por indivíduos e por instituições e o preconceito, só pelo indivíduo. A discriminação possibilita que o enfoque seja do agente discriminador para o objecto da discriminação. Enquanto o preconceito é avaliado sob o ponto de vista do portador, a discriminação pode ser analisada sob a óptica do receptor (SANTOS, sd.)

Ambas as situações, preconceito e discriminação, não devem fazer parte de um processo ético na hora de selecionar novos colaboradores. Considerando sua importância, o direito ao trabalho tem suas regras embasadas na Constituição Federal, convenções coletivas e normas regulamentadoras. De acordo com a Constituição Federal o direito ao trabalho é tido como um direito social sendo proibido qualquer tipo de discriminação que tenha por objetivo reduzir ou limitar as oportunidades de acesso e manutenção do emprego. Contribuindo, também, para esta lei, a Convenção 111 da



Organização Internacional do Trabalho considera discriminação toda distinção, exclusão ou preferência que tenha por fim alterar a igualdade de oportunidade ou tratamento em matéria de emprego ou profissão. Excluindo aquelas diferenças ou preferências fundadas em qualificações exigidas para um determinado emprego. Portanto, deve-se tomar os devidos cuidados na hora em que a empresa divulga sua vaga e pré-definir seus requisitos, para que o anúncio não cause ambiguidade e possa prejudicar algum candidato.

Segundo Santos (sd), existem duas formas de discriminar: a primeira, visível, reprovável de imediato e a segunda, indireta, que diz respeito a prática de atos aparentemente neutros, mas que produzem efeitos diversos sobre determinados grupos. E estas podem se dar por várias maneiras como: raça ou cor (Lei nºs 7.716/89), sexo, idade, estado civil (Leis nºs 9.029/95), deficientes físicos ou mentais (regulamentada pela Lei nºs 7.853/89), por ações reclamatórias de uma outra empresa, algum tipo de doença, opção sexual, gravidez, aparência entre outros que não interfiram no desempenho da atividade de trabalho. Na prática, as empresas não devem se embasar em princípios incoerentes com a lei e com a desvalorização do ser humano, adotando práticas antiprofissionais que divergem das leis trabalhistas. Conforme CLT em relação ao trabalho da mulher (Lei nºs 9.029/95): I - a exigência de teste, exame, perícia, laudo, atestado, declaração ou qualquer outro procedimento relativo à esterilização ou a atestado de gravidez; em relação à discriminação pelo sexo, a CLT no Art. 461 diz: - Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade; entre vários outros (GUIA TRABALHISTA, sd).

Para fiscalizar as irregularidades e faltas cometidas pelas empresas o Ministério Público do Trabalho, ao realizar suas atividades tem se dedicado a reprimir toda e qualquer forma de discriminação que limite o acesso ou a manutenção de postos de trabalho. Por ser uma atividade importante, ela acontece de maneira preventiva e repressivamente, através de procedimentos investigatórios e inquéritos civis públicos, que podem acarretar tanto a assinatura de Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta, em que o denunciado se compromete a não mais praticar aquele ato tido como discriminatório, como a propositura de Ações Civis.

Além destas leis citadas as empresas utilizam normas de certificação internacional para se consolidarem no mercado. Como forma de apresentar responsabilidade social, foi lançada em 1997 a SA8000 (Social Accountability 8000), que tem como foco a garantia dos direitos básicos dos trabalhadores inseridos no cenário do mundo globalizado (B&SD, sd). Ainda, em processo de melhoria, a SA8000 apresenta alguns pontos controversos e por enquanto não conseguiu expandir sua aplicação no mundo dos negócios: mais ou menos 115 empresas de todo o mundo possuem esta certificação. Esta norma tem como referência os padrões de gerenciamento de qualidade ISO9000 e o padrão de gerenciamento ambiental ISO14001 e é composta por 9 requisitos que tem como base as Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT); a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças. A certificação cobra ainda o cumprimento de leis locais. Dentre os 9 requisitos encontra-se o item de *Discriminação*, onde, claramente é colocado que esta prática não é permitida, e, em especial nos casos de contratação (B&SD).

As contratações, em muitas empresas, são casos de muitas discussões e chegam até a reuniões, para decidir quem selecionar, pois é preciso ter muito cuidado para não esbarrar nas leis e, além disso, acertar na colocação de pessoal. No entanto, outro fator que chama atenção no seto de Rh é o caso de contratação de colaboradores de empresas da concorrência, pois, seria esta atitude considerada ética? De acordo com Moreira (2002, p. 106) é importante que ao perceber que um empregado de um concorrente esteja incluso num processo seletivo, a empresa selecionadora deve tomar algumas precauções, informando por escrito que:

- \* não tem interesse e nem aceita a revelação de dados ou informações sobre a concorrente, bem como as práticas, tecnologias, estratégias utilizadas pela mesma;
- \* caso seja aprovado o candidato, deve-se deixar ciente que sua aprovação aconteceu com base em conhecimentos, experiências e características pessoais significantes para o cargo;
- \* quando selecionado, o colaborador deverá comunicar a contratação a seu atual empregador, revelando nome da empresa para qual irá trabalhar.

Em relação a contratação de candidatos da concorrência, algumas empresas após encerrarem o contrato de trabalho com o colaborador podem exigir validamente a obrigação do mesmo de não trabalhar para um concorrente, porém para que isso ocorra o colaborador deve receber uma compensação financeira. Acordo como este existe, porque muitas empresas contratam colaboradores da concorrência apenas com o intuito de espionagem, e assim que alcançam seus objetivos acabam “descartando-os”.

Portanto, para que uma empresa se apresente de maneira ética nas situações acima citadas, Moreira (2002, p. 131) diz que para as decisões de trabalho serem éticas, a empresa deve seguir alguns princípios como: cumprir integralmente a lei, contratos, acordos e respeitar os direitos de cidadania do empregado; não deixar de seguir o princípio da igualdade, garantindo o tratamento idêntico para os que se encontram em situações similares e não favorecendo a

minorias; não permitir práticas abusivas contra os empregados como maus tratos, agressões e humilhações; seguir critérios de avaliações de desempenho objetivos e justos; não permitir que preconceitos ou discriminações interfiram em quaisquer decisões de emprego (seleção, promoção, remuneração, tratamento). Agindo de acordo com estes princípios, toda organização tem a possibilidade de respeitar seus colaboradores, a sociedade e ainda, desenvolver-se num crescimento conjunto entre empresa-colaborador-sociedade.

## 5 CONCLUSÃO

O mundo corporativo está investindo fortemente na imagem apresentada aos seus clientes, fornecedores e colaboradores, a fim de ter um aumento de produtividade, e conseqüentemente um maior retorno de capital (lucro). Dentro dos fatos apresentados, como se pode avaliar um processo de recrutamento e seleção em seu aspecto ético? Que parâmetros são utilizados? Ou ainda, se uma empresa é ética? A dificuldade em sabermos a resposta é evidente, pois vivemos sob um mercado competitivo, discriminatório, que forma seus pré-conceitos e encontra-se a mercê de uma fraca fiscalização em cima dos aspectos legais dos direitos humanos, onde vale tudo para conseguir o melhor cargo na empresa, ou ganhar uma vaga na concorrência. Conforme relatos e vivências nesta área de atuação, destaca-se, também, a responsabilidade dos candidatos em se submeterem a tais processos seletivos, onde se fica evidente a discriminação; bem como, a falta de comprometimento da sociedade em permitir tais atos pelas empresas, que encontram-se, geralmente, impunes.

Enfim, a conduta está muito ligada à carga de educação, caráter e responsabilidade que cada um traz consigo. Sabe-se que as empresas são formadas por indivíduos, cada um com seus valores, e muitas vezes são estas pessoas quem realizam os processos de recrutamento e seleção, pessoas estas, que um dia já passaram por este processo de “juízo”. E, por isso, espera-se uma postura ética e de profissionalismo com aqueles que se disponibilizam a participar de um processo de avaliação. Pois se deixar a ambição desmedida e a falta de respeito com o próximo predominar, perder-se-á tudo o que fez de nós seres humanos.

Cabe aqui uma crítica, pois, o que parece ser apenas uma postura ética, para muitas empresas, uma imagem positiva, acaba por ser usada para fins lucrativos, ou apenas, quando convém.

A ética, estudada desde muito tempo, apresentou-se como um tema intrigante e, até mesmo, angustiante, porque faz pensar e repensar sobre conceitos morais e valores que, muitas vezes, na prática acabam sendo desprezados. Durante este estudo, percebeu-se a falta de material específico de ética no processo de recrutamento e seleção, e de pesquisas práticas atuais. Com certeza, deixa-se como sugestão o desenvolvimento de novos estudos: teóricos e práticos, principalmente nas empresas brasileiras. E espera-se, das pessoas envolvidas nesta área de atuação, uma mudança de postura e conscientização da importância da ética no processo de recrutamento e seleção.

---

## REFERÊNCIAS

- BISPO, P. **Os cuidados com a seleção**. Disponível em: <http://www.rhportal.com.br/artigos>. Acesso em: 27 nov. 2007.
- B&SD. **SA8000: garantia de responsabilidade social empresarial?** São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.bsd-net.com>. Acesso em: 15 ago. 2007.
- BUENO, H. **Manual do selecionador de pessoal**. 3. ed. São Paulo: LTr, 1999.
- CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

- GUIA TRABALHISTA. **Discriminação no trabalho**. Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/discriminacao.htm>. Acesso em: 20 fev. 2008.
- MONTEIRO, K. J.; SANTO, F. C. E.; BONACINA, F. **Valores, ética e julgamento moral: um estudo exploratório em empresas familiares**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v.18, n.2, ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 05 jan. 2008.
- MOREIRA, J. M. **A ética empresarial no Brasil**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- NOGUEIRA, P. R. Efetividade organizacional através do sistema recursos humanos. **RAE publicações**, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.rae.com.br>. Acesso em: 19 fev. 2008.
- SÁ, A. L. de. **Ética profissional**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2001.
- SANCHES, M. A.; SCARPI, M.J.; **Ética organizacional: um estudo em clínicas oftalmológicas**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, São Paulo, v. 68, n.2, dez.2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em 05 jan. 2008.
- SANTOS, I. A. A. dos. Preconceito. *In: WIKIPÉDIA*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org>. Acesso em 20 fev. 2008.
- SROUR, R. H. **Ética empresarial**. 8. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- VALLS, A. L. M. **O que é ética**. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- VARELLA, M. C. A.; COELHO, C. U. F.; SANTOS, N. T. D. **Gerência de recursos humanos**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 1998.
- VÁZQUEZ, A. S. **Ética**. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- WEBER, M. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1968.

# PAPÉIS DE TRABALHO: A GÊNESE DA ATIVIDADE DIÁRIA DO AUDITOR

*Cláudio Marcelo Rodrigues Cordeiro<sup>1</sup>*

## RESUMO

Na operacionalização do trabalho de auditoria, seja ela interna ou externa, existe um elemento essencial na execução desta atividade, que é o registro dos apontamentos do auditor no decorrer da sua função. Este apontamento deve ser feito de maneira muito clara, de tal forma que seja entendido por uma outra pessoa, que mesmo não tendo executado o trabalho, entenda como foi a condução da auditoria, o que foi testado e a quais conclusões se chegou. Neste contexto é que está desenvolvido este artigo em que abordaremos um tema muito importante em auditoria, que são os papéis de trabalho do auditor, conceituando, demonstrando suas finalidades e objetivos, além de apresentar os tipos mais comuns e as técnicas para a sua elaboração.

**Palavras-chave:** Notas do Auditor; Papéis de Trabalho; Técnicas.

## ABSTRACT

There is an essential element in the internal or external operating audit, which is the register of the auditor's notes during his work. This annotation should be done in such a clear manner that it can be understood even by one who did not do the work and still can follow the audit, what was tested and which conclusions were drawn. This article addresses a very important issue in auditing that refers to the role of the auditor's work. Conceptualizing and showing its aims, besides presenting the most common techniques to perform the task.<sup>2</sup>

**Key words:** Auditor's Notes; Auditor's Work; Techniques.

## 1 INTRODUÇÃO

Os trabalhos executados por profissionais de auditoria, ganham importância na medida em que são executados com clareza, profissionalismo e transparência, servindo de subsídios para muitas pessoas interessadas nas informações que estes transmitem.

Quando maior rigor técnico houver na realização dos trabalhos pelo auditor, menor será a possibilidade de sua atividade incorrer em erros, ou falhas graves, evitando assim que sua imagem seja "arranhada", pois o maior ativo que um profissional a área de auditoria pode ter é seu nome, sua marca, pois se assim não for, poderá perder a credibilidade de uma hora para a outra.

---

<sup>1</sup> Mestre em Administração e Gestão Financeira pela Universidade de Extremadura da Espanha. Auditor e Professor Universitário das disciplinas de Auditoria, Perícia Contábil e Contabilidade Internacional, nas Faculdades Integradas Santa Cruz e Universidade Positivo. C-eletrônico: [claudiom@santacruz.br](mailto:claudiom@santacruz.br).

<sup>2</sup> Tradução de Leonilda Procailo.

Como esquecer o caso emblemático da empresa de auditoria Arthur Andersen (AA) que em 2002 auditou vários balanços de empresas americanas, como a Enron, World Com, entre outras, onde estas manipularam os números, e estes haviam sido auditados pela AA, que não informou sobre estes problemas.

Como conseqüências, a Arthur Andersen, uma empresa centenária, que na época estava entre as cinco maiores empresas de auditoria do mundo ruiu, desapareceu.

Aqueles que militam na área sabem como o trabalho de auditoria é complexo, regulamentado, e se não for executado com todos os cuidados, a responsabilidade pela não informação aos usuários, sobre problemas relevantes da empresa auditada, poderá levar a prisão do auditor, e a mácula na imagem de toda uma organização desta natureza.

Em contra partida, os auditores muitas vezes são pressionados pelo tempo, pela péssima qualidade da informação prestada, pela excessiva quantidade de documentos para avaliar e não rara às vezes pela Direção da própria companhia que o contratou.

Certamente o “mundo da auditoria”, é fonte de curiosidade de muitas pessoas, pois assim como cada área tem as suas funções específicas, também na área de contabilidade, a auditoria é uma das especificidades do contador, porém suas técnicas não são de conhecimento de muitos profissionais.

Diante da complexidade desta atividade, inevitavelmente nos cursos, aulas e seminários que ministramos, surgem muitas dúvidas, dentre as quais destacamos a seguinte:

*Como uma pessoa consegue resumir de forma lógica e transparente, toda a complexidade dos exames que envolvem trabalhos de auditoria?*

E parte desta grande indagação o desenvolvimento deste artigo, onde iremos abordar como se dá a organização sistemática da tarefa do auditor, enfatizando o conjunto de documentos gerados por ele, denominado de **papéis de trabalhos (PT ou PTA)**, assunto este que abordaremos a partir deste momento.

## 2 AFINAL O QUE SÃO PAPÉIS DE TRABALHO EM AUDITORIA?

Segundo ATTIE (1998) os papéis de trabalho formam o conjunto de formulários e documentos que contêm as informações e apontamentos obtidos durante seu exame, bem como as provas e descrições dessas realizações.

São através destes documentos que a auditoria demonstra o que foi executado, quais foram os itens examinados, qual foi a data de execução dos trabalhos, quem os executou, dentro outras informações importantes.

São documentos extremamente importantes, sem os quais a auditoria não existe, uma vez que se não forem sistematizados os papéis de trabalho, é impossível demonstrar o que foi examinado.

---

**Os papéis de trabalho formam o conjunto de formulários e documentos que contêm as informações e apontamentos obtidos durante seu exame, bem como as provas e descrições dessas realizações.**

---

### 2.1 OBJETIVOS DA EMISSÃO DOS PAPÉIS DE TRABALHO

Conforme ensinamentos de ALMEIDA (2003) os principais objetivos dos papéis de trabalho são os seguintes:

- atender às normas de auditoria emitidas por entidades de classe;
- acumular as provas necessárias para suportar a opinião do auditor;
- auxiliar o auditor durante a execução de seu trabalho;
- facilitar a revisão por parte do auditor responsável, a fim dele assegurar-se de que o serviço foi executado de forma correta;
- servir como base para avaliação dos auditores;
- ajudar no trabalho da próxima auditoria, uma vez que uma auditoria bem executada em um exercício serve de base para que no outro seja conduzida de uma forma mais eficiente;

- apresentar na justiça as evidências do trabalho realizado, caso seja movido uma ação contra o auditor;
- para defesa da conduta ética-profissional junto a sua entidade de classe.

## 2.2 FINALIDADES DOS PAPÉIS DE TRABALHO

Os papéis de trabalho têm como finalidade colher elementos comprobatórios suficientes para evidenciar o trabalho realizado pelo auditor e dar fundamento em sua opinião sobre as atividades e os processos examinados.

Por trabalhar com documentos originais da empresa, e pelo fato de haver um grande volume de transações e informações, seria inviável, além de oneroso para o auditor comprovar a realização de seus trabalhos através de cópias dessa documentação. Para isso, ele utiliza os papéis de trabalho onde registra as descobertas realizadas e pode assim, comprovar o trabalho executado.

Embora, os papéis de trabalho tenham origem dos documentos que são de propriedade da empresa eles pertencem exclusivamente<sup>3</sup> ao auditor, devido ao fato de que neles está fundamentada a sua opinião.

Os papéis de trabalho são de natureza confidencial e não podem em hipótese alguma ser utilizados em benefício próprio ou de outrem, uma vez que os mesmos trazem informações obtidas da empresa.

De acordo com resolução emitida pelo CFC<sup>4</sup> – Conselho Federal de Contabilidade, o auditor deve conservar seus papéis de trabalho em boa guarda, pelo prazo de cinco anos contados a partir da emissão de sua opinião sobre determinada transação.

## 2.3 REGRAS DE ESTRUTURAÇÃO DOS PAPÉIS DE TRABALHO

De acordo com CREPALDI (2002), quando da elaboração dos papéis de trabalho, o auditor deverá levar em consideração alguns aspectos relativos à forma da estrutura a saber:

- **Concisão:** os papéis de trabalho devem ser concisos, de forma que todos entendam sem a necessidade de explicações por parte da pessoa que os elaborou. Qualquer pessoa com conhecimento razoável de auditoria, deve ser capaz de interpretar a maneira com que foi conduzido o trabalho;
- **Objetividade:** os papéis de trabalho devem ser objetivos, de forma que se entenda aonde o auditor pretende chegar. Não se deve divagar nas conclusões e observações obtidas no decorrer da auditoria, para que se possível manter a objetividade do trabalho;
- **Limpeza:** os papéis de trabalho devem ser limpos, de forma a não prejudicar o entendimento destes. Excesso de informações, fontes de pesquisa, ao invés de demonstrar a profundidade dos exames, pode transparecer falta de planejamento, o que pode prejudicar o entendimento do trabalho realizado;
- **Lógica:** os papéis de trabalho devem ser elaborados de forma lógica de raciocínio, na seqüência natural do objetivo a ser atingido. A “abertura” de papéis de trabalho com rigor lógico, desencadeamento de etapas, favorece a revisão e entendimento do que foi executado pelo auditor;
- **Completos:** os papéis de trabalho devem ser completos por si só, evitando assim que o revisor destes tenha que recorrer a novas informações para fundamentar o que foi executado pelo auditor.

## 2.4 TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO DOS PAPÉIS DE TRABALHO

Assim como, em qualquer área, na auditoria existem técnicas para a elaboração dos papéis de trabalho para que os mesmos cumpram com seus objetivos e também para que haja uma padronização.

---

<sup>3</sup> Embora em situações especiais, ele poderá entregar uma cópia dos papéis para as pessoas interessadas, desde que autorizado pela empresa auditada. Também em defesa de sua conduta profissional é permitida a entrega de uma cópia dos papéis de trabalho junto aos órgãos especiais para esta situação.

<sup>4</sup> Resolução CFC n.º 828/98 NBC T 11 - IT 2 Papéis Trabalho e documentação Auditoria - D.O.U de 15/12/1998



As técnicas para confecção dos papéis de trabalho auxiliam na padronização da própria equipe de auditores, bem como para que estes atendam a regras de aceitação em várias partes do mundo, pois estas técnicas são consagradas internacionalmente.

Em conformidade com ALMEIDA (2003) sempre que possível o auditor deve fazer a anotação de seus trabalhos a **lápiz (preto)**, grifo nosso, facilitando as possíveis alterações durante a execução do serviço, principalmente quando da revisão feita por auditores mais experientes.

A escrituração a **lápiz**<sup>5</sup> preto encontra justificativa quando os papéis são elaborados manualmente, e estes não podem conter rasuras.

Na parte superior do papel de trabalho devem ser anotados o nome da empresa auditada, a data-base do exame e a área que está sendo examinada.

Esta recomendação é para que o auditor identifique claramente para qual empresa está prestando o serviço, arquivar corretamente os documentos, além de indicar a área que está sendo verificada.

Os papéis de trabalho não podem ter seu verso utilizado, os números assim como, as informações devem ser colocados na parte superior do papel de trabalho, enquanto que as explicações advindas do trabalho executado devem ser colocadas na parte inferior.

Esta recomendação é para que haja um padrão de apresentação, e que o auditor concentre em um local as explicações dos exames realizados.

As referências, **tiques ou símbolos**, são apostos ao lado do número auditado e devem ser explicados na parte inferior do papel de trabalho, servindo como evidência do trabalho realizado. Os tiques são marcações que servem para mostrar que os trabalhos foram executados e de onde estão vindo às informações.

Estas marcações agilizam a indicação do que efetivamente foi analisado, e facilitam a revisão dos trabalhos, considerando que o revisor conseguirá identificar que tipo de exame foi procedido pela auditoria.

O auditor deve evitar o excesso de tiques em uma mesma folha, pois pode “poluir” o documento e dificultar consultas e revisões dos papéis de trabalho. Os tiques devem ser anotados com lápis de cor (**normalmente vermelho**), de modo a identificar claramente o trabalho executado e também a fim de facilitar as revisões dos papéis de trabalho.

Os tiques de auditoria não podem ser iguais para explicações diferentes, pois perderia a função de agilidade e clareza da informação, assim como não podem ser excessivamente extensos, de modo a ter muitos dados na mesma explicação.

#### 2.4.1 EXEMPLOS DE TÍQUETES DE AUDITORIA

- √ *soma conferida;*
- ✎ *conferimos com o razão geral*
- ^ *conferimos com nossos papéis de trabalho do exercício anterior;*
- ∑ *cálculos conferidos;*
- Σ *conferimos com o somatório dos registros analíticos;*
- ε *conferimos com a documentação-suporte;*
- ▶ *confrontamos com as atas da diretoria;*
- ▶▶ *conferimos com o boletim de caixa;*
- || *confrontamos com as respectivas notas fiscais;*
- ☞ *verificamos recolhimentos subsequentes;*

---

<sup>5</sup> Obviamente que nestes tempos de tecnologia, é quase impossível a realização de auditoria sem os recursos da informática, todavia nada impede a realização de uma parte da auditoria através de papéis de trabalho manuais. Mesmo sendo os papéis de trabalho realizados de forma eletrônica, é importante conservar as mesmas premissas dos papéis manuais, inclusive quanto à cor aqui mencionada.

Existem outras técnicas para a elaboração dos PTA quando o desejo do auditor for o de dar uma explicação mais prolongada sobre determinada informação auditada.

O auditor pode também se utilizar do **sistema de notas** para que possa dar todas as explicações que achar necessárias nos papéis de trabalho, prestando uma informação mais completa que os próprios tíquetes.

#### 2.4.2 EXEMPLOS DE NOTAS EM AUDITORIA

**Nota 01:** Não foi possível a constatação da aplicação da convenção coletiva de trabalho, considerando que a mesma não estava arquivada no escritório regional, e não foi localizada em outra sede.

**Nota 02:** A realização do inventário físico foi impraticável de ocorrer na data programada, devido ao fato da empresa ter participado de licitação e ter sido escolhida, o que gerou demanda de serviço no período da programação do inventário.

Os papéis de trabalho que são montados devem ser aqueles que somente trarão uma utilidade para o auditor, e as informações que neles irão conter devem se limitar aos dados necessários. Assim, como os comentários devem conter uma redação clara e de fácil compreensão.

Os papéis de trabalho devem ter sua apresentação e o seu conteúdo de modo a permitir que uma pessoa que não participou do trabalho possa compreendê-los de imediato. E no final, os papéis de trabalho devem indicar as conclusões alcançadas.

Existe uma **codificação** dos papéis de trabalho para que as informações anotadas pelo auditor sejam facilmente encontradas. Essa codificação pode ser feita através de sistema numérico ou alfabético, ou pela combinação dos dois. **A codificação** deve ser feita com lápis de **cor azul** e apostro na parte direita superior do papel de trabalho. Todos os papéis devem ser codificados.

Esta codificação auxilia no arquivamento e “amarração” das informações que constam nos PTA, de modo que sempre seja indicada a origem de determinada informação/número, e para onde esta informação está indo.

Os papéis de trabalho normalmente iniciam com a “**folha/cédula líder**”, ou “**folha/cédula mestra**” que é aquela que recebe a primeira letra indicadora, e onde constam os dados ou valores sintéticos.

As folhas seguintes, conhecidas por “**folhas/cédulas subsidiárias**”, ou “**folhas/cédulas de desdobramento**”, receberão a letra indicadora da folha líder, precedida de uma numeração seqüencial, demonstrando que os valores ou dados serão “abertos” analiticamente.

#### 2.4.3 EXEMPLO DE CODIFICAÇÃO/AMARRAÇÃO

<i>Folha/cédula líder</i>	<b>A</b>	Auditoria na tesouraria
<i>Folha/cédula subsidiária de A</i>	<b>A1</b>	Relação analítica dos bancos
<i>Folha/cédula líder</i>	<b>B</b>	Auditoria em vendas
<i>Folha/cédula subsidiária de B</i>	<b>B1</b>	Relação analítica de clientes
<i>Folha/cédula líder</i>	<b>C</b>	Auditoria em compras
<i>Folha/cédula subsidiária de C</i>	<b>C1</b>	Solicitações de compras

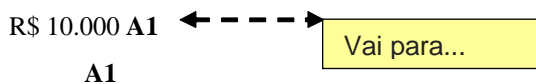
Dentro do item de amarração, é importante mencionarmos a técnica correta para referências cruzadas, as quais são utilizadas para “ligar” um PTA de auditoria a outro, ou evidenciando números dentro do mesmo PTA, demonstrando a correlação existente entre os dados.

#### REGRAS BÁSICAS PARA CRUZAR REFERÊNCIAS

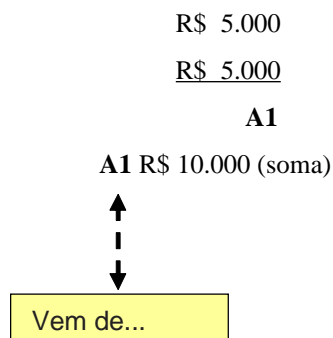
- somente cruzar cifras idênticas;
- o cruzamento das referências de ser preferencialmente na cor azul;
- o cruzamento deve ser feito em ambas as direções.

- A posição da referência com relação ao número referenciado indica sua direção, a saber:
  - A referência de um número que “vai para...” coloca-se do lado direito ou abaixo do número.
  - A referência de um número que “vem de...” coloca-se do lado esquerdo.

### EXEMPLO DE REFERÊNCIAS CRUZADAS



### OUTRO EXEMPLO DE REFERÊNCIAS CRUZADAS

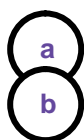


Como última técnica da elaboração de papéis de trabalho, vamos abordar o item que recebe o nome de **exceção**, a qual normalmente pode ser constatada pela auditoria na execução dos testes de observância<sup>6</sup> feitos para verificar como estão funcionando os sistemas e, conseqüentemente representa o descumprimento de algum passo ou item do sistema.

As exceções recebem a simbologia de uma “letra argolada” de cor azul, e são indicativos nos PTA de que algo não está correto na sistemática de controles internos da empresa, portanto o auditor não está concordando com o procedimento adotado.

Toda exceção deverá ser efetivamente documentada nos papéis de trabalho, e posteriormente abordada detalhadamente em relatório.

#### 2.4.4 EXEMPLOS DA REPRESENTAÇÃO DAS EXCEÇÕES



*A empresa não vem efetuando o pagamento das horas extraordinárias, conforme determina a convenção coletiva da categoria profissional.*

<sup>6</sup> Em relação a este assunto, de testes de observância, vide artigo de nossa autoria intitulado: “**Testes de auditoria: uma revisão conceitual aplicável na prática**”, publicado na Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, nº 147 do 1º quadrimestre de 2007, disponível no endereço eletrônico [www.crcpr.org.br](http://www.crcpr.org.br)

## 2.5 PROGRAMAS DE AUDITORIA

O Programa de Auditoria é o planejamento de ação voltado para orientar e controlar a execução dos exames de auditoria.

É a forma escrita e ordenada de uma série de procedimentos de verificação a serem aplicados durante o trabalho de auditoria, de modo que sejam obtidas as melhores evidências e provas das áreas investigadas.

Deve-se ter sempre o programa de auditoria em mãos para a execução completa do trabalho. Não há programas fixos, podendo ser elaborado pelo próprio auditor, sujeito as alterações periódicas.

Para a correta elaboração de um programa de auditoria, devem ser considerados os levantamentos iniciais realizados pelo auditor através de entrevistas e aplicação de questionário de controle interno, sem entretanto fazer parte integrante do programa.

O levantamento inicial não pode ser considerado como parte integrante do programa de auditoria, pois representa uma parte ainda indefinida, onde as respostas transmitidas não são revestidas de confiabilidade pela ausência da aplicação de testes formais de auditoria.

Cada auditor, todavia, utiliza o programa de trabalho como melhor lhe convém, não havendo uma norma muito rígida que impeça de inserir medidas paralelas de confiabilidade dos controles.

Muitas vezes, ao realizar uma verificação pela terceira ou quarta vez consecutiva, por exemplo, é possível encontrar modificações de controles que antes já haviam sido realizados.

O fato de se inserir a repetição sobre verificações de controles internos pode ter dupla vantagem, a saber:

- 1º) Confirmar levantamentos realizados;
- 2º) Observar se o cumprimento do controle é efetivo, ou seja, se não é fruto apenas de “rotina”, mas de “cumprimento de rotina”.

Pode ocorrer que a empresa tenha um sistema de organização de controles, de aparente qualidade, mas que, na prática, não o executa, ou o faça apenas parcialmente.

O Programa de Auditoria pode, pois, sem erro técnico, sem prejuízo de qualidade, inserir repetições de testes de controles, em suas “execuções”, mesclando-os com a verificação.

Ressalta-se, entretanto, que tal prática se justifica nas primeiras auditorias, mas que seu esforço pode ser reduzido em serviços de duração mais prolongada ou permanente.

### 2.5.1 VANTAGENS DA UTILIZAÇÃO DO PROGRAMA DE AUDITORIA

- ⇒ Estabelecer a maneira adequada de realização dos trabalhos;
- ⇒ As considerações feitas pelo auditor para a determinação de seu trabalho;
- ⇒ Controlar o tempo gasto na realização do trabalho;
- ⇒ A seqüência lógica de realização do trabalho; e
- ⇒ Evidência dos trabalhos e quaisquer mudanças ocorridas em relação ao original.

### 2.5.2 ITENS BÁSICOS A SEREM OBSERVADOS NA CONFECÇÃO DE PROGRAMAS DE AUDITORIA

- Definição dos objetivos da área a ser auditada;
- Determinação do escopo da auditoria;
- Avaliação do controle interno como base à extensão e profundidade do trabalho a ser concluído;
- Avaliação da relevância;

- No momento da aplicação, definir os procedimentos de auditoria;
- No desenvolvimento dos procedimentos de auditoria, que são os passos a seguir no trabalho, devem começar com verbos de ação, tais como: verificar, demonstrar, calcular, obter...

De acordo com instruções emitidas pelo IBRACON, Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes, abordaremos aspectos relativos à custódia dos PTA e sua revisão.

## ASPECTOS RELATIVOS À CUSTÓDIA DOS PAPÉIS DE TRABALHO

- ☞ São de propriedade exclusiva do departamento de auditoria;
- ☞ Não devem ser entregues a terceiros, ou com estes discutidos sem a autorização do gerente de auditoria;
- ☞ As informações constantes nos papéis de trabalho nunca devem ser discutidas fora do departamento de auditoria;
- ☞ Devem ser conservados em local seguro, preferencialmente em cofres, ou arquivos fechados, tanto durante o almoço, como ao final do expediente;

## REVISÃO DOS PAPÉIS DE TRABALHO

- Os papéis de trabalho estão sujeitos à revisão do sênior, que prepara uma folha de “pontos pendentes”;
- A revisão representa um comentário crítico do sênior sobre o trabalho do assistente;
- A eliminação das pendências deve ser evidenciada nos papéis de trabalho e não nas folhas de pendências onde foram levantadas;
- A promoção dos auditores dentro da hierarquia da organização encontra como um dos itens de avaliação, a clareza e objetividade com que são “abertos” e desenvolvidos os PTA.

## TIPOS DE PAPÉIS DE TRABALHO

Há uma padronização dos papéis de trabalho para que facilite o seu uso, entendimento, arquivo e sobre tudo para demonstrar a evidência do exame praticado.

Citamos três papéis de trabalho: o memorando, o papel de trabalho de sete colunas e o programa de auditoria.

O memorando é utilizado quando o auditor precisa relatar alguns procedimentos adotados pela empresa no momento, por exemplo, que estiver realizando um trabalho de contagem física.

Os papéis de trabalho sete ou quatorze colunas são utilizados quando o auditor realiza um exame mais apurado, como por exemplo, uma conciliação ou análise, onde além de expressar o objetivo ele relatará os exames e evidências praticadas.

O programa de auditoria serve como roteiro básico de todas as etapas que o auditor tem que cumprir para a realização do seu trabalho.

De acordo com LOPES DE SÁ (2002) existem ainda duas categorias de papéis de trabalho que podem ser divididos em:

**Papéis permanentes**, que contém informações utilizadas em mais de um trabalho ou exercício social. Esses papéis devem conter informações importantes que tenham interesses permanentes e que possam ser utilizados em bases recorrentes.

**Papéis correntes** são utilizados somente para o trabalho em curso, ou melhor dizendo, do próprio exercício social.

Exemplos de papéis de trabalho permanente:

- os manuais de procedimentos internos;
- o Estatuto ou Contrato Social;
- plano de contas;
- documentos de planejamento de longo prazo.

Exemplos de papéis de trabalho correntes:

- programa de auditoria;
- anotações dos ajustes e reclassificações;
- questionário de controles internos;

### 3 CONCLUSÃO

Para comprovar a realização dos trabalhos, o auditor deve documentar as atividades através da abertura de papéis de trabalhos (PT ou PTA), os quais servem inclusive para representar os auditores na justiça ou diante de defesa em órgãos de classe quando forem questionados.

Na elaboração de papéis de trabalho são utilizadas palavras que fazem parte do linguajar dos auditores, tais como tiques, amarrações, exceções, referências cruzadas, entre outros.

Na elaboração dos papéis de trabalho o respeito a estas técnicas é fundamental, pois serão estas que darão consistência e formalização aos trabalhos, contribuindo para que estes sejam executados de forma racional, lógica e livre de erros.

Para a execução das atividades os auditores se utilizam de modelos padronizados de papéis de trabalho, onde os mais comuns são os de sete colunas, quatorze colunas e memorando.

Embora atualmente os papéis de trabalho sejam executados de forma eletrônica, à formatação e disposição dos campos segue mais ou menos àqueles papéis de trabalho físicos, preservando os elementos essenciais consagrados pelas doutrinas em auditoria.

A utilização dos papéis de trabalho de sete e, quatorze colunas normalmente são quando o auditor necessita a demonstração de cálculos e informações numéricas, ao passo que o papel de trabalho memorando é mais utilizado na redação de sugestões e descrições de atividades.

---

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. **Auditoria**: um curso moderno e completo. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ATTIE, W. **Auditoria**: conceitos e aplicações . 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

CORDEIRO, C. M. R. “Auditoria interna: qual é a sua postura em um ambiente globalizado e competitivo?” Artigo técnico publicado na **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná** - nº 122 - p. 17. Curitiba: 1998.

\_\_\_\_\_. “Uma abordagem sobre a ética no desenvolvimento de trabalhos de Auditoria e de Perícia Contábil” Artigo técnico publicado na **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná** - nº 123 - p. 10. Curitiba: 1999.

\_\_\_\_\_. “Auditoria contábil, analítica e da qualidade, quais são as suas semelhanças?”



Artigo técnico publicado na **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná** - nº 125 - p. 40. Curitiba: 1999.

\_\_\_\_\_. “Segurança de dados em meios eletrônicos” Artigo técnico publicado na **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná** - nº 127 - p. 38. Curitiba: 2000.

\_\_\_\_\_. “Auditoria como instrumento de gestão”. Artigo técnico publicado na **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná** - nº 130 - p. 28. Curitiba: 2001.

CREPALDI, S. A. **Auditoria contábil: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

FRANCO, H. e MARRA, E. **Auditoria contábil**, 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LOPES DE SÁ, A. **Curso de auditoria**, 10. ed. São Paulo, Atlas, 2002.

# A DESCONSTRUÇÃO FACTUAL EM *O MEZ DA GRIPPE DE VALÊNCIO XAVIER*

*Evanir Pavloski*<sup>1</sup>

O que vem a ser a verdade? Em assuntos religiosos, não passa da opinião que prevaleceu. No campo da ciência é a última novidade. No plano da arte, é a mais recente atitude do espírito. **Oscar Wilde**

## RESUMO

O objetivo desse trabalho é apresentar uma análise das diferentes visões interpretativas da história que se entrelaçam na novela *O mez da gripe* de Valêncio Xavier. Com base no estudo topológico do discurso desenvolvido por Hayden White e nas conflituosas relações entre a historiografia e outros modelos de registro, pretendemos demonstrar os aspectos subjetivos envolvidos nas práticas discursivas, desmitificando os conceitos tradicionais de fato e verdade. No decorrer do trabalho, analisaremos diversos tipos de textos que focam sobre o mesmo momento da história, evidenciando a inconsistência de um discurso unívoco e dogmático. Finalmente, discutiremos a proposta argumentativa implícita na própria obra, a qual confirma a existência de um olhar crítico que não só distribui de forma organizada os múltiplos textos que compõem a novela, mas também define as bases de um discurso particular marcado pela problematização do estudo e registro de eventos históricos.

**Palavras-chave:** Discurso; Fato; Inconsistência; Verdade .

## ABSTRACT

The aim of this work is to present an analysis of the different interpretative visions of History that are interwoven in the novelette *O mez da gripe* written by Valêncio Xavier. Based on the discourse's topological study performed by Hayden White and the conflicting relations between the historiography and other models of records, we intend to show the subjective aspects involved in the discursive practices, debunking the myths around the traditional concepts of fact and truth. As we proceed, we will analyze diverse types of texts that focus on the same historical moment, revealing the inconsistency of a sole and dogmatic discourse. Finally, we will discuss the argumentative proposal implicit in the literary work, which confirms the existence of a critical attitude that not only distributes in an organized way the various texts that compose the novelette, but also defines the basis for a specific discourse marked by the questioning of the study and documentation of historic events.

**Key words:** Discourse; Fact; Inconsistency; Truth.

---

<sup>1</sup> Graduado em Letras Português-Inglês, Licenciatura. Mestre e Doutorando pela Universidade Federal do Paraná. Professor das disciplinas de Literatura Portuguesa e Literatura Inglesa das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba. C-eletrônico: [evanir.cwb@bol.com.br](mailto:evanir.cwb@bol.com.br).

## 1 INTRODUÇÃO

As reflexões sobre a possibilidade de estabelecer limites rígidos entre a história e a ficção ou de privilegiar uma das duas formas de interpretação da realidade são tão antigas quanto presentes. Desde a teoria aristotélica, aspectos inerentes ao texto histórico e ao texto ficcional, como a linguagem e o ponto de vista autoral, têm servido como base para teorizações que visam ora delimitar objetivamente os campos de estudo de cada área, ora conceituá-las como complementares no processo de registro e desvendamento do passado. Poderíamos citar exemplos como a estética literária dos escritos históricos humanistas no século XV, a história positivista do século XIX contrastada pela subjetividade romântica do mesmo período, a ascensão do romance histórico, desde Sir Walter Scott e a relativização da chamada história documental.

Tais discussões configuram um movimento dialético no qual dois elementos complementares parecem assumir uma posição central: a escritura do texto e o discurso implícito nele.

Sobre o primeiro deles Hayden White afirma que:

Antes da Revolução Francesa, a historiografia era considerada convencionalmente uma arte literária [...] O século XVIII foi fértil em obras que distinguem entre, de um lado, o estudo da história e, de outro, a escrita da história. A escrita era um exercício literário, especificamente retórico, e o produto desse exercício devia ser avaliado tanto segundo princípios literários quanto científicos (WHITE, 2001, p. 139).

Assim, uma vertente de análise formalista parece delimitar os espaços entre a historiografia e a escrita literária. Contudo, a distinção formal entre texto científico e texto estético-ficcional pode ser tomada como íntegra e definitiva? Pode o uso da subjetividade ser desvinculada da produção de qualquer texto? Pensemos agora sobre a escolha dos temas a serem abordados, a determinação dos recortes temporais a serem discutidos e o preenchimento de lacunas propiciadas pela complexidade do estudo da história. Tais elementos não correspondem a aspectos subjetivos também presentes no trabalho do ficcionista? E, finalmente, qual a influência exercida por princípios ideológicos e representações pré-concebidas da realidade na composição geral do texto, seja ele científico ou literário?

Tais questionamentos parecem conduzir a uma relação de condicionamento e justificação entre o construto verbal e o discurso gerador que o define. Se por um lado, a escritura do texto é orientada por práticas e modelos discursivos, por outro, o resultado da elaboração textual serve freqüentemente como instrumento de legitimação dos paradigmas interpretativos utilizados. Como salienta Michel Foucault, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Ao analisar as práticas discursivas nas ciências humanas, com especial atenção ao estudo da história, Hayden White enfatiza a inevitável presença de elementos da consciência do autor na construção do texto. Tal intromissão decorre do esforço de cada indivíduo ao tentar organizar a realidade caótica na qual estão imersos em um todo coerente e, em alguns casos, científico. “Nosso discurso sempre tende a escapar dos nossos dados e voltar-se para as estruturas da consciência com que estamos tentando apreendê-los; ou, o que dá no mesmo, os dados sempre obstam a coerência da imagem que estamos tentando formar deles” (WHITE, 2001, p. 13).

---

**A arte literária utiliza a subjetividade como mecanismo de apreensão e representação da realidade e pode, em diversos casos, empreender uma discussão crítica de eventos históricos segundo sua própria perspectiva ideológica e estética.**

---

Assim, a dificuldade de compreender e condensar aspectos múltiplos da realidade em um construto verbal redundante na utilização de recursos subjetivos que podem ser apreendidos na escritura do texto como reflexos da linha discursiva assumida pelo autor. A esse processo White atribui a designação de *trópico*. “Trópico é a sombra da qual todo discurso realista tenta fugir. Entretanto, esta fuga é inútil, pois trópico é o processo pelo qual todo discurso constitui os objetos que ele apenas pretende descrever realisticamente e analisar objetivamente” (WHITE, 2001, p. 14) [grifo do autor].

Dessa forma, a análise tropológica de White demonstra a impossibilidade prática de um ideal de objetividade plena na composição de textos que visam a interpretação, tanto sincrônica quanto diacrônica, das sociedades históricas. De maneira

semelhante, a arte literária utiliza a subjetividade como mecanismo de apreensão e representação da realidade<sup>2</sup> e pode, em diversos casos, empreender uma discussão crítica de eventos históricos segundo sua própria perspectiva ideológica e estética. Os rígidos limites entre história e ficção parecem se dissolver ao nível discursivo e composicional dos textos.

Contudo, a chamada história factual em seu constante apelo ao cientificismo do século XIX conserva um discurso positivista centrado na análise supostamente direta e imparcial de seu objeto de estudo: o fato histórico. Diante desse posicionamento tradicional, uma parcela considerável da literatura produzida no século XX questiona e problematiza a visão dogmática assumida por grupos de historiadores que caracterizam os eventos e seus respectivos registros como elementos indissociáveis e inquestionáveis. Como salienta Eliana Yunes: “o conhecimento como uma estrutura livre de ambigüidades, sem opacidades, reduzido a uma universalidade e univocidade, pretensamente científicas, apropriado à instrumentalização, ignora as diferenças de seus usuários, os contextos e condições de produção” (YUNES, 2002, p. 23).

Assim, o positivismo histórico vem sendo cada vez mais contestado quanto ao seu ideal de interpretação unívoca dos acontecimentos, causando uma proliferação de novos discursos que incluem novas orientações de gênero, raça e classe social anteriormente desprezadas pela narrativa histórica oficial. Dentro dessa ampliação de horizontes, o conceito tradicionalmente sólido do que seria factual passa a ser visto como discursivo e parcial, sendo, portanto, passível de diferentes interpretações. Maria Izilda de Matos afirma que a progressiva conscientização da pluralidade interpretativa intrínseca aos estudos da história gera uma expectativa quanto à formação de novos paradigmas de análise. Segundo a autora, “essa expectativa alia-se à pluralidade de possibilidades de olhares sobre o passado – mostrando que este pode ser desvendado a partir de múltiplas questões” (MATOS, 1998, p. 68).

É preciso salientar, entretanto, que não nos referimos somente aos conceitos fluídos de veracidade dos fatos e fidelidade dos registros, mas também a arbitrariedade e às conseqüentes limitações das próprias definições tradicionais de fato e registro. Um evento possui existência material ou sua gênese somente se dá por meio de um impulso interpretativo e discursivo? A memória, a cultura popular, o jornalismo e a literatura não carregam em si marcas aparentes de historicidade que devem ser avaliadas como formas legítimas de registro histórico?

Valêncio Xavier, escritor paulista radicado em Curitiba, transfere esses questionamentos para sua novela *O mez da gripe*, possibilitando reflexões sobre a multiplicidade de visões de um momento histórico determinado, evidenciando as particularidades discursivas, subjetivas e estéticas envolvidas na composição de textos valorizados ou não como registros factuais e problematizando o tradicionalismo positivista de certas vertentes do estudo da história.

Primeiramente, devemos analisar a pertinência da organização da obra na forma de uma novela, uma vez que tal característica parece colaborar sobremaneira para o efeito narrativo e temático do texto.

Segundo Massaud Moisés, a novela

constitui-se de uma série de unidades ou células dramáticas encadeadas e portadoras de começo, meio e fim. De onde semelhar uma feira de contos enlaçados. Todavia, cada unidade não é autônoma: a sua fisionomia própria resulta de participar de um conjunto de tal forma que, separada dela, não tem razão de ser. Por outro lado, a retirada de uma das parcelas acabaria comprometendo a progressão em que se inscreve (MOISÉS, 2001, p. 363).

Dentro desse arquétipo textual, Valêncio distribui ao longo das setenta e nove páginas da obra diversos fragmentos narrativos, pertencentes a diferentes enredos, que se alternam e se entrecruzam sob o pano de fundo de um ano particularmente conturbado, tanto nas divisas municipais e nacionais quanto nas trincheiras internacionais. Poderíamos identificar na obra pelo menos cinco linhas narrativas, das quais uma seria a principal e descreveria o avanço do surto de gripe espanhola em Curitiba em 1918. As outras quatro - ligadas à primeira pela simultaneidade ou pela causalidade - descrevem a repercussão no Brasil da grande primeira guerra e as ações de personagens como um louco, um estuprador e uma testemunha da epidemia que, cinquenta e oito anos depois, tenta recuperar as suas memórias.

Além disso, a inclusão de inúmeros textos originais de 1918 contribui para a construção do panorama da época, estabelecendo relações com os fragmentos narrativos ao longo do texto e revelando o impacto não só da enfermidade, mas também do conflito internacional sobre a sociedade da capital paranaense.

Assim, a fragmentação narrativa característica da novela espelha a multiplicidade de vozes, versões e fontes históricas que problematiza um estudo de cunho positivista de eventos do passado. Esse procedimento acaba por criar um caleidoscópio interpretativo que desqualifica a busca de quimeras como “as verdades absolutas” ou “os fatos inegáveis”. Assim, a história perde o seu status dogmático e se fragmenta em múltiplas perspectivas analíticas que

---

<sup>2</sup> Diversos autores escreveram sobre o processo de criação literária, analisando especificamente a dificuldade característica da representação mimética. Podemos citar no século XX, dentre muitos outros nomes, Henry James, Virginia Woolf, Aldous Huxley e E. M. Forster. Huxley, por exemplo, afirma que “o artista dá ordem ao mundo em termos de ‘forma significante’. O que é tentar perceber as formas inerentes à natureza, e encontrar uma equivalência simbólica para essas formas, que ele então impõe ao mundo a fim de produzir a ordem que sente ser tão importante, e que, na verdade, todos julgamos ser muito importante” (HUXLEY, 1977, p. 164).

partem do mesmo ponto, mas que seguem caminhos distintos. Como salienta Eliana Yunes, “no conjunto, o que se coloca em relevo é uma crítica às noções de conhecimento objetivo e de um sujeito que se pretende capaz de conhecer sem se conhecer. Uma representação dos fatos é uma hipótese ou uma versão” (YUNES, 2002, p. 23).

Em *O mez da gripe* podemos perceber seis formas diferenciadas de registro histórico: os textos jornalísticos, os relatórios governamentais, a estatística, a memória, a propaganda e a literatura. Esses seis modelos de preservação da história são colocados lado a lado e constantemente confrontados como forma de avaliar o grau de subjetivação e condicionamento discursivo a que estão sujeitos<sup>3</sup>. Vejamos cada um deles separadamente.

O jornalismo sempre carregou consigo os ideais de independência e imparcialidade na exposição dos fatos. Contudo, se a própria noção de factual é passível de críticas e contestações devido à sua essência fugaz e à sua transposição subjetiva ao nível discursivo, pode a representação textual de um evento estar completamente isenta da influência de aspectos sociais, ideológicos e políticos do meio onde ela foi gerada? A própria decisão dos acontecimentos que merecem maior ou menor destaque não corresponde a um julgamento de valores essencialmente parcial?

Dessa forma, os textos jornalísticos não podem ser definidos apenas como veículos informativos da história, mas como agentes constituintes do processo histórico em si. O jornalismo, assim como a literatura, não representa fielmente a realidade. Ele reconstrói a realidade por meio de signos, adaptando-a ao trópico discursivo que lhe convém, uma vez que, como postula Hayden White, “o intuito do discurso é *constituir* o terreno onde se pode decidir *o que contará como um fato* na matéria em consideração e determinar qual o *modo de compreensão* mais adequado ao entendimento dos fatos assim constituídos” (WHITE, 2001, p. 16) [grifo do autor].

Valêncio Xavier introduz em sua obra manchetes de dois jornais curitibanos em atividade durante a crise epidêmica: O Comercio do Paraná e o Diário da Tarde. Contudo, os dois órgãos de imprensa analisam os acontecimentos e informam a população de maneiras bastante distintas, quando não opostas.

Primeiramente, o distanciamento entre a ênfase dada por cada um dos jornais ao alastramento e gravidade da gripe na cidade é indiscutível. Percebe-se um compromisso ideológico e, possivelmente, político orientando a organização dos discursos transformados em manchetes pelos dois periódicos. Assim, um processo de seleção, omissão, censura e destaque de informações a serem publicadas se torna aparente pela justaposição das notícias diárias expostas nas bancas.

#### NÓS E A “INFLUENZA”

A nossa edição de hontem saiu muito aquem da expectativa, devido a uma interrupção inesperada do trabalho em consequência de terem adoecido operários da secção de composição, obrigando-nos assim ao sacrificio de materia redactorial cuja inserção foi absolutamente impossível.

Esse facto suscitou hontem em certas rodas, commentarios ironicos em torno da nossa attitude em relação á epidemia de “gripe espanhola”, dizendo-se abertamente que a molestia invadira a nossa tenda para obrigar-nos á uma formal retratação.

Não obstante, continuamos firmes em nossa attitude pela razão de não ter sido de “gripe espanhola” verificado ainda um só caso n’esta capital, tratando-se de simples gripe, aliás commum na estação que atravessamos, os casos de doenças existentes.

#### COMMERCIO DO PARANÁ

(...)

#### A GRIPPE

Embora a censura policial tivesse varrido do noticiário da imprensa a relação dos fatos verificados, com relação á epidemia, o nosso dever profissional nos força a sahir do mutismo em que nos encontravamos nesse sentido e vir dizer ao povo que todo esse preparativo que se faz não é apenas para evitar que o mal chegue até nos, mas sim para dar combate á enfermidade que já nos atingiu.

#### DIÁRIO DA TARDE

(XAVIER, 2002, p. 24, 33).

<sup>3</sup> É interessante notar também a inserção de elementos que não são comumente valorizados como expressões objetivas da análise histórica como a literatura e a memória. Tal aspecto parece recuperar as reflexões de Michel Foucault em sua discussão sobre a genealogia e a história, a partir das idéias de Nietzsche: “daí para a genealogia, um indispensável demorar-se: marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda a sua finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história – os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos; apreender seu retorno não para traçar a curva lenta de uma evolução, mas para reencontrar as diferentes cenas onde eles desempenharam papéis distintos, e até definir o ponto de sua lacuna, o momento em que eles não aconteceram” (FOUCAULT, 2005, p. 15).

Não objetivamos aqui investigar de que lado a verdade histórica está concentrada – caso tal conceito deva e possa ser perseguido. Nossa ênfase recai sobre a caracterização de ambos os discursos como visões distintas de um mesmo momento da história, aspecto que relativiza o registro imparcial dos fatos e a construção de uma narrativa historiográfica oficial e unívoca.

Esta folha sempre se manteve numa atitude de calma solicitude ante os interesses publicos, abstendo-se de dar noticias que pudessem levar terror á nossa população...

COMMERCIO DO PARANÁ

A MORTANDADE CRESCE

Hoje, até ás duas horas da tarde foram registrados no Cartorio da Praça Tiradentes, 22 obitos, sendo 16 causados pelo mal reinante.

DIÁRIO DA TARDE

(XAVIER, 2002, p. 51).

---

**A elaboração aparente de uma linha discursiva adotada pelos respectivos jornais – e tal aspecto pode ser estendido a outras formas de registro histórico – acaba pluralizando o ideal de verdade e distribuindo-o dentre as múltiplas interpretações da realidade.**

---

A elaboração aparente de uma linha discursiva adotada pelos respectivos jornais – e tal aspecto pode ser estendido a outras formas de registro histórico – acaba pluralizando o ideal de verdade e distribuindo-o dentre as múltiplas interpretações da realidade.

Diante de uma ameaça à saúde pública, o governo estabelecido, através de seus vários organismos, não poderia deixar de registrar sua marca nos anais da história. Por meio de pronunciamentos, relatórios e campanhas educativas a administração da cidade acaba por formar um grupo consistente de documentos históricos que, para alguns estudiosos, representam a fonte mais confiável de registro. Entretanto, a composição desses textos é mediada por aspectos de ordem política, pragmática e profilática, evidenciando o direcionamento discursivo dado à interpretação dos eventos. Se por um lado existe a necessidade de informar e aconselhar a população, por outro, existe a preocupação em se evitar o pânico e a perturbação da ordem. Assim, os textos se mostram superficiais e inconclusivos no tocante ao verdadeiro âmbito da propagação da doença na cidade ao longo dos três últimos meses de 1918. Medidas de controle dos focos epidêmicos e de prevenção do contágio assumem o primeiro plano nos registros oficiais.

CONSELHO

ACONSELHAMOS AOS HABITANTES DE CORITIBA QUE NÃO SE VISITEM MESMO QUE NÃO HAJA MOLESTIA NAS CASAS QUE PRETENDEREM FREQUENTAR, ATÉ QUE TERMINE A EPIDEMIA NO RIO DE JANEIRO; BEM COMO QUE NÃO CONCORRAM AOS LOGARES ONDE HOVER AGGLOMERAÇÕES DE PESSOAS.

SR. DR. TRAJANO REIS

DIRECTOR DO SERVIÇO SANITARIO DO ESTADO

22/10/1918

(...)

DECRETO Nº 132

O PREFEITO MUNICIPAL DA CAPITAL, TENDO EM VISTA QUE AS DIRECTORIAS DE SERVIÇOS SANITARIOS DA CAPITAL DE SÃO PAULO E DESTE ESTADO, BEM COMO DA CAPITAL FEDERAL, ACONSELHAM INSISTENTEMENTE QUE SE EVITE AGGLOMERAÇÃO, PRINCIPALMENTE Á NOITE, AFIM DE IMPEDIR A PROPAGAÇÃO DA “GRIPPE ESPANHOLA”, EPIDEMIA ORA REINANTE EM DIVERSAS CAPITAIS DO PAIZ (...)

CURYTIBA, 24 DE OUTUBRO DE 1918

(XAVIER, 2002, p. 18, 21).

Os cuidados assumidos pelos órgãos governamentais na divulgação dos acontecimentos relativos à epidemia de gripe podem ser percebidos também na ação restritiva a determinados veículos de comunicação, especificamente o jornal Diário da Tarde:

Contra esse injustificado interesse das autoridades sanitárias, de ocultar a verdadeira situação, foi que, em termos claros, não em entrelinhas nos manifestamos ante-hontem, pois que, quasi sem homens para o trabalho, vendo hora a hora cahirem os nossos companheiros enfermos, reconhecendo que outra cousa não era sinão essa epidemia que já se estende por todo o Brasil, não nos era possível descuidar da nossa própria vida, achando razão nas declarações de que em Curitiba não há epidemia.

DIÁRIO DA TARDE

(XAVIER, 2002, p. 39).

Entretanto, um dos funcionários do Estado, em pronunciamentos extra-oficiais, revela uma outra perspectiva dos eventos que marcaram o final do ano de 1918. Dessa forma, a história testemunhal, na forma de relatórios pessoais, problematiza o discurso oficial e relativiza a integridade dos fatos a partir da multiplicidade de fontes das quais os dados podem ser colhidos.

Começou o mez de Novembro com um obito por grippe, no dia primeiro. Dahi em diante, o mal tomou proporções assustadoras, espalhou-se de modo aterrador, invadiu, por assim dizer, todas as casas, todas as classes sociaes.

(...)

No dia em que não houve caixões para serem transportados os cadaveres, mandei-os fabricar e, quando faltaram animaes para conduzir os carros funebres, mandei-os alugar pelo preço pedido, para que não ficassem insepultos os infelizes fallecidos.

(...)

Quando de fadiga não puderam os coveiros abrir sepulturas, mandei gratificar a outros indivíduos para que as fizessem, de modo a evitar a decomposição dos cadaveres.

Relatório do Sr. Dr. Trajano Reis,

Director do Serviço Sanitário.

(XAVIER, 2002, p. 39, 53, 61).

Contudo, a obra de Valêncio rompe com uma possível visão maniqueísta do leitor em relação aos modelos de registro histórico. O texto não cria uma simples oposição entre aqueles que expõe a verdade em sua completude e aqueles que omitem arbitrariamente certos acontecimentos. A novela desconstrói a noção de um discurso histórico isento de elementos de subjetividade, ideologia, pragmatismo e criatividade, uma vez que tais características são justamente aquelas que o definem como um discurso.

Dentro dessa proposta de discussão, um outro tipo de documento histórico é apresentado como instrumento de crítica a visões pré-concebidas da própria história e de seus múltiplos registros: os relatórios estatísticos. Devido a sua íntima relação com a matemática, a estatística é entendida automaticamente como um ramo das ciências naturais, assumindo um caráter positivista digno de inveja a muitos historiadores do século XIX. Supostamente, a frieza dos números e a aparente precisão dos resultados não abririam espaço para subjetivismos e partidarismos.

Entretanto, não só o processo pelo qual tais resultados são obtidos, mas também as possíveis interpretações dos mesmos, podem sofrer questionamentos quanto aos respectivos graus de objetividade e imparcialidade. Assim, os parâmetros para a coleta de dados, os grupos sociais analisados, as fontes de informações, as taxas de amostragem são elementos inerentes ao estudo estatístico passíveis de serem influenciados por aspectos externos aos simples cálculos numéricos.

Em *O mez da gripe*, a estatística desenvolve um papel ambivalente quando comparada a outras formas de registro histórico. Primeiramente, os resultados apresentados pelo serviço sanitário de Curitiba diferem daqueles divulgados pela imprensa, especificamente pelo jornal Diário da Tarde, uma vez que a quantidade de vítimas fatais da epidemia em novembro de 1918 se mostra maior no documento oficial. Enquanto o periódico informa a ocorrência de 288 óbitos causados pela gripe, o relatório estatístico aponta para um número total de 295 falecimentos. Tal diferença desestrutura uma possível visão glorificadora do jornalismo como veículo de propagação dos “verdadeiros fatos”, a qual poderia ser justificada pelas acusações de censura e omissão levantadas pelo jornal contra setores do governo municipal. Como afirmamos anteriormente, não se trata de definir qual dos dois resultados mais se aproxima do número exato de mortos, mas demonstrar que a idealização de uma fonte histórica baseada em aparentes compromissos ideológicos pode ser muitas vezes enganosa.



Além disso, é interessante perceber que ao contrapormos os números oficiais ao discurso memorialista de uma testemunha ocular da epidemia a disparidade quantitativa parece ser ainda maior.

Os primeiros mortos tinham mortalha, eu mesma costurei algumas. Depois era de qualquer jeito, faltou até caixão. Vinham buscar os mortos, antes de enterrar tiravam do caixão pra servir para outro.

(...)

Como saber quantos morreram? O governo não ia dizer o número verdadeiro de mortos para não alarmar. Até hoje ninguém sabe ao certo.

*DONA LÚCIA - 1976*

(XAVIER, 2002, p. 33, 39).

Contudo, qual o papel da memória enquanto registro histórico? Até que ponto a severidade do tempo pode distorcer e rearticular as lembranças de um determinado evento? Se por um lado, a história positivista pode ser contestada a partir de aspectos subjetivos inerentes ao seu discurso, por outro, os relatos memorialistas podem receber críticas em relação ao seu grau de objetividade. Eliana Yunes salienta que “ao perdermos de vista as sensações do momento, damos início a um esquema de associações que terminam por se fundir num certo amálgama com outras imagens” (YUNES, 2002, p. 28).

Ao tomarmos os relatos testemunhais como fontes de dados devemos considerar aspectos particulares como classe social, faixa etária e vinculação político-ideológica. Ao discutir certos postulados bakhtinianos, a autora citada acima sublinha a importância da caracterização do indivíduo ao afirmar que a polifonia de vozes, conceito essencial para a análise histórica segundo o teórico russo,

Corresponde à sugestiva diversidade de pontos de vista presente nas situações vividas (mas não só), em que os indivíduos agem e falam de um lugar definido histórica e socialmente; eles são sempre diversos por conta de suas vivências e interesses, quando não submetidos às padronizações de comportamento e pensamento massivos (YUNES, 2002, p. 19).

Tal preocupação metodológica, a qual, como vimos, pode ser estendida a outros modelos discursivos de preservação histórica, reafirma a íntima conexão entre memória e identidade. “A memória é fragmentada. O sentido de identidade depende em grande parte da organização desses pedaços, fragmentos de fatos e episódios separados” (VELHO, 1988, p. 124).

Relembrar é um dos diversos mecanismos de constituição subjetiva do indivíduo e de ilustração da imagem que este possui de si mesmo. Como sustenta Yunes, “no caso da *rememoração*, conta o próprio passado e suas marcas, donde o exercício favorece a reconstituição, mesmo imaginária, da vivência do indivíduo que dela necessita para *tornar-se sujeito*. A *subjetividade*, como se verá, é um exercício lento e gradual de constituição” (YUNES, 2002, p. 28) [grifo da autora].

Uma relação tão íntima entre memória, subjetividade e identidade, aliada às lacunas que o fluxo do tempo provoca na capacidade de rememoração dos sujeitos, problematiza o discurso memorialista, incluindo-o no caleidoscópio de visões e versões que parecem compor o estudo da história.

Na novela de Valêncio Xavier, a memória colabora na recuperação dos eventos relacionados à epidemia de 1918. Cinquenta e oito anos depois, Dona Lúcia, uma testemunha e vítima da propagação da moléstia na capital paranaense, revisita e retransmite suas lembranças daqueles conturbados meses. Como afirmamos anteriormente, sua voz se contrapõe, por exemplo, aos relatórios oficiais do serviço sanitário e a certas notícias divulgadas pelos órgãos de imprensa, uma vez que o panorama da época construído por Dona Lúcia apresenta um aspecto trágico muito mais acentuado.

Contudo, o autor reconhece a fragilidade das reminiscências diante da sucessão de dias, meses e anos, demonstrando o grau de fluidez e de indeterminação que as recordações podem assumir quando recuperadas. Dessa forma, os depoimentos proporcionados pela memória transitam livremente pela subjetividade, pelas contradições, pela imaginação, pelo ressentimento e pela comoção, constituindo uma interpretação diacrônica múltipla e fragmentada dos acontecimentos da época. Ao buscar suas recordações, Dona Lúcia apresenta relatos distintos e inconciliáveis que parecem corresponder a visões opostas de duas pessoas sobre o mesmo acontecimento. Assim, a multiplicidade de fragmentos que compõe a memória da personagem espelha a polifonia de vozes que coexistem no estudo da história e de seus anais. Tal característica fica evidenciada quando Dona Lúcia se refere ao destino de um casal de imigrantes alemães vitimado pela gripe espanhola e, possivelmente, por um ato de violência sexual cometido durante o período de convalescença:

Morava um casal de alemães, a mulher alta, loira, muito bonita. Clara, isso, seu nome era Clara. Não recebiam muita visita, não se davam com a gente do bairro. Os dois caíram com a gripe, ninguém notou. Imagine os dois, um num quarto, outro no outro, sofrendo sem assistência. Passaram muitos dias até que um vizinha lá entrou e encontrou os dois...

(...)

...Não, não estavam mortos, não, mas quase. Tiveram que levar os dois para o hospital.

(...)

Ela, a mulher, nunca mais ficou com o juízo perfeito. Passava uns tempos boa, teve até um filho, criança linda. De repente, dava assim como uma tristeza nela, saía a andar sozinha pelas ruas, sempre com um vidrinho de veneno nas mãos. Nunca largava o veneno, mesmo quando estava normal, alegre com o marido e com o filho...

(...)

...até que, um dia, tomou o veneno na rua, morreu, acharam ela já morta. Foi muito tempo depois, acho que foi lá por 30.

(...)

Moça bonita, solteira. Morreu na gripe. Não resistiu a febre forte. Muito branca, alta, cabelo loiro bem comprido. Morreu na gripe.

(...)

Não, ela morreu na gripe. O marido se salvou, mas ela morreu. Vi o corpo, bonita, muito branca, cabelo branco de tão loiro, mortalha branca.

(...)

Não, na época ela era não casada. Moça bonita, solteira. Muito branca, loira. Casou, teve filhos, mas nunca mais ficou certa da cabeça. Tinha períodos de lucidez, casou depois da gripe, teve filhos, mas nunca mais ficou certa da cabeça.

(XAVIER, 2002, p. 43, 47, 66, 75, 76).

Como pudemos verificar até aqui, o retrato de um período da história pode ser formado por meio de diferentes perspectivas, ênfases e linguagens. Indubitavelmente, o século XX trouxe consigo o desenvolvimento e a especialização de uma das formas de discurso mais presentes na vida diária da população: o discurso publicitário. Ultrapassando os limites do simples atendimento de demanda, a propaganda atualmente não apenas movimenta a economia criando diversos tipos de demanda, mas também registra padrões de pensamento e de comportamento que colaboram na caracterização de um momento histórico.

No caso de um período no qual a saúde pública se mostra ameaçada, os textos publicitários surgem como uma resposta às aparentes necessidades da população. Assim, em 1918 a gripe espanhola impulsiona a venda de produtos medicinais e profiláticos, os quais revelam os procedimentos médicos e preventivos praticados na época. Podemos citar como exemplos, a prescrição de xaropes para a tosse no tratamento de pacientes da gripe<sup>4</sup> e o uso de desinfetantes como medida de diminuição dos riscos de contágio. Tais medidas evidenciam o desconhecimento geral sobre a gravidade da doença e de suas formas de contaminação, aspectos de visível relevância para o estudo da história.

Além disso, a lei de oferta e procura é sempre influenciada pelos eventos que caracterizam um período, de forma que a mortandade crescente na cidade aquece o comércio de certos produtos, como por exemplo, caixões, decorações funerárias e tecidos para confecção de mortalhas e vestuário próprio para o luto.

Finalmente, a literatura desponta como um último mecanismo de relativização das “verdades” históricas dentro do amplo instrumental de Valêncio Xavier. Entretanto, nossa proposta de análise exige que a discussão do papel da arte literária na obra siga duas linhas argumentativas. A primeira delas se concentra no nível intratextual e na apresentação de excertos de poemas e canções por parte do autor como registros históricos. A segunda focaliza a própria constituição da novela *O mez da gripe* como um objeto estético, ao mesmo tempo, constituinte e problematizador da história.

Ao longo das múltiplas narrativas que se entrelaçam na obra, o autor insere textos poéticos que representam uma visão particular da epidemia que assolou a capital paranaense. Dessa forma, o lirismo e a ironia dos menestréis locais rearticulam a linguagem para fins estéticos e revestem os acontecimentos com a sensibilidade própria do poeta.

---

<sup>4</sup> Ver anexo 04.

A SEMANA RIMADA

“La influenza española”

Esso todo, la gran grita,

No tiene casi que nada

No passa, cosa esquisita!

De una...grande españolada

Jeca Rabecão<sup>5</sup>

(...)

A bruma, a nevoa, a gripe.

8/11/18

JAIME BALLÃO JUNIOR<sup>6</sup> – Caderno de um grippado

(XAVIER, 2002, p. 14, 45).

A literatura também é apresentada como veículo de crítica e contestação de certos procedimentos institucionais assumidos diante do avanço da gripe. Da mesma maneira que outros pontos de vista sincrônicos ao momento histórico, o texto literário atua como denunciador da imprecisão dos dados divulgados pelo governo e da ação restritiva da polícia.

“A HESPANHOLA”

De manhã abro as gazetas

Nenhuma nota – que bola!

Limpo e relimpo as lunetas

Nada, nada de hespanhola...

A polícia nos socorre

Toda notícia degola

-Aqui, de vez, ninguém morre,

Foi p’ro xadrez, a hespanhola.

José da Gaita

(XAVIER, 2002, p. 25).

É interessante notar como a linguagem poética, uma particularidade do discurso literário para alguns historiadores, parece contaminar a fala do protagonista de um dos eixos narrativos da novela: o estuprador. O relato versificado da personagem atribui ao ato criminoso um lirismo, ao mesmo tempo, belo e assustador. “Os olhos costurados pela febre / loura linha / a mesma que tece seus cabelos” (XAVIER, 2002, p. 25). A incompatibilidade entre a ação e a linguagem parece refletir a constante disparidade entre fato e discurso presente nos modelos de registro histórico.

Ultrapassando os limites do universo textual labiríntico criado por Valêncio Xavier, consideremos agora a novela em sua completude e a sua importância como registro da história, uma vez que, como vimos, as barreiras conceituais e tipológicas levantadas pelos defensores do positivismo parecem cada vez mais translúcidas. Ao mencionarmos tal relevância, não nos referimos unicamente ao evidente valor da obra na representação de um momento histórico específico, mas também à problematização dos registros que visam interpretar tal período. Assim, cabe-nos ressaltar a contribuição do autor para as discussões entre literatos e historiadores promovidas ao longo de grande parte do século passado. *O mez da gripe* não analisa apenas os eventos de 1918, mas questiona o processo contínuo de escrita da história. Como afirma H. R. Jauss,

---

<sup>5</sup> Ildefonso Pereira Correia, filho do Barão do Serro Azul e artisticamente conhecido como Jeca Rabecão, foi um dos autores que participou da efervescência cultural em Curitiba no início do século passado. Nessa época, periódicos, como **O olho da rua**, abriam espaço para os jovens escritores paranaenses publicarem suas obras. Dentre eles, poderíamos citar Alberto Teixeira, João Baptista Carvalho, Augusto de Carvalho (Braz Patife) e Euclides Bandeira.

<sup>6</sup> Escritor curitibano, autor de obras como **Caderno de um grippado**, publicada em 1918 e **Eterno sonho**, publicada em 1919.

A historicidade da literatura revela-se justamente nos pontos de intersecção entre sincronia e diacronia. Deve, portanto, ser igualmente possível tornar apreensível o horizonte literário de determinado momento histórico sob a forma daquele sistema sincrônico com referência ao qual a literatura que emergiu simultaneamente pôde ser diacronicamente recebida segundo relações de não-simultaneidade, e a obra percebida como atual ou inatual, como em consonância com a moda, como ultrapassada ou perene, como avançada ou atrasada em relação a seu tempo (JAUSS, 1994, p. 49).

Além de seu valor intrínseco aparente como marca de seu tempo, a literatura exerceu, por meio de seu próprio caráter documental, um papel importante na reavaliação de parâmetros do estudo da história, os quais eram vistos como objetivos e incontestáveis. Yunes salienta que, a partir de reflexões propostas por textos e teóricos literários,

os historiadores puderam pensar numa história nova ou história das mentalidades que, por sua vez, fez esmaecer as fronteiras entre ficção e história, agora mais claramente percebidas como versões e não como invenções e fatos. Os relatos, dependentes do ponto de vista de quem conta, supõem uma interpretação, ou seja, uma leitura construída segundo certas preferências e associações e, por isso mesmo, são ficções – com âncoras documentais ou não. Trata-se de uma contaminação que materializa a crise de fronteiras disciplinares e dos gêneros. A literatura recuperou seu estatuto de contribuinte efetiva para falar da história dos homens, assim como esta ganhou condições de tratar a sério personagens da história, para trabalhar suas questões mais específicas (YUNES, 2002, p. 24).

Assim, os textos literários, dentre os quais podemos incluir a novela de Valêncio Xavier, participam do processo de reconhecimento e valorização da própria literatura como elemento constituinte, documental e analítico do fluxo do tempo. Portanto, a arte literária delinea sua importância não apenas como uma testemunha discursiva dos acontecimentos, mas também como agente formador de conceitos, modos de representação, padrões ideológicos e comportamentais que acabam por se inscrever na evolução das comunidades históricas.

O abismo entre literatura e história, entre o acontecimento estético e o histórico, faz-se superável quando a história da literatura não se limita simplesmente a, mais uma vez, descrever o processo da história geral conforme esse processo se delinea em suas obras, mas quando, no curso da evolução literária, ela revela aquela função verdadeiramente constitutiva da sociedade que coube à literatura, concorrendo com as outras artes e forças sociais, na emancipação do homem de seus laços naturais, religiosos e sociais (JAUSS, 1994, p. 56).

Finalmente, resta-nos discutir um último aspecto em *O mez da gripe*: o discurso autoral. Como afirmamos anteriormente, o gênero novelesco se caracteriza pela multiplicidade de fluxos narrativos interligados e submetidos a um enredo principal. A fragmentação resultante desse aspecto aliada aos diferentes modelos textuais, lingüísticos e discursivos utilizados por Valêncio Xavier pode, ocasionalmente, gerar a impressão equivocada de que a obra foi construída a partir da colagem aleatória de recortes e depoimentos. Entretanto, um exame mais minucioso evidencia uma organização estrutural bem definida e aponta para uma linha argumentativa própria.

Os textos são apresentados na forma de um diário com claras marcações de data e divididos em três capítulos correspondentes aos três últimos meses do ano de 1918. Assim, os núcleos narrativos se desenvolvem de forma coerente ao padrão cronológico estabelecido. A partir dessas características podemos apreender um olhar organizador dos múltiplos aspectos que envolvem o momento histórico. Como vimos, o processo de seleção subjetiva de elementos da realidade e a sua padronização em modelos de significação formam as bases da prática discursiva. Vincent Jouve afirma que “qualquer que seja o tipo de texto, o leitor, de forma mais ou menos nítida, é sempre interpelado. Trata-se para ele de assumir ou não para si próprio a argumentação desenvolvida” (JOUVE, 2002, p. 22).

Mas qual é o discurso construído ao longo da novela? Parece-nos que a pergunta mais adequada seria: quais são os discursos desconstruídos ao longo da novela? A grande ênfase, ao nosso ver, em *O mez da gripe* recai sobre a pluralidade interpretativa inerente a qualquer acontecimento histórico, a qual é sustentada pela variação tropológica na apreensão dos componentes do mundo experimental e representada pelas diferentes expressões discursivas sincrônicas. Conseqüentemente, conceitos tradicionalmente idealizados, como a noções de fato e verdade, são problematizados pela presença de registros essencialmente marcados por processos interpretativos subjetivos, formando um amplo grupo de documentos que se revelam discrepantes e, muitas vezes, antagônicos.

Dessa forma, o passado se apresenta como um enigma a ser desvendado pelo leitor durante a leitura da novela de Valêncio Xavier. Um enigma fugidivo que lhe é apenas delineado pela obra e que oferece múltiplas possibilidades de resposta. Se esse mistério possuir um núcleo que possa ser caracterizado como “a verdade”, ele só pode ser construído de maneira individual e subjetiva. E, assim, *os fatos e as verdades* permanecem em constante multiplicação.

## CONCLUSÃO

**A** guisa de conclusão, em *O mez da gripe*, Valêncio Xavier problematiza o discurso histórico oficial e relativiza a objetividade proclamada por determinados modelos textuais. Percebe-se ao longo da novela que tanto a historiografia e o jornalismo quanto a literatura e as narrativas orais são práticas discursivas fundamentadas em visões específicas de mundo, as quais não podem ser desvinculadas totalmente de um maior ou menor grau de subjetividade. O indivíduo encarregado da produção de qualquer um desses discursos não pode se isolar hermeticamente do objeto sobre o qual se debruça, uma vez que ele faz parte da realidade que busca analisar ou descrever.

A obra coloca em evidência esse comprometimento subjetivo que cerca todo discursivo ao reunir dentro do mesmo texto diferentes versões que se propõe a discutir o mesmo momento histórico. Esse procedimento acaba por criar um caleidoscópio interpretativo que desqualifica a busca de quimeras como “as verdades absolutas” ou “os fatos inegáveis”. Assim, a história perde o seu status dogmático e se fragmenta em múltiplas perspectivas analíticas que partem do mesmo ponto, mas que seguem caminhos distintos.

A metáfora do quebra-cabeça ou do labirinto parece servir adequadamente ao leitor da obra de Valêncio Xavier, quando aquele se vê encurralado pela questão: em qual dessas representações a verdade se esconde? A resposta é possivelmente tão simples quanto insatisfatória: em nenhuma delas e em todas elas. A historiografia, o jornalismo, a literatura, a propaganda, a estatística e a memória são construções discursivas que se dispõem a representar ou desvendar um determinado evento de acordo com suas características próprias, articulando ao longo do processo os seus próprios conceitos de verdade. Nesse sentido, o labirinto construído pela novela apresenta múltiplas saídas e o reconhecimento da validade e da fluidez de cada uma delas pode ser visto como o cerne do discurso inerente à obra.

---

## REFERÊNCIAS

- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.
- HUXLEY, A. *A situação humana*. São Paulo: Círculo do Livro, 1977.
- JAUSS, H. R. **A história da literatura como provocação à teoria literária**. São Paulo: Ática, 1994.
- JOUVE, V. **A leitura**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- MATOS, M. I. Estudos de gênero: percurso e possibilidades na historiografia contemporânea. In: **Cadernos Pagu**, nº 11, 1998.
- MOISÉS, M. **Dicionário de termos literários**. São Paulo: Cultrix, 2001.
- VELHO, G. Memória, identidade e projeto. **Revista Tempo Brasileiro**, volume 95, pp. 119-126. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.
- WHITE, H. **Trópicos do discurso. Ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: Edusp, 2001.
- XAVIER, V. **O mez da gripe e outros livros**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- YUNES, E. (org.) **Pensar a leitura: complexidade**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2002.



# MECANISMOS DE EVALUACIÓN EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR BRASILEIRA: EL CASO DE LA IMPLANTACIÓN DEL SISTEMA NACIONAL DE EVALUACIÓN DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR - SINAES - Y SU IMPACTO EN LAS UNIVERSIDADES PARTICULARES

*Hugo Eduardo Meza Pinto<sup>1</sup>  
José Antônio Soares<sup>2</sup>*

## RESUMO

A década de 90 foi palco de uma série de câmbios estruturais para o Brasil. No campo educativo, especificamente na educação superior, houve uma importante expansão da oferta de vagas propiciada especialmente pelo setor privado. Um dos motivos palpáveis para a expansão privada foi a impossibilidade de oferecer educação estatal para uma população que requeria alta demanda de capacitação e especialização. Neste sentido, esta década foi caracterizada por uma flexibilização das leis de acesso ao setor educativo o que provocou um incremento das inversões privadas na educação superior. Muitas universidades, centros universitários e faculdades foram abertas, seja em grandes centros ou no interior do Brasil. Diante deste incremento, o governo brasileiro se viu obrigado a agregar padrões de controle de qualidade a uma educação em expansão. Uma série de mecanismos avaliativos foram usados, resultando em 2004 na criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Este mecanismo pretende avaliar a educação superior em três níveis: 1. avaliação das instituições de ensino superior; 2. avaliação dos cursos de graduação superior e 3. avaliação de desempenho dos estudantes. Esta avaliação, ao mesmo tempo que é necessária para analisar a qualidade da educação superior brasileira, impõe, também, grandes desafios para os gestores e inversões privadas. O presente trabalho, pretende discutir os desafios impostos pelos SINAES, especificamente a educação superior privada e o papel da gestão estratégica.

**Palavras-chave:** Avaliação; Controle de Qualidade; Educação Superior.

## RESUMEN

La década de 1990 fue palco de una serie de cambios estructurales para el Brasil. En el campo educativo, específicamente en la educación superior, hubo una importante expansión de la oferta de vacantes propiciada, especialmente, por el sector privado. Uno de los motivos palpables para la expansión privada fue la imposibilidad de ofrecer educación estatal para una población que llegaba ver altas demandas de capacitación y especialización. En este sentido, esta década fue caracterizada por una flexibilización de las leyes de acceso al sector educativo lo que provocó un incremento de las inversiones privadas en la educación superior. Muchas universidades, centros universitarios y facultades fueron abiertas, sea en grandes centros o en el interior del Brasil. Ante este incremento, el gobierno brasileiro se vio obligado a agregar padrones de control de calidad a esa educación expansiva. Una serie de mecanismos evaluativos fueron usados resultando en 2004 en la creación del Sistema Nacional de Evaluación de la Educación

---

<sup>1</sup> Economista. Dr. Hugo Eduardo Meza Pinto – Coordenador Pedagógico das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba. C-eletrônico: [meza@santacruz.br](mailto:meza@santacruz.br)

<sup>2</sup> Advogado. Msc. José Antonio Soares – Diretor das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba. C-eletrônico: [direcao@santacruz.br](mailto:direcao@santacruz.br)



Superior – SINAES. Este mecanismo pretende evaluar la educación superior en tres niveles: i. evaluación de las instituciones de enseñanza superior; ii. evaluación de los cursos de graduación superior y iii. evaluación de desempeño de los estudiantes. Esta evaluación, al mismo tiempo que es necesaria para analizar la calidad de la educación superior brasilera, impone, también, grandes desafíos para los gestores e inversionistas privados. El presente trabajo, pretende discutir los desafíos impuestos por el SINAES, específicamente en la educación superior privada y el papel de la gestión estratégica.

**Palabras clave:** Control de Calidad; Educación Superior; Evaluación.

## 1 INTRODUCCIÓN

El presente trabajo tiene por objetivo mostrar como el proceso de flexibilización de las leyes educativas de la enseñanza superior ocasionaron una entrada maciza de la inversión privada en el brasil y como al mismo tiempo el estado brasilero, para normalizar y velar por la calidad de esa educación expansiva, introdujo mecanismos de evaluación como el Sistema Nacional de Evaluación de la Educación Superior – SINAES. Al mismo tiempo en que surge este confronto, ocurre también, un exceso de oferta de educación superior, siendo la mayor parte ofrecida por el sector privado (75%). Esto ocasiona, por su parte un aumento de competencia que desemboca en la reducción de las mensualidades cobradas por este sector. En ese sentido, en las Instituciones de Enseñanza Superior Privadas (IESP), surge la necesidad de, por un lado, cumplir con las exigencias del proceso evaluativo y, por otro, optimizar y planificar sus acciones.

Para conseguir discutir esta realidad, este trabajo fue dividido en cuatro partes, contando con esta introducción. En la segunda se discute el panorama de la educación superior brasilera en la década de 1990, mostrando específicamente como se dio el proceso de flexibilización de las leyes y por consiguiente la entrada del capital privado; en la tercera parte se discute la evolución del sistema de evaluación de la educación superior brasilera hasta la estructuración del proceso actual denominado SINAES. Finalmente, la cuarta parte sirve para discutir brevemente el desafío de las IESP dentro de la realidad presentada y a la vez que también sirve para realizar breves consideraciones finales inherentes al proceso discutido. Lo que se espera con este trabajo es compartir experiencias y realidad de la educación superior con el objetivo claro de vislumbrar siempre caminos viables para una educación superior de calidad, principalmente en países que se encuentran en vías de desarrollo.

---

**Ante la disminución de inversiones del Estado, el cual se amparaba por normas del llamado Consenso de Washington y la creciente necesidad de ofrecer educación y especialización para su población, el gobierno brasilero optó por liberar y flexibilizar las normas de la educación superior.**

---

## 2 LA EDUCACIÓN SUPERIOR BRASILEÑA EN LA DÉCADA DE 1990

Para el Brasil, y la mayoría de países latinoamericanos, la década de 1990, fue palco de grandes cambios en varios sectores. Fue una década que configuró el proceso de internacionalización del capital así como incentivó su proceso de apertura económica. Este periodo también sería caracterizado por una serie de cambios en el sector educativo. Especialmente en el sector de enseñanza superior. Ante la disminución de inversiones del Estado, el cual se amparaba por normas del llamado Consenso de Washington y la creciente necesidad de ofrecer educación y especialización para su población, el gobierno brasilero optó por liberar y flexibilizar las normas de la educación superior, permitiendo la entrada maciza del capital privado a este sector. Específicamente la Ley No. 9.394 de 1994, denominada Ley de las Directrices de Base (LDB), en su artículo No. 7, establecía la coexistencia de la educación pública y privada, así como determinaba las exigencias y condiciones para la actuación de esta última:

“Art. 7º. La enseñanza es libre para la iniciativa privada, siempre que sean atendidas las siguientes condiciones:  
I – Cumplimiento de normas generales de la educación nacional y del respectivo sistema de enseñanza;

- II – Autorización de funcionamiento y evaluación de la calidad por el poder público;  
 III - Capacidad de auto-financiamiento...” (LDB, 1994).

El capital privado estaría habilitado de esta forma a participar activamente con sus inversiones en la enseñanza privada, pero con un preponderante, el poder público continuaría siendo el responsable directo por este sector y le incumbiría directamente, velar por la calidad de esta enseñanza. A pesar de esta abertura, habría fuertes barreras para el capital privado internacional.

La respuesta del sector privado nacional fue inmediata y manifestada en el aumento vertiginoso del número de matrículas de la educación superior como muestra la tabla No. 1:

TABLA 1 – NUMERO DE MATRÍCULAS EN LA ENSEÑANZA SUPERIOR BRASILEÑA POR AÑO Y TIPO DE INSTITUCIÓN (1990 – 2005).

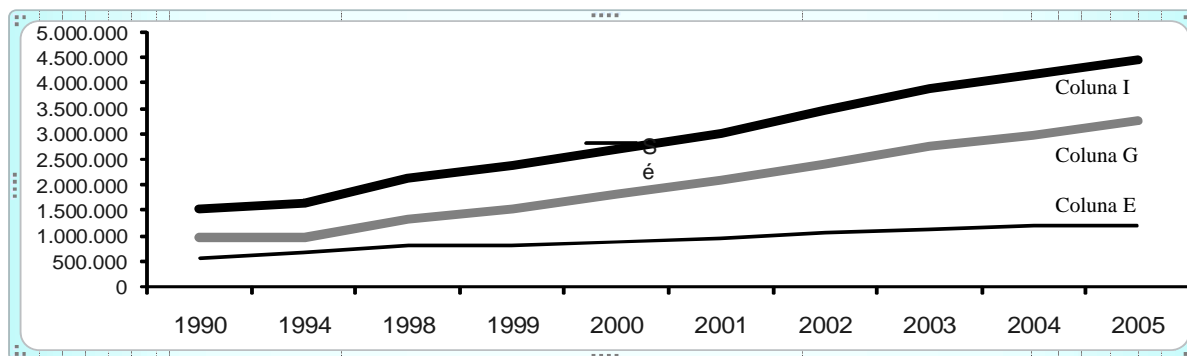
Ano	Federal	Estatal	Municipal	Particular	Total
1990	308.867	194.417	75.341	961.455	<b>1.540.080</b>
1994	363.543	231.936	94.971	970.584	<b>1.661.034</b>
1998	408.640	274.934	121.155	1.321.229	<b>2.125.958</b>
1999	442.562	302.380	87.080	1.537.923	<b>2.369.945</b>
2000	482.750	332.104	72.172	1.807.219	<b>2.694.245</b>
2001	502.960	357.015	79.250	2.091.529	<b>3.030.754</b>
2002	531.634	415.569	104.452	2.428.258	<b>3.479.913</b>
2003	567.101	442.706	126.563	2.750.652	<b>3.887.022</b>
2004	574.584	471.661	132.083	2.985.405	<b>4.163.733</b>
2005	579.587	477.349	135.523	3.260.967	<b>4.453.156</b>

Fuente: INEP/MEC

Esta tabla muestra el aumento significativo de las Instituciones de Enseñanza Superior Privadas (IESP). Se observa que la participación de este sector aumenta en relación al total de la enseñanza superior de 62% en 1990 para 73% en 2005.

Por otro ángulo vemos en el gráfico 1, que, en cuanto el incremento del número de matrículas de las instituciones de enseñanza superior pública se da en un ritmo lento, a lo largo de la década de 1990 e inicio de la de 2000, el ritmo del incremento de las matrículas en las IESP es mucho más vigoroso.

GRÁFICO 1 – EVOLUCIÓN DEL NUMERO DE MATRÍCULAS EN LA ENSEÑANZA SUPERIOR POR CATEGORÍA DE INSTITUCIÓN (BRASIL: 1990–2005)



Fonte: INEP/MEC

Estos datos muestran la importancia en participación de la enseñanza superior privada dentro del sistema educativo brasilero. Actualmente el sector es responsable por casi tres cuartos del total de matrículas.

Por otro lado, los cursos ofrecidos por las IESP, en su gran mayoría, pertenecían al sector de ciencias sociales aplicadas (Administración de empresas, ciencias económicas, ciencias contables, Derecho etc.) por ser cursos que no demandaban muchas instalaciones físicas así como atendían perfectamente las demandas de especialización de la población y del mercado brasileiro. Esta realidad, también no impidió la abertura de cursos en otras especializaciones.

En suma, lo que se observó a partir de esa inserción del capital privado fue una especie de transferencia de responsabilidades públicas en lo que se refiere a la educación superior. Como resultado de esta expansión, se observó también una disminución significativa del valor de las mensualidades pagas, como muestra el gráfico N° 2.

GRÁFICO 2 – VARIACIÓN DEL VALOR MEDIO DE LAS MENSUALIDADES EN EL ENSEÑO SUPERIOR PRIVADO (BRASIL: 1999 – 2005 EN US\$ AMERICANOS)



FONTE: Hoper Educacional in IPEA, 2006, p. 170.

A fines de la década de 1990 se observa que el exceso de la oferta privada ocasiona una disminución en el valor de las mensualidades de las IESP. Esta realidad coloca un serio desafío para las mismas: ofrecer enseñanza de calidad, de acuerdo con los parámetros dados por el Estado, aliado con grandes niveles de competitividad y exigencia de gestión.

### 3 EL SISTEMA NACIONAL DE EVALUACIÓN DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR – SINAES

La educación superior fue inserida en el Brasil en el siglo XIX por la familia real portuguesa. Pero la necesidad de evaluar los logros y calidad de esta enseñanza solo surge en la segunda mitad del siglo XX.

En el ámbito mundial, cada país adoptó una metodología propia de evaluación del sistema de educación superior, según Dias, Horiguela y Marchelli (2006); los trabajos de Harvey<sup>3</sup> para Inglaterra; de Alfan y Othman<sup>4</sup> para Malásia, de Nguyen, Yoshinari y Shigeji<sup>5</sup> para el Japão, de Mok<sup>6</sup> para Hong Kong; de Stella<sup>7</sup> para la Índia, Lemaitre<sup>8</sup> para Chile, Rozsnyai<sup>9</sup> para Hungría y de Strydom y Strydom<sup>10</sup> para Sudáfrica.

En lo que respecta al Brasil, los debates políticos sobre la educación superior se inician específicamente al final de la década de 1950 e inicio de los años 1960, época en que las características del régimen de gobierno permitían abertura para una amplia discusión sobre el asunto.

<sup>3</sup> En el estudio titulado *A history and critique of quality in the UK* (2005).

<sup>4</sup> *Undergraduate Students performance: the case of University of Malaia*, (2005).

<sup>5</sup> *University education and employment in Japan*, (2005).

<sup>6</sup> *The quest for world class university: Quality assurance and international benchmarking in Hong Kong*, (2005)

<sup>7</sup> *External quality assurance in Indian higher education: developments of a decade*, (2004).

<sup>8</sup> *Development of external quality assurance schemes: na answer to the challenges of higher education evolution*, (2004).

<sup>9</sup> *A decade of accreditation in Hungary: lessons learned and future directions*, (2004).

<sup>10</sup> *Establishing quality assurance in the South African Context*, (2004).

En los años 1970, en el Brasil, el departamento de Asuntos Universitarios – DAU (actual Secretaria de Educación Superior – SESu) promovió un seminario internacional con el intuito de estimular una amplia discusión sobre los mecanismos de evaluación de la enseñanza superior. Este evento fue considerado el embrión de aquello que sería la búsqueda de un programa de calidad.

En este período se observa una perspectiva de Reforma Universitaria por imposición legal, envolviendo a las universidades públicas en lo que respecta al uso de recursos y de mayor racionalidad administrativa. Esta reforma abarcaba un Programa de Apoyo al Desarrollo Superior – PADES que ya señalaba una orientación a Planes de Desarrollo Institucional, documento central definitivamente asumido en la propuesta de evaluación que después iría afirmar el Sistema Nacional de Evaluación de la Educación Superior (SINAES), a mediados de los años 2000.

La Constitución Federal de 1988, trajo un elemento importante que fue decisivo para la educación superior, la autonomía de las universidades. Tal prerrogativa se extendía, de alguna forma también, a las instituciones con estatus de centro universitario. En ese sentido, las facultades integradas y aisladas no tendrían autonomía, debiendo remitir sus opciones por apertura de nuevos cursos al Ministerio de Educación y Cultura<sup>11</sup>.

En 1993, un programa lanzado por el Ministerio de Educación denominado Programa de Evaluación Institucional de las Universidades Brasileñas – PAIUB, introduciría en la enseñanza superior, por primera vez, el concepto de auto-evaluación. Como el propio nombre lo sugiere, la idea de tener apoyo para la realización de un proceso auto-evaluativo fue ampliamente aceptada. Muchas universidades se adhirieron al programa. Este acto, serviría también de base de lo que después sería el SINAES.

En 1995, un tema polémico se tornaría relevante: la verificación de las competencias y habilidades de los recién graduados por medio de un examen denominado Examen Nacional de Cursos (ENC), más conocido como “Provão”. Esta evaluación pretendía mensurar el nivel de conocimiento adquirido por los recién graduados. Al respecto SOBRINHO (2000) resalta que existieron críticas sobre varios aspectos del ENC, desde el real papel del Ministerio de Educación hasta los altos gastos con el proceso de evaluación, una vez que todos los recién graduados serían evaluados.

Para CRUBELLATE (2004), el ENC era una tendencia política que se firmaría en la década de 1990, en la cual el estado actuaría más como una instancia controladora ya que la oferta del servicio de educación superior no le era más exclusiva.

De esta forma, quedaría clara la iniciativa estatal de querer mensurar y calificar, la enseñanza ampliamente difundida, principalmente, por el capital privado.

### **3.1 INSTAURACIÓN DEL SISTEMA NACIONAL DE EVALUACIÓN DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR - SINAES**

El Sistema Nacional de Evaluación de Educación Superior (SINAES) fue instituido por el artículo 14 de la ley 10.861, de 14 de abril de 2004, como una respuesta a la ley de las Directrices Básicas de la Educación (LDB). El objetivo del SINAES es promover la mejoría de la educación superior, la orientación de la expansión de su oferta, el aumento permanente de su eficacia institucional y la efectividad académica y social y, especialmente, la promoción de los compromisos y responsabilidades sociales de las instituciones de educación superior (DOU, 2004, p. 12).

---

<sup>11</sup> En este sentido vale aclarar que en el Brasil existen varios tipos de instituciones de enseñanza superior. Las universidades y los Centros Universitarios son instituciones pluriculturales que se caracterizan por la excelencia de la enseñanza ofrecida, siendo esta comprobada por el desempeño de sus cursos en las evaluaciones coordinadas por el Ministerio de Educación, por la calificación de su cuerpo docente y por las condiciones de trabajo académico ofrecidas a la comunidad escolar. Existen otros dos tipos de instituciones de enseñanza superior: las Facultades Integradas y las Facultades Aisladas. La Secretaria de Educación Superior (SESu/MEC) caracteriza a las Facultades Integradas como instituciones de educación superior públicas o privadas, con propuestas curriculares en más de una área del conocimiento, así como cuentan con un regimiento único y cuentan con un director general. Las Facultades Aisladas, son instituciones de educación superior públicas o privadas, con propuestas curriculares en más de un área de conocimiento pero son vinculadas a un único mantenedor y tienen administración y dirección aisladas. Una diferencia crucial es importante anotar. La investigación es obligatoria en las Universidades y, de alguna forma, en los Centros Universitarios. Ya en las facultades Integradas o Aisladas no existe esta obligatoriedad.

### 3.1.1 DIMENSIONES DE EVALUACIÓN DEL SINAES

El sistema fue concebido para abarcar tres dimensiones de la educación superior: la institución de la enseñanza, los cursos y el desempeño de los alumnos.

Este por tanto, sería un sistema más complejo y multidimensional, sería también una manera más rígida de evaluar la educación superior pues la vería esencialmente como un derecho social a pesar, de la gran mayoría, estar concentrada en el sector privado.

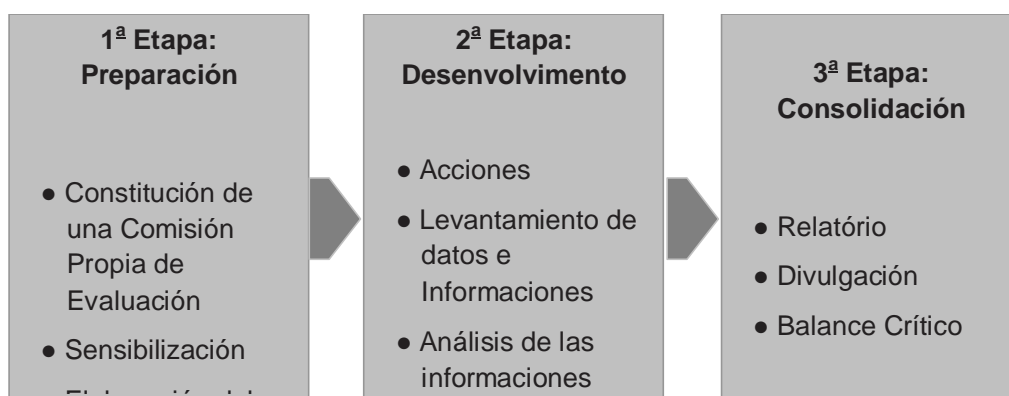
#### a. Evaluación Institucional Interna: Auto-evaluación

Dentro de las dimensiones contempladas, la auto-evaluación realizada por la propia institución es considerada la más relevante. Tal relevancia se estructura en los siguientes aspectos: gestión estratégica de recursos (recursos de infraestructura física y pedagógica), recursos humanos (docente y funcional), actuación de la institución en actividades de enseñanza-investigación-extensión y los relacionados a la responsabilidad y compromiso social.

Para hacer posible esta evaluación el gobierno recomienda el cumplimiento de cinco requisitos básicos, a saber: i) existencia de un equipo de coordinación; ii) participación de los integrantes de la institución; iii) compromiso explícito por parte de los dirigentes de las instituciones; iv) informaciones validas y confiables y, finalmente v) el uso efectivo de los resultados.

Para cumplir con esta parte de la evaluación, es necesario cumplir con las etapas identificadas en la figura 1:

FIGURA 1 – ETAPAS DE EVALUACIÓN INTERNA: AUTO-AVALIACIÓN INSTITUCIONAL



FONTE: Basado en INEP (2004, pp. 9-1)

Si, por un lado, el proceso de auto-evaluación despertó la necesidad de cambios organizacionales que permitan implementar los procedimientos necesarios, por otro lado, esta auto-evaluación sugiere un cambio en la cultura organizacional de las instituciones de enseñanza superior brasileñas.

Por otro lado la evaluación institucional externa es realizada por docentes debidamente designados por el Instituto Nacional de Estudios y Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgano gubernamental, ligado al Ministerio de Educación. Las evaluaciones son realizadas *in loco*.

Estas comisiones atribuyen conceptos los cuales resultarán en indicadores. Son diez las dimensiones analizadas como lo muestra el cuadro N° 1:

CUADRO 1 – DISTRIBUCIÓN DE PESOS A LAS DIMENSIONES DEL SINAES

Dimensión	Peso relativo
Dimensión 1: Misión y Plan de Desarrollo Institucional	05
Dimensión 2: Perspectiva científica y pedagógica formadora: políticas, normas y estímulos para la enseñanza, la investigación y la extensión	30
Dimensión 3: Responsabilidad social de la Institución	10
Dimensión 4: Comunicación con la sociedad	05
Dimensión 5: Políticas de personal, de carrera, de perfeccionamiento y de condiciones de trabajo	20
Dimensión 6: Organización y gestión de la institución	05
Dimensión 7: Infraestructura física y recursos de apoyo	10
Dimensión 8: Planificación y evaluación	05
Dimensión 9: Políticas de atención a los estudiantes.	05
Dimensión 10: Sustentación financeira.	05
Total	100

FUENTE: (MEC/CONAES/INEP, FEV/2006, p. 23).

De esta relación podemos destacar cuatro puntos importantes por orden de importancia. La dimensión 2 (Perspectiva científica y pedagógica formadora: políticas, normas y estímulos para la enseñanza, la investigación y la extensión), significando la más importante y al mismo tiempo la más costosa, en lo que se refiere a la necesidad de las inversiones privadas. En segundo lugar la dimensión 5 (Políticas de personal, de carrera, de perfeccionamiento y de condiciones de trabajo), la cual busca que el recurso humano utilizado tenga las debidas condiciones de brindar servicios de calidad y finalmente, las dimensiones 3 (Responsabilidad social de la Institución) y 7 (Infraestructura física y recursos de apoyo), mostrando la necesidad de encontrar condiciones físicas adecuadas asociadas a un compromiso social de las instituciones, principalmente las privadas.

Queda claro, que la mayoría de estas exigencias sirven directamente para normatizar y padronizar la oferta del sector privado, dueño de 75% de las matriculas de la enseñanza superior.

#### **b. Evaluación de los Cursos de Graduación**

La misma comisión externa, autorizada por el Ministerio de Educación brasileiro, formada por profesores evaluadores, debidamente capacitados para mensurar, calificar y relatar las acciones de las instituciones de enseñanza superior, es la encargada de evaluar los siguientes criterios, presentados en el cuadro 2:

## CUADRO 2 - INSTRUMENTO PARA EVALUACIÓN DE LOS CURSOS DE GRADUACIÓN – EXTRACTO

<b>Categorías de Evaluación</b>	<b>Pesos</b>
1. Organización didáctico-pedagógica	40
2. Cuerpo docente, cuerpo discente y cuerpo técnico-administrativo	35
3. Instalaciones físicas	25
<b>Total</b>	<b>100</b>
<b>Categorías y Grupos de Indicadores</b>	
<b>1. Organización didáctico-pedagógica</b>	
1.1. Administración académica: coordinación del curso	4,444
1.2. Administración académica: colegiado de curso	4,444
1.3. Proyecto Pedagógico del Curso - PPC: concepción del curso	4,444
1.4. Proyecto Pedagógico del Curso - PPC: currículum	4,444
1.5. Proyecto Pedagógico del Curso - PPC: evaluación	4,444
1.6. Actividades académicas articuladas a la formación: práctica profesional y/o prácticas	4,444
1.7. Actividades académicas articuladas a la formación: trabajo de conclusión de curso –TCC	4,444
1.8. Actividades académicas articuladas a la formación: actividades complementares	4,444
1.9. Examen Nacional del Desempeño de los Estudiantes (ENADE)	4,444
<b>2. Cuerpo docente, cuerpo discente y cuerpo técnico-administrativo</b>	
2.1. Cuerpo docente: perfil docente	8,75
2.2. Cuerpo docente: actuación en las actividades académicas	8,75
2.3. Cuerpo discente: atención a los discentes	8,75
2.4. Cuerpo técnico-administrativo: actuación en el ámbito del curso	8,75
<b>3. Instalaciones físicas</b>	<b>Pesos</b>
3.1. Biblioteca: adecuación del acervo a la propuesta del curso	50
3.2. Instalaciones especiales y laboratorios específicos: escenarios, ambientes y laboratorios para la formación general y básica	10
3.3. Instalaciones especiales y laboratorios específicos: escenarios, ambientes y laboratorios para a formación profesional y específica	20
3.4. Instalaciones especiales y laboratorios específicos: escenarios, ambientes y laboratorios para la práctica profesional y prestación de servicios a la comunidad.	20

FUENTE: MEC/CONAES/INEP, 2006, pp. 25-91.

De esta forma, el gobierno deja claro el rol de exigencias básicas para que el servicio de la educación superior pueda ser dado.

### c. Examen Nacional de Desempeño de los Estudiantes - ENADE

El ENADE fue creado para sustituir el Examen Nacional de Cursos – ENC o antiguo “provão”, la gran diferencia de este examen con la evaluación anterior reside en que este evalúa tanto alumnos que están terminando sus cursos, así como también alumnos que están iniciando sus estudios. La idea es analizar el conocimiento agregado del alumno. Esta evaluación es realizada a cada cuatro años por curso. A partir de esta evaluación surgen notas, como el concepto ENADE, el cual varía de 1 a 5, siendo 1, la peor nota y 5 la mejor. Otro concepto importante, de ese examen es el Indicador de Diferencia entre los Desempeños Observados y Esperados (IDD), el cual analiza la diferencia entre la nota del alumno ingresante y del que está egresando del curso. Con esto, se pretende ver, la capacidad de la institución en agregar conocimiento a su alumno. Finalmente, cabe destacar que los alumnos evaluados por este examen son escogidos de forma aleatoria a partir de una muestra determinada.

## 4 LOS IMPACTOS Y DESAFÍOS DEL SINAES EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR PRIVADA BRASILEÑA Y CONCLUSIONES

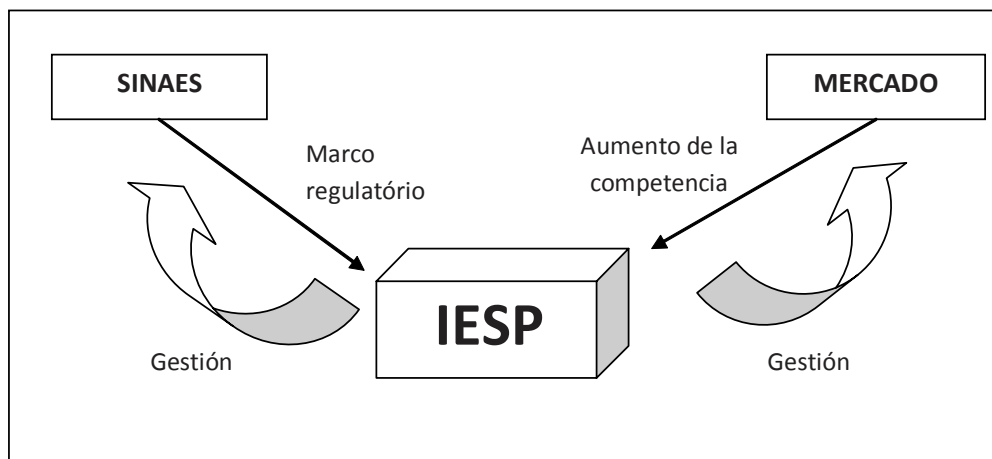
Al mismo tiempo en que el gobierno brasileño permitió la entrada maciza del capital privado a la educación superior, se creó la necesidad, al mismo tiempo, de velar por un determinado padrón de calidad a esa educación expansiva. Los procesos de evaluación en el Brasil fueron perfeccionados e instaurados de tal forma que colocaron una serie de desafíos para quien operaba en este sector. Principalmente, si se lleva en consideración el exceso de oferta, capitaneado por el sector privado, lo cual fue sentido con reducciones expresivas en el precio de las mensualidades de los cursos. De esta forma, el panorama vigente para las Instituciones de Enseñanza Superior Privadas (IESP) era el de poder, por un



lado, atender todas las exigencias gubernamentales que se imponen a través del SINAES y al mismo tiempo poder competir con sustentabilidad en un mercado competitivo.

En ese sentido la figura 2, representa bien esa realidad:

FIGURA 2: DESAFIOS DE GESTION DE LAS IESP



Elaboración propia.

El concepto de gestión educacional pasa a ser usado por las IESP para intentar enfrentar dos grandes desafíos. i) hacer frente el mercado competitivo y ii) atender las exigencias del proceso evaluativo del SINAES.

Ante esta realidad, conceptos de estrategia de autores como ANSOFF (1977), MIINTZBERG *et. al.* (2000), PORTER (1992), WRIGHT (2000) Y FAHEY e RANDALL (1999), surgen para enfrentar un desafío concreto de las IESP: ofrecer enseñanza superior de calidad con viabilidad y competitividad económica, y aún, en un mercado completamente saturado.

Esos mecanismos de gestión que las IESP aplican se refieren a disminución de costos derivados a la no apertura de clases que no tengan un número mínimo de alumnos; optimización de herramientas tecnológicas (laboratorios de informática e inversión en herramientas de enseñanza a distancia); renegociación de deudas de los alumnos; creación de mecanismos financieros de fidelización de alumnos (convenios para descuentos, otorgamiento de bolsas de estudio, descuentos familiares etc.); mejor aplicación de elementos de mercadeo (intentos de diferenciar el servicio de enseñanza), utilización de endomarketing, realización de proyectos de ventas de educación continuada hasta la pos-graduación; entre otras actividades que son necesarias para mantener posición de viabilidad en la enseñanza superior privada brasilera.

## 5 CONCLUSION

**A**ctualmente se observa una realidad que no se diferencia mucho de otros sectores del mercado productivo y de servicios. Muchas IESP que se iniciaron aprovechando el proceso de flexibilización de las leyes educacionales hoy en día, están siendo incorporadas a grandes centros que poseen más condiciones económicas de hacer frente a ese mercado competitivo de mensualidades bajas. Hay otro condicionante que coloca más desafíos a esa competitividad, es el ingreso macizo de la educación a distancia, la cual permite llegar a más personas y con menos costos, ya que las mensualidades de esa modalidad corresponde a casi el 50% de las mensualidades de las IESP presenciales. Se observa por tanto, una gran concentración de la educación privada en grandes centros de enseñanza con vigor económico. Este factor por su parte recoloca al estado un gran desafío, el de impedir que la educación se transforme en un bien eminentemente económico en un país que necesita especializar cada vez más una gran población que no tiene en la educación superior pública, la capacidad de ser absorbida.

Finalmente, sería injusto también afirmar que, las IESP no prestan un servicio social importante. En muchos casos, las IESP se localizaron en locales donde el Estado o no tiene participación o dejó de invertir macizamente. En este sentido, las IESP que se localizan en las pequeñas ciudades del interior brasilero, pueden ser consideradas portadoras de un servicio social muy importante, que es el de poder dar especialidad a esa población del interior.

## REFERÊNCIAS

- ANSOFF, H. I. **Administración estratégica**. Atlas, São Paulo, 1983.
- \_\_\_\_\_. **A nova estratégia empresarial**. Atlas, São Paulo, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Estratégia empresarial**. McGraw-Hill del Brasil, São Paulo, 1977.
- ANSOFF, H. I.; DECLERCK, R. P.; HAYES, R. L. **Do planejamento estratégico à administração estratégica**. Atlas, São Paulo, 1981.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2007.
- BRASIL. Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001. **Dispõe sobre a organização del ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/D3860.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3860.htm)>. Acesso em: 13 jun. 2007.
- CRUBELLATE, J. M. Parâmetros de qualidade de ensino superior: análise institucional em IES privadas del Estado de São Paulo. São Paulo, 2004. fls. 358. Tese de doutorado, **Programa de pós-graduação da escola de Administración de Empresas de São Paulo da Fundación Getulio Vargas**.
- D.O.U. Lei 10.861 de 14 abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências**. Brasília, 2004. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm)>, Acesso em: 03 maio 2007.
- FAHEY, L. e RANDALL, R. M. MBA: **Curso prático de estratégia**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- INEP. Disponível em: <[http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/edusuperior/enade/news05\\_03.htm](http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/edusuperior/enade/news05_03.htm)>. Acesso em: 09 maio 2007.
- \_\_\_\_\_. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: Orientações Gerais para o Roteiro da Auto-Avaliação das Instituições. Brasília, 2004.
- IPEA. Brasil: O Estado de uma Nación. **Educación no Brasil**: Atrasos, Conquistas e Desafios Vol 3. Brasília, 2006.
- MEC. Portaria MEC n.º 2.051, de 09 de julho de 2004. Brasília – 12 de julho de 2004, p. 132. Disponível em: <[www.inep.gov.br/download/superior/sinaes/Portaria\\_reg\\_sinaes.doc](http://www.inep.gov.br/download/superior/sinaes/Portaria_reg_sinaes.doc)>. Acesso em: 10 abr. 2007.
- MEC/CONAES/INEP. **Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior**: Diretrizes e Instrumentos. Brasília, Fev/2006.
- \_\_\_\_\_. **Avaliação de Cursos de Graduação**: Instrumento. Brasília, maio/2006.
- MEC/INEP. **Manual del Enade**: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes. Ministério da Educação Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2007.

MINTZBERG, H. **Criando organizações eficazes: estruturas em cinco configurações**. São Paulo: Atlas, 1995.

\_\_\_\_\_, AHLSTRAND, B. e LAMPEL, J. **Safari de estratégia**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

\_\_\_\_\_, QUINN, J.B. **O processo da estratégia**. 3. ed., Porto Alegre: Bookman, 2001.

\_\_\_\_\_, LAMPEL, J. e AHLSTRAND, B. Todas as Partes del Elefante. In: **Estratégia e Planejamento: autores e conceitos imprescindíveis**. (JÚLIO, Carlos Alberto e SALIBI NETO, José, org.). São Paulo: Publifolha, 2002. (Coletânea HSM Management).

PORTER, M. E. **Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e de concorrência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

\_\_\_\_\_. **Vantagem competitiva: criando e sustentando un desempenho superior**. 28. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

SINAES – **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação** [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira]. – 2. ed., ampl. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

SOBRINHO, J. D. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_, e RISTOFF, D. I. (orgs.) **Universidade desconstruída: avaliação institucional e resistência**. Florianópolis: Insular, 2000.



# A CONSTRUÇÃO PRELIMINAR DA CRÍTICA AO CAPITALISMO: A IMPORTÂNCIA DO MÉTODO EM MARX

*José da Silveira Filho<sup>1</sup>*

## RESUMO

Este breve artigo intenciona mostrar a importância do método para construir a crítica do sistema capitalista num novo paradigma teórico e social. Começa recompondo o contexto histórico. Em seguida, coloca o método proposto por Marx para o qual este apresentou um rascunho desse primeiro trabalho crítico. Por fim, mostra a necessidade do estudo a fim de edificar nova sociedade. Para a sociedade burguesa se modificar noutra superior é preciso compreender a teoria capaz de exercer este papel transformador em consonância com a necessidade de que isso aconteça, permeada pela ação de trabalhadores conscientes desses motivos e embebidos dessa vontade.

**Palavras-chave:** Crítica; Método; Necessidade; Transformação.

## ABSTRACT

This short article intends to show the importance of method to build a criticism of the capitalist system in a new theoretical and social paradigm. It starts by recreating the historical context. Then, it presents the method proposed by Marx in which he developed a brief version of this first critical work. Finally, it reveals the necessity of studying so as to build a new society. In order for the bourgeoisie society to turn into a superior one it is necessary to understand the theory capable of exerting this transformative role in consonance with the need for it to take place, permeated by the action of workers that are conscious of the reasons and fulfilled with this wish.

**Key words:** Criticism; Method; Need; Transformation.

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 DISCUTINDO O PROBLEMA DA RIQUEZA

Riqueza e pobreza constituem temas usualmente abordados pelos estudiosos da sociedade. Não é de hoje que tal assunto merece atenção, seja de leigos ou de cientistas. Principalmente quando esse contraste aflora com intensidade e aparência de não ter deparado solução ou caminho que permitisse encontrá-la. Desde a antiguidade grega, um dos berços longínquos da civilização, vários autores se debruçaram sobre a questão com diversas maneiras de enxergar. E os filósofos foram talvez os primeiros a colocar o problema em pauta, garantindo as interpretações iniciais que serviriam de base para os muitos outros estudiosos que adviriam.

---

<sup>1</sup> Economista. Graduado pela Universidade Federal do Paraná. Especialista e Mestre em Desenvolvimento Econômico pela mesma Instituição. Professor das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba nas disciplinas de Economia Brasileira Contemporânea e Contabilidade Social. C-eletrônico: [caju10@onda.com.br](mailto:caju10@onda.com.br).

Para além de reconhecer o fato, que é o que os olhos vêem à primeira mirada, é preciso desnudar a causa dele. E, aí abandona-se o terreno das aparências para saltar ao caminho da ciência. Encontrar a causa dos fenômenos sociais é buscar explicações para a consciência, para a sociedade que aguarda convincente resposta.

E existem dois pontos de vista fundamentais para tecer o que o cérebro há de entender. O primeiro seria considerar que pobreza e riqueza são acontecimentos espontâneos sem nenhuma ligação um com o outro. É um mero acontecer ao longo de milênios que se confunde com a fatalidade. Uns nasceram para ser ricos e outros nasceram para ser pobres. A natureza assim fez, assim sempre foi, assim sempre será e que os anjos digam amém. Este pensamento é uma fé, porque nada indaga, apenas aceita o fato e não o investiga. Acontece por acontecer, é porque é. Embora contenha pelo menos a identificação do problema, não se evolui um passo sequer na explicação. Apenas evidencia que os neurônios manifestaram certa capacidade mínima de compreensão superficial. Mas, há os crentes nessa convicção banal e que assim deva ser para todos. Talvez não sejam poucos àqueles que assim pensam.

O segundo ponto de vista mora num entrelaçamento. Riqueza e pobreza são vasos comunicantes. Estão em dependência mútua. As riquezas não brotam do nada. Nem resultam do trabalho de algum único e exclusivo homem, dotado de tão divina capacidade, que é capaz de sozinho tudo realizar e a um só estalo. Isto é lenda. Assim como é lenda a história de Robinson Crusoe, o naufrago que precisou trazer para uma ilha deserta e conseguir sobreviver sozinho as imprescindíveis ferramentas que a sociedade em conjunto produziu. A verdade mais elementar é que as riquezas são produzidas pelo trabalho de incontáveis pessoas em incontáveis divisões de tarefas. A desavença aparece na ingrata hora da apropriação dessa riqueza produzida. Na hora em que se defrontam os proprietários da riqueza, ou os seus delegados com plenos poderes, frente a frente aos produtores diretos dela. Este é o momento da onça beber água. O quanto há de caber a cada um desses dois atores sociais, a parte que lhes cabe partilhar resulta conforme o poder político e a posição social de que sejam ocupantes.

Agora, estas poucas e mal traçadas linhas vão começar a ficar trágicas. Cobrir-se de luto, retintas de sangue. E a imaginação vai tentar fazer as artes de reelaborar a quanto isso atingiu. Não são poucos os livros, muito menos as histórias, autênticas ou até quase míticas, dado a dimensão do embate, sobre as lutas sociais que envolvem quem fica com o grosso dessa riqueza, produzida em diversas e distantes paragens por esse mundo afora, não obstante de forma bem parecida.

## 1.2 AS LUTAS SOCIAIS

A Roma antiga amealhou riquezas a partir da escravização de diversas gentes, tiranizando três continentes. Praticou pilhagens. Aniquilou populações. Tratou-as como gado. A extração das riquezas era clara e direta, senhores ordenando e escravos obedecendo para perecer no próprio trabalho executado. Aos que titubeassem, experimentariam o açoite e o gume afiado das espadas. Alguns poetas, testemunhas desses sucedidos, como Juvenal, escreveram: “Devoramos os povos e só deixamos os ossos.” Sem contar que os povos insolentes o suficiente para brandir espadas contra<sup>2</sup> Roma eram tachados de bárbaros. Pertenciam ao rol dos inimigos da humanidade. Grandes negociantes e companhias se apropriavam das terras e minas conquistadas à espada, recebiam impostos e para eles trabalhavam os escravos em latifúndios. E a situação dos escravos foi realmente intolerável. Espessos volumes seriam necessários para descrever os horrores praticados. Não é esse o momento dessas letras. Porém, foi desse jeito que Roma se cobriu de glória, pompa e magníficas arquiteturas.

Mas, há ainda certos detalhes de apreço. Os escravos eram marcados com ferro em brasa para identificar-lhes a propriedade. Constituía a maioria da população. Os mais fortes serviam como gladiadores nas arenas. Os mais cultos e hábeis em ofícios superiores trabalhavam em melhores funções, de preceptores a negociantes. Até que um belo dia... apareceu alguém para subverter a ordem “natural” das coisas: Espártaco. Apareceu um chefe de gladiadores com a força, a inteligência e a capacidade de organização suficientes para exercer habilidosa liderança e fazer Roma estremecer. Teve o desprazer de propor aos escravos oprimidos uma guerra de libertação para a qual foi amplamente acatado. E promoveu tão suprema desonra que Roma jamais presenciara. Cidadãos romanos combateram até a morte, uns contra os outros, exatamente como se habituaram a aplaudir e rir nos espetáculos dos gladiadores entre si. Somente que neste caso quem lhes apontava o dedo polegar, apontado para cima ou para baixo, em anúncio de viver ou morrer, eram os próprios gladiadores. Roma ficou marcada com ferro em brasa. Ultrajada. E, segundo consta nos autos<sup>3</sup>, Espártaco foi muito mais derrotado pela discórdia e lutas internas entre seus próprios pares do que pela ação de seus inimigos e, mesmo assim, a muito custo e sacrifício.

---

<sup>2</sup> BEER, M. *História do socialismo e das lutas sociais*: da antiguidade aos tempos modernos. Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1968, p. 91.

<sup>3</sup> ————. *Opus cit.*, p. 106.

Agora, vamos perpetrar um salto no raciocínio. Pulemos da etapa escravagista para a etapa burguesa, quando o verdadeiro capitalismo está se organizando sob a égide industrial.

O trabalho deixou de ser escravo. Passou a ser livre na medida em que ninguém mais era forçado com chicote a executar o que não lhe aprouvesse. Os trabalhadores ofertavam sua capacidade de trabalho em troca de determinado salário. Dirigiam-se às fábricas onde lhes aguardavam as máquinas automáticas para lá produzirem as mercadorias a serem vendidas no mercado. Não eram obrigados a isso. Com o advento da Revolução Industrial<sup>4</sup>, ocorrida de início na Inglaterra, a partir de meados do século XVIII, acompanhada de uma menos intensa embora não menos importante Revolução Agrícola, as máquinas ferramentas com a apropriada e vigorosa impulsão das máquinas motrizes a vapor fizeram as fábricas despejarem rios de mercadorias padronizadas como jamais nenhum cristão havia antes pousado os olhos ou sequer cogitado essa possibilidade. A cada nova invenção aperfeiçoadora do fazer fabril essa quantidade de mercadorias multiplicava, mais caudalosa ficava e mais delas teria de ser vendidas, derramando-se muitas vezes para fora das fronteiras nacionais. Mercados locais seriam até pequenos por não conseguirem absorver tanta mercadoria. Inaugurava-se a superprodução e o mercado mundial. Vender-se-ia agora em escala planetária. Era já o claro prenúncio da globalização. Para isso acontecer, os trabalhadores, não importa se eram mulheres, crianças ou homens, também

---

### **O detalhe não revelado, segredo da riqueza capitalista, era que a origem do lucro habitava na capacidade de trabalho dos trabalhadores.**

---

verteram seu sangue, cérebro e músculos, suportando nos ombros e na alma, exploração de extraordinária truculência e perversidade em extenuantes jornadas de trabalho que os livros, desde os romances de literatura até os registros de inspeção das fábricas, bem souberam relatar em minuciosas observações. Os salários eram miseráveis, apenas para manter em pé aqueles que trabalhavam. O tratamento dispensado aos trabalhadores era muitas vezes a soco da parte dos supervisores. Pagava-se o mínimo para não matar a galinha dos ovos de ouro, senão acabaria a produção. Encontrava lugar o subconsumo. Os valores produzidos, metamorfoseados na figura de mercadorias, não pertenciam a quem diretamente os aprontavam. Eram de propriedade do capitalista que, após a venda, apropriava-se da porção de valor denominada lucro, enquanto os trabalhadores se apropriavam da porção de valor carimbada como salário. O detalhe não revelado, segredo da riqueza capitalista, era que a origem do lucro habitava na capacidade de trabalho dos trabalhadores. Só que estava oculto pela produtividade das máquinas e o pagamento dos salários. A extração da riqueza se tornou sutil. Não era mais evidente como no período do escravagismo. E a figura do capitalista, do indivíduo empreendedor, assumiu a aura de herói. Ele pagava salários. Todavia, utilizava a capacidade dos trabalhadores de tal forma a produzir dentro da fábrica valores em mercadoria muito maiores do que o que valiam os trabalhadores em termos de salário. Óbvio, esse excedente produtivo superior ao valor salarial não era pago. Este é o mistério desvendado do lucro auferido na produção capitalista. É a substância dele, batizada mais-valia.

Não é preciso forçar demasiado a imaginação para perceber que estas condições de exploração levadas ao extremo dariam vazão à violentas revoltas, mortes e tiros, além de tentativas de reformas sociais. Outros Espártacos teriam de surgir para conduzir estas refregas. Cada um à feição de seu tempo e moldado conforme as circunstâncias vigentes.

Como tratamos da Inglaterra, berço da grande indústria moderna, decorreram 100 anos de ingentes agitações. O motivo atuante nos bastidores era em si quase o mesmo de séculos já transpostos. Os trabalhadores, não obstante assalariados, sofriam ignominiosa exploração, repetida agora no palco do processo capitalista de produção. Esse estado tenebroso de coisas havia sido introduzido pela invasão de terríveis monstros infatigáveis de ferro, recém criados pela mão do homem, surgidos das nuvens como num passe de mágica, e responsáveis por todas as acres transformações de pacatos modos de viver. De súbito, os monstros surgiram: as máquinas. Os trabalhadores, em ingenuidade infantil, de primeira vista tomaram a criatura por seu criador. As máquinas eram culpadas da atrocidade de produzir miséria apesar das inumeráveis mercadorias produzidas. Troava a palavra de ordem para destruí-las. “-Destruam os monstros!”. E fizeram mesmo. Certo operário, chamado Ned Ludham, destruiu uma oficina têxtil<sup>5</sup>. Imediatamente foi acompanhado de seguidores, que viam neste gesto a solução. Nascia o ludismo, movimento espontâneo de quebra-quebra das máquinas com fases de ascenso e recuo. Era por assim dizer um Espártaco, porém bronco e inocente em termos de concepção de mundo. Mas, foi um lutador, embainhado da percepção de sua época até onde conseguia enxergar, seguido de revoltosos que lhe emprestavam ouvidos e fúria.

---

<sup>4</sup> AQUINO, R. S. L de, ALVARENGA, F. J. M de, FRANCO, D. A. e LOPES, O. G. P. C. **História das sociedades**: das sociedades modernas às sociedades atuais. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981, p. 121-129.

<sup>5</sup> BEER, M. Opus cit, p. 412- 414.

As poderosas lutas sociais e as decorrentes formas de encará-la num novo contexto histórico de revolução industrial, cercado de maquinismos inéditos bem como de proposição de soluções aos conflitos acende a centelha do socialismo moderno. Era a crítica ao capitalismo. Como conceber inúmeras riquezas, originárias de engenhosos inventos, concebidos e manejados pela inteligência humana, que poderiam libertar os trabalhadores do sacrifício de viver, produzir tamanha miséria?... Desta questão concreta brota a questão teórica de interpretar e buscar resposta. Citemos outro prócer desse mosaico de lutas.

Robert Owen se distinguiu pela sensibilidade humana em comandar o processo produtivo fabril. Contrariou a jubilosa ignorância de como os trabalhadores eram habitualmente maltratados. Promoveu reformas radicais para a mentalidade da época. Reduziu a jornada de trabalho para 10 horas. Impediu crianças menores de 10 anos de trabalharem. Proporcionou um ambiente higiênico e saudável dentro da fábrica. Instituiu o ensino, previdência para cuidar da velhice e assistência médica aos trabalhadores. Conseguiu inclusive a diminuição espontânea do consumo de álcool e das seduções irresistíveis das tabernas. Inaugurou atitude inusitada, tomada por uma pessoa, por que não afirmar, genial para organizar, compreender, dirigir e liderar pessoas. E não se contentou com isso. Considerava que a solução para a miséria dos trabalhadores estava na própria máquina. O monstro de ferro de Ned Ludham era, na verdade, a autêntica resposta à miséria. Bastava os trabalhadores se associarem em cooperativas agrícolas e industriais, colocando as máquinas em seu benefício ao invés do benefício exclusivo do patrão. O veneno virava antídoto. E nosso herói foi mais adiante. Tornou-se socialista. Para ele, modificar as condições dos meios de trabalho modelaria um novo homem. O homem era produto desse meio. Assim acreditava, pois provava isso a si mesmo nas inovações sociais implementadas por ele mesmo dentro da fábrica que comandava. Decide então fundar colônias comunistas na Inglaterra e América, abandonando os negócios. Fracassa inapelavelmente. Owen se afasta do movimento operário.

Cada momento do desenvolvimento histórico engendra as correspondentes lutas junto de seus Espártacos, riscando o ar com suas espadas. Robert Owen foi outro deles, dentre vários. Todavia, o contexto envolvido então era bem mais cerebral e complexo, compatível com instrumentos de luta mais sofisticados. Owen lutou a seu modo e consoante sua cosmogonia. Utilizou as armas do reformismo social, da observação das condições de trabalho e da compreensão humana. Exerceu a função de bom patrão. Preferia o pacifismo sem subverter a ordem social<sup>6</sup>. Nunca exortou os operários à nenhuma revolução. O que permaneceu semelhante era a determinação de luta, de modificar o ambiente fabril, de homem resoluto e fiel às convicções aprendidas. Era, de fato, um Espártaco em nível mais intelectualizado. A época histórica assim exigia.

### 1.3 UMA NOVA DIMENSÃO PARA AS LUTAS SOCIAIS

Durante esse período conturbado, proliferante de lutas semeadas com o nascimento do capitalismo industrial (1750-1850), muitos homens prestaram sua oferta, do protesto pacífico às revoluções de armas na mão. Eram peles para as quais os trabalhadores já começaram a contar inclusive com teorias especialmente elaboradas para lhes infundir consciência e guiá-los. Tirá-los do ódio gratuito. Escritos que tentavam rascunhar suas esperanças, condições de vida e exercer a crítica na busca de alguma superação mais racional, embora de maneira ainda difusa, às vezes romântica, às vezes utópica, às vezes religiosa, frequentemente sem objetivos bem definidos. De várias formas, nuances e matizes almejavam ser porta-vozes teóricos das aspirações e indignações dos trabalhadores nas lutas contra a exploração sem peso e medida. O estudioso pioneiro da reforma agrária como instrumento para corrigir a miséria social foi Tomás Spence<sup>7</sup> (1750-1814). Charles Hall<sup>8</sup> (1740-1820) estudou a luta de classes para isso colocando vis-a-vis capital e trabalho. Apresentou como solução reformas moderadas. Felipe Buonarroti<sup>9</sup> (1761-1837) escreveu livro com considerável influência sobre o movimento revolucionário, empunhando a bandeira da igualdade. Diga-se de passagem que nessas revoltas nem os padres escaparam. Alguns deles, de espírito mais crítico, dardejaram letras iradas contra a ordem econômica vigente, rebelando-se até contra a própria Igreja Católica formadora de suas consciências. Enfim, o que se quer sublinhar é o fato de não poucos lutadores terem se apoiado sobre algum estudo preparatório e não mais exclusivamente sobre ódio e indignação contra a injustiça. O fogo das armas não mais se sustentava por si. Os conflitos requeriam igualmente o fuzil do estudo crítico com o propósito de mirarem juntos contra a exploração capitalista. Era preciso forjar as armas da teoria, de uma nova teoria.

Em paralelo, sob foco de determinado ideário, para dirigir tantas lutas e organizar os trabalhadores foram surgindo diversas associações pela Europa. Uma delas nos interessa em especial. Trata-se da Liga dos Justos, originária de

<sup>6</sup> TAYLOR, A. *As grandes doutrinas econômicas*. 3. ed. Publicações Europa-América, 1965, p. 81-99.

<sup>7</sup> BEER, M. *Opus cit*, p. 350-352.

<sup>8</sup> *Opus cit*, *ibidem*, p. 354-358.

<sup>9</sup> *Opus cit*, *ibidem*, p. 373-376.



longas peijas, metamorfoses e antigas peripécias de trabalhadores em luta. Nessa altura dos entreveros estava banida, sediada em Londres, centro intelectual da agitação das idéias comunistas. Congregava operários, temperados no fogo das lutas sociais e já com certo traquejo teórico, e revoltados intelectuais socialistas, versados em filosofia e conhecimentos afins. Ali se reuniam a prática e a teoria, na figura de operários e intelectuais. Os primeiros requisitavam mais apuro intelectual e os segundos de prática real, calcada na vida concreta dos trabalhadores e não apenas de conceitos volteando airosos no pensamento que tudo resolve no gabinete. O curioso era que ambos permaneciam ainda em corpos quase

---

**O que se quer sublinhar é o fato de não poucos lutadores terem se apoiado sobre algum estudo preparatório e não mais exclusivamente sobre ódio e indignação contra a injustiça.**

---

estanques. Carecia algo e alguém para interligá-los de forma mais coesa sobre um mesmo denominador teórico. Faltava de fato uma teoria de unificação para projetá-los juntos, trabalhadores e intelectuais, nas lutas sociais. Havia necessidade de outros Espártacos.

Karl Marx e Friedrich Engels são convidados a participar da reorganização da Liga dos Justos<sup>10</sup>, uma sociedade secreta, cujos dirigentes já haviam percebido falhas nas práticas sectárias e conspiratórias, assim como as limitações teóricas, as concepções atrasadas, os sentimentalismos, as impulsões voluntaristas, as ilusões da pequena propriedade, os imediatismos, as boas intenções, como insuficientes para conduzir a bom termo o movimento dos trabalhadores nas lutas contra a descomunal exploração capitalista. Esses dois, ainda bastante jovens, haviam aderido por consciência de árduo estudo e vivência pessoal às posições dos trabalhadores. O primeiro principalmente se destacava por seus estudos filosóficos, profundo saber e penetrante capacidade de análise, com raro talento para discernir e desejo chamejante de perseguir a essência das coisas a que aos outros passava despercebido ou nebuloso. O segundo com sólidos conhecimentos filosóficos, contudo ainda mais reforçados pela vivência pessoal das condições de vida dos trabalhadores em seus subúrbios e labor nas fábricas. Marx era mais intelectual. Engels era mais prático, por assim dizer. Bela união.

O convite rendeu frutos. A continuidade dos estudos de Karl Marx, asseclado pelo firme apoio financeiro de Engels, em contato com a experiência de luta operária vai conduzir à unidade entre os que lutavam ainda sem orientação segura e os que pensavam longe do convívio da vida operária, enfurnados em suas abstrações, separados por um biombo de incompreensão ou pernosticismo. O biombo vai ser atirado pela janela. O movimento dos trabalhadores se funde com o socialismo dos intelectuais, todavia numa dimensão de elaboração teórica em patamar ultra refinado. Karl Marx interliga num todo coeso o que havia de principal no saber da época – a economia, a história e a filosofia - e procura demonstrar que a transformação da sociedade afim de ser compreendida exige na verdade novo paradigma científico, cujas bases de estudo repousavam na economia política. Era urgente entender o que é a sociedade burguesa, como se desenvolve e se modifica para propor sua transformação consciente. Esta conclusão é tanto mais incrível, pois quebra em cacos o senso comum, o imediatismo do primeiro olhar, das lutas desorientadas. Coloca em evidência que o aparente caos cotidiano da sociedade, em realidade, contém uma inacreditável essência condutora, traduzível em leis objetivas de comportamento econômico, seguidas inconsciente ou conscientemente pelas pessoas. As lutas dos trabalhadores se encaminham para uma nova dimensão de entendimento e orientação, aparelhadas agora com uma bússola de primorosa tecitura de lógica econômica, histórica e filosófica. A indecifrável riqueza e pobreza, havida pelo capitalismo, para as quais tanto se reclamava explicação, pelo menos mais substancial, adquiriu por fim esclarecimento científico. Uma nova ciência social advinha para superar a noção do senso comum que, antes, guiava praticamente sozinho as lutas operárias. Para superar o pauperismo em que padecia a classe trabalhadora, não bastariam apenas o fragor das greves, a redução da jornada de trabalho ou a legislação social protetora. Seria colocada na ordem do dia a revolução, quer dizer, uma transformação radical da sociedade burguesa sob a condução e perspectiva dos trabalhadores. O modo de viver e pensar teria de ser reconstruído a uma nova imagem e semelhança: a imagem dos trabalhadores. Para os capitalistas significou uma nefanda doutrina. Marx era o doutor vermelho.

---

<sup>10</sup> **Biografia Friedrich Engels.** Editorial Avante, Lisboa, 1986, p. 97-106.

## 2 O MÉTODO É A ALAVANCA E A ALAVANCA É O MÉTODO

Mas, como é que esse cidadão, lá da distante Alemanha, praticou essa proeza? O fato de ser da Alemanha ajudava bastante. Proporcionou o contato com as filosofias mais de vanguarda, ecos igualmente das contradições desse capitalismo nascente, procedentes de dois eminentes filósofos: Ludwig Feuerbach e Georg Hegel. A filosofia é a ciência do pensamento. Ela fornece as ferramentas de raciocínio para chegar ao conhecimento da realidade, embora atestem alguns ser este conhecimento impossível. Há correntes da filosofia que afirmam ser impossível conhecer a realidade. E Karl Marx propõe o contrário. Confecciona uma nova ferramenta de raciocínio, autêntica chave universal, para lhe servir de método desse conhecimento. Com o tempo, bem depois, essa ferramenta seria batizada de materialismo dialético, ao fundir a contribuição dos dois filósofos citados – o materialismo de Feuerbach e a dialética de Hegel. O primeiro dizia que o pensamento deve descer das abstrações celestes, do recôndito dos gabinetes isolados e distantes do mundo efetivo, para se embasar sobre a realidade das condições materiais de vida do ser humano. O segundo afirmava as idéias serem portadoras de inseparável contradição que terminava por gerar contínua transformação. Era como se as idéias contrárias, componentes de um todo, negando-se reciprocamente uma em oposição a outra, fizessem com que desse entrechoque crítico surgisse a superação em algo mais avançado do que antes eram. As idéias em antítese promoviam sua própria superação. No presente momento, esta explicitação relâmpago já nos auxilia um pouco, embora infelizmente não seja discutida em pormenor. Vai sim ser discutida em ligeiro tracejado a forma como o materialismo dialético foi diretamente aplicado para produzir o primeiro escrito condutor ao desvendar do desenvolvimento da sociedade capitalista. Queremos enfatizar que sem este método andamos ao léu, sem alavanca, as mãos nuas. O conhecimento da realidade econômica permanece no chão, estático, sem serventia.

### 2.1 PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

A obra máxima de Karl Marx, publicada em 1867, é “O Capital”. Disso não se duvide. Porém, até chegar nesse livro genial, houve uma travessia sinuosa por obras antecessoras, aliás travessia atropetada de percalços principalmente de penúria material do autor. Obviamente, as publicações anteriores ajudaram a amadurecer o pensamento, ordenar as idéias, perscrutar as minudências. Todavia, antes desse possante ficar pronto, houve uma obra preliminar, aguardada ansiosamente pelos amigos e companheiros. Marx prometia decifrar o segredo do capitalismo, para compreender-lhe as artimanhas e saber então como se dirigir à fera com o propósito de vencê-la. Era para ser um tiro de misericórdia no capitalismo. Intencionava praticar uma crítica demolidora mediante um livro arrasador. O doutor vermelho desenvolveu uma maneira própria altamente meticulosa de aprender, escrevendo esboços e rascunhos para si com o fito de dominar o assunto propriamente dito. Acumulou pilhas de cadernos com notas, apontamentos, comentários, dissertações pessoais, elaborados ao longo de infatigáveis paciosas pesquisas durante o dia por anos a fio no Museu de Londres, espécie de tesouro cultural em primeira mão da nata do saber da época. Desses calhamaços, saía o material bruto que, em seguida, ia ser depurado. Caso sirva o comparativo, assemelha o perfumista, recolhendo toneladas de pétalas de flor para produzir pequeno frasco de essência para misturar nos perfumes.

A tão ansiada obra para varrer a burguesia do mapa, promessa de raio a iluminar a escuridão do firmamento, foi só uma vela. Saiu em 1859. A consternação dos companheiros foi geral após a leitura. Ninguém entendeu nada. Em verdade, veio à luz um pequeno estudo, ainda despojado da arremetida demolidora contra o capital, todavia já continente do método dialético a ser usado munido das principais categorias que ressuscitariam melhor esculpidas posteriormente na obra máxima. Estavam ali em germe os rudimentos do que seria proximamente a obra definitiva, embora de trejeito um pouco fragmentário, sem ainda clareza mais transparente, evolução confusa, fragmentária, entrementes, ali, pousada sobre a mesa, na frente dos olhos. Chamava-se “Para a crítica da economia política”. Antes da publicação deste aguardado estudo, houve um rascunho teórico e metodológico<sup>11</sup>, realizado em 1857, para orientar a concepção do raciocínio. *Este é o trabalho teórico a merecer agora atenção*, onde o método inovador e certo conteúdo basilar aparecem desbravadores ao estudo maior ainda vindouro. A alavanca metodológica prometia retirar o conhecimento do chão. Seguiremos tratar como essa alavanca foi inicialmente forjada, o que contribuiria para estabelecer o novo paradigma teórico do socialismo científico.

### 2.2 O NOVO MÉTODO PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA BURGUESA

Marx critica a maneira como se entendia a economia através, por exemplo, dos economistas burgueses do século XVII. Eles partiam normalmente do exame do todo. Era o que lhes parecia acertado. Entestavam início pela população,

---

<sup>11</sup> Estes rascunhos nos quais Marx elaborava para si as idéias a serem posteriormente retrabalhadas e desenvolvidas recebeu o nome de Grundrisse que, em alemão, quer dizer traçados, desenhos, esboços, rascunhos.

a Nação, o Estado, o mercado mundial, enfim, principiavam por algum tipo de totalidade verificável no mundo real. À medida que avançavam, deparavam com determinados elementos comuns a todos esses diversos estudos. Topavam com o *trabalho*, a *divisão do trabalho*, o *dinheiro*, o *valor*, a *mercadoria*, o *mercado*,... como componentes básicos que permeavam as análises. Entretanto, consistiam partes isoladas para as quais não conseguiam uma conexão satisfatória entre elas, nem um entendimento sobre o que seriam, para afinal poderem costurar esses conceitos recém achados, juntando os retalhos, a fim de explicar a totalidade do sistema, expresso no que antes haviam principiado em partes soltas: o Estado, a nação, a população. Em verdade, adentravam num labirinto no qual terminavam por quase sempre se perder. Não encontravam a saída muito menos regressavam à porta de entrada.

Marx observa que o correto é começar pelos conceitos básicos descobertos no meio do caminho (*trabalho*, *valor*, *mercadoria*, *divisão do trabalho*...). Eles constituem as pedras fundamentais para construir o raciocínio verdadeiro. Verdade enquanto expressão fiel do mundo real. Primeiro desvendar os componentes simples, saber o que são, juntá-los coerentemente para poder chegar à unidade do todo mais complexo. Numa forma imagética, seria sair das pequenas partes constituintes do quebra cabeça, identificá-las, para conseguir reorganizá-las depois no conjunto. O fruto disso se denominava “unidade da diversidade”. Era o quebra-cabeças montado a partir das partes. Atingia a compreensão da realidade concreta, justo porque esta agora conseguia enfeixar os diversos aspectos que a compunham e determinavam. Marx, então concluía, em linguagem filosófica: “o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações”. Nossos economistas burgueses principiavam de um todo, achavam certas partes fundamentais dele, não conseguiam encaixá-las, nem discerni-las, e findavam sem compor a imagem que almejavam pretender ver desde o início do estudo a que se propuseram empreender. Era como se quisessem partir do pretense quebra-cabeças já montado, como imaginavam que fosse.

Havia agora resultado eficaz nesta nova proposição metodológica. O estudo deixava de ser algo caótico e confuso, que o mais das vezes poderia até se extraviar e pouco ou nada esclarecer. As partes poderiam agora aparecer relacionadas num conjunto harmonioso. Estavam costuradas. As representações de população, Nação, mercado mundial deixavam de ser conteúdos ociosos e adquiriam sentido e lógica internos.

Pelo método dos economistas burgueses, as representações da realidade levadas a cabo na imaginação se vaporizavam, como se esfumassem no ar, pois lhes faltava substância. Eram conceitos quantas vezes vazios. No método agora proposto por Marx, a amarração das determinações abstratas (*valor*, *mercadoria*, *dinheiro*, *trabalho*) conduzia à autêntica reprodução da realidade pelo pensamento. Formavam um pensamento consistente, consentâneo com a expressão da realidade. Conquistara robustez e sentido. O pensamento não era apenas pensamento. Era real. Algo que espelhava o mundo palpável.

O filósofo alemão Hegel, do qual Marx retirou parte do método que utilizou, também alimentou ilusões de compreensão. Pensava ter compreendido a realidade, mas era uma compreensão equivocada. Considerava que para entender o mundo bastava sintetizar uma idéia do que era ele, como se a idéia fosse capaz de produzir a si mesma, andar pelas próprias pernas, “se aprofunda em si mesmo” como se referiu Marx ao citar Hegel. Quase como dizer que a idéia tivesse concebido o mundo pelas próprias forças. O mundo era aquilo que os homens pensavam que fosse. Hegel se iludia porque não percebia ser esta a maneira espontânea e natural como o pensamento entende o mundo real ao primeiro relance. Olhamos para a realidade e a abstraímos na cabeça, constituindo uma idéia das coisas. Só que pensamos que o mundo foi plasmado a partir dessa idéia original. O mundo é entendido pelo senso comum através dessas abstrações, dessas idéias girando na imaginação. Todavia, o verdadeiro é o contrário. Vamos intercalar um exemplo para entender como Hegel compreendia o mundo. O homem imaginou a faca e desta idéia construiu o instrumento que precisava para cortar. Errado. A faca foi descoberta a partir da prática, quando o homem talvez se cortou ao resvalar ou topar com mais força numa pedra com gume, ponta ou em algo bem semelhante. Percebeu que aquela superfície afiada, dura, pontiaguda cortava com facilidade. Ou quem sabe a necessidade de bater com uma pedra, lascou-a de tal modo que o pedaço lascado ficou com um gume cortante, tendo nele lacerado as mãos. Esta situação concreta lhe transmitiu a percepção que poderia utilizar aquele achado especial para cortar, dilacerar, rasgar, funcionando como uma das primeiras ferramentas produzidas pelo homem. Estava nascendo a faca e a idéia de faca. À medida que usou e testou o objeto, pode aperfeiçoar, obter outros com melhores materiais. E assim a faca evoluiu em sua forma e eficiência. Esta situação pronta, com a faca já evoluída e acabada, dava impressão de que a idéia era independente do mundo e que o criara. O homem pensou em faca e, em seguida, criou o objeto. Era como se a idéia tivesse criado o mundo, surgido da cabeça a partir do nada. Era assim que Hegel pensava. Marx contrariou isto e asseverou que a idéia deve partir da realidade palpável e concreta, ser um espelho dela, e não ser preconcebida de maneira unilateral e imutável. Hegel foi virado de ponta-cabeça.

Marx coloca seus próprios exemplos para explicar. Vamos escolher dois dos mais importantes: o trabalho e o valor de troca. Observar como estes conceitos fundamentais não estão parados no universo. Não são imutáveis, padecem transformação, modificam-se no tempo e obedecem ao espaço geográfico. O trabalho, por exemplo, possui relação com as comunidades mais simples em que se defrontou. Pode ter existido num conjunto social bem mais complexo que o

incorporava, sendo uma relação ainda pouco aprimorada. É o simples que existe dentro do mais complexo<sup>12</sup>. Estas duas categorias (trabalho e valor de troca) acompanhadas de outras compõem o ato de produção efetivo. O mundo material construído pelos homens seria o resultado dessas ligações. É assim que podemos nos apoderar desse mundo e entendê-lo com nosso cérebro enquanto algo fixado pelo presente. O que não passa por nossa cabeça é que estas categorias, no caso mais específico o trabalho, foi algo que se modificou no tempo e no espaço e engendrou a totalidade do mundo que buscamos compreender. Marx invoca o mundo com a idéia de mudança constante. Nós aprendemos um mundo estático, pronto e preso ao momento presente daquilo que vemos mais de imediato e pensamos que assim sempre foi. É a ilusão das aparências. O mundo está em transformação. Assim como o trabalho também. O trabalho que hoje entendemos não é o mesmo de séculos atrás. Porém, queremos compreender o trabalho de antigamente como se fosse o de hoje. É diferente.

Estudemos a categoria trabalho mais um tanto em suas metamorfoses para ver como, apesar de antiga e aparentemente tão simples, não se apresenta da mesma forma à medida do pular do tempo. Olha-se para o trabalho como se tivesse sido sempre igual, como se nele não houvesse qualquer novidade. Averiguemos. O sistema monetário considera o dinheiro como fonte da riqueza. Já o sistema manufatureiro ou comercial coloca o trabalho manufatureiro e comercial como essa fonte. Isto consiste um progresso. A riqueza vai sendo vista não mais como mágica, porém fruto de um processo de trabalho. Todavia, era ainda uma visão limitada, pois considerava apenas o trabalho manufatureiro e comercial e não os demais. Por sua vez, os fisiocratas enxergavam a agricultura como criadora de riqueza enquanto manifestação de determinado trabalho. A agricultura era vista como resultado geral do trabalho na terra. Seus frutos eram um produto determinado pela natureza.

Adam Smith perpetra um salto extraordinário ao rejeitar o trabalho em particular do pedreiro, do marceneiro, do fiandeiro como criador de riquezas. Para ele, trata-se de todas estas formas de trabalho em conjunto, como se fosse um trabalho em geral e não mais em particular. Nenhum dos trabalhos é agora mais importante do que os demais. É indiferente qual o gênero de trabalho, importante é o fato do trabalho, independente de que tipo ele é. O trabalho é quem produz riquezas. O trabalho aparece como comum a todos. Estamos numa outra época histórica, onde qualquer pessoa pode transitar com facilidade de um trabalho a outro sem problemas. O trabalho aparece agora como um meio de produzir riqueza em geral. Antes havia o trabalho do ferreiro, do seleiro, do tecelão que acabava se confundindo com a pessoa que o executava. Era um ofício demorado a aprender, hereditário, transbordante de ornatos, adereços e detalhes especializados. Agora a pessoa munida de capacidades generalistas pode saltar a produzir qualquer coisa porque as máquinas seqüenciadas estão executando as características antes exigidas das pessoas, todavia num produto padronizado da fábrica. Agora o trabalho do homem é de um atendente de máquinas, de um operador de máquinas. Este é o trabalho moderno pertencente à sociedade burguesa moderna, não é mais o trabalho específico dos artesãos, produtores quase de obras de arte, que somente eles sabiam fazer. O que há na época do capitalismo é o *trabalho em geral*. Trata-se do caso dos Estados Unidos em franca expansão fabril. Quando os trabalhadores iam lotar as fábricas para ganhar o pão. Em oposição, na Rússia, o trabalho ainda está preso a uma determinada atividade da qual o trabalhador não se liberta. Era um trabalho ainda bastante artesanal. Deve seguir uma tradição herdada dos ancestrais que somente forças externas podem quebrar. A agricultura era a relação social dominante e não a indústria.

Os exemplos citados evidenciam como a categoria trabalho não é igual em todas as épocas. É, por sinal, produto de condições históricas e atua dentro destes limites. Marx coloca em relevo que o estudo deve refletir o movimento de transformação da realidade. E não querer encontrar o conceito teórico pronto da atualidade vivenciada e transferi-lo para todas as outras como se nunca houvesse mudado. Assim é a dialética, o método que identifica o movimento contínuo que não sucede no ar, solto, mas no decorrer da história, da sociedade e, como se não bastasse, obediente também à geografia.

Marx prossegue o raciocínio com mais outros exemplos para elucidar esta dinâmica em que uma coisa se mostra ora de uma maneira e ora de outra em diferente situação. Está implícito a idéia de movimento e transformação. Por este motivo, as análises e respectivas conclusões acabam diferenciadas em função das situações em que se enquadram. Trata-se do olhar para coisas em movimento. A mesma explicação não pode ser aplicada mecânica e automaticamente em situações dispares. Por exemplo, no Peru, o dinheiro não existe, todavia se encontram a cooperação e uma avançada divisão do trabalho, mostrando-se uma sociedade muito desenvolvida. Nas comunidades eslavas, o dinheiro e a troca

---

<sup>12</sup> Nota do Autor: o trabalho pode ser compreendido, grosso modo, a partir de um conjunto de tarefas repetitivas, seqüenciais e articuladas, já com certa rotina, desempenhado em determinado local fixo para obter com êxito regular certo produto de necessidade de antemão imaginado. Pressupõe já algum sedentarismo e desenvolvimento das forças produtivas como base. Quero dizer com isso que para surgir o trabalho é preciso o ser humano estar estabelecido em algum lugar para que as características desse trabalho possam se manifestar plenamente. Até isso acontecer, esse trabalho fixo não é a relação social dominante. É secundário. Prioritários são a pesca, a coleta, a caça para as quais as comunidades carecem se deslocar à medida que escasseiam posto que ainda essas atividades não possuem os traços de repetição, seqüenciamento, rotina, articulação e fixação. O trabalho pende mais para o sedentarismo do que para o nomadismo. O que este escriba quer dizer em suas conjecturas acerca do trabalho para compreender melhor o raciocínio de Marx é que mesmo o trabalho teve seu nascimento e desenvolvimento e padece transformação incessante, transitando até por etapas, por que não. Não é conceito acabado, dado de uma vez para sempre, pronto e grotescamente aplicado em qualquer época e lugar.

aparecem em suas fronteiras nas relações com outras comunidades. Desempenha um papel insignificante. No entanto, diz-se que é o intercâmbio que originalmente constituiu estas sociedades, o que é equivocado. O intercâmbio surge muito mais das relações recíprocas de uma comunidade distinta com a outra do que com os membros dela mesma.

O dinheiro existiu na Antiguidade, entretanto, não era o elemento dominante. Desempenhava um papel de modo unilateral e especialmente nas nações comerciais. Somente na moderna sociedade burguesa revela toda a sua força em que atinge completo desenvolvimento. Entre gregos e romanos, tipificando a Antiguidade mais culta, o dinheiro não possuía a predominância tal como conhecido na sociedade burguesa. Ele se impõe na Antiguidade no período de sua dissolução social. No Império Romano, ele era importante para pagar o salário dos soldados no exército, entretanto jamais atingiu a totalidade do trabalho. O fundamental era o imposto e as entregas em produto arrancado à força da população. Nesta análise se percebe com clareza como em Marx a interpretação do fato se modifica. Numa sociedade é uma coisa, noutra sociedade desempenha outra função, aparecendo com papéis diferenciados. E, às vezes, na mesma sociedade conforme esta se desenvolve, as relações também podem mudar de figura. As explicações não estão dadas, prontas e imutáveis, sendo iguais para os povos em qualquer situação e tempo histórico.

Estamos, portanto, agora na sociedade burguesa. Ela é a organização histórica mais desenvolvida e diferenciada de outras sociedades precedentes. Serve de modelo para estudar as sociedades anteriores desaparecidas sobre as quais se edificou. O que antes era apenas uma indicação das relações sociais vindouras segue agora se desenvolver com toda a significação. Em verdade, a sociedade burguesa ajuda a compreender as sociedades anteriores, pois tem amadurecido nela o que antes era simples semente. A forma social superior permite conhecer a forma social inferior. Quase como dizer que do vegetal formado ser possível conhecer até sua semente. A semente guarda em si as características principais do vegetal adulto e este da semente que o gerou, o que não quer dizer que não sofrem influências do meio ambiente. Por

---

**Para os economistas burgueses, as categorias da sociedade burguesa são uma verdade para todo o tipo de sociedades passadas.**

---

consequente, a economia burguesa fornece a chave para compreender a economia da Antiguidade, da Idade Média. Todavia, com uma grande diferença. Os economistas burgueses fazem desaparecer as diferenças históricas entre uma e outra. As categorias da sociedade burguesa, eles as transportam sem mediações e procuram se encaixar nas economias antecessoras como se fossem perfeitamente iguais, sem considerar história, geografia e meio social. Não vêem as transformações, como se tudo já estivesse pronto e fixado.

Certas relações sociais se atrofiaram. Por exemplo, a propriedade comunal definiu enquanto a propriedade privada se fortaleceu cada vez mais. Para os economistas burgueses, as categorias da sociedade burguesa são uma verdade para todo o tipo de sociedades passadas. Vêm-nas de um modo unilateral. As categorias podem ter se desenvolvido, atrofiado, caricaturado, mas guardam suas distinções, não são absolutamente iguais como querem acreditar e fazer acreditar. As formas mais desenvolvidas resultaram de um passado modificado em etapas e situações diversas. Para o economista burguês ou das aparências é como se tudo já estivesse pronto e acabado. Para compreender a sociedade feudal, antiga, oriental é necessária a autocrítica da sociedade mais avançada: a burguesa. E a sociedade burguesa com seus mitos só foi possível quando criticou as sociedades anteriores. É como se a crítica a distinguisse das demais precedentes.

A sociedade burguesa não inicia a partir do momento em que se trata de aspectos isolados dela. Isto é importante fixar porque os cortes que se vão praticar para estudá-la, como se fosse numa aula de anatomia, requerem uma direção decisiva para não começar errando. Cortar certo para não inutilizar ou mutilar o estudo desde o princípio. E nessa altura da explicação, Marx discute qual o melhor caminho por onde começar. Para Marx deve se tratar da sociedade burguesa como ela é. Pode se alimentar a ilusão de principiar pela renda da terra, dado que está ligada à terra enquanto fonte de toda a produção e de todo modo de ser. Absolutamente errado iniciar pela superfície das coisas visto ser o que mais se destaca. Outra vez se principia pela visão enganosa do primeiro olhar. Todas as sociedades se deparam com determinada produção superior e influente sobre todas as demais. Mas, não é essa a forma correta.

Outro exemplo esclarecedor é o caso das sociedades onde predomina a agricultura, como na sociedade antiga e medieval. Estas sociedades estão marcadas pelo caráter agrário e mesmo a indústria, com sua correspondente organização e formas de propriedade, possui um traço específico ainda de propriedade rural. É como se a agricultura ditasse o tom como as cores têm de aparecer na tela. O restante é subordinado a ela, inclusive a indústria. A indústria é um apêndice da agricultura.

O contrário é o acontecido na sociedade burguesa. A agricultura se subordina à indústria, desmembrando-se em ramos desta. E a indústria é inteiramente dominada pela lógica do capital. Enquanto domina a propriedade fundiária, a relação com a natureza é preponderante. É como se a natureza ditasse as regras das relações sociais entre os homens.

Quando o domínio pertence ao capital, ocorre o contrário. A natureza não manda mais. Esse capital passa a ser o elemento social e histórico estabelecido pela sociedade burguesa que prevalece sobre os demais. O capital acaba sendo a potência econômica dominadora de tudo. Deve constituir o ponto inicial e o ponto final do estudo. Pode-se entender o capital sem a renda da terra. Mas não se consegue entender a renda da terra sem o capital.

Agora, Marx coloca o estudo no prumo, nível e esquadro, como deve ser focado. Começar pelo capital tal como é na sociedade burguesa. É errado apresentar as categorias econômicas em ordem histórica de suas ações determinantes. Pelo contrário, a ordem delas está estabelecida dentro da sociedade burguesa na maneira como se relacionam umas com as outras e não como se fossem produto do desenvolvimento histórico exterior. É do relacionamento entre as categorias principais dentro da sociedade burguesa que deve partir o estudo. O correto é estudá-las dentro da sociedade burguesa em sua hierarquia interna, como uma parte articulada dentro de um todo maior em não em separado dela, em sua sucessão histórica. Estabelecer as conexões dentro do organismo econômico. Caso valha outro comparativo auxiliar do entendimento, é como estudar o coração em suas ligações com o pulmão, o fígado, os rins, os intestinos, o pâncreas, ou qualquer um desses órgãos não em separado, todavia em conjunto e harmonia com os demais para estabelecer o interrelacionamento recíproco. A compreensão de um ligada à compreensão do outro. A unidade particular com seu todo geral e o todo novamente com a unidade.

Determinados povos, como os cartagineses e fenícios, apareceram como comerciantes. Entretanto, os povos predominantes eram agricultores e eram estes que determinavam o quanto os segundos podiam se dedicar ao comércio exercendo-o na forma mais pura. O capital comercial sempre aparece mesmo que não seja o elemento dominante das sociedades. Ele é apenas acessório à produção agrícola principal.

As sociedades por ações aparecem no início da sociedade burguesa quando esta ainda não desenvolvera amplamente suas possibilidades. Mas, já estavam lá por gozarem de uma situação de monopólio.

O próprio conceito de riqueza nacional surgia como riqueza criada para o Estado. E o poder deste media-se pela riqueza a ele destinada. Era forma dissimulada como aparecia a riqueza, resultante não de trabalho social, todavia dos Estados serem utilizados como meio de produção da riqueza. Os Estados retiravam essa riqueza de algum lugar, que alguma sociedade produziu, mas aparecia como se fossem eles os criadores de tudo. Outra ilusão das aparências. De fato, esse mundo vasto mundo está cheio de miragens.

Para concluir esta parte de metodologia, Marx coloca para si próprio um roteiro preliminar de raciocínio para desenvolvimento de seus estudos econômicos em seções, que aparecem como segue neste mapa de raciocínio:

1. os conceitos mais abstratos que convêm mais ou menos a todas as formas de sociedade;
2. as categorias que constituem a articulação interna da sociedade burguesa: capital, trabalho assalariado, propriedade fundiária;
3. síntese da sociedade burguesa na forma do Estado;
4. relações internacionais de produção.

Nestas formas gerais, Marx elucida seu novo método de investigação ainda como esboço, tal qual um rascunho com idéias esclarecidas para si mesmo. Obviamente isto padeceria novo tratamento e aperfeiçoamentos posteriores, mas já detinha uma luz para iluminar sua caminhada.

### 3 CONCLUSÃO

Qual lição se aproveita para este início de século XXI, onde o capitalismo – a sociedade que nos abriga e integramos – prossegue embrulhado por *contradições que cria para si mesmo* e interpõem a cada passo histórico obstáculos mais difíceis de transpor? É mister transformá-lo como dizia Marx nas 11 teses sobre Feurbach, mas, para tanto, antes é bom conhecê-lo. Em verdade, as lições são duas. A primeira é de que é possível conhecer a realidade econômica. Nunca em sua totalidade, mas em sua essência e generalidade. O todo é infinito, mas a essência é perceptível. Para transformar é mister conhecer. Não na totalidade, o que é impossível. Mas, na essência, o que é possível. E a segunda lição é a de que o método é fundamental. *Sem um bom método nada ou muito pouco se explica, o estudo sai confuso, tortuoso, sem direção, perdido em si mesmo.* As categorias econômicas correm o sério risco de não se amarrarem em suas relações de conexão pertencentes ao todo maior. Agora, o que Marx propõe com justeza é um novo método, composto do materialismo de Ludwig Feurbach e da dialética hegeliana. As duas contribuições foram fundidas numa ferramenta só. O materialismo necessitava da contradição entre opostos para se alimentar de movimento e não estacar num estudo imóvel e de mão única. A dialética

necessitava de transformação social e histórica para se alimentar de realidade e não virar um estudo sem substância, vaidade intelectual.

Nesse pequeno arrazoado foi colocado e debatido certo conjunto de idéias em movimento, em seu devido contexto histórico, para acometer dado estudo, que aspiramos empreender, para chegar a algum porto. Ter determinação e sentido certos. Do contrário estamos em alto mar ao sabor das ondas e dos ventos onde não se sabe aonde podem nos levar. E, caso os trabalhadores mais avançados e líderes percebam o aguilhão da necessidade histórica em suas costas para construir uma nova sociedade, capaz de superar o capitalismo, é muito importante conhecerem mais de perto esta metodologia e teoria para terem suficiente clareza na mente onde almejam chegar.

---

## REFERÊNCIAS

AQUINO, R. S. L de, ALVARENGA, F. J. M de, FRANCO, D. A. et al. **História das sociedades**: das sociedades modernas às sociedades atuais. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.

BEER, M. **História do socialismo e das lutas sociais**: da antiguidade aos tempos modernos. Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1968.

**Biografia Friedrich Engels**. (Diversos autores). Lisboa: Editorial Avante, 1986.

MARX, K. **Para a crítica da economia política**. Coleção Os Pensadores.

TAYLOR, A. **As grandes doutrinas econômicas**. 3. ed. Publicações Europa-América, 1965.

WHEEN, F. **Karl Marx**. Rio de Janeiro: Record, 2001.





O  
I N I Ã  
P  
O  
QUANDO NÃO SABEMOS QUEM SOMOS...<sup>1</sup>

*Luiz Fernando Corcini*<sup>2</sup>

Quando se fala em história do Brasil, alguns fatos parecem ficar na penumbra. Até hoje não “engoli” aquela história da proclamação da independência: Afinal, aquele brado de “Independência ou Morte” existiu realmente ou foi uma licença poética? Sem falar no descobrimento do Brasil. Muitos dizem que o Brasil já tinha sido descoberto a mais de uma década quando Pedro Álvares Cabral oficializou o descobrimento. Qual é a verdadeira história? Afinal, esse é o nosso país e temos pouco ou nenhuma informação concreta a respeito de acontecimentos históricos importantes.



---

<sup>1</sup> Este texto é uma prévia do livro do autor “Amotá”.

<sup>2</sup> Engenheiro Industrial, graduado pelo Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET. Professor da Disciplina de Análise e Projetos de Sistemas de Informação das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba. C-eletrônico: [lcorcini@hotmail.com](mailto:lcorcini@hotmail.com).

Alguns dizem não lembrar e outros têm certeza que aconteceu, mas não sabem dar detalhes. Falando em detalhes, o mesmo acontece com a história do Estado do Paraná, foco desta discussão. Paraná: de tantas origens, tantas culturas. Um Estado formado por imigrantes de todos os cantos do Brasil e do mundo, que exploraram, cultivaram, cresceram e ainda lutam para ter uma expressão nacional. Conquistamos várias vitórias nesses 500 anos, mas esquecemos o principal: perdemos ou esquecemos nossa essência, pois afinal quem somos nós? Não temos o jeitinho malandro e cativante do carioca ou o espírito empreendedor do paulista. Não somos emotivos e descontraídos como os baianos e tão pouco temos o jeitinho mineiro de ser. Não temos também o regionalismo do gaúcho.

Um povo de várias origens, uma miscigenação dificilmente vista em qualquer lugar do mundo. Somos uma mistura de italianos, alemães, japoneses, poloneses, ucranianos, russos, portugueses, franceses, árabes, índios, negros e tudo mais que você lembrar. Então, no final, quem somos?

De uma região de ambulantes e exploradores, o Estado foi por muito tempo apenas uma trilha para os tropeiros que, em suas paradas, deixavam vilas e pequenas cidades. Por muito tempo esquecido pelo Brasil, a completa colonização do Paraná aconteceu há não mais de 90 anos. No meio dessa confusão de culturas, de gente entrando de tudo que é lado, de línguas que não se entendiam, formamos Joãos, Marias, Josés, Pedros que viveram e vivem aqui, numa terra que escolheram pra criar suas famílias, mas que esqueceram de perguntar ou de perpetuar uma questão: qual é a história desse Estado, que tem nome de rio e que em Tupi significa “Grande como o Mar”, e que eles escolheram para viver? Como isso aqui tudo começou?

Se você for para a Europa, vai querer conhecer os castelos, vai querer saber como viviam os reis e conhecer as curiosidades da história daquele país, cidade ou local onde esta visitando, seja ela metrópole como Paris ou vilarejo retirado no interior da Itália ou Alemanha. Com certeza, vai ficar abismado ao saber que o castelo de Versalles não tinha banheiro e que na Europa em geral o esgoto era jogado na rua. Seus olhos vão brilhar quando ver as belas cidadezinhas da Alemanha e os povoados retirados da Itália, que ficam lá, praticamente isolados, em cima dos morros. E voltará ao Brasil contando essas histórias e curiosidades dos locais que conheceu. Talvez até decore os nomes de personagens que viveram há 500 ou mil anos naquele país e que não tem nada a ver com a sua vida. Mas você sabe falar sobre eles e certamente comprará livros sobre as grandes conquistas e descobertas dos Europeus. Já se você for para os EUA vai ouvir falar muito sobre o jeito americano de viver, o dia da independência e do orgulho que eles têm para com a sua própria pátria. Vai querer saber sobre a conquista do velho oeste e seus grandes personagens. Talvez até compre um souvenir sobre os índios Sioux.

Mas, o que eles sabem sobre a gente? Somos apenas futebol, samba e Amazônia? Somos apenas corrupção e mulher pelada? Por que quando falamos sobre os índios americanos, ou sobre as tribos bárbaras da Europa medieval, enchemos a boca e quando falamos sobre os Tupi, os Tupiniquins, os Carijós e os Guaranis parecemos não dar tanta importância? Você já leu sobre eles pra saber quem foram? Se tivesse lido com certeza usaria o nome Tupi ou Tupiniquim com mais orgulho.

O mínimo que uma pessoa deve querer saber sobre si, são suas origens e a origem do lugar onde vive. Então, temos tantas histórias, outras tantas lendas e pouco ou nada se fala ou se produz sobre esses assuntos.

## **CAVALEIROS TEMPLÁRIOS X DESCOBRIMENTO DO BRASIL**

Muitos livros e filmes foram escritos sobre eles. Se você for um bom observador, deve ter percebido que a mesma cruz que os cavaleiros templários usavam em suas vestimentas estava estampado nas velas das caravelas portuguesas que descobriram o Brasil. Será que foi apenas uma coincidência? Uma cópia?

Em 1300 d.C, o Rei da França (Felipe, o Belo) juntamente com o Papa fizeram um plano para dizimar os templários. O motivo agora não vem ao caso, mas o fato é que foi ordenando que todos os países da Europa prendessem e matassem aqueles cavaleiros e qualquer pessoa que tivesse algo a ver com eles por que todos eram acusados de heresia. Foi uma carnificina. Todos os reinos da Europa cumpriram as ordens vindas do Papa, com exceção de dois deles: Inglaterra e Portugal.

Mas, tanto o Vaticano quanto o Rei da França estavam interessados no tesouro dos templários e em seus segredos, mas nenhum dos dois foram encontrados. Conta a história que parte dos cavaleiros templários que conseguiram sobreviver, fugiram para a Inglaterra onde foram chamados de cavaleiros Hospitalares e outra parte fugiu para Portugal, onde foram chamados de Pobres Cavaleiros da Ordem de Cristo ou simplesmente cavaleiros de Cristo, levando consigo os segredos e os tesouros. Os templários dominavam a Astronomia, a Engenharia entre outras ciências.

Se analisarmos as condições daquela época seria quase impossível atravessar da França para Inglaterra levando a quantidade de tesouros que se imagina que esses cavaleiros tinham, sem serem percebidos e capturados, pois a França era a maior interessada. Resta entender que o tesouro foi para um pequeno país, sem expressão continental, chamado Portugal.

A Inglaterra já era rica e soberana. Portugal não era um país rico e vivia tendo sua soberania colocada em cheque pelos espanhóis. Mas, 100 anos depois, Portugal estava se lançando ao mar e em, aproximadamente 1450 d.C, este pequeno país dominava os mares. Foi o primeiro a descobrir a rota para a Índia, entre outras empreitadas. Fazer uma viagem pelo oceano Atlântico, naquela época, deveria custar o mesmo que ir para a lua nos dias de hoje. De onde veio o dinheiro? De onde veio a tecnologia?

Vasco da Gama que, em 1498, completou o contorno da costa africana, um feito inédito, não era navegador, era Cavaleiro da Ordem de Cristo, assim como Pedro Álvares Cabral, que apenas oficializou o descobrimento do Brasil, em 1500. Se o tesouro dos templários não foi todo gasto nas navegações portuguesas e realmente veio para as Américas, como dizem alguns, ele só pode estar no Brasil ou em alguma das colônias portuguesas da época, mas nunca poderia estar nos EUA, como mostram os filmes e livros.

Portugal possuía terras no mundo todo, inclusive na Austrália. O império português foi tão grande quanto o de Roma. Mas por que isso não aparece nos filmes? Porque só vemos piratas ingleses e espanhóis nos filmes? Por que essa parte da história simplesmente foi esquecida ou escondida? Era Portugal que dominava os sete mares e não os ingleses! Inclusive existem relatos históricos que contam que todos os grandes comandantes de frota inglesa tinha como primeiro imediato um português, pois eles conheciam bem todos os atalhos, mares e perigos dos mares.

## DE UMA TEMPESTADE SURTIU O PARANÁ

Em 18 de novembro de 1530, uma nau portuguesa ia de São Paulo a Ilha de Santa Catarina, quando uma grande tempestade se forma e essa nau é obrigada a entrar no que parecia ser uma baía e evitando bater nas rochas consegue atracar, num golpe de mestre, numa das ilhas dessa baía. Foi um verdadeiro milagre. O naufrágio parecia certo, mas os tripulantes nada sofreram e a nau ficou bem pouco danificada.

Por conta dessa tempestade e da destreza do piloto, pois todos poderiam ter morrido, em 1530 estava oficialmente descoberta a baía de PARNAGOA (Grande Mar Redondo) e que depois veio a ser chamada de Baía de Paranaguá. Uma aldeia foi formada na ilha onde eles atracaram que ficou conhecida como a Ilha da Aldeia de Brancos ou, em Tupi: Ilha da Cotinga. Lá esta o primeiro marco da povoação européia no Estado do Paraná. Uma cruz de malta, feita de ferro que tem praticamente 500 anos e ainda esta lá, toda enferrujada e mal cuidada, mas esta lá.

No alto dessa mesma ilha, mais ou menos 360 degraus de pedra lisa e atravessada por raízes, está o que restou da primeira igreja levantada em solo paranaense. A igreja de Nossa Senhora das Mercês, que foi por algumas vezes restaurada, mas que está totalmente abandonada. Bem, a nau foi consertada e rumou para a ilha de Santa Catarina, mas por aproximadamente 30 anos a aldeia cresceu e fez amizade com os índios que viviam no continente (Carijós) que eram pacíficos.

Outro fato interessante foi que em meados do século XVII, Paranaguá era uma das cidades mais famosas do Brasil, juntamente com Olinda, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo e ficou assim por quase 150 anos. Vieram famílias, exploradores de todos os lugares do Brasil para conhecer Paranaguá e muitas se estabeleceram por aqui. Foi descoberto ouro na baía de Paranaguá, mais especificamente, no rio Nhundiaquara. Foi o primeiro lugar no Brasil onde o ouro foi descoberto. Só aproximadamente 150 anos depois é que o ouro foi descoberto nas Minas Gerais. Por conta desse ouro descoberto na região de Paranaguá, os exploradores rapidamente começaram a marchar serra acima, descobrindo os campos do primeiro planalto e o capitão das canoas do sul, Eleodoro Ébano Pereira, foi o comandante dessas tropas e se fixou as margens do rio Ivo, que tinha ouro.

Na mesma época, aproximadamente em 1650, um tenente se desentendeu com o governador da capitania de São Paulo e, sendo ameaçado de morte, teve que fugir e viajou da cidade de São Paulo, que naquela época era um pouco maior do que uma aldeia, e veio parar próximo à Serra do Mar, num lugar de muitas árvores frutíferas que os índios denominavam Atuba.

Na região onde fica hoje a cidade de Curitiba vivia uma tribo chamada Tingui. Eram índios amigos e muito trabalhadores, segundo relatos da época. Esse tenente, chamado de Soares do Vale, percebeu que o lugar era bom e pediu para que a sua família viesse ao seu encontro. Na época, os viajantes, exploradores e pesquisadores faziam o papel do correio, levando e trazendo notícias.

A família de Soares do Vale, juntamente com a família de alguns amigos, como Mateus Leme entre outros, vieram também e se estabeleceram às margens do rio Atuba, formando a primeira vila de colonização da região dos campos de Curitiba, chamada de Vilinha.

Mas afinal, quem fundou Curitiba? Soares do Vale ou Ébano Pereira?

Na verdade, quem indicou o local para a que a vila se estabelecesse foi o cacique da tribo Tingui, chamado de Tindiquera, uns 30 ou 40 anos depois que a Vilinha estava povoada. Esse local onde o índio apontou tornou-se o núcleo

do povoado e é uma praça que possui 4 estátuas: de Benjamim Constant, de Getúlio Vargas, do Marechal de Ferro e de Tiradentes e o local se chama praça Tiradentes.

Se foi um índio que indicou o local, por que essa praça não tem o nome dele? Ou pelo menos o nome da tribo dele?

Já que Curitiba tem tantas praças e parques, onde está a praça em homenagem a esse índio ou essa tribo? Como acreditar que o parque Tingui, com a estátua de um índio anão, com os pés gigantes, sem nenhuma placa ou indicativo qualquer sobre o assunto e que tem do outro lado do mesmo parque um memorial ucraniano seja a homenagem para a tribo que ajudou a fundar Curitiba?

Outro fato interessante da história do Paraná foi o fato de que aproximadamente 150 anos depois do descobrimento do ouro em Paranaguá, o ouro acabou em todas as regiões exploradas do estado ou existia em quantidades insignificantes, mas nas Minas Gerais, muitas jazidas desse metal tinham sido descobertas. Todos os exploradores, vendedores e famílias que tinham alguma condição, mudaram-se para as Minas Gerais, abandonando a região do Paraná, que na época ainda era a quinta comarca de São Paulo, formada apenas por algumas vilas como Paranaguá, Morretes, Antonina, Curitiba, Ponta Grossa entre outras. Os que ficaram aqui, realmente não possuíam condições financeiras de ir para um lugar melhor. Naquela época, quase 70 por cento da população das regiões colonizadas no Paraná era formada por escravos, índios ou descendentes deles. Então, podemos concluir que quem ajudou a erguer esse estado foi o trabalho escravo e indígena. Há alguma praça ou parque em Curitiba em homenagem aos negros? Se você for pensar, o único povo que veio para o Paraná sem querer e veio apenas para trabalhar como escravo e que ajudou a construir muita coisa aqui, não tem monumento ou praça em sua homenagem.

Não é defender o “pobrezinho” do índio ou do escravo ou torná-los os “coitadinhos”, mas conhecer a história e eles.

Eles fazem parte da história desse Estado e você, com certeza, só está aqui hoje, morando e vivendo, por mérito deles, assim como os bandeirantes, que desbravaram toda a região do Estado. Imagine o que é entrar numa mata fechada, do outro lado do mundo, onde você conhece nada, com animais e insetos que você nunca viu e com a possibilidade de encontrar um índio canibal. Quão bravios não foram esses desbravadores.

Não estamos aqui para julgar se o que foi feito está certo ou errado, se foi justo ou não, mas toda essa história não tem sentido, toda essa luta e conquista não tem motivo se não forem lembradas e respeitadas.

Existe muito mais do que isso. O extermínio das Reduções espanholas, onde centenas de milhares de índios foram mortos, o tratado de Madrid que fez com que a região do Guaíra se tornasse de domínio português, aconteceram as guerras do Contestado e os cercos da Lapa, Curitiba, onde aconteceram batalhas das mais sangrentas, com mocinhos e vilões. Sem falar nos personagens da história do Paraná. Quem foi Gabriel de Lara? Foi o bandeirante que, por 30 anos, foi chefe da capitania de Paranaguá que ajudou a fundar cidades como Curitiba, São Francisco do Sul e desbravou o Paraná e Santa Catarina. Quem foi Zacarias Goes de Vasconcelos? Sabia que, quando ele assumiu, em 1853, a província do Paraná, como primeiro governador, construiu a estrada da Graciosa, como sendo o primeiro acesso entre Curitiba e Paranaguá por onde poderia trafegar com transporte com rodas? Esse mesmo escreveu uma carta ao então imperador D. Pedro II dizendo que não havia possibilidade de crescimento na região se não se ligasse o local onde as coisas eram produzidas ao local de escoamento dessa produção. Isso em 1853.

O que somos e como somos é reflexo da história desse Estado e, quem sabe no dia em que olharmos para dentro e conhecermos as aventuras e desventuras dos personagens que passaram por aqui, saberemos o que somos e isso nos dará muitas respostas de onde podemos chegar como cidadãos e poderemos contar para os estrangeiros que aqui não é apenas futebol, samba e Amazônia.

Somos muito mais.

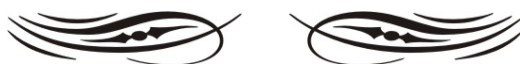
# O HOMEM CORDIAL

ENTREVISTA COM O PROFESSOR WASHINGTON SILAS DEGRAF

## APRESENTAÇÃO

**T**odos nós portamos algum traço determinante descortinador da personalidade. É aquele emblema a nos fazer reconhecidos seja onde estivermos. Não importa o lugar, essa característica acaba se manifestando. Ela não se esconde. Quase como tentar impedir o sol de brilhar. Mesmo estando coberto pelas nuvens, certo momento, cedo ou tarde, a luz solar não consegue permanecer envolta em brumas. Lá vem ele caminhando, professor *Washington Silas Degraf*, invariavelmente de jeans, o passo é rápido, seguro, como de alguém decidido a chegar em algum lugar. De pronto, abre-se o sorriso franco e o cumprimento desponta espontâneo: “Boa noite, como vai?!” E a todos distribui o mesmo sorriso atencioso e igual cortesia, ao porteiro, ao guardião, aos colegas, aos diretores. Igualzinho. Fico observando este gesto cortês, ritual cotidiano, em silêncio com meus botões, desta compostura de alma e, facilmente, socorre compatível conclusão para qualificar a pessoa habituada a proferi-las: “-Os gentlemen não habitam somente na Grã Bretanha.”

Boa Leitura!



*Professor José da Silveira Filho*

**(1) Painei Santa Cruz - Os contabilistas são vistos, pelo menos esta é a impressão mais amiúde, como pessoas profundamente envolvidas nas minúcias e alta responsabilidade de seus registros, que quase não lhes sobra tempo para outros compromettimentos culturais. Você contraria este padrão. Está sempre enfronhado com a política e gosta de escrever. Onde nasceram estas paixões, estes gostos estranhos?**

**Silas Degraf** – Creio que fazemos parte de um grande conjunto e que cada qual pode e deve interferir para que este conjunto fique cada vez melhor. Por

isto a responsabilidade de fazermos, no mínimo, a nossa parte. Não me envolvo diretamente na política, mas sei da minha responsabilidade em fazê-la de forma indireta. Quando das idéias de aumentar a carga tributária, critico sim e vou criticar sempre. Quanto à política de assistencialismo é outro absurdo que irei criticar sempre. O que não podemos é simplesmente dizer que não temos nada a ver com isto. Sobre escrever, vou lhe confessar: sempre tive uma tendência para jornalismo, inclusive já fui repórter mirim, quando tinha doze, treze anos. Fazia reportagem para a TV Iguazu Canal 4. Fui repórter mirim da Rádio Marumbi e escrevia para um jornal semanal. Só não segui a carreira, mas fiquei com um pouquinho do jornalismo no sangue.



**(2) Painel Santa Cruz - Você exhibe uma cordialidade espontânea no cotidiano de pessoas que não se conversam, sempre de bom humor. Qual a “filosofia de vida” que orienta seus passos “nesse mundo vasto mundo” de que falava Carlos Drummond de Andrade?**

**Silas Degraf** – Acho que estamos nesta vida escrevendo uma história, na qual cada dia é uma página. Portanto nossa história deve ser a mais bela possível e nela deve constar o respeito às pessoas, a ética em tudo o que fazemos e nossa responsabilidade no que nos envolvemos. Sobre a cordialidade é simplesmente tratar a todos da mesma forma que desejamos ser tratados.

**(3) Painel Santa Cruz - Existem várias teorias pedagógicas. Alguns as estudam para servir de apoio, a maioria coloca a experiência como critério absoluto sem a necessidade de qualquer interpretação anterior. Como você procura resolver esta questão antes de por os pés em sala de aula?**

**Silas Degraf** – Quando comecei a lecionar, em 1986, copiava o que meus melhores professores faziam e outro fator importante foi iniciar minha carreira como professor em escolas públicas na periferia de Curitiba. Lá percebi que mais do que ensinar um conteúdo servíamos de referencial para os alunos. Hoje ao entrar em sala de aula, penso em dar a minha melhor aula, em fazer o melhor para aqueles que estão confiando em meu trabalho.

**(4) Painel Santa Cruz - Qual o desafio para os contabilistas recém formados neste Brasil de início de século XXI?**

**Silas Degraf** – Os contabilistas passaram por uma crise de identidade na década de 80. Até então o profissional de contabilidade era o conselheiro da empresa em todos os aspectos, participando de todas as decisões. Quando o Governo, já em 1981, criou um manicômio tributário, utilizando a contabilidade das empresas para lhe municiar de informações e para interpretar e calcular uma infinidade de tributos, o contabilista começou a trabalhar apenas para o Governo, não tendo mais tempo para auxiliar às

empresas. Hoje já vemos que este profissional mudou seu perfil. Já está retomando sua função de gestor, pois é ele que possui todas as informações da empresa, que está com o painel de controle em suas mãos, e sabe interpretar o que os instrumentos estão informando.

**(5) Painel Santa Cruz - Qual sua visão de futuro para o Brasil e o planeta nestes tempos de incerteza e conflitos?**

**Silas Degraf** – O Brasil, infelizmente, já perdeu o trem algumas vezes nestes últimos anos. Já era para estarmos em um estágio bem mais avançado. O nosso grande problema continua sendo o interesse individual em detrimento do coletivo. Isto tudo por culpa de uma parcela da classe política que nos impede de atingirmos um desenvolvimento mais rápido. Como exemplo, podemos citar o câmbio flutuante que só passou a vigorar depois da reeleição do FHC, o que nos custou praticamente dois anos de juros altos, carga tributária elevada apenas para consertar a postergação de tal medida. Vemos também a política assistencialista que é muito boa para o

Governo, mas um veneno para a sociedade. Mas, mesmo assim o Brasil é forte e a tudo resiste, pois temos uma classe empresarial empreendedora, corajosa e determinada. Temos um povo trabalhador, com vontade de fazer e de se

desenvolver. Temos um território fantástico, rico e de uma diversidade sem igual. Basta nossos governantes não atrapalharem que tudo funciona.

**(6) Painel Santa Cruz - Qual a diferença de enfoque entre lecionar Contabilidade para o curso de Economia, de Administração e Contábeis?**

**Silas Degraf** – Lecionar Contabilidade é fácil, pois é bastante visível para os alunos, independente do curso que estejam fazendo. Claro que para cada curso é necessário um enfoque diferente de acordo com às suas necessidades. Os Economistas e Administradores não necessitam saber detalhes, pois serão usuários das informações. Já, para o Curso de Ciências Contábeis é necessário um enfoque mais aprofundado, pois serão os operadores das informações. A Contabilidade é o grande banco de dados da empresa, é o seu painel de controle e é

fundamental para o gestor saber para onde a empresa está indo, determinar sua rota e corrigir seus desvios, mas isto somente é possível se soubermos interpretar o que os números estão apontando. Dr. João Carlos Finardi, ex-presidente do Banestado e da Associação dos Bancos Estaduais, uma vez falou uma frase que nunca esqueço: “os números contam histórias, é uma pena que as pessoas não saibam ler o que os números nos contam”. Dentro das minhas aulas tento ensinar nossos alunos a lerem as histórias que os números nos contam.

**“A Contabilidade é o grande banco de dados da empresa, é o seu painel de controle e é fundamental para o gestor saber para onde a empresa está indo”.**

**(7) Painel Santa Cruz - O que quer dizer uma Teoria da Contabilidade? Esta ciência parece um ramo do conhecimento tão pragmático que dispensa maiores elucubrações, mas será isso mesmo?**

**Silas Degraf** – Na verdade a Contabilidade é uma ciência destinada a estudar as variações do patrimônio. Seu objetivo é bastante simples, através do registro dos fatos ela irá mostrar a situação do patrimônio de uma empresa em um determinado momento. Sempre esperamos o crescimento das empresas e a Contabilidade irá nos mostrar se é isto que está acontecendo. A teoria contábil se preocupa com os fundamentos e princípios que norteiam a Contabilidade. Tudo é baseado no registro dos fatos e na elaboração das demonstrações do que ocorreu no patrimônio. Com isto é possível interpretarmos o passado, entendermos o presente e projetarmos o futuro de uma empresa, auxiliando no processo de tomada de decisões.

**(8) Painel Santa Cruz - Quais foram os grandes livros que marcaram sua existência?**

**Silas Degraf** – Creio que todos os livros contribuem de uma forma na construção do

conhecimento e da formação de nossos conceitos e da nossa visão do mundo. Quando da minha adolescência, eu era meio de fase. Nestas fases passei pela poesia com Vinicius de Moraes, João Cabral de Mello Neto, depois fui para Pablo Neruda, Garcia Lorca, depois tive uma fase mais espiritual estudando Sidarta Gautama, depois fui estudar Mahatma Ghandi e quando entrei na

Faculdade em 1981, passei a ler sobre história das empresas, e desde então comecei a estudar as razões que levam uma empresa a ter sucesso e as razões que levam uma empresa ao fracasso. Claro que para isto você precisa passar por diversos caminhos, ou seja, tem que entender todos os fatores externos e internos que possam afetar uma empresa.

**(9) Painel Santa Cruz - Do que você mais alimenta saudade?**

**Silas Degraf** – A saudade é relativa, creio que se você viver intensamente o seu presente o seu passado será algo gostoso de ser revisto. Mas não me apego ao passado, pois tenho todo um presente e um futuro a ser vivido.

**(10) Painel Santa Cruz - Você acredita na humanidade?**

**Silas Degraf** – Acredito sim. Basta olhar para nossas salas de aula, ver nossos alunos e perceber que temos futuro. Cabe a nós, continuarmos servindo de referencial, passando sempre algo positivo, que um dia estas sementes irão germinar e veremos que valeu a pena acreditar. Basta olhar para meus filhos Henrique e Augusto e sentir que tenho uma história para escrever e que minha história seja a mais bela possível, pois mais importante do que deixar patrimônio, é deixar um exemplo. É nisto que acredito.

***FAREWELL Y SOLLOZOS***

*Neftali Ricardo Reyes Basoalto (Pablo Neruda)*

Ya no se encantarán mis ojos en tus ojos,  
ya no se endulzará junto a ti mi dolor.

Pero hacia donde vaya llevaré tu mirada  
y hacia donde camines llevarás mi dolor.

Fui tuyo, fuiste mía. Qué más? Juntos hicimos  
un recodo en la ruta donde el amor pasó.

Fui tuyo, fuiste mía. Tu serás del que te ame,  
del que corte en tu huerto lo que he sembrado yo.

Yo me voy. Estoy triste: pero siempre estoy triste.  
Vengo desde tus brazos. No sé hacia dónde voy....

Desde tu corazón me dice adiós un niño.  
Y yo le digo adiós.



# CASA ERBO STENZEL, MUSEU DA CASA DE TODOS<sup>1</sup>

*Pedro Moreira da Silva Neto<sup>2</sup>*

## RESUMO

A Casa Museu Erbo Stenzel favorece a passagem dos visitantes por esse museu ao proporcionar o encontro com a história de vida do artista, o ambiente da casa em que viveu e as obras que produziu. Media a descoberta de sua obra sob uma forma de ação educativa que se complementa pela abordagem pessoal com esse ambiente.

**Palavras-chave:** Ambiente; Obra; Vida do Artista.

## ABSTRACT

The museum Casa Museu Erbo Stenzel facilitates the visiting as it provides a meeting with the artist's life history, the environment of the house where he lived and his work. It mediates the discovery of the artist's work in an educational way, which is complemented by the visitor's personal approach to this environment.<sup>3</sup>

**Key words:** Artist's life; Environment; Work.

## 1 INTRODUÇÃO

O surgimento deste museu se deu pela importância do artista Erbo Stenzel, responsável principal pelo Monumento da Emancipação Política do Estado do Paraná, Praça XIX de Dezembro, professor de anatomia artística da Escola de Música e Belas Artes do Paraná, desenhista, gravador, gravurista com grande virtuosismo na modelagem escultórica. A casa onde viveu foi transportada e restaurada no Parque São Lourenço ao lado do Atelier de Esculturas da Cidade de Curitiba, nomeada Museu Casa Erbo Stenzel, onde estão protegidos os principais documentos sobre a Praça XIX de Dezembro, e se oferece ao público leitoras, vitrinas sobre a arte, a vida e obra do artista.

A reserva técnica está toda exposta, e os demais documentos e obras estão dispersos em vários outros museus, e em reservas cuidadas. O arranjo museológico foi realizado por uma curadoria que se preocupou com o processo de realização da obra artística, e promoveu um circuito que realizaria essa leitura oferecendo aos visitantes do museu a oportunidade de se interagir com os bens musealizados. A razão dessa possibilidade integrativa entre os bens patrimoniais se realiza pelas cópias que povoam as salas. Aqueles bens que são pertencentes à sua atividade e outros da família, se apresentam ao público como uma instalação entre as atividades artísticas e as do cotidiano do lar, o que faz da casa um memorial de proteção das referências, dos processos, indicando, por assim dizer os caminhos que apoiariam a pesquisa em artes plásticas, arquitetura, e a carpintaria da imigração alemã no estado do início do século passado.

---

<sup>1</sup> Artigo decorrente da Monografia da Especialização em Museologia – Museu Casa Erbo Stenzel

<sup>2</sup> Correio-eletrônico: [casasdopedro@gmail.com](mailto:casasdopedro@gmail.com).

<sup>3</sup> Tradução de Leonilda Procailo.

O espaço destinado a Exposições Temporárias recebe materiais histórico e culturais que tratariam em especial das obras em logradouros públicos. Enquanto a reserva técnica se oferece expositiva, o que contrasta com exposições temporárias em suportes plotados cópias reprografadas de originais que tratam dos ambientes públicos que receberam o trabalho artístico.

Os espaços de dentro e de fora coadunam com o pensamento de que o museu está inserido no contexto da Cidade de Curitiba. Pesquisadores em artes plásticas teriam uma mostra concisa da vida e obra do artista que seria indicador para o aprofundamento.

## **2 ATENDIMENTO**

O atendimento dirige-se portanto à especialidade em escultura, pesquisa em artes plásticas, ao público agendado que realiza pela ação educativa do Centro de Criatividade Curitiba no Parque São Lourenço pela qual o museu é responsável no momento, além dos visitantes de passagem.

Na Casa Erbo Stenzel se dá o acompanhamento mediado, tratando da técnica utilizada pelo artista Erbo Stenzel através das cópias expostas, considerando-se o tempo histórico, os principais acontecimentos limites e os aportes críticos relacionados, além da ambientação no espaço da casa e demais jogos interativos compreendendo a educação patrimonial, a importância do museu.

O perfil dos visitantes do museu está inserido ao atrativo do Parque São Lourenço que possui equipamentos variados para as atividades físicas, parques infantis, e o Centro de Criatividade que oferece cursos e atividades a crianças, jovens e adultos na iniciação de várias atividades artísticas-culturais, bem como o Atelier de Escultura da Cidade de Curitiba (ao lado do museu), com cursos adiantados da expressão escultórica como vidro, argila, e bronze pelo processo da cera perdida são algumas das atividades do atelier, inserindo assim grupo de artistas especializados e estudantes. O público que recorre ao parque e às atividades de aprendizado da arte e cultura frequentam o museu obrigando à flexibilidade no atendimento.

Grande parte das obras de Erbo Stenzel e demais documentos se fazem dispersos em vários museus, arquivos e bibliotecas, e para se dar a melhor forma de apoiar a especialistas, o museu atua como fonte para referências em artes plásticas que seriam indicadoras para a pesquisa, oferecendo meios para os contatos com documentais e demais ações acadêmicas.

Nos dias de sábado e domingos o público é tomado pela diversidade dos que procuram um momento de lazer descompromissado, e a abordagem se faz diferente da habitual. O que nos leva a pensar sobre o museu, dado as suas características de Museu Casa e o perfil dos frequentadores são as condições da abordagem.

## **3 CASA**

O museu se instala no parque e nas proximidades do atelier de escultura, a obra do artista musealizada trata em maior parte de obra escultórica, o arranjo museológico se estabelece através de cópias curadas e demais materiais e utensílios de uso doméstico quanto das ferramentas da arte, as exposições temporárias tematizam a importância da arte nos espaços públicos da cidade, a casa restaurada traz o olhar do passado de uma arquitetura em madeira do início do século, e assim, os processos da carpintaria.



(ÁGUA PRO MORRO, CÓPIA EM RESINA). Foto: Pedro Moreira da Silva Neto.

A casa, portanto localizaria o visitante no lugar da construção inicial do conhecimento.

*“... trata-se da preservação de uma casa de madeira – assunto que, academicamente, me tem preocupado bastante.. Sendo apenas o segundo espécime destinado à preservação por enquanto – amostragem insuficientíssima de um dos mais importantes traços culturais do Estado – seria importante usar a oportunidade para chamar atenção sobre ela, ensejando a preservação de um maior número de unidades. Tendo em vista que, em 1978, quando se comemorou o centenário da Imigração Italiana para Santa Felicidade, os moradores, por iniciativa própria, recolheram no Salão Paroquial do bairro uma belíssima coleção de objetos e instrumentos de trabalho usados pela geração migrada. Essa oportunidade demonstrou em primeiro lugar a facilidade na localização do material; e em segundo, que é fácil motivar os descendentes dos imigrantes à sua valorização. Portanto, a sugestão é usar a casa de madeira da família Stenzel como um espaço não apenas em homenagem ao escultor Erbo Stenzel: o resultado seria mais um espaço subutilizado, em vista da pequena produção do artista, cedo afastado do trabalho pela doença. Muito mais sensato seria uma homenagem a toda etnia alemã, um mostruário dos instrumentos de trabalho dos ofícios por eles exercido (...) Na verdade, não é importante que cada espaço tenha esta ou aquela temática, mas que se use a oportunidade para, além de preservar uma casa de madeira, pesquisar e recolher um material que certamente existe e se encontra disperso, inacessível às pessoas.”. (IMAGUIRE, 1994)*

Como espaço da habitação familiar, onde se insere o visitante e sua história de vida, a cultura do lar se aproxima da cozinha onde está o fogão à lenha ao centro numa posição de oferecimento ao aconchego. Neste espaço operamos em ouvir as reminiscências pessoais, os desejos e sonhos de toda a gente, os procedimentos para a elaboração do alimento, encontros e desencontros que nestas condições da atividade de atendimento vamos promovendo o encontro com a expressão criativa do artista, de sua convivência em família e a obra de arte. Num método indutivo, cuja gestalt ou figura fundo nasce de suas próprias reminiscências, de onde levamos o visitante a pensar a obra de arte e sua expressão plástica.



(MUCES- MUSEU CASA ERBO STENZEL). Foto: Pedro Moreira da Silva Neto.

A atenção às necessidades do *cliente* se dá em compreender suas histórias pessoais, localizando-os na família, a seguir ao entorno do fogão à lenha onde retratamos a importância do *lare* e do fogo, e deste da centelha do conhecimento estético, os valores humanos, a família do artista, sua história de vida, a concussão que nos leva a idealização do aprendizado, o patrimônio cultural, essência do museu.

---

**A atenção às necessidades do *cliente* se dá em compreender suas histórias pessoais, localizando-os na família, a seguir ao entorno do fogão à lenha onde retratamos a importância do *lare* e do fogo, e deste da centelha do conhecimento estético.**

---

Se nos reportamos ao fogo como índice primordial dos que se sentem integrados no ambiente para tratarmos da arte é porque no referimos a Heféstos ou Vulcano como elaborador desde as entranhas da terra até o momento da criação escultórica, no caso, em bronze. A seqüência de idéias a respeito da vida dos visitantes em contraposição ao do artista faz o paralelo dialógico em que os levamos a reconhecer o artista, a obra de arte e a finalidade do museu como espaço do seu conhecimento.



(FOGÃO À LENHA AO CENTRO DO MUSEU CASA ERBO STENZEL). Foto: Pedro Moreira da Silva Neto.

A casa seria o lugar onde se faz o outro, um alguém que se encaminha para fora. Nesse sentido partir é permanecer. O museu nos daria essa possibilidade de que nos sentiríamos relacionados ao peso desses acontecimentos apresentados, de passados que estão no presente. Retomar o passado em busca de nossas pegadas. A pessoa é menos só no mundo quando olharia para trás e encontraria as marcas de sua jornada. Apesar de que não seriam nunca as suas. Por isso ouvimos boa parte dos visitantes e contamos a outros o que ouvimos. O sentido se ampliaria na medida do caminhar quando se esforça em retomar certo ponto de intersecção onde escavaria em busca de um fundo, momento onde conseguiria talvez sentir-se validado, pertencente e relacionado com esta realidade somente sua e ali identificada.

#### 4 DISCUSSÃO

Se a caixa de nossa guarda é o corpo, a caixa da memória pública é o museu. Portanto, no museu não a ponto final na pesquisa que se quer aprofundar.

O atendimento torna-se uma busca, um laço num fio frágil que muitas vezes não perdura pela dúvida estampada, na desistência abrupta da permanência. Alguém no museu, em sua passagem nos tomaria como uma dúvida, ou a incerteza de que veio. *“Ignorando a conduta conveniente e, antes de tudo, preocupados em não se denunciarem por comportamentos contrários ao que julgam ser a conveniência, eles contentam-se em ler, tão discretamente quanto possível, as tabuletas – quando estas existem.”* (BOURDIEU, p.86, 2003)

A impossibilidade de se retornar ao passageiro, de se recompor àquele que esteve presente proíbe certo aprofundamento, as pegadas – digamos assim -, foram removidas pelo eventual. Notaríamos que não se trataria de diferenças das classes, e que as mais impossibilitadas se sentiriam constrangidas, não é fato. Estanque a isso, percebemos que grupos sociais de melhores ganhos sentem-se fragilizados em permanecer no ambiente do MUCES – Museu Casa Erbo Stenzel que nos remete mais a uma estrutura orgânica do que sintética. Houvesse neles um comparativo de não retomar um passado, cujas ações domésticas de trabalho são extremas. É uma passagem em que a saída ser faria como uma libertação não fosse o assombro sintético da obra de arte que os sustém por algum tempo a mais.





(PARTE DO ARRANJO MUSEOLÓGICO EM CÓPIAS). Foto: Pedro Moreira da Silva Neto.

E se há dificuldades para se fazer o museu exercitado, em sua dinâmica de cuidar o bem de todos, há mais ainda em se promover essa aproximação com novos signos em sínteses da obra de arte em direto à diversidade cultural, isto é aquilo que as pessoas em sua passagem nos trás.

*“A defasagem entre o código social e o código exigido pelas obras apresenta, evidentemente, todas as condições de ser mais reduzida nos períodos clássicos do que nos períodos de ruptura, continuada, tal como aquele que nos encontramos hoje.”*. (BORDIEU, p.77, 2003)

A seu modo o mundo cria a tonalidade e oferece a vontade de se conhecer, isso ocorre melhor quando a pessoa se sente como que parte desse acervo de conhecimento, está portanto, inserida no contexto desse saber, e é a ela o que se reporta a sua passagem no museu.

Se o tempo passa e tudo leva, ele vive na estrutura que é o espaço por onde se demora. *“Em conformidade com o princípio de equivalência entre a informação oferecida e o grau de competência do receptor, as diferenças que separam o nível de oferta dos diferentes museus, avaliado pelo nível modal dos visitantes, correspondem às diferenças na qualidade e no tipo das obras expostas...”*. (BOURDIEU, p. 129, 2003)

Diferente do que diz Bourdieu sobre a consagração ou eleição pessoal de quem se ocupa da arte em sentido profissional, penso que, se a palavra nada mais é do que um amontoado de caracteres cada qual com seu passado próprio, o desenho que se faz não é de fato a representação, assim diria que é além do óbvio que se busca o sujeito, que ele mesmo não é casca, epiderme funcional de uma carga repleta de órgãos.

## 5 CONCLUSÃO

**A**s questões específicas, que não sejam somente históricas da obra de arte obrigam a pessoa se colocar frente a algo que se busca decifrar, compreender. Ela nos põe no limiar, entre o templo e a rua, isto é, na *ágora*, numa funcionalidade discutível em que a razão artística ultrapassa o desconhecido de um sentido, e coloca o sujeito a questionar o ato em que se encontra, o lugar onde se estabelece como indivíduo: *no agora*.

O que nos une é o gesto humano. A gente se encontra em cada um, somos como que fragmentados; e em tudo o que pudéssemos alcançar recupera em nós as nossas partes faltantes. Como que este algo que nos escaparia diariamente e nos faria interpretar este espaço do agora, que de súbito nos põe frente a frente e faz sentido pensar que se está incluído no mesmo rio da existência e que carregamos senão tudo, aquelas marcas que nos equilibra a crer que apesar das diferenças somos muito espelhados.

Numa casa museu, essa tensão aumenta em qualidade porque o substrato dessa experiência familiar já é conhecida de todos nós, onde o foco diretivo já nos leva à introspecção, a compreender que se está

mais vivo e presente na casa que é também patrimônio musealizado. E assim, por que se viveu ali alguém, e se sabe que há uma percepção a mais, e então caminha entre atento e alheado, e parece desdobrado, e se confessa errante, mas que por fim parece que toma para si a experiência de uma vida.

Neste sentido a pesquisadora em artes plásticas Didonet Thomaz, passou catorze anos organizando boa parte dos materiais dispersos e na primeira curadoria de Cassiana Lícia de Lacerda foi quem pode oferecer a possibilidade de se realizar o museu, que como conta sua Historieta de Truz, bastaria o movimento da cauda de um gato para derrubar todo o processo que validaram o arranjo museológico existente neste Museu Casa Erbo Stenzel. Algo nos faz sustar, que a atividade acadêmica dedicada à pesquisa pode oferecer à comunidade.



(FACHADA DA CASA ERBO STENZEL). Foto: Pedro Moreira da Silva Neto.

E buscar entender que se atende, se abre espaço para a recepção e se deseja comungar um desejo de conhecimento.

*“Toda pessoa é uma ilha, no sentido muito concreto do termo; a pessoa só pode construir uma ponte para comunicar com as outras ilhas se primeiramente se dispõe a ser ela mesma e se lhe é permitido ser ela mesma. Descobri que é quando posso aceitar uma outra pessoa, o que significa especificamente aceitar os sentimentos, as atitudes e as crenças que ela tem como elementos reais e vitais que a constituem, que posso ajudá-la a tornar-se pessoa: e julgo que há nisso um grande valor.”* (ROGERS, p. 24-25, 2001)

O que o Museu Casa Erbo Stenzel *musealizou* seria, em nosso entender, a ação de uma vida que é tão encontrada naqueles que passam pelo museu, e o processo da criação da obra artística. O motivo porque se pensa como espaço aberto do conhecimento provém de se pensar que o sujeito é o restante da humanidade. Estaria o todo relevante naquilo que abriga, espaço extremo e definido que acolhe a diversidade, a complexa e múltipla experiência individual na grande casa de todos. A obra do museu é o conhecimento memorial da pessoa.

## REFERÊNCIAS

- BACHELARD, G. **A poética do devaneio**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- \_\_\_\_\_. **A água e os sonhos**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- \_\_\_\_\_. **A poética do devaneio**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- \_\_\_\_\_. **A terra e os devaneios da vontade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- \_\_\_\_\_. **A dialética da duração**, São Paulo: Ática, 1988.
- \_\_\_\_\_. **A poética do espaço**, São Paulo: Ática, 2000.
- BOURDIEU, P. *et al.* O amor pela arte – os museus de arte na europa e seu público, Editora da Universidade de São Paulo: Zouk, 2003.
- \_\_\_\_\_. *et al.* A miséria do mundo. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- CAMARGO, G. L. V. Esculturas públicas em curitiba e a estética autoritária. **Revista de Sociologia e Política**. Nº 25: 63-82, nov. Paraná, 2005.
- CARVALHO NETO, D. P. *et al.* **Monografia**, Erbo Stenzel, 1980.
- DAMO, E. B. Fundação artística - fundição pelo processo de cera perdida. *Arte & Texto*, PR, 2006.
- IMAGUIRE, M. R. G. **Levantamento da casa da família Stenzel**. Plantas realizadas em escala de 1: 25 – Maio, Paraná: 1994.
- LACERDA, C. L. **Registro**, Casa Erbo Stenzel, Monumentos e Obras de Arte em Logradouros Públicos I. Praça Tiradentes, Paraná, 1998.
- MORIN, E. *et al.* **Ética, solidariedade e complexidade**. São Paulo: Pala Athena, 1998.
- ROGERS, C. R. Tornar-se pessoa. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- THOMAZ, D. Teatro Monótono, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Livros I a X das leitoras da Casa Erbo Stenzel**, Paraná, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Historieta de truz, Casa Erbo Stenzel**, Paraná, 1998.



# SOBRE AS RACIONALIDADES PRÁTICA E TEÓRICA DO DIREITO

Rafael Zanlorenzi<sup>1</sup>

## RESUMO

A intenção do presente texto é analisar a exploração doutrinária e prática do Direito de uma forma geral, na tentativa de revelar se há efetivamente distintas racionalidades a operar temas de Direito, ou se há apenas uma racionalidade para todas as circunstâncias. Se estivermos diante do primeiro caso, então há um genuíno divórcio entre o exercício de construção do Direito e a atividade jurídica em geral, situação na qual reforça-se o princípio da legalidade diante da prática jurídica. Caso contrário, o debate temático de que se fala ocorre tanto no campo da doutrina quanto na elaboração de peças e sentenças, e não há, portanto, que se falar em uma legalidade determinante da suficiência da regra posta. Para desenvolver tal discussão, iniciamos a exploração das dicotomias em oposição como elementos do aparato racional pela análise de “*A Insustentável Leveza do Ser*”, de Kundera.

**Palavras-chave:** Interpretação da Lei; Legalidade; Racionalidade.

## ABSTRACT

This essay intends to study the theoretical and practical explorations of Law in an attempt to discover if there are two distinct rationalities in the operation of legal topics, or if there's just one rationality for all of its circumstances. In the first case, there should be a genuine divorce between the exercise of legal construction and jurisdictional activity in general, in which case legalism becomes reinforced before jurisdictional practice. On the other hand, if the thematic debate of which we speak occurs in the theoretical field as well as in the confection of arguments and sentences, then we shall not speak of legalism as a determinant element of the sufficiency of the positive rule. To achieve our goals, we begin the exploration of opposing dichotomies as elements of rational apparatus by the analysis of Kundera's “*The Unbearable Lightness of Being*”.

**Key words:** Legal Interpretation; Legalism; Rationality.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Direito. Graduado pela Universidade Federal do Paraná. Mestre e doutorando em Filosofia do Direito pela mesma Instituição. Professor da disciplina de Filosofia do Direito nas Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba. C-eletrônico: [filosofiarafael@gmail.com](mailto:filosofiarafael@gmail.com).

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 AS RACIONALIDADES POSSÍVEIS

A idéia de duas racionalidades possíveis começa quando imaginamos que nós mesmos podemos nos cingir. Dois amos, dois amores, duas visões sobre a mesmíssima coisa. E desde que vivamos nessa duplicidade somos constantemente confrontados com as batalhas que um e outro lado travam, sobrepondo-se uns aos outros à medida que nossas experiências se desenrolam. E, a cada novo confronto, deixamo-nos iludir. Isso simplesmente porque as oposições agudas que revelamos para nós mesmos talvez nem sequer existam.

Não é diferente com a razão. De certa forma, criamos uma fissura em nosso próprio pensamento, algo tão violento e abrupto que julgamos se espalhar por todas as coisas. E, como que num estalar de dedos, somos levados a crer que essa divisão não foi elaborada por nós mesmos, e sim que nos foi dada pelas coisas, que elas mesmas se qualificaram em diversos conjuntos, ou formas, e que devem estar ou bem em um lado, ou em outro. Aí, à cata da verdade, deixamo-nos levar pelos constantes confrontos dessas metades, pelos avanços e retrocessos que emergem a cada nova experiência. Obcecados com a verdade, que só pode estar em um dos lados, prolongamos uma tensão que, talvez, nem mesmo tenha um bom motivo para existir.

Falar, portanto, de racionalidades diferentes é falar de tensões e oposições, de verdade e, talvez, de ilusões.

O que traz à tona o humano perante a dicotomia é a própria devastação da unidade de uma experiência. Ao transformar uma coisa em duas, ou simplesmente opor coisas que em si mesmas nunca se opuseram, cinge-se a própria expectativa de articulação entre os objetos. A cisão representa uma forma de afastamento, formula e alimenta uma fissura. A esse respeito, somos levados a M. A. Kundera<sup>2</sup>. O autor relata as relações de seus personagens, determinando em cada um deles uma forma de oposição. A leveza e o peso, a alma e o corpo, são tudo maneiras de contraposição. Existem, de fato? Em Tomas, em Tereza, existem, de fato, mas não se sabe se existem, pois nasceram de suas próprias oposições (de forma que não se sabe se não são, simplesmente, ilustrações de suas próprias oposições)<sup>3</sup>.

Persiste, contudo, a continuidade de tais oposições. A insistência do corpo em contraposição à visão que Tereza tem do amor se intensifica no que, presume-se, seja uma resolução. A mulher procura por uma unidade que não consegue revelar em si mesma, algo que os outros personagens, contudo, não conseguem enxergar. Para eles, não há essa contraposição (há outras, de fato). Ou seja, a oposição entre alma e corpo nasce para Tereza por seu anacronismo, como ela mesma coloca e aceita, mas apenas por isso, e não porque efetivamente haja uma contraposição entre corpo e alma.

Em outras palavras, a dicotomia em questão, ou o divórcio em questão, reflete ontologias que não dizem nada a respeito dos pólos confrontados, buscando respaldo neles. De fato, a única ontologia que pode ser genuinamente extraída do contexto todo da obra é a ontologia da divisão. Todo o texto está dividido em dois lados, e todos os personagens estão divididos igualmente. A linha nunca é a mesma, pois a divisão não é decretada por um mesmo acontecimento. Cada cisão nasce de experiências pessoais dos personagens, e portanto são fundantes de suas linguagens privadas, participantes de significações particulares a cada personagem.

A idéia da separação entre uma racionalidade teórica e uma outra, prática, segue esse mesmo percurso. Nasce de si e para si, impedindo que se faça a unidade, nutrindo a inquietude que cria. A noção do idealismo de Tereza, confrontado às memórias traumáticas que levam os fatos de seu corpo a uma oposição letal contra sua alma, nada mais são que exemplos de duas racionalidades sobre uma mesma matéria. São os fatos e os sonhos do amor, ou seja, a perfeição do amor em si e a existência mesma do amor. Por um lado, a racionalidade pura do sonhado emerge em símbolos, como o apertar das mãos e a promessa de uma vida nova (desfeita de memórias e por isso mesmo fora dos gonzos do tempo<sup>4</sup>). Por outro lado, a realidade de seu corpo se manifesta, opondo-se a essa delicada construção. Tende a desaparecer, na medida em que o amante ignora as perturbações impróprias da carne, apenas para reavivar-se em outras formas. Ou seja, Tereza caminha para uma solução, mas tudo o que encontra é uma nova forma de conflito.

<sup>2</sup> KUNDERA, M. **A Insustentável Leveza do Ser**. Rio de Janeiro: Record, 1983.

<sup>3</sup> Para a referência a tais personagens, vide KUNDERA, M. *Op. cit.* É certo que a obra de Kundera tem um tom notadamente político. Retrata, num primeiro nível, criticamente a exposição falha do realismo artístico imposto pelos regimes totalitários de esquerda através das relações entre seus personagens. O fato, contudo, permanece: em Kundera, mesmo a crítica ao realismo artístico e aos regimes que o fomentaram são simplesmente partes de uma agressão dicotomizante inicial, um aspecto da vida mesma, algo que se reflete posteriormente em todos os seus personagens. A violência os cinge a todos, assim como a violência fez com que cada um deles crescesse num mundo partido em dois, revelado em paixões artificiais e instituições desumanizadoras e oculto nas emoções persistentes no silêncio de cada indivíduo. O texto, portanto, deixa de ser mera crítica política e passa a ser a descrição vivida de um fenômeno, qual seja, a violência institucionalizada em seu sentido silenciador e divisor – algo que acompanha os personagens muito além dos limites da Cortina de Ferro e continua a oprimi-los, mesmo no exílio.

<sup>4</sup> Assim como a observação resgatada de Hamlet por DELEUZE, em seus estudos de Kant. A respeito da relação dos a priori kantianos e do debate deleuziano, vide DELEUZE, G. *Kant's Critical Philosophy*. London: athlone press, 1984.

Tereza é o maior exemplo dessa distinção. Em seus sonhos, as engrenagens são perfeitas, mas a sua realidade é a destituição de toda a perfeição dos sonhos. Quando falamos de algo “em tese”, colocamos da mesma forma as hipóteses que desejamos, e na verdade confrontamos uma forma de sonho. Quando vertemo-nos para o real, contudo, defrontamo-nos com os próprios limites, com as impossibilidades. Tão diferentes são as duas experiências que logo tomamos por bem distingui-las, e não tardamos em opô-las. Daí por diante, passam a desmentir-se, e mesmo quando se complementam encontram-se batalhando por uma mórbida supremacia, reclamando para si a verdade.

Teoria e prática, formas gêmeas e compassadas, debatem-se em busca da supremacia na verdade, ou seja, para que possam administrá-la univocamente, em exclusão à sua opositora. Mas, ao observarmos a disputa retratada por Kundera, damos conta de que a verdade já escapou muito antes do conteúdo das dicotomias, para alojar-se para além dessas disputas, dessas batalhas que se despem de significado diante de narrativas maiores.

## 1.2 OPÇÃO DE NARRATIVIDADE<sup>5</sup>

E como é que o autor demonstra essa evasão? Ele desconstrói a vida de seus personagens. Coloca-os todos em uma espiral entrópica, aprisiona-os no retorno às suas próprias raízes. Por mais que vivam, é fato que sempre serão prisioneiros dos atos criadores de suas próprias dicotomias, e é fato que estão fadados a viver nessas dicotomias, sem que jamais se libertem delas.

Para evidenciar isso, o autor exhibe cada dicotomia em sua própria narrativa, e em seguida rapidamente se apropria de situações de significação subconsciente, que colocam todas as divisões como prolongamentos de eventos anteriores. Em outras palavras, o autor submete a força narrativa da duplicidade a uma narrativa mais profunda, da qual o personagem tenta escapar, ou com a qual o personagem se relaciona. Essa espécie de forma arquetípica, essa relação primordial que o personagem encontra entre a narrativa que o gera e ele mesmo, opera como uma espécie de casal primordial, divino, e é reproduzida ao longo de toda a vida do personagem. Por exemplo, Tereza é a própria revolta da mãe, derrotada pelos anos e arruinada na carne, enquanto Sabina é o constante retorno à traição.

Deparamo-nos, portanto, não simplesmente com a oposição, mas antes encontramos em sua natureza uma narrativa primordial – escravista – e uma outra, de emancipação (a do próprio personagem).

Daí, podemos imaginar, portanto, que se a dicotomia teoria-prática persiste, é simplesmente como processo emancipador de uma narrativa mais antiga. Mas que narrativa é essa?

Retornemos à natureza da relação entre o personagem e a narrativa que o gera. Como é que a mãe de Tereza faz emergir nela a dicotomia entre corpo e alma? É a repulsa pelo domínio maternal, que não se faz pelo amor, e sim pelo ódio, como apresenta Kundera. Na dimensão que nos importa, trata-se antes da rejeição, do dimensionamento do afastamento. É o que podemos coletar dos personagens em relação a seus próprios passados: todos eles se afastam de suas memórias, todos eles escapam de suas vidas, apenas para que se arrependam e se reconciliem. Em outras palavras, todos eles vivem cortes verticais de suas vidas, para escapar a cortes horizontais que não se apagam, mas que, a exemplo das fissuras no quadro de Sabina, tão meramente se engrossam para revelar uma verdade oculta.

Ou seja, a grande dicotomia de cada personagem é uma dicotomia de dicotomias, uma contraposição de narrativas que se desdobram, fazem-se gêmeas e continuam a se reproduzir dessa forma, armando uma pirâmide que não permite ao personagem fugir.

E nossa dicotomia? Ela também nasce dessa duplicidade narrativa? E na narrativa original, encontra, portanto, simplesmente uma dicotomia precedente, original? Agora que temos uma forma sobre a qual trabalhar, dependemos ainda de uma decisão. Kundera elenca suas dicotomias e estabelece uma razoável relação de causa e consequência entre

---

<sup>5</sup> Colocamos aqui a idéia de narratividade como um conceito que se aproxima, talvez, da noção heideggeriana de *logos*. Trata-se da continuidade necessária do exercício de expressão lingüística, ou seja, da continuidade que persiste em toda expressão lingüística. Não se trata meramente da conexão de significados, ou do sentido do dito. Trata-se da ligação necessária e da continuidade que se pode estabelecer a partir de algo que seja dito, ou seja, daquilo que Wittgenstein anuncia como o que reside “além das palavras”. Segue, por assim dizer, a própria postura de Kundera, ao elaborar conceitos em sua obra: por seu caráter notadamente descritivo de elementos variados da vida n’A Insustentável Leveza do Ser, parece se tornar o portador de uma expressão daquilo que reside para além de suas próprias palavras, através de uma descrição circular em torno do mesmo fato, como se a superação dos limites de observação das conjecturas de cada pessoa fosse superado pelo narrador – e portanto pelo leitor – para dar-lhe todos os pontos de vista íntimos a respeito de uma certa situação. Trata-se, portanto, de uma mescla das motivações descritivas do evento (WITTGENSTEIN), daquilo que reside para além dessa descrição, das causas ignoradas das relações como são (retornando talvez a um causal-consequencial propriamente psicanalítico) e das promessas do porvir, das possibilidades de ser (HEIDEGGER). A narratividade permite, portanto, dentro de uma coreografia própria, apossar-se do passado, do presente e do futuro de uma vez, considerando o que foi, o que poderia ter sido, o que é, o que vemos daquilo que é, o que será, o que poderá ser, e o que poderia ser. É a ampliação significativa das palavras que não desconsidera a ligação delas com o real (sentido) e ao mesmo tempo se vê informada pela própria noção da comunicação. A respeito dos conceitos subjacentes à noção de narratividade, ver HEIDEGGER, M. *Ser e Tempo*. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Universitária São Francisco, 2006. Vide também WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Universitária São Francisco, 2004.

elas, pelo menos num primeiro momento. Diz ele “talvez seja por isso...”, ou “por causa...”, ou ainda “foi apenas para fugir...”, e assim por diante. A causa de uma narrativa é a narrativa anterior e, portanto, a causa de uma dicotomia é sua irmã anterior. Mas sabemos também que, quando falamos de narratividade, num sentido especificamente lingüístico, não podemos captar as conexões pela via causal-consequencial. Interessa-nos, sim, a constituição de significações. E, num sentido mais profundo, é isso que Kundera quer dizer.

Devemos nos lembrar que não importa simplesmente o que dizemos, mas que também importa o que precede e o que sucede o que dizemos, ou seja, não é a proposição, mas sim a continuidade de proposições. E quando alcançamos a história de Franz, percebemos que a questão profunda que conecta, cá e lá, as narrativas, não é exatamente a motivação. A causa e a consequência certamente estão presentes, mas como devemos compreender dos constantes diálogos partidos entre Franz e Sabina, é preciso encontrar, para além das palavras, a harmonia do significado. Essa afirmação simples tem o poder de converter as palavras de Kundera, e de literalmente virar o jogo. Quando antes estávamos tão afeitos aos caminhos do tempo e do espaço, percebemos subitamente a explosão dos trilhos, e as narratividades posteriores se identificam<sup>6</sup> de tal forma com as anteriores que se torna verdadeiramente impossível entender a sucessão. A causa e a consequência são partes de um jogo que se revolve sobre si mesmo, a exemplo de todas as narrativas e todos os personagens, são parte do jogo das significações. Entendemos, então, que não se trata das narrativas dos personagens<sup>7</sup>, e sim da significação de narrativas específicas para cada um deles, que operam a reconstituição de suas linguagens, resultando em linguagens privadas que, a exemplo de Franz e Sabina, são incompreensíveis para todos os outros.

Agora, importa-nos a identificação do jogo de linguagem em questão pela significação e pela re-significação dos diversos signos ao longo das variadas narrativas. Como o tempo se desfez, causa e consequência são apenas constituintes de mais uma parte de um jogo que, no fim das contas, o próprio narrador (autor) confessa, cá e lá, não entender (ainda que visite a mente de seus personagens, acaba deixando escapar o paralelo entre a invasão russa e a praia de nudistas, por exemplo)<sup>8</sup>. Resta, para além dela, um jogo de significações, que se elevam ou se desgastam, que abrangem narrativas inteiras ou que simplesmente são abandonadas no ocaso da incompreensão. E essas significações são justamente o que sustenta as dicotomias, são a linha que as une.

Um tom de maior interesse a respeito dessas oposições é que elas não são elaboradas, portanto, a partir de uma linha divisória, ou de uma convivência impossível. É, na verdade, uma convivência impossibilitada pelo próprio correr do tempo, que permite a um lado e a outro reclamar para si um instante, eliminando o lado oposto através de uma abstração que só se forma pela idéia de repulsa.

Da mesma forma acontece com a questão teoria-prática. É fato que se pode observar, sobre um mesmo elemento, tanto perspectivas de cunho teórico quanto de cunho prático. Mas elas não podem conviver. Por quê? Acontece que todas elas são fundadas numa noção de repulsão, ou seja, estão construídas a partir de simbologias que cruzam diversas narrativas e que as untam, mas ao mesmo tempo fundamentam-se na necessária oposição de narrativas. Uma narrativa original precisa ser oposta para que se possa falar de oposições posteriores, e para que se tenha um símbolo contínuo em torno do qual todas as oposições ganhem vigor. Daí por diante, não se trata mais de encontrar a verdade cá ou lá, mas sim de optar por essa ou aquela narrativa, ou seja, de optar por teoria ou prática, segundo critérios que permitam dar passos sempre para mais longe da narrativa original. Realiza-se, na linguagem, a tarefa da oposição. Através de articulações que lhe são próprias, a linguagem contrapõe narrativas, tão facilmente como poderia ter operado continuidades a partir de uma análise de seus momentos específicos.

### 1.3 NARRATIVA ORIGINAL E SÍMBOLOS CONTÍNUOS DA DICOTOMIA TEORIA-PRÁTICA

Wittgenstein<sup>9</sup> coloca que as distinções não são feitas a partir de linhas determinadas, mas que são elaboradas sobretudo a partir de núcleos que se expandem na direção uns dos outros, tornando assim a significação eventualmente

<sup>6</sup> Ou seja, *reconhecemos nelas*.

<sup>7</sup> A idéia de narrativa por personagem pode parecer, num primeiro momento, oposta à noção de narratividade que oferecemos antes. A narrativa fecha a narratividade apenas em um limite temático, que não deixa, portanto, de ser convencional. Caracteristicamente, a linguagem é permissiva com os deslizamentos havidos de sua própria progressão. Por independer de conteúdo, basta que haja uma relação entre seus termos, para que o deslizamento ocorra. A narratividade institui que tal deslizamento deve receber uma forma própria na linguagem. Interiorizado no exercício contínuo da linguagem, a ligação não precisa ser feita pela continuidade literal do tema, mas pode ser feita pela associação de temas a temas, desde que o deslizamento demonstre claramente qual associação é realizada. Há uma diferença, por exemplo, em se dizer “por falar nisso...” e em se dizer “no que diz respeito a isso”. São formas diferentes de continuar o tema que se anunciam, ou mesmo formas de descontinuí-lo, mas ainda assim numa continuidade propriamente lingüística. A narrativa específica de um personagem não é, portanto, aquela que se limita a falar dele, mas sim aquela que se organiza *ao redor* dele, que gravita em torno dele, de suas demandas, de seus anseios, e assim por diante.

<sup>8</sup> Trata-se, na verdade, de um jogo que limita o narrador, mas que, pela exposição, permite ao leitor avançar com suas próprias conclusões. Não se contrapõe, portanto, à noção de consciência plena, esboçada antes, algo aliás necessário à estrutura da própria obra. Basta-se para trazer a dinâmica de revelação e ocultamento que o autor estabelece como vitalização de sua dicotomia para a o mundo em si, comunica a obra com o mundo independentemente da mediação do narrador.

<sup>9</sup> A esse respeito, ver a natureza dos jogos de linguagem e a determinação de conceitos em WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Universitária São Francisco, 2004.

nebulosa, mesclada. Quando opomos duas coisas, é precisamente (e estranhamente) nesse espírito de conciliação relutante. Dois núcleos diferentes não têm nada um com o outro, até que os façamos ter<sup>10</sup>. A alma não tem nada com o corpo, por assim dizer, até que os dois vivam uma narrativa comum, e até que essa narrativa exponha, neles, “atributos inconciliáveis”. Exemplo disso reside no âmago da filosofia kantiana. A suavidade de suas colocações emerge de descrições precisas quando se trata de demonstrar a existência e expor a exploração da razão pura como resultado de um transcendentalismo que se desdobra sobre o mundo. Igualmente, perante a razão prática, o autor elabora de forma bastante precisa as relações pelas quais se aplicam os princípios à compreensão da materialidade contida nos limites apriorísticos do mundo. O grande problema emerge nas fronteiras, na metafísica dos costumes<sup>11</sup>, numa razão pura-prática que se permite dismantelar os quadros austeros antes formados. Quando os campos se comunicam, a obra toda se torna nebulosa, e as certezas materiais e transcendentais deixam de se aplicar. É só forçosamente que se conciliam. O encontro delas é na linguagem, mas é tão trivial quanto um “a respeito disso”, ou quanto um “isso me faz lembrar de”. As coisas, nós as distinguimos umas das outras porque não podemos fundi-las. As significações, nós as distinguimos pelos núcleos. Mas será que esses esbarrões que observamos são mostras de suas distinções, ou são defeitos em tentativas vãs de construir terceiras significações, que nada têm com as duas anteriores, senão um estranho legado de continuidade? Falamos de terceiras coisas e erramos o alvo porque queremos apontar para a primeira e para a segunda ao mesmo tempo.

A teoria e a prática, por exemplo, mostram-se inconciliáveis em quê, na verdade? Só se podem mostrar inconciliáveis desde o momento que oponham soluções diferentes para problemas propostos, mas desde que reflitam uma à outra, terão uma comunhão. Mais que isso, encontrarão uma comunhão que não lhes pertence. Na verdade, o jogo de “teoria” e de “prática” não endossa de forma alguma que contenham em si mesmos respostas sobre como essa dicotomia se conduz. A idéia de uma teoria remete a hipótese, a uma previsão que se prolonga, que se estende para além de si mesma. Pede, portanto, a sua própria confirmação, em seu sentido substantivo, e a partir do momento que se agregue a algo, oferecerá essa característica de extensão e confirmação a esse algo a que se estende. Em nada se opõe, pela gramática profunda e pelos jogos de linguagem, à idéia de prática, que comporta, quando agregada a algo, a sucessão de relações passíveis de concretização. Na verdade, o que se exhibe pelos jogos de linguagem dos dois termos é, na verdade, a dependência de uma característica em relação à outra. Em processos que tomem forma somente diante de uma sucessão de abstrações e de relações lógicas, encontra-se facilmente a transposição de um âmbito prático para um outro, teórico. E, ao mesmo tempo, a confirmação de uma teoria requer pode ser demonstrada a partir de aplicações práticas, entre outras formas possíveis. Tudo dependerá, então, da natureza do próprio problema abordado, que guiará um posicionamento teórico para uma demonstração prática, ou simplesmente lógica, e que ao mesmo tempo determinará a emergência de teoria e prática em momentos apropriados.

Quando se fala, portanto, numa abordagem teórica, em contraposição a uma abordagem prática, é simplesmente porque o problema em questão pede explicações teóricas, ou porque a narrativa constituinte foi por demais teórica, deixando de lado as conclusões práticas necessárias (ou melhor, deixando-as subentendidas). Da mesma forma ocorre com as questões por demais práticas, que ainda assim sustentam o caráter teórico, ainda que mascarado.

Essa oposição, portanto, fica desfeita, ao menos enquanto auto-referente. Se não existe por uma incongruência dos próprios elementos que a formam, então simplesmente se sustenta por uma relação externa, como a que Kundera nos apresenta. Mas que relação é essa?

Trata-se, novamente, da repulsa por problemas que são auto-suficientes na sua concepção e na sua resolução, quer dizer, no desprezo pelo intuitivo e pelo óbvio. Como assim? Em Kundera, vemos que os personagens são relativamente incapazes de enfrentar os âmbitos de formação de seus dilemas. Isso porque são, para eles, fatos consumados e, portanto, são ou intuitivos, ou óbvios. São intuitivos enquanto desenham suas percepções de mundo sem que eles possam enfrentar essas raízes malignas que determinam o crescimento de suas vidas<sup>12</sup>. São, por outro lado, óbvias, na medida que se apresentam para questionamentos. Diante da derrota dos personagens, contudo, reintegram-se a suas mentalidades, e refazem o mesmo percurso de antes, tornando-se uma vez mais intuitivas. Em outras palavras, a narrativa muda em suas variáveis, mas não se altera no que realmente significa algo. Esse algo permanece como foco de integridade dos personagens, algo que lhes dá consistência, que lhes oferece uma dimensão ontológica, e que ao mesmo tempo não permite que se libertem de suas raízes.

Assim é com a teoria e com a prática. As narrativas que se formam, na verdade partes de uma só narrativa sobre a dicotomia, vêm atreladas a uma significação que antecede a ambas, sempre, no conteúdo, significação essa que impede a libertação dessa dicotomia, oferecendo-lhe simplesmente novas formas.

<sup>10</sup> Nada com e nada contra, até que os façamos ter.

<sup>11</sup> KANT, I. *A Metafísica dos Costumes*. Bauru: Edipro, 2003.

<sup>12</sup> Podemos, com isso, observar uma transição no que entendemos por intuições. Não se trata mais de perceber o mundo no tempo e no espaço, ou a partir do tempo e do espaço, e sim de percebê-lo a partir das relações primordiais estabelecidas inconscientemente como demarcatórias dos limites ontológicos e epistemológicos de constituição da própria compreensão. A intuição está para além do tempo e do espaço.



## 1.4 A DICOTOMIA TEORIA-PRÁTICA NO DIREITO

No Direito, afirma Aarnio, há uma cisão nas racionalidades formadoras de conceitos. Ele coloca o termo “teoria”, com interessante precisão em relação ao jogo de linguagem do termo, para designar as estruturas abstratas que se sustentam a si mesmas, e que procuram afirmar-se a partir da confirmação posterior de mecanismos que a permitam “manifestar-se”, por assim dizer. Daí extrai uma sucessão de teorias, que vão desde uma teoria de política judiciária até uma teoria da dogmática jurídica.<sup>13</sup>

Interessa-nos mais especificamente a diferenciação entre as teorias doutrinária e dogmática, ou seja, as teorias que trabalham o Direito em sua racionalidade teórica e em seus aspectos práticos. O autor apresenta uma diferenciação direta entre as duas conformações de racionalidade, ao demonstrar que a interpretação doutrinária se faz por meio de um jogo de proposições que afirmam determinadas perspectivas do texto legal, com a finalidade de compreender seus limites. Já os aspectos práticos do Direito seriam abordados sobretudo por meio de proposições que elaborariam ou sustentariam, na forma de argumentos, posicionamentos havidos de regras, ou seja, seriam essencialmente proposições capazes de reiterar posicionamentos.

Aarnio divide, dessa forma, as suas proposições em dois grupos. Um deles tem a intenção de criar pontos de vista, expressões puras e fundar o convencimento. Outro se fundamenta em constatações empíricas e lógicas, e tem um caráter eminentemente descritivo. Podemos simplificar o posicionamento de Aarnio reafirmando que não se fala simplesmente por falar, mas que se fala com uma finalidade. Estamos diante de duas evidências proposicionais daquilo que poderíamos chamar “intenção”, e que na verdade se corporifica na linguagem através do conjunto de significações que cada proposição requer dentro de cada narrativa.

Essa dicotomia inicial não representa uma divisão inconciliável das racionalidades analisadas. Ao contrário, incentiva, pelo enriquecimento do jogo de linguagem do Direito, a união de tais narrativas, sobretudo quando versa sobre as possíveis proposições para a interpretação das leis.

Em outras palavras, o que Aarnio reitera é o caráter de continuidade narrativa presente no Direito, que se manifesta pela constituição de diferentes discursos, com finalidades diversas. A pretensa dicotomia que existiu faz-nos retornar a Kundera, que também relaciona suas dicotomias pela oposição de narrativas. De fato, tanto no caso de nosso substrato literário quanto em nossas explorações da teoria do Direito, é possível perceber que não se trata da contraposição em si, mas sim da constituição de uma ontologia dos objetos opostos, elaborada a partir de suas próprias narrativas. Assim, quando se fala na oposição de alma e corpo, fala-se na verdade da narrativa da alma e da narrativa do corpo, mas sobretudo nos pontos em que ambas se intercalam. Da mesma forma, quando se fala de posturas teóricas e práticas, fala-se das possíveis abordagens teóricas e práticas de um determinado tema, e desde o momento em que se contrapõem essas narrativas, fala-se dos pontos em que se intercalam. E esses pontos não são determinados por uma oposição ontológica da teoria com a prática, mas emergem no máximo de abstração da contraposição de posturas teóricas e práticas, e ganham vulto quando contrapomos temas segundo tais posturas. Ou seja, falar da contraposição de posturas teóricas e práticas é falar da teoria como postura e da prática como postura, unindo a dicotomia pelo elo do termo “postura”. Falar, por outro lado, de abordagem teórica e prática do Direito é falar sobre duas posturas sobre o Direito, e portanto fazer a dicotomia untada pelo próprio objeto-Direito.

Temos, até aqui, portanto, três conclusões maiores: a primeira, a de que teoria e prática não se opõem naturalmente, mas que só se opõem quando se fazem posturas a respeito de algo; a segunda, a de que as dicotomias são alimentadas por si mesmas, e que nascem de uma postura de recusa, de uma rejeição original, ela própria formadora de uma dicotomia; e em terceiro lugar, que as dicotomias não tratam de opor as coisas em si, e sim de opor narrativas suas, ou seja, de contrapor proposições que, de um e de outro lado da dicotomia, criam seus próprios circuitos de significação.

No que diz respeito à dicotomia teoria-prática no Direito, temos que só se faz dicotomia porque une posturas diferentes sobre o Direito. Temos também que a dicotomia em si não existe, mas que emerge da aproximação das narrativas teórica e prática do Direito que, contrapostas, jogam com significações. Essa conclusão define o próximo passo em nossa arquitetura de conceitos.

## 1.5 SOBRE COMO A SIGNIFICAÇÃO OPERA A DICOTOMIA TEORIA-PRÁTICA NO DIREITO

Ao longo de sua obra, Aarnio usa a idéia de proposição para rever o conceito kelseniano de lei. Sua releitura leva-o a contestar a observação kelseniana inicial, com uma finalidade bastante específica. Enquanto Kelsen aponta a relação do dever-ser como núcleo de formação da regra<sup>14</sup>, Aarnio demonstra que, por uma perspectiva proposicional, uma tal conclusão não seria a mais apropriada. Isso porque a relação do dever ser não é o núcleo da regra. O núcleo da

<sup>13</sup> E A esse respeito, ver AARNIO, A. *Le rationnel comme raisonnable – la justification en droit*. Paris: L.G.D.J., 1992.

<sup>14</sup> Sobre a relação de dever-ser, ver KELSEN, H. *Teoria Pura do Direito*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

regra é a sua composição lingüística. Então, para Aarnio, quando se fala do que deve ser diante de determinada conduta, não se está falando apenas de uma regra, e sim, de duas. A primeira determina a conduta e, a exemplo da tricotomia de Bobbio, proíbe, obriga ou permite que se a leve a cabo. A segunda regra, por sua vez, é a que determina que, dada uma conduta X existente, para todo indivíduo F que realize X deverá ser levada a cabo uma punição G (Aarnio utiliza a função proposicional para explicar a relação de dever-ser).

Essa primeira mudança permite a Aarnio esclarecer de forma mais específica como exatamente os discursos do Direito se ligam. No caso, sua preocupação é a de relacionar a interpretação da regra com a consequência que segue a conduta constatada. Pela formação de uma linha contínua de funções proposicionais, Aarnio é capaz de incluir, entre norma original e a punição final G toda sorte de proposições, que determinam uma cadeia de requisitos para que G se cumpra. Essas novas inclusões são formas de interpretação.

Interessa-nos aqui observar simplesmente a estrutura que o autor utilizou. Ele apresenta um quadro que relaciona, proposição a proposição, uma sucessão de transmutações que reescrevem o texto original. Na verdade, todas as observações feitas num sentido interpretativo são simplesmente articulações de uma mesma expressão. Os movimentos que Aarnio vê no Direito são recomposições de proposições que, confrontadas umas às outras, nada acrescentam, mas que, inseridas em novos contextos, oferecem caminhos consistentes para conclusões consistentes.

Essa ligação que a linguagem permite promover aproxima-se muito daquilo que Deleuze chama “deslizamento superficial”<sup>15</sup>, ainda que se constitua num processo ligeiramente mais amplo que o descrito em sua lógica de signos. Quando refeito minha proposição, estou sem dúvida deslizando através de um plano de significações e de pedidos de significações, mas mais que isso estou criando eixos horizontais em narrativas que se desenvolveriam verticalmente.

Isso é fundamental para que compreendamos em que medida teoria e prática no Direito se podem ligar. Desde que compreendemos um e outro como formadores de posturas diferentes e, portanto, de narrativas diferentes, passamos a perceber que, cá e lá, os termos têm significados diferentes.

Agora, se recordarmos a idéia de significado, perceberemos que a mudança ocorre nas ligações que são feitas entre determinada proposição e o restante do texto, e o quão “importante” é essa proposição no texto. Ou seja, uma proposição significa algo porque está integrada ao texto de uma determinada forma, e porque assume, diante disso, um determinado valor semiótico dentro da narratividade desse texto.

A idéia de converter proposições é por isso mesmo considerada uma forma de reconstituir determinado sentido em novas significações, em novas narrativas. Aarnio fala da interpretação como uma forma de “esclarecer o sentido” do texto dado por meio de sua rearticulação. Preferimos dizer que esse é um caso dentro da idéia geral de jogar com as significações. E, na esteira disso, o jogo das dicotomias se torna simplesmente uma direção dentro da transformação de significações. Que é que tem uma posição significante numa narrativa, e na outra se vê desprovido de significado? Que é que significa a mesma coisa, cá e lá e, portanto, que é que liga uma narrativa à outra? Essa dinâmica que se estabelece é a própria maneira de jogar os jogos de linguagem, estimulando as narrativas umas contra as outras, umas em favor das outras, ou umas para longe das outras.

No caso da dicotomia teoria-prática do Direito, o envolvimento de duas possíveis posturas pode assumir diversas formas. Diante dessas novas observações, podemos em primeiro lugar resgatar a idéia do tema que une duas narrativas na dicotomia. O tema que as une é, desde sempre, algo em comum entre elas. Se falo do contrato de arrendamento sob uma perspectiva teórica e confronto-a com observações práticas a respeito do tema, que é que faço, senão determinar que o contrato de arrendamento tem uma significação central nas duas narrativas? É claro que, cá e lá, terei diferentes formas de encará-lo. Sob o ponto de vista teórico, posso falar em partes contratuais e em objeto do contrato, como falo para o contrato de aluguel, para o contrato de compra e venda, e assim por diante. Mas do ponto de vista prático preferirei falar sobre as situações que pedem um arrendamento, e não um contrato de venda ou de aluguel, e preferirei da mesma forma falar das complicações que emergem de tal contrato, e sobre como posso tomar medidas concretas para reverter tais quadros. O foco é o contrato de arrendamento nos dois casos, mas minhas narrativas seguem rumos diferentes segundo a forma pela qual o contrato de arrendamento se torna significante em cada uma dessas narrativas.

Segundo o ponto de vista de Aarnio, as soluções apresentadas são refletidas em novas funções, cujas variáveis acompanham a variável da primeira função na constituição da consequência G. Aarnio não chega a entrar no detalhe das narrativas de precedência de tais observações, mas deixa bastante evidente, ao longo de suas exposições, que a constituição de suas funções pode ser considerada uma modalidade de contato entre as narratividades.

O caso é que, sem a questão das narratividades, não há sentido em se falar de uma interpretação e, portanto, não há mesmo que se falar na conversão de proposições. Suponhamos, por exemplo, que encaremos uma mesma proposição em duas formas, uma curta e outra, longa. Sabemos que praticamos, cá e lá, reduções ou ampliações. Nos dois casos, o que se designa é o mesmo. Igualmente, as proposições assumirão, desde que desiguem da mesma forma, os mesmos

<sup>15</sup> DELEUZE, G. *Lógica do Sentido*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

valores de verdade. É certo que, por um lado, encontrar duas proposições diferentes que expressem, por assim dizer, a mesma idéia não as liga necessariamente. Ao contrário, cada proposição tem uma constituição própria e uma existência particular. São posições diferentes da linguagem que apontam para a mesma direção, e que por isso mesmo enfatizam pontos de vista diferentes, não sendo portanto totalmente iguais. Seja como for, resta a questão: por que, na presente situação, uso as proposições que uso, e não uso outras, com outras ênfases e outras constituições de sentido?

Aqui se forma o ponto de vista da narratividade. Quando comunicamos pela linguagem, apontamos para determinada direção. Ainda que a comunicação seja fragmentária, está atada pelo sentido, e dessa forma aponta sempre na constituição de uma continuidade. Se não é a continuidade edificada pela própria linguagem, é pelo menos a continuidade da linguagem como ação dentro de algo que, como memória, se torna linguagem igualmente.

Regressamos, com isso, à questão da memória. Que é lembrar-se? É trazer à tona por resgatar posições próprias e relações específicas. A linguagem acessa a memória, e a memória se verte em linguagem, e por isso mesmo nada do que fazemos está fora da linguagem, a não ser que nada signifique, situação na qual não o recordaremos, e não lhe daremos lugares na linguagem que não sejam simplesmente infinitos, ou simplesmente atemporais.

Em outras palavras, a questão toda trata do desdobramento da significação. A significação fala da relevância, uma relevância que alinha o que é denotado à cadeia de estruturas lingüísticas demandadas pelo próprio termo. Daí a convergência apresentada no termo por Wittgenstein<sup>16</sup>. A significação traz à luz e mostra o que é que um dado termo representa perante a totalidade de termos. Mas para que isso seja possível, deve haver uma cadeia de referências. E essa cadeia de referências forma o que chamamos aqui narratividade. Ela cria um fechamento fictício das idéias, como se um jogo de posições fosse estabelecido na linguagem de uma vez por todas. Esse fechamento nunca acontece de fato, pois seria o mesmo que dizer que a linguagem encontra-se encerrada. Ele se mantém aberto, mas realiza-se em determinados fins, permite-se relacionar alguns termos a outros de forma a tomar os mais gerais como espaços universais dos termos mais específicos. É como duas pessoas que conversam sobre um par de sapatos perdidos, no meio de seus muitos afazeres. Falam de possíveis lugares onde estejam, cogitam se o par está junto, relembram onde viram os sapatos por último. Locais e memórias nada têm em comum, senão os próprios sapatos. Os sapatos fecham a história, mas não são a totalidade da linguagem.

Daí falar-se em uma interpretação que na verdade dimensiona narratividades novas. Não transformo apenas minha proposição, mas mudo a significação. Quando abordo um problema interpretativo a partir de uma nova proposição, eu mudo todas as posições, altero todas as relações entre proposições. Em outras palavras, se abordo um problema por uma via oblíqua, não mudo apenas meu ângulo de ataque, mudo também a posição do próprio problema.

Quando mudo, portanto, de uma postura teórica para outra, prática, estou simplesmente abordando certas questões por vias narrativas diferentes. Mas, mais que isso, minhas posturas passam a ser definidas por essas vias narrativas. As funções lingüísticas podem ser, de certa forma, consideradas dentro de tais posturas.

Mais que isso, substantivar algo é permitir que assuma essa instância definidora da narratividade. Assim sendo, se quero falar de posturas teórica e prática num sentido autônomo, substantivo, devo antes de tudo compreender que formas e posições de significação existem dentro dos limites de tais substantivações. Caso não possa constatar essas posições, então não poderei falar nem em teoria e nem em prática, mas simplesmente em tons teóricos ou práticos para determinado tema.

Em outras palavras, a significação parte de um termo que determina a cadeia de relações entre os demais termos que compõem a narratividade. O termo que oferece, portanto, a substância da narrativa (o termo “substantivo”) oferece o caminho de significações que vai se seguir pela narrativa. Se teoria e prática podem ser termos substantivos, é porque podem definir significações por conta própria. Se não o fazem, é porque são posturas comuns a várias narrativas, e são, portanto, definidas pelo próprio deslocamento de sentido da narratividade.

Resgatemos agora o jogo da teoria e o da prática. Quando utilizamos os termos de maneira substantiva, podemos abrir narratividades. Por exemplo, “em teoria o processo funciona”. Que quer isso dizer? Quer dizer que se pode prever suas conseqüências (aponta para a complementação), mas que não se pode ter certeza da relação causa-conseqüência que, ali, está retratada a partir de princípios e deduções. O discurso que antecede apresenta o processo desfeito de sua própria experiência, alargado pelos pontos principais da narrativa do próprio processo. É a teoria que o define? Suponhamos que o mesmo processo seja visto pelo partido da prática. Diríamos, então, “na prática, tudo funciona bem”. Significaria, portanto, que o processo foi transposto para a experiência, e que determinadas partes, somadas, resultam em um contexto esperado. “Funciona”. Nesse caso específico, a noção de prática pede a confrontação com um ponto de vista que a requereu antes, ou seja, com a observação teórica que antecedeu. Não fosse esse o caso, estaríamos diante de quê? Se imaginarmos uma situação em que a prática venha a surgir, teremos em nossas mãos simplesmente uma experiência não imaginada antes, não prevista. E se é uma experiência simples, é porque não é digna de nota, de significação própria, não pelo ponto de vista da “prática”, pelo menos.

<sup>16</sup> A esse respeito, vide WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Universitária São Francisco, 2004.



Mas também podemos coletar, como mencionamos antes, a idéia de teoria e de prática como adjetivos específicos. E nesses casos teremos, por exemplo, uma “abordagem”, uma “observação”, uma “tematização”, enfim, uma ação marcadamente teórica. Sempre que falarmos nessa postura, contudo, estaremos falando, no caso da teoria, de um posicionamento do problema tendo em vista a dicotomia teoria-prática. Ou seja, falar em teoria é tomar o significado dos princípios que regem, e abordar o campo da prática é aceitar a questão pelo âmbito causal-conseqüencial. Mas para que as relações de causa e conseqüência possam ser determinadas como participantes da narratividade da “prática”, é antes preciso que seja o resultado da projeção estabelecida pelo ponto de vista teórico (situação na qual regressamos à motivação oferecida por Kundera em suas dicotomias).

Em resumo, quando se pretende uma adjetivação de temas por meio da dicotomia “teoria-prática”, oferece-se uma modalidade substantiva ao tema, posiciona-se as significações segundo as determinações de tais termos, segundo os seus jogos de linguagem. E a chave da dicotomia está na projeção que pede pela resolução prática, causal-conseqüencial, do tema levantado.

Especificamente no campo do Direito, a dicotomia se converte no estabelecimento de um conjunto de princípios geradores da expectativa teórica, para a posterior construção prática. É uma dicotomia que impõe a temporalidade de dois momentos, um para a teoria, e outro para a prática, e que impõe o ritmo de alternância. Assim, parte-se de certas categorias jurídicas<sup>17</sup> para que se alcance a funcionalidade prática por meio delas, ou seja, parte-se de conceitos gerando a expectativa do caso concreto resolvido segundo determinados parâmetros.

Aqui nasce, para o Direito, um complicador. Quando se fala em um aspecto teórico que pode ser comprovado empiricamente, tem-se a mera constatação da estrutura teórica pela confirmação de sua funcionalidade prática, no sentido causal-conseqüencial (quer dizer, aplica-se tais princípios e obtém-se os resultados esperados). Já no Direito os próprios parâmetros de verificação são estabelecidos e concedidos pelo discurso do próprio Direito. Ou seja, trata-se, antes de tudo, de um encontro de narratividades. Os parâmetros de verificação são oferecidos pelos padrões de satisfação decorrentes do discurso jurídico.

No que nos interessa especificamente, temos uma projeção, feita de um espaço interno ao próprio discurso jurídico, para ele mesmo. Pode parecer estranho, em princípio, mas se considerarmos que toda narratividade pode se desdobrar ou se reduzir em significações para outras narratividades, poderemos conceber que o Direito abarque uma narratividade e participe dela ao mesmo tempo. A teoria é informada pela narratividade jurídica, que ao mesmo tempo vem resumida dentro da narratividade teórica. Essa narratividade se move, portanto, dentro da narratividade jurídica, mas move a própria narratividade consigo. Projeta com base nos parâmetros da narratividade jurídica (forma conceitos jurídicos) mas ao mesmo tempo arrasta esses conceitos consigo, para uma resolução prática que também participa da narratividade do Direito, mas que também é definidora dela<sup>18</sup>.

## 2 SOBRE AS RACIONALIDADES

No início do presente texto, colocamos a possibilidade de duas racionalidades, e sugerimos a inexistência de uma distinção entre teoria e prática, direcionando a questão para âmbitos adjetivos. Colocamos então que a distinção entre teoria e prática seria uma dicotomia horizontal gerada por dicotomias verticais. Agora, estabelecemos que a dicotomia que se forma é a apresentação de uma narratividade dentro da narratividade maior do Direito, e que o espaço de expectativa criado pela condição de teoria é satisfeito na apresentação prática do caso, mas simplesmente de forma a receber nos dois pólos a influência dos parâmetros gerais de constituição do Direito. Dissemos igualmente que o Direito aparece como definidor de uma narratividade própria e, portanto, como substantivador das narratividades teórica e prática, e que ao mesmo tempo emerge dentro de cada uma dessas narratividades, por ordem dessas suas definições. Ou seja, oferece limites de significações, e significa ao mesmo tempo.

Nossas primeiras e últimas observações se somam exatamente pela condição de referência cruzada que a linguagem oferece. Se entendido como problema, pode ser resolvido pela edificação de níveis de linguagem e metalinguagem. Não é, contudo, o caso. Interessa-nos justamente compreender que, quando nos referimos cá e lá a uma mesma narrativa, podemos significá-la para si mesma, ou seja, reservamos um espaço no todo para o todo, uma visão de si mesmo. É o que se faz no Direito, quando se fala dos conceitos de justiça, equidade, enfim, dos princípios que fundamentam suas teorias e suas perspectivas práticas, e que ao mesmo tempo são rediscutidos interiormente, a partir da definição de tendências do Direito.

<sup>17</sup> Formas de encarar as questões jurídicas.

<sup>18</sup> Daí falar-se, como acima, de uma dicotomia auto-sustentável.

Diante desse quadro, a dicotomia vertical, da qual se origina a outra, entre teoria e prática, fica mais clara. Trata-se da divisão entre a substância narrativa oferecida pelo Direito e a preocupação com a resolução de problemas específicos, ou seja, a dicotomia entre o conceito e as tendências do Direito e a forma pela qual esses conceitos e essas tendências permitem solucionar os casos em si. Resta, portanto, a questão: há, efetivamente, duas racionalidades no caso em questão?

Trata-se, na verdade, de um ponto de vista, apenas, pois os jogos de linguagem de teoria e prática se constituem necessariamente pela primeira dicotomia – tendências e resoluções – e dependem um do outro. O que há, portanto, é uma racionalidade apenas, na qual opõem-se os dois termos. Poderíamos talvez ignorar a idéia de dicotomia, caso descobríssemos, pelo jogo de linguagem, que os termos não guardam qualquer relação um com o outro. Não é o caso, contudo. A dicotomia teoria-prática realmente persiste, pois o jogo de linguagem da teoria é um jogo de projeção, em oposição ao jogo da prática, que é o de resolução.

O que devemos criticar é a dicotomia de origem, qual seja, a de tendências e resoluções. Ela chega a ser uma oposição necessária? Na verdade, não. Mesmo que falemos das tendências do Direito, isso não as oporá às resoluções, não naturalmente, pelo menos. Simplesmente constituirá uma forma independente da forma de resolução de questões específicas. Os conceitos não se opõem. Na pior das hipóteses, travam relações artificiais.

Agora, se revisarmos o jogo de linguagem do Direito, perceberemos que não se trata simplesmente de uma junção ocasional. Trata-se, sim, de um exercício de significações, que são definidores de substancialidades narrativas, como já apontamos acima. Há duas vias pelas quais o jogo de linguagem permite atacar a dicotomia teoria-prática. Por um lado, oferece, por correlação de significações, todos os temas que caem dentro dessa dicotomia (os contratos, os regimes administrativos, as leis específicas, e assim por diante). Por outro, determina, ao criar significações gerais para si mesmo, tendências, e aponta essas tendências de forma a direcionar as decisões. Assim, por exemplo, relacionamos ao Direito os jogos de linguagem da justiça e da ética, e através deles determinamos se nossas decisões convêm ou não ao Direito ortodoxo, ou seja, se satisfazem todos os jogos de linguagem relacionados a um tempo. Isso simplesmente quer dizer que, nessa dicotomia teoria-prática, há que se atender a narratividades diferentes ao mesmo tempo. Isso, portanto, mostra que não há uma dicotomia original que fundamente a dicotomia teoria-prática subsequente, e coloca-a como um jogo de linguagem autônomo.

### 3 CONCLUSÃO

**E**ntende-se portanto que o Direito não opera por duas racionalidades opostas, mas sim que se estende por sua temática através de uma racionalidade de complementação, direcionada pela distinção de teoria e prática. Não se trata de uma distinção exclusiva. Ao contrário, um conceito depende necessariamente do outro, e por isso mesmo configura um jogo de linguagem de projeções e de concretizações, necessário à resolução específica de cada caso. É através desse exercício constante e repetido que se pode falar em uma efetiva concretização do Direito ortodoxo, que oferece pela teoria a estrutura de resolução que uniformiza as decisões, e pelo campo da prática a confirmação concreta da funcionalidade da teoria, de modo geral.

## REFERÊNCIAS

AARNIO, A. **Le rationnel comme raisonable**: la justification en droit. Paris: L.G.D.J., 1992.

DELEUZE, G. **Kant's critical philosophy**. London: Athlone Press, 1984.

\_\_\_\_\_. **Lógica do sentido**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Universitária São Francisco, 2006.

KANT, I. **A metafísica dos costumes**. Bauru: Edipro, 2003.

KELSEN, H. **Teoria pura do direito**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KUNDERA, M. **A insustentável leveza do ser**. Rio de Janeiro: Record, 1983.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Universitária São Francisco, 2004.



# O PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E O TURISMO URBANO EM CURITIBA – RELAÇÕES E DESAFIOS NA GESTÃO

*Renata Baleche Custódio<sup>1</sup>*

*Valéria de Meira Albach<sup>2</sup>*

## RESUMO

Curitiba possui peculiaridades na gestão do seu patrimônio histórico, sendo elogiada por uns e criticada por outros. O turismo histórico-cultural na cidade possui expressivo potencial até mesmo na visita aos parques e bosques que possuem, por exemplo, edificações históricas. No turismo urbano os turistas vivenciam a experiência da observação aos elementos e as edificações históricas devem se destacar na paisagem. Para tanto, há necessidade de utilização de instrumentos de gestão efetivos que considerem a dinâmica do espaço e promovam adequadas experiências de visita calcadas em informações que encantem e eduquem. Neste contexto, o objetivo desta abordagem é identificar as relações entre o patrimônio histórico-cultural de Curitiba e a gestão para o turismo.

**Palavras-chave:** Gestão Urbana; Patrimônio Histórico-Cultural; Turismo Urbano.

## ABSTRACT

Curitiba has peculiarities regarding its historical heritage management, being complimented by ones and criticized by others. The historic-cultural tourism in the city has a strong potential, even in visits to parks and forests that offer, for example, historical edifications. In urban tourism, tourists live the observation experience to elements and the historical edifications must be detached in the landscape. However, there is need of applying effective management tools that consider the space dynamics and encourage appropriate visiting experiences attached to information that fascinate and also teach. In this context, the aim of this approach is to identify the relationships between the historic-cultural heritages of Curitiba and its management for tourism.

**Key words:** Historic-Cultural Heritage; Urban Management; Urban Tourism.

## 1 INTRODUÇÃO

A relação entre o patrimônio histórico e o turismo é estreita. Os bens históricos caracterizam-se diversas vezes por atrativos turísticos promovendo localidades, sendo instrumento de marketing e promoção, além de poderem representar a identidade de um lugar.

---

<sup>1</sup> Turismóloga. Graduada pela Universidade Tuiuti do Paraná. Especialista em Turismo Gestão e Docência pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Mestre em Gestão Urbana pela mesma Instituição. Professora das disciplinas de Gestão de Eventos e Transportes Turísticos nas Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba. C-eletrônico: [renatacustodio@terra.com.br](mailto:renatacustodio@terra.com.br).

<sup>2</sup> Turismóloga. Graduada pela Universidade Tuiuti do Paraná. Especialista em Geografia Ambiental e mestranda em Geografia pela Universidade Federal do Paraná. Professora das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba nas disciplinas de Planejamento Turístico e Administração Aplicada ao Turismo. C-eletrônico: [val.albach@gmail.com](mailto:val.albach@gmail.com).

Curitiba, capital do Estado do Paraná, recebe olhares dos especialistas em gestão urbana em diversos temas, gerando discussões, servindo de modelo ou de crítica, um destes temas é a conservação de seu patrimônio histórico. A Lei n.º 6.337 de 1982 – ou a Lei do Solo Criado – instituiu o incentivo construtivo para a preservação de imóveis de valor cultural, histórico ou arquitetônico, que, na opinião da prefeitura da cidade, permitiu avanço significativo no trato e na recuperação do patrimônio histórico-cultural edificado na cidade.

Esta lei não funciona como os instrumentos legais federais de tombamento<sup>3</sup>. O tombamento constitui-se em um ato rigoroso de preservação do bem e a Lei do Solo Criado permite maiores negociações e até benefícios aos proprietários destes bens, além de influenciar na gestão imobiliária da cidade.

O turismo histórico-cultural não é o segmento mais desenvolvido em Curitiba, pois, observando seus estudos de demanda, a motivação principal é de negócios e eventos, seguidos pela motivação lazer que se refere à visitação nos parques e bosques.

Em uma primeira análise, subentende-se que a visitação aos parques e bosques relaciona-se com o turismo de lazer e em alguns casos até ao ecoturismo, mesmo que estas áreas estejam em ambiente urbano. Mas na realidade de Curitiba, a questão histórico-cultural está estreitamente ligada com os parques e bosques, onde se observa a valorização da formação étnica do lugar e de bens histórico-culturais.

O patrimônio turístico é um tema importante dentro da gestão das cidades, sendo esta de responsabilidade de diversos atores. Neste contexto, Souza (2003) destaca que não basta apenas se refletir sobre o “planejamento” que permite prever situações futuras, percebe-se a necessidade de “gerir”, ou seja, efetivar as ações mais rapidamente, conciliando as perspectivas econômicas e sociais de cada cidade de acordo com a sua estrutura.

## 2 PATRIMÔNIO TURÍSTICO

Funari e Pinsky (2003) localizam que a idéia de patrimônio, como se tem hoje, vem do século XVIII, na França, quando o poder público iniciou as primeiras medidas de proteção aos monumentos de valor para a história das nações. O uso do termo “patrimônio” estende-se assim, para os bens protegidos por lei e pela ação de órgãos especialmente constituídos.

---

**Tem-se a conceituação de patrimônio turístico que significa os lugares, monumentos e hábitos que motivam determinada pessoa a se deslocar de seu local de origem para ver, conhecer, e participar das interações sociais.**

---

Aplicando esta temática ao turismo, tem-se a conceituação de patrimônio turístico, que para Camargo (2000) significam os lugares, monumentos e hábitos que motivam determinada pessoa a se deslocar de seu local de origem para ver, conhecer, e participar das interações sociais.

Já Roberto Boullón (2002, p. 67) defende que o patrimônio turístico tem a relação entre “a matéria-prima (atrativo turístico), o equipamento turístico (aparato produtivo), a infra-estrutura (recursos de apoio ao aparato produtivo) e a superestrutura (subsistema organizacional e recursos humanos disponíveis para operar o sistema)”.

O patrimônio histórico em sua essência é definido pelo decreto lei n.º 25 de 30.11 de 1937 que cria a SPHAN (Superintendência do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), órgão vinculado ao Ministério da Cultura brasileiro, como a parte do patrimônio cultural que compreende as edificações os monumentos, os espaços públicos, o acervo documental e bibliográfico, o complexo artístico de uma comunidade.

Baseando-se nestas definições compreende-se a inegável relação entre o patrimônio histórico-cultural e o turismo, pois o turismo utiliza-se destes bens para se desenvolver em diferentes partes do mundo.

---

<sup>3</sup> Decreto-lei n. 25, de 30/11/1937, Lei do Tombamento. Dispõe sobre a organização da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, disciplina a proteção dos monumentos arqueológicos e pré-históricos.

## 2.1 TURISMO URBANO

Segundo Tyler e Guerrier (2001), o turismo urbano envolve os processos sociais de mudança e os processos de decisões políticas que ditam a natureza dessa mudança e que identificam ganhadores e perdedores. Trata-se da busca dos meios pelos quais a mudança afeta os processos sociais da cidade e da necessidade de gerenciar a inevitabilidade do turismo urbano.

Para Castrogiovanni (2000, p. 23):

a ordenação urbana compreende o processo de organização dos elementos que compõem o espaço urbano de acordo com o estabelecimento de relações de ordem, com base na construção de uma hierarquia de valores, no caso, com o objetivo de facilitar o desenvolvimento das atividades turísticas. A ordenação turística é a busca conveniente dos meios existentes no espaço para o sucesso das propostas relativas às atividades turísticas.

De acordo com Lynch (1997) destaca que os transeuntes nas cidades criam imagens ambientais que são resultado de um processo bilateral entre o observador e seu ambiente. O autor destaca que o observador organiza e confere significado àquilo que vê.

Assim, a imagem de um determinado lugar pode variar dependendo de cada observador. No caso do turista no espaço urbano o tempo todo que estiver transitando estará realizando suas observações.

Castrogiovanni (2000) destaca que nos caminhos por onde passam os fluxos turísticos há a possibilidade de transitar entre o real edificado e o imaginário possível de ser construído a qualquer momento.

O turismo urbano apropria-se da paisagem das cidades para desenvolver sobre ela leituras criativas.

Nos caminhos ainda podem ser observadas as facilidades de fluxo das pessoas e dos veículos, a agradabilidade estética, a paisagem construída, os serviços urbanos, os equipamentos de apoio ao turismo e o “mobiliário urbano” - placas de sinalização, paradas de ônibus, postes, brinquedos das praças, dentre outros (BOULLÓN, 2002; CASTROGIOVANNI, 2000).

O espaço urbano não é construído para uma pessoa, mas para várias, que apresentam diferenças de temperamento, formação, ocupação profissional, origem étnica, diversidade social e, portanto, interesses. Assim, a cidade é uma representação da condição humana, sendo que essa representação se manifesta por meio da arquitetura em si e da ordenação de seus elementos (CASTROGIOVANNI, 2000).

O turismo no meio urbano desenvolve-se dentro desta realidade e se aproveita das singularidades e comportamentos locais que vão além da expressão arquitetônica como os sotaques, idiomas ou dialetos, trajes típicos, danças, música local, jogos, costumes, crenças etc.

Também, as diferentes atividades econômicas da cidade conferem ao turismo urbano características específicas.

As características arquitetônicas, as singularidades ou atividades econômicas isoladamente ou em conjunto formam diversos segmentos turísticos onde se destacam: o turismo de negócios, o turismo de eventos, o turismo histórico-cultural, o turismo religioso e o turismo de lazer. Para esta análise, destaca-se o turismo histórico-cultural.

## 2.2 PLANEJAMENTO URBANO E CONSIDERAÇÃO SOBRE OS PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS DE CURITIBA

A primeira ação formal de urbanismo em Curitiba foi o Plano Agache<sup>4</sup> que coincide com o momento em que o governo federal brasileiro principia as ações de conservação do patrimônio histórico-cultural (o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi criado em 1937).

No quadro 1 podem ser observadas as ações urbanas relativas aos patrimônios histórico-culturais em Curitiba, desde o início da implementação do plano urbanístico citado.

---

<sup>4</sup> A década de 40 seria marcada pela elaboração de um plano urbanístico para Curitiba. Contratado pela firma paulista Coimbra Bueno & Cia Ltda, o renomado urbanista e arquiteto francês Alfredo Agache (fundador da Sociedade Francesa de Urbanismo) chegou à cidade para dar uma nova ordenação a seu espaço urbano. O chamado Plano Agache estabelecia como prioridades o saneamento, descongestionamento de vias e a estruturação de centros para permitir o desenvolvimento da vida social e comercial.

QUADRO 1 – Trajetória do planejamento urbano e o patrimônio histórico-cultural de Curitiba

Ano	Ação para o Patrimônio histórico-cultural
1941	- Tombamento do acervo do Museu Paranaense (única ação mencionada no Plano Agache)
1966	- Medidas efetivas de tombamento em âmbito estadual (da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas e do Belvedere, com ruínas da Praça João Cândido.) - Plano Diretor com diretrizes para uma política municipal de preservação do patrimônio histórico e cultural.
1971	- Delimitado o Setor Histórico de Curitiba. - Considera-se a reciclagem de uso dos imóveis de valor histórico, arquitetônico e cultural.
1977	- Plano do Acervo da Região Metropolitana de Curitiba identifica, classifica e propõe usos e formas de preservação para 363 imóveis.
1979	- Decreto 1.547 cria o Setor Especial das Unidades de Interesse de Preservação com o objetivo de proteger 586 imóveis testemunhas da história de Curitiba.
1981	- Incentivos com o Decreto 161/81, aos proprietários de bens culturais, isentando do imposto imobiliário – IPTU – aqueles que preservassem e revitalizassem seus imóveis.
1982	- Lei 6.337 – ou a Lei do Solo Criado – institui incentivo construtivo para a preservação de imóveis de valor cultural, histórico ou arquitetônico, que permitiu avanço significativo no trato e na recuperação do patrimônio cultural edificado da cidade. - Criada a Comissão de Avaliação do Patrimônio Cultural, que analisa as Unidades de Interesse de Preservação – UIPs – e concede reduções no IPTU, àquelas que estiverem em boas condições ou incentivo construtivo através do Solo Criado.
1993	- Em 1993, o Decreto nº. 380, cria as Unidades de Interesse Especial de Preservação - UIEPs. A venda do potencial construtivo destas unidades deveria ser usada para sua própria restauração.

Fonte: IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, 2007

Segundo o IPPUC, a cidade possui 618 UIPs (Unidades de Interesse de Preservação). Algumas compartilham a lei estadual de tombamento pela Secretaria de Estado da Cultura do Paraná e dois bens a lei federal de tombamento atribuída ao IPHAN. Estes locais são: a primeira sede da Prefeitura Municipal de Curitiba, localizada na Praça Generoso Marques; e a edificação que abriga o museu Alfredo Andersen.

A Lei do Solo Criado que institui as UIPS permite que o proprietário deste bem ganhe em potencial construtivo na cidade. O mercado imobiliário possui interesse, pois, certas vezes deseja construir maior área em locais que o zoneamento urbano não permite. Adquirindo um potencial construtivo a empreiteira consegue essa liberação e o proprietário da UIP tem ganho financeiro com esta transação.

A medida de área a ser construída é relativa à área da UIP. Atualmente o IPPUC fiscaliza estas transferências e confere se o dinheiro recolhido com a transferência do potencial construtivo foi direcionado para conservação da UIP em questão. As UIPS com bom estado de conservação podem também solicitar isenção ou redução de IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano.

O processo de tombamento realizado pelo Estado (em esfera estadual ou federal), não relaciona diretamente benefícios aos proprietários de bens históricos incluídos nesta lei. Por esta razão, a gestão do patrimônio histórico de Curitiba é elogiada por alguns. Mas por outro lado, especialistas criticam que o processo é vulnerável as “leis” do mercado, podendo ser negligenciado e que a lei enrijecida do tombamento possui uma estrutura mais aplicável e útil para as cidades.

Além do fato de que diversos proprietários de UIPS em Curitiba não valorizam seus imóveis e poucos acabam por utilizar dos benefícios de isenção de impostos, e observa-se que alguns deles desconhecem seus direitos.

Um olhar positivo pode ser direcionado aos empreendedores com visão administrativa e de agregação de valor aos seus produtos e serviços, pois muitos estão atentos as UIPS, sendo que diversas delas na cidade abrigam restaurantes, confeitarias, hotéis, lojas, galerias de arte, entre outros espaços que são diretamente utilizados por turistas e moradores.

Valendo-se de Boullón pode-se relacionar o patrimônio turístico de Curitiba com sua gestão urbana, como segue no quadro 2.



QUADRO 2 – Patrimônio Turístico e atribuições de gestão em Curitiba

<b>Elementos do Patrimônio Turístico</b>	<b>Atribuições de gestão em Curitiba</b>
matéria-prima	Histórico-culturais, naturais – atribuição pública em sua maioria Negócios e eventos – atribuição privada e do terceiro setor
equipamento turístico	Mais ao setor privado do que público
infra-estrutura	Serviços públicos
Superestrutura	Setor públicos e privados IPPUC, SMMA – Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Fundação Cultural de Curitiba, Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, proprietários de UIPS, dentre outros.

Fonte: organização própria.

O turismo em Curitiba não possui uma tradição no segmento histórico-cultural, observando os dados da pesquisa de demanda turística de 2005 em relação aos patrimônios turísticos citados em visita à cidade, tem-se referência por ordem de menções: Parques, Jardim Botânico, Ópera de Arame, Shoppings, Museus, Zoológico e Passeio Público, Santa Felicidade, Rua XV de novembro e Rua 24 horas e só depois o Centro Histórico – Largo da Ordem.

Somando-se as menções Parques, Jardim Botânico e Zoológico e Passeio Público, percebe-se que as visitas ocorrem de maneira mais expressiva em atrativos considerados naturais, mesmo que em área urbana.

A visita a museus e ao centro histórico acaba sendo pouco representativa no contexto turístico da cidade.

Mesmo assim, é possível observar a relação dos parques e bosques com o patrimônio histórico, pois houve esta valorização em seus planejamentos.

### 2.3 PARQUES E BOSQUES E O PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM CURITIBA

Curitiba possui 30 parques e bosques, sendo 17 parques e 13 bosques, todos espaços públicos. Sendo que, dos 30, 17 possuem relação com o patrimônio histórico por meio de suas edificações, além de outros que possuem temas para serem trabalhados neste segmento. O quadro 3 apresenta esta relação e propõem outras.

QUADRO 3 – Relação de Parques e Bosques com o patrimônio histórico edificado

Parque/Bosque	Edificações	Parque/Bosque	Edificações
1. Bosque Alemão	Oratório de Bach Réplica da Casa de Mila	16. Parque Bacacheri	-----
2. Bosque Boa Vista	-----	17. Parque Barigüi	Casa histórica foi readequada para instalação de um Bistrô, dirigido pela Fundação de Ação Social Museu do Automóvel
3. Bosque Capão da Imbuia	Museu de História Natural	18. Parque Barreirinha	-----
4. Bosque Fazendinha	Edificações Família Klemtz - 1896	19. Parque Caiuá	-----
5. Bosque Gutierrez	Edificações do povo amazônico	20. Parque Cajuru	-----
6. Bosque Italiano	Memorial da imigração italiana	21. Parque das Pedreiras	Ópera de Arame
7. Bosque João Paulo II	Aldeia polonesa com casas de 1878	22. Parque Diadema	-----
8. Bosque Pilarzinho	-----	23. Parque dos Tropeiros	-----
9. Bosque de Portugal	Portal e pilares que homenageiam a cultura e a, língua portuguesa	24. Parque Iguazu	-----
10. Bosque Reinhard Maack	-----	25. Parque Municipal Nascentes do rio Belém	-----
11. Bosque São Nicolau	-----	26. Parque Passaúna	Chaminés das antigas olarias: Alberto Klemtz, Isfer, Baggio e Santa Rosa
12. Bosque do Trabalhador	-----	27. Parque São Lourenço	Chaminé antiga fábrica de cola Casa Erbo Stenzel
13. Bosque Zaninelli - Unilivre	Exemplar da arquitetura moderna	28. Parque Tanguá	Jardim Poty Lazarotto
14. Jardim Botânico	Estufa de ferro e vidro com 450 m <sup>2</sup> , inspirada no Palácio de Cristal de Londres	29. Parque Tingüi	Memorial Ucraniano – réplica de igreja ortodoxa
15. Parque Atuba	Vila da Madeira” que visa conservar elementos da arquitetura de madeira típica de Curitiba	30. Passeio Público	Portões réplica do antigo Cemitério de Cães em Paris

Fonte: organização própria.

#### Legenda

	Atrativo com edificações históricas e dentro da Linha Turismo
	Bem tombado pela Secretaria de Estado da Cultura do Paraná
	UIPS
	Exemplar da arquitetura moderna que pode vir a ser UIPs ou bens tombados
	Temas que podem ser aproveitados no turismo histórico-cultural

Dos 30 parques e bosques, dez possuem edificações históricas e são contemplados pelo serviço de transporte turístico administrado pela prefeitura, a Linha Turismo. Outros sete parques e bosques possuem edificações que são elementos para o turismo histórico cultural, sendo que dois destes, as suas construções são reconhecidas como UIPS.

Dois dos parques e bosques possuem bens tombados em esfera estadual, o Bosque do Papa e o Passeio Público.

Treze não possuem edificações históricas, mas analisando seus nomes percebe-se a possibilidade de associar elementos a visita que contribuem para a questão cultural, como no Parque dos Tropeiros, tema com grande movimento histórico e turístico, e o Bosque Reinhard Maack que foi batizado em homenagem a um dos maiores pesquisadores da geologia e da geografia do Estado do Paraná.

Especialistas em arquitetura discutem que, dentre os locais citados no quadro 3, três exemplares da arquitetura moderna podem se tornar UIPs ou bens tombados devido as suas importâncias como bens edificados.

### 3 CONCLUSÃO

#### GESTÃO DO PATRIMÔNIO TURÍSTICO HISTÓRICO-CULTURAL DE CURITIBA

**A**ssociando os temas que abrangem a discussão do patrimônio histórico-cultural e o turismo em Curitiba propõem-se algumas ações para uma gestão mais efetiva, que são desafios para a gestão urbana:

1. Valorizar a paisagem para o turismo histórico-cultural utilizando por exemplo, fiações subterrâneas e criando regras para a publicidade inserida no mobiliário urbano.
2. Proteger o centro antigo da cidade da descaracterização de suas edificações, valorizando as construções em sua origem, repondo edifícios e mantendo as características originais.
3. Revisar os instrumentos municipais de “tombamento”, principalmente os de fiscalização da aplicação legal.
4. Divulgar com maior intensidade as informações de interesse aos proprietários de UIPS.
5. Formular projetos que solicitem financiamentos aos governos federal e estadual para a conservação dos patrimônios histórico-culturais da cidade.
6. Incentivar a participação do terceiro setor organizado na gestão do patrimônio histórico-cultural curitibano.
7. Promover a educação patrimonial com os cidadãos e turistas, com campanhas e outros instrumentos de sensibilização e de informação sobre o patrimônio histórico-cultural curitibano.
8. Divulgar aos visitantes de parques e bosques as questões legais e de proteção aos patrimônios histórico-culturais edificados.

A gestão do turismo urbano deve buscar a compreensão dos processos de reestruturação e valorização do meio verificados em um espaço dinâmico utilizando-se de estratégias de gestão que considerem estes preceitos.

O turista deve ser estimulado a olhar e realmente perceber as peculiaridades da história curitibana, por meio das construções, estas devem se destacar na paisagem e transmitir a sensação ao observador de cuidado e proteção, valorizando a imagem da cidade e de seus moradores. Estes cuidados podem ser utilizados em estratégias de marketing e promoção para a cidade e para seu turismo.

Outras relações e propostas podem ser realizadas com as características do turismo urbano em Curitiba que podem agregar valor à experiência da visita contemplando outras atividades do dito turismo urbano, como o turismo de eventos, por exemplo. Dentro do turismo histórico-cultural considera-se que este deve ser planejado, gerido e desenvolvido para promover o encantamento e disseminar informação.

## REFERÊNCIAS

- BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. Tradução de: Josely Vianna Baptista. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- CAMARGO, H. L. **Patrimônio histórico e cultural**. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2000.
- CASTROGIOVANNI, A.C. (org). **Turismo urbano**. São Paulo: Contexto: 2002.
- CURITIBA. **Lei n.º 6.337 de 1982** – Lei do Solo Criado. Curitiba, 1992.
- FUNARI, P. P. (Org.); PINSKY, J. (Org.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2001.
- IPPUC. Planejando a cidade - Patrimônio histórico. Disponível em: [http://www.ippuc.org.br/pensando\\_a\\_cidade/index\\_patrimhist.htm](http://www.ippuc.org.br/pensando_a_cidade/index_patrimhist.htm) Acesso 10 maio 2007.
- LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- TYLER, D.; GUERRIER, Y.; ROBERTSON, M. (org.). **Gestão de turismo municipal**. Tradução de: Gleice Regina Guerra. São Paulo: Futura, 2001.

# CINEMA PROJETANDO FILOSOFIA: ANÁLISES FILOSÓFICAS POR MEIO DO CINEMA

*Sandro Luís Fernandes<sup>1</sup>*

## RESUMO

A intenção deste artigo é apresentar possibilidades de reflexão filosófica, por meio de ampliação de repertório interpretativo e analítico. Apresentam-se estratégias de análise do discurso fílmico, relacionando-os a elementos fundamentais da elaboração de um filme. Considerando estas categorias de estudo do cinema, apresentam-se filmes que podem levar a abordagem filosófica do cinema relacionando-os a obras clássicas da filosofia. Evidenciando estudos possíveis entre cinema e filosofia, quatro filósofos são apresentados, dirigindo o estudo a quatro textos clássicos: Platão (A alegoria da Caverna), Maquiavel (O príncipe), Descartes (O discurso do método) e Sartre (O existencialismo é um humanismo).

**Palavras-chave:** Cinema, Ensino, Filosofia.

## ABSTRACT

The aim of this article is to present possibilities of philosophical reflections through a broadening of the interpretative and analytic repertoire. It presents strategies to analyze the movie discourse, relating it to fundamental elements to elaborating a film. Considering these movie categories, it will present films that can be analyzed philosophically, relating them to classical works in philosophy. In order to establish a relation between movie and philosophy, four philosophers are presented, leading to study to four classical works: Plato (Allegory of the Cave), Maquiavel (The Prince), Descartes (Discourse on the Method) and Sartre (Existentialism is a Humanism).<sup>2</sup>

**Key words:** Movie; Philosophy; Teaching.

## 1 INTRODUÇÃO

O cinema pode ser uma metáfora ou alegoria, assim como a Caverna foi para Platão. A diferença ocorre com a ilusão provocada pelos 24 quadros por segundo de uma película cinematográfica, a qual desperta sentimento, comentários, reflexões e até mudança de atitude. Neste sentido entender o cinema como um recurso a mais nos estudos de filosofia, pode nos levar a um fascinante mundo de emoções, sentimentos, conceitos, ideologias, críticas, e principalmente, possibilitar reflexões acerca das representações na obra assistida. Os diversos discursos apresentados num filme podem

---

<sup>1</sup> Licenciado em História pela UFPR. Especialista em Linguagens, Imagens e em Ensino de História e Mestre em Educação pela mesma Instituição. Professor de Filosofia das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba. C-eletrônico: [profe.sandro@hotmail.com](mailto:profe.sandro@hotmail.com)

<sup>2</sup> Tradução de Leonilda Procailo.

despertar inúmeras possibilidades de análise e discussão de temas, teorias, doutrinas e conceitos. Inclusive entender como esses elementos/categorias de análise são apresentados pelos produtores/diretores/atores, intencionalmente ou não.

Analisar filosoficamente um filme para fins de estudos não significa, o abandono do texto filosófico. É pelo contrário, uma ponte de acesso à Filosofia. Principalmente numa sociedade em que a imagem predomina sobre a palavra escrita. O filme pode dialogar ou sugerir considerações a respeito de determinado filósofo ou obra estudada. O público alvo desta abordagem, em destaque aos jovens, tem na imagem em movimento parte de suas referências culturais: consome a imagem, constrói e consolida idéias e ações a partir da imagem. Ou seja, usar esta linguagem para entender a Filosofia, necessita de estratégias para aproximar esta linguagem comum do cinema à linguagem mais distante da maioria: a leitura filosófica.

Neste sentido o papel do filme no estudo da filosofia é apresentar e sugerir idéias para o principiante, curioso ou estudioso que poderá desenvolver por meio de obras cinematográficas de ficção aproximações e estudos de conceitos ou doutrinas filosóficas. Portanto o objetivo é desencadear processos de análise filosófica utilizando filmes. A comparação entre filmes, de mesmo diretor ou de diferentes cineastas que abordem temáticas ou gêneros semelhantes, passando pela análise dos diversos discursos das obras que abordem teses semelhantes deve fazer parte dos estudos filosóficos com base em produções cinematográficas.

---

### **A comparação entre filmes deve fazer parte dos estudos filosóficos com base em produções cinematográficas.**

---

Em princípio não há distinção de gêneros de filmes para análise e estudos de películas, mas prioritariamente filmes de ficção serão o foco (inclusive os baseados em histórias reais), em detrimento de documentários. Por haver maior disponibilidade e acessibilidade, bem como por tratar-se de maior interesse dos espectadores e da produção da indústria cultural.

Ao procurar obras que tratem de temas, de conceitos, de categorias de análise, de conjunturas históricas e contextos pertinentes, é fundamental considerar que é necessário o apoio do texto filosófico para introdução, relação, diálogo, interferência ou conclusão nas análises envolvendo filmes. Pois sem o texto filosófico a análise ficará superficial e se aproximará do que se chama crítica cinematográfica para leigos (por exemplo, as críticas publicadas na imprensa).

## **2 ELEMENTOS FÍLMICOS POSSÍVEIS PARA DESENVOLVIMENTO DE ANÁLISES E REFLEXÕES DIALÓGICAS**

### **2.1 A CONTINUIDADE**

A maioria dos filmes de ficção usa a continuidade narrativa, mesmo filmes com histórias não-lineares têm preocupação com o continuísmo do argumento central. A linearidade de uma obra pode ser marcada pela continuidade do olhar de um personagem, pela seqüência de planos ou por cenas que são marcantes na seqüência.

### **2.2 OS PERSONAGENS**

O cinema aproveita-se de características marcantes de uma personagem para traçar seu caminho na narrativa. Nos momentos em que há ruptura disso, essa quebra pode ajudar a reflexão sobre estereótipos e ideologia na película observada.

### **2.3 PLANOS**

Num filme, as tomadas que compõem a cena são marcadas por diversos planos (distanciamento e aproximação podem marcar características de ação, psicológicas, dramas, violência, etc.). Na edição, uma cena pode ter vários

planos. E esses planos podem ser analisados de acordo com a duração, o ângulo, o movimento, a escala (geral, conjunto, médio – homem em pé, americano – acima do joelho, próximo, primeiríssimo plano, e plano de detalhe), enquadramento, profundidade, definição da imagem (iluminação, cor, digitalização, valorização de determinados planos na montagem).

## 2.4 SEQÜÊNCIAS

Procurar verificar como a montagem/edição é executada e qual a intenção dos movimentos seqüenciais e seus impactos com relação ao espectador. A duração do filme corresponde a outro tempo na obra ficcional? Normalmente sim. A sucessão cronológica, a alternância de seqüências, ordens cronológicas diferentes, episódios, capítulos, variação de tomadas (externas, dia, sem diálogos, ação, íntimas, quantidade de personagens) são elementos importantes na apreciação técnica e aproximação das intenções do autor/diretor/produtor ao espectador.

## 2.5 CENÁRIOS E FIGURINOS

Os cuidados com cenário são executados de acordo com as características do tema, com utilização de tomadas externas ou em estúdio, e pode determinar características ao período que se quer configurar ou as intenções dos produtores/diretores. No que tange aos estudos filosóficos, uma boa alternativa é a comparação entre obras cinematográficas entre si, e também em outras referências, para relacionar as diferenças e permanências nas diversas interpretações e representações.

## 2.6 TEXTO

As adaptações romanceadas, que têm licença para alterar elementos históricos, devem ser identificadas de imediato. Neste caso, detalhes do roteiro devem ser destacados para comparação. Cuidados também com a época retratada e o local da produção devem compor a análise, bem como com características de narradores ou ação sem terceira pessoa. Há utilização de representações recorrentes na narrativa? Há referências de outras obras no filme? (literárias, plásticas, cinematográficas, musicais, etc.), ou seja, “citações” explícitas ou implícitas? Símbolos e referências utilizados são entendidos facilmente?

## 2.7 TRILHA SONORA<sup>3</sup> E EFEITOS – RELAÇÃO ENTRE SOM E IMAGEM

Muito destacada no cinema contemporâneo, a trilha sonora indica, pontua, complementa, desvela, enfatiza a seqüência das imagens, muitas vezes tecendo considerações especiais em um percurso paralelo. A influência da trilha nas emoções e também em outras escolhas e elementos do filme, devem ser apreciadas com cuidado. Como a maioria dos filmes produzidos tem processo de sonorização posterior à filmagem, deve-se perceber o destaque aos detalhes e cuidados com elaboração dos elementos sonoros valorizados sobremaneira com a tecnologia digital e a presença da produção do som na cena ou fora dela (sem sincronismo<sup>4</sup>). O mesmo pode se afirmar quanto aos efeitos visuais que têm orçamento à parte e que atraem pela possibilidade de representar o fantástico, o místico e praticamente tudo o que é roteirizado pelo diretor. Mas sempre serão representações de concepções de mundo e utilizando-se referências parciais.

## 3 ALGUNS ASPECTOS SÓCIOS ORGANIZACIONAIS E EMPRESARIAIS DO CINEMA

É possível, com uma observação atenta e pesquisas em sítios e livros especializados, entender os interesses dos envolvidos com o filme, e as características industriais de cada produção. O entendimento pode enriquecer na medida em que se considerem as características dos estúdios, que historicamente estabelecem uma estratégia de trabalho, mais ou menos alinhada com as doutrinas políticas do país de origem, ou atuando em oposição a tais diretrizes. A observação

<sup>3</sup> Segundo Berchmans a trilha sonora, *soundtrack* em inglês, é composta pela música, pelos diálogos e efeitos sonoros.

<sup>4</sup> O som é elemento dramático, faz parte da cena diretamente, ou é um elemento extra, uma música ou um som que remete ou provoca sensação de paz, medo, tristeza, pânico, terror, calma, excitação, etc., portanto sem sincronia direta com o movimento projetado no momento.



pode percorrer a pré-produção, produção, o *marketing*, a distribuição e a relação estabelecida com as outras mídias, incluindo o conhecimento dos produtores, estúdios, distribuidores, numa relação horizontal de importância comercial, envolvendo tais conglomerados financeiros.

O trabalho dos profissionais envolvidos na produção de um filme revela a divisão técnica do trabalho. E esta divisão aponta para uma forma de produção que visa o atendimento de demanda, voltada ao consumo em larga escala. Nesse sentido, é interessante observar que alguns filmes apresentam uma versão direcionada para as grandes platéias e outra versão que é chamada de “versão do diretor”: com maior liberdade artística e menor interesse comercial.

---

**É interessante observar que alguns filmes apresentam uma versão direcionada para as grandes platéias e outra versão que é chamada de “versão do diretor”: com maior liberdade artística e menor interesse comercial.**

---

A produção inclui a pré e pós-produção, com elementos profissionais distintos com funções determinadas, que necessariamente atuam em momentos diferentes (individual ou coletivamente) e desenvolvem, parte por parte, a película. Roteiristas, produtores, diretores, atores, figurinistas, editores, cenógrafos, iluminadores, câmeras, eletricitas, técnicos em efeitos especiais, sonoplastas, músicos, gestores, divulgadores, preparadores de atores, selecionadores do *cast*, publicitários, vendedores, etc.

### 3.1 PONTOS DE VISTA DA NARRATIVA

Esse elemento é fundamental, pois vai analisar quem conta a história, o que determina os motivos e as intenções. O modo peculiar de narrar envolve uma terceira pessoa, personagem ou é apenas a visão do autor (roteirista/diretor)? De onde se observam as cenas: do ponto de vista de quem? Há uma opinião marcada no filme? Ou seja, há um ponto de vista ideológico? Quem conta a história? Há coerência entre o som e imagem, intencionalidade? Todos vêem e escutam a mesma coisa (personagens e espectadores)? Estas perguntas podem orientar o olhar da platéia para analisar a construção do viés de quem produziu, e as representações existentes na obra cinematográfica.

É possível, portanto, uma análise direta extraída do filme, que de acordo com os interesses pode ser o mínimo para a orientação de estudos. Concomitantemente, deve-se considerar, mesmo que não as analisem diretamente, as características de produção, bem como as intenções e as representações presentes na obra. Pois o filme é um bem cultural, produzido coletivamente. Foi elaborado considerando perspectivas comerciais, para atingir determinado êxito. Considerar os diversos interesses presentes na produção da obra é um caminho para analisar os motivos dos interesses de determinados grupos sociais presentes na obra e de outros grupos ausentes. A presença de determinados atores ou diretores contratados e produtores que determinam características da obra, podem ajudar na análise dentro de uma perspectiva ideológica e comercial.

### 3.2 APROFUNDANDO AS POSSIBILIDADES FILOSÓFICAS E FÍLMICAS

Identificar os elementos da obra que tem ligação com os interesses dos estudos é fundamental para o êxito desta empreitada, ou seja, o que interessa no filme ou do filme para suas intenções de análise e estudos: aspectos estéticos (som, fotografia, cenário, figurino, etc.), ideologia (discursos, produção, direção), elementos históricos (reconstituição, produção representativa de uma época, “cult movie”, inovação técnica e estética, etc.), relações com consumo e produção de bens culturais (referências a outras obras, modo de produção e distribuição da obra, orçamento, bilheteria, inserção no mercado, etc.). Lembre-se que até para valorizar a produção ou para ampliar o alcance de consumo da obra, mostrando a seriedade dos envolvidos na produção já houve parcerias entre filósofos<sup>5</sup>, sociólogos<sup>6</sup>, historiadores<sup>6</sup> na elaboração da obra (pré ou pós-produção) ou no roteiro de filmes.

---

<sup>5</sup> Baudrillard foi convidado para ser consultor do filme *Matrix* (2 e 3) e não aceitou.

<sup>6</sup> Jaques Le Goff ajudou na produção do filme *O nome da Rosa*.

Considerar apenas o entretenimento produzido pelo cinema como intenção conduzirá a uma análise muito pobre a respeito do cinema. Segundo Prokop a fascinação é que envolve o espectador com a obra: a fantasia, a vivência de ações impossíveis, leva a uma relação de fascínio mais profunda que o entretenimento. O filósofo argentino, radicado na UnB, Júlio Cabrera, afirma: O cinema pensa (título da obra lançada pelo filósofo); segundo este autor, o cineasta pode levar a reflexão assim como a doutrina de um filósofo, só que com outra forma de envolvimento. Um envolvimento menos acadêmico e sistemático, mas que pode incentivar esta relação mais acadêmica, reflexiva e sistemática. Neste sentido a obra cinematográfica representa uma época e o diretor entende ou apresenta os problemas e indagações inerentes à mesma, como ele pensa as soluções e encaminhamentos racionais a tais questões. Considerando este viés analítico, diversas características de um filme podem levar à reflexão filosófica e à sistematização do raciocínio desenvolvido na obra.

O diretor produz opiniões, apresenta ou às rejeita em sua obra. A direção do espetáculo cinematográfico leva à escolha estética, mas também ideológicas e conceituais. As quais provocam adesão, admiração ou rejeição no espectador. Esta malha tecida cuidadosamente pode estar no pano de fundo ou na vitrine da obra, isto deve ser esclarecido a quem procura entender o cinema filosoficamente ou exercitar seus estudos filosóficos cinematograficamente.

O cinema pode ser um laboratório filosófico, ou seja, lugar de observação, análise, interpretação e exercício de reflexão e discussão. Lugar privilegiado que apresenta situações éticas, estéticas, políticas, científicas, metafísicas, históricas, etc. que levam a refletir sobre razão, conhecimento, crença, verdade, moral, etc. Estas produções marcadas por uma época de produção ou representação, não devem ser consideradas retratos fiéis de doutrinas ou situações, mas tratadas como escolhas diante de inúmeras possibilidades de construção ética e estética.

Este tipo de análise e/ou reflexão pode levar a uma prática que oriente a quem estuda a apreciar o cinema criticamente<sup>7</sup>, bem como outras leituras e outros gêneros textuais podem receber leituras analíticas mais elaboradas. Principalmente se esta conduta de estudos vier acompanhada de produção de textos, comentários críticos e conceituais, leituras e análises de base filosófica (clássicos). Em outro sentido procurar entender a produção cinematográfica por meio de resenhas críticas, artigos, obras bibliográficas que desenvolvam análises, comentários e historicizem o cinema. E se estas obras não estiverem próximas da filosofia buscar esta proximidade com acompanhando por meio de estudos de conceitos e doutrinas específicas relacionadas às questões estudadas.

Neste ponto cabe um cuidado especial: como o uso do cinema nas ciências humanas é recorrente (história, sociologia, filosofia, geografia, etc) é necessário delimitar que o filme em filosofia é um ponto para desenvolver leituras filosóficas complementares a determinadas doutrinas, pensamentos e autores previamente escolhidos. A análise do filmes não tem fim em si mesmo, é complemento para entendimento ou aprofundamento de estudos filosóficos. Sistematizar os argumentos, a presença de autores e conceitos numa obra de cinema são estratégias para estudos filosóficos sistematizados, ou seja, complementares ao texto filosófico, lugar privilegiado da filosofia.

No ensino médio brasileiro os estudantes estão acostumados a estudar fazendo atividades ou exercícios, principalmente nas preparações para o vestibular. Quando se refere ao exercício, lembramos dos problemas de física, química ou matemática propostos normalmente em estudos destas disciplinas. Quando se trata da Filosofia, de exercitar, praticar e melhorar a capacidade e habilidade de análise filosófica, crítica e formativa dos sujeitos torna-se necessária a produção sistematizado dos discursos (argumentos) oral e principalmente escrito. A produção sistematizada de argumentos com base no discurso filosófico proporciona maior qualidade de análises, críticas, discussões e reflexões com base em doutrinas filosóficas. A linearidade desta proposição tem as premissas no modelo de ensino escolar em que o raciocínio deve ser exercitado pela prática. Óbvio que outras propostas de estudos também podem ser efetivadas, mas não se pode deixar de lado a produção de textos argumentativos e tampouco a leitura sistemática de obras filosóficas.

O filme, neste sentido filosófico apresentado pode levar a experiências éticas singulares como, por exemplo, no filme **Beleza americana** (MENDES, Sam. EUA: DreamWorks SKG 1999. 121min. Legendado e dublado. DVD). Também aproxima do nosso cotidiano a caverna de Platão quando **Matrix** (WACHOWSKI, Andy e WACHOWSKI, Larry. As três obras: 1999, 2003 e 2003) propõe um mundo de simulação que parece ser verdade ou é considerado verdade para muitos. Este último filme ilustra a idéia de cinema como representação alegórica libertadora ou não, reflexão muito próxima à projeção de sombras da caverna de Platão – metalinguagem que ajuda a desenvolver as possibilidades reflexivas das obras dos irmãos Wachowicz. Outras obras também abrem possibilidades para discussões estéticas e escolhas ideológicas no cinema. Por exemplo, ao mostrar uma determinada forma de encarar o futuro, negativamente, como **Blade Runner** (EUA: The Ladd Company. 1982. 118min. Legendado. DVD), o diretor Ridley Scott, aposta numa direção oposta ao cineasta Méliès, francês do início do século XX que apresentou uma ficção científica positiva para o ser humano, na sua obra **A viagem à Lua**. Ou seja, na perspectiva ética do futuro alguns cineastas afirmam um mundo melhor e outros um mundo repleto de medos, dificuldades e inimigos. Esta análise poderá levar a uma discussão metafísica ou ética, por exemplo.

<sup>7</sup> Contrariando Adorno e Horkheimer quando formularam o conceito de Indústria Cultural na década de 30, os quais negavam a possibilidade de formação e consciência crítica a partir de produtos da referida indústria.

Esta escolha positiva ou negativa nas obras, remete também a outra discussão estética que pode mudar o padrão artístico do cinema, o qual, quanto á participação de atores e elaboração de cenários já vem mudando. O lugar que era do ator, que privilegiava determinado tipo de narrativa, foi substituído pela capacidade empreendedora de diretores e produtores de fazer a fantasia mais real possível. Não significa eliminar o clássico da análise fílmica relacionada à filosofia, mas sim, mostrar que há uma tendência nas obras cinematográficas que apostam numa mudança estética que são apresentadas de perspectivas diferentes em obras como **SIMONE** (Andrew Niccol, 2002), **Capitão Sky e o mundo de amanhã** (Kerry Conran, 2004), **Sin City** (Robert Rodriguez, Quentin Tarantino e Frank Miller, 2005) e **300** (Zack Snyder, 2007).

Há também reflexões em torno do futuro incerto com base nas possibilidades científicas ou questões éticas atuais, maniqueístas ou ideológicas. Filmes que apresentam viagens impensáveis realizadas (**Guerra nas estrelas** – as duas trilogias de George Lucas: 1977, 1980, 1983, 1999, 2002 e 2005), aventuras impossíveis (**Deus é brasileiro**, de Cacá Diegues, 2003) e heróis milagrosos atuantes (**X-Men**: as duas obras de Bryan Singer de 2000 e 2003, bem como a última de Brett Ratner de 2006; os três filmes do **Homem-aranha**: 2002, 2004 e 2007 direções de Sam Raimi; e as cinco películas do **Super-homem**: Richard Donner – 1978, Richard Lester – 1980 e 1983, Sidney J. Furie – 1987, Bryan Singer - 2006). A análise de Arlindo Machado (2005), mesmo falando do cinema do início do século XX, leva a refletir sobre a estética cinematográfica: “(...) o público inicialmente maravilhado com a simples possibilidade de “duplicação” do mundo visível pela máquina (o modelo de Lumière) e logo em seguida deslumbrado com o universo que se abria aos seus olhos em termos de evasão para o onírico e o desconhecido (o modelo ficcional de Méliès).”

Em momentos distintos da análise filosófica, é a partir da estética que se deve pensar as orientações para estudos filosóficos em várias obras, pois reconhece-se a escolha dos produtores e diretores, bem como entende-se o caminho estético percorrido e representado pela obra.

### 3.3 FILMES QUE POSSIBILITAM ABORDAGENS SOBRE PLATÃO

A abordagem apresentada nesta obra é fundamental para estudos em torno de algumas temáticas platônicas. Por exemplo, pode-se discutir a idéia de Guerra a partir de representações e ideologia em filmes de Guerra. Tais obras seriam para comparação e análise, para refletir sobre o mundo das idéias e da metafísica em Platão. Tendo o texto platônico sempre a disposição, o filme apenas sinaliza uma perspectiva da reflexão dando significado e atualizando a temática. Porém esta orientação de abordagem em relação a Platão não é a preferida pela maioria dos professores, neste sentido a segunda abordagem sugerida (sobre Matrix, por exemplo) é a mais utilizada quando se trata deste filósofo.

- SPIELBERG, Steven. **O resgate do soldado Ryan**. EUA: DreamWorks SKG / Paramount Pictures / Amblin Entertainment, 1998, 168 min.
- \_\_\_\_\_. **A lista de Schindler**. EUA: Universal Pictures / Amblin Entertainment, 1993, 195 min.
- KUBRICK, Stanley. **Nascido para matar**. EUA: Warner Bros. 1987, 117 min.
- BENIGNI, Roberto. **A vida é bela**. Itália: Melampo Cinematográfica, 1997, 116 min.
- STONE, Oliver. **Platoon**. EUA: Cinema 86 / Hemdale Film Corporation, 1986, 120 min.
- \_\_\_\_\_. **Nascido em 4 de julho**. EUA: Ixtlan Corporation, 1989, 144 min.
- LEAN, David. **A Ponte do Rio Kwai**. EUA: Columbia Pictures Corporation / Horizon Films, 1957, 161 min.
- COPPOLA, Francis Ford. **Apocalypse Now**. EUA: Zoetrope Studios, 1979, 148 min.
- MALLICK, Terrence. **Além da linha vermelha**. EUA: Fox 2000 Pictures / Phoenix Pictures, 1998, 170 min.
- FORMAN, Milos. **Hair**. EUA: CIP Filmproduktion GmbH, 1979, 120 min.
- LEVINSON, Barry. **Bom dia, Vietnã**. EUA: Touchstone Pictures / Silver Screen Partners III, 1987, 121 min.
- BAY, Michael. **Pearl Harbor**. EUA: Touchstone Pictures / Jerry Bruckheimer Films, 2001, 183 min.
- HIRSCHBIEGEL, Oliver. **A queda – as últimas horas de Hitler**. Alemanha / Itália: Degeto Film / Rai Cinemafiction / Constantin Film Produktion GmbH / EOS Entertainment / Arbeitsgemeinschaft der öffentlich-rechtlichen Rundfunkanstalten der Bundesrepublik Deutschland / Österreichischer Rundfunk, 2004, 156 min.

**Observação:** a abordagem sobre a Guerra é um caminho para discutir a idéia universal da Guerra. Mas pode-se escolher outro tema e buscar entender o seu significado universal (família, escola, profissões, herói, etc.) neste sentido desenvolver por meio de filmes estratégias reflexivas a respeito da metafísica platônica.

### 3.4 FILMES QUE POSSIBILITAM UMA ABORDAGEM MAIS RECORRENTE DA OBRA DE PLATÃO, PRINCIPALMENTE DO LIVRO VII DA REPÚBLICA

WACHOWSKI, Andy e WACHOWSKI, Larry. **Matrix, Matrix Reloaded, Matrix Revolutions**. EUA: Village Roadshow Productions 1999; Warner Bros. / Silver Pictures / NPV Entertainment / Village Roadshow Productions, 2003, 2003. 136 min, 138 min, 129 min; inclusive **ANIMATRIX**, 2003. No filme a evidência da relação entre o Mito da Caverna está na busca da verdade, ou do mundo real. Deixar a ilusão construída pelas máquinas com muita luta, dificuldades, obstáculos e resistências. A existência de um mundo das aparências e o mundo da verdade, mas não das idéias, um mundo em que as idéias podem interferir eis a obra Matrix.

WEIR, Peter. **O show de Truman**. EUA: Paramount Pictures, 1998, 102 min. O mundo das ilusões, que o personagem ignora, pois não imagina que pode haver uma outra realidade, onde o conhecimento exige maior esforço. Os sentidos o enganam, além de que há uma tentativa de o enganar. O mundo das ilusões é confortável, mas não é confiável. Truman ao longo do filme começa a desconfiar do seu mundo.

LYNCH, David. **Cidade dos sonhos**. EUA: Le Studio Canal+ / Asymmetrical Productions / Imagine Television / Les Films Alain Sarde / The Picture Factory / Touchstone Television, 2001, 145 min. Uma vida de ilusões provocada pela confusão entre realidade e sonho. O diretor apresenta a dificuldade de discernimento entre a fantasia do cinema (mundo das ilusões) e o mundo real, de decepções, enfrentamentos e escolhas. Mostra a sociopatologia de uma mulher, que tem sua doença agravada pelo mundo que ela acha que pertence.

Há um ponto em comum entre as duas últimas obras apresentadas: a discussão em torno da indústria cultural e seu poder de persuasão e consumo. Tal poder de influência pode levar a abordagem significativa e à apresentação sistemática de alguns filósofos: Adorno, Horkheimer e Benjamin.

**Observação:** É importante ir além dos filmes pois a aproximação com outras linguagem é um caminho interessante. As seguintes obras literárias também podem dar suporte para discussões em torno da busca da verdade e do conhecimento, inclusive como idéia de superação de limites sociais tradicionais: **O mágico de Oz** (Lyman Frank Baum), **Alice no país das maravilhas** (Lewis Carroll) e **A caverna** (José Saramago).

### 3.5 FILMES QUE POSSIBILITAM ABORDAGENS SOBRE MAQUIAVEL

Nos estudos a respeito de Filosofia e cinema comparar filmes é uma boa estratégia para diferenciar e compreender opções estéticas e ideológicas. Estas comparações são didáticas, porque a obra filosófica está mais preocupada em como organizar o estado italiano no início da modernidade (Renascimento), esta heresia cometida em relação ao pensamento maquiavélico é uma tentativa de aproximação que permite ousar nas comparações para ilustrar a temática.

As obras cinematográficas escolhidas se caracterizam por apresentarem anti-heróis ou heróis construídos na marginalidade, mas o pensamento de Maquiavel também pode ser encontrado de outras maneiras no cinema mundial. Quando se apresenta ou se roteiriza histórias de heróis, não há herói maquiavélico ou que use as idéias de Maquiavel como ele as propõe. Há características deste pensamento no antagonista da obra ou no argumento que é questionado pelo roteiro ou direção. Este não é um problema maquiavélico, mas uma questão de produção e direção cinematográfica que ao representarem como personagens principais de algumas obras políticas, reis ou líderes, os apresentam de forma “positiva” romanceada sem características maquiavélicas. Se eles as têm são colocadas em segundo plano. Ou são deixados para personagens que são afirmativamente “maus”, como Salieri (**Amadeus**. FORMAN, Milos. EUA: Orion Pictures Corporation. 1984. 158min.) ou em filmes em que o personagem que têm características que fogem da moral sofre algum “castigo” como Alonzo (**Dia de treinamento**. FUQUA, Antoine. EUA: Warner Bros./Village Roadshow Pictures/Outlaw Productions/NPV Entertainment. 2001. 123min. Dublado e legendado. DVD.) que levou ao Oscar o ator Denzel Washington em 2002. Estas características, presentes em personagens como Zé Pequeno (**Cidade de Deus**. Meirelles, Fernando. Brasil: Videofilmes / O2 Filmes. 2002. 135min. DVD), Don Vito e Michael Corleone (**O Poderoso Chefão**. Coppola, Francis Ford. EUA: Paramount Pictures. 1972. 171min. Legendado. DVD) ou Charles Kane (**Cidadão Kane**. WELLES, Orson. EUA: Mercury Productions/RKO Radio Pictures Inc. 1941. 119min. Legendado. DVD) são características “negativas” das personagens que as levam a fim trágico ou a revisão suas características. E estas obras

não tratam diretamente do plano político de Maquiavel de construção de um príncipe que governe um país, mas alguns conceitos são representados e podem ser entendidos com base nas perspectivas apresentadas pelos diretores. Portanto, na maioria das obras cinematográficas que retratam líderes significativos, sejam obras de caráter histórico ou simplesmente ficção em torno de uma determinada temática, apresentam frequentemente perspectivas maniqueístas dos personagens.

Neste sentido, obras que apresentam uma idéia de Estado controlador rígido também podem ser apreciadas dentro da perspectiva apresentada anteriormente. Por exemplo, **Inimigo do Estado** (SCOTT, Tony. *Enemy Of The State*. EUA: Touchstone Pictures/Jerry Bruckheimer Films. 1998. 132min. Dublado e legendado. DVD) e **Sacco & Vanzetti** (MONTALDO, Giuliano. Itália: Unidir Largo Messina/Italoneggio Cinematografico/Jolly Film/Theatre Le Rex S.A. 1971. 119 min. Legendado. DVD) apresentam argumentos maniqueístas em torno do estado autoritário que tenta justificar algumas ações em busca de um bem maior: a aparente organização e controle sobre quem questiona a ordem estabelecida.

Nestas obras o espaço público é importante. O controle deste espaço é frequentemente questionado ou afirmado. Neste sentido é importante analisar filmes que representem este aspecto de organização social. Portanto, indicações de obras que tratem do plano individual não cabem nesta abordagem, mesmo que alguns autores tenham citados bons filmes neste sentido. **Match point**, de Woody Allen (Inglaterra/EUA/Luxemburgo: BBC Films/Magic Hour Media/Thema Production/Invicta Capital Ltd. 2005. 124min. Legendado. DVD) já foi tratado como uma obra maquiavélica. Mas dentro desta perspectiva de estudos, não pode ser encarada desta maneira, pois trata de uma abordagem da vida privada.

Lembre-se: o príncipe maquiavélico é uma abstração projetada para um ideal de governante que pode e foi adequada historicamente. Em relação ao filme **O poderoso chefe** (The Godfather) a abordagem relacionando-a ao Príncipe de Maquiavel pode ser uma estratégia para dar significado à leitura do filósofo italiano. Evidenciando as relações familiares, dentro da família e com outras famílias, o jogo do poder, a maneira como a razão e a força são utilizadas para que não haja sorte que atrapalhe os negócios da máfia a obra de Coppola pode introduzir à conceitos filosóficos de destaque na obra do pensador florentino. É possível desenvolver paralelos com as obras: à maneira como foram produzidas, a partir de realidades imediatas e historicamente construídas. Ao relacionar as duas obras o estudo pode mostrar como se mantém o poder, muitas vezes, a qualquer custo, evidenciando, por exemplo, com a igreja e seus valores ficam em segundo plano quando se trata de manter o poder e a organização. Portanto, a moral do chefe mafioso, assim como a moral do príncipe se afastam da moral da igreja católica<sup>8</sup>. Construída considerando interesses concretos e imediatos, a moral é elaborada a partir da relação de interesses e de conforto para todos. Ser bem sucedido é sinônimo de maior respeito e devoção. E as regras de quem é o mais eficiente no momento são as que valem mais.

A idéia é buscar equilíbrio, ou seja, melhor ter apoio do povo e ser temido pelos iguais:

- para Maquiavel entre o que a Nobreza quer e o que o povo quer, porque como está mais próximo da nobreza, ele pode ficar mais fragilizado diante dos seus iguais, então ele necessita da austeridade para governar e se diferenciar.

- para os “heróis” mafiosos ou traficantes do filme em questão também há esta dicotomia, e nisto se destaca a(s) família(s), que são seus iguais e, portanto, necessitam desta austeridade.

Considerando esta relação de equilíbrio e objetivos a serem alcançados, a máfia (estado) é onipotente e o mafioso (príncipe) é transitório. Para este personagem, apenas se preservar a idéia de máfia (estado) ele pode governar. O grupo sempre é mais importante que o indivíduo, a organização é o valor supremo.

Considerando nossa abordagem a respeito de cinema e filosofia é possível uma analogia em relação ao filme **Cidade de Deus**. É uma obra que trata do poder e da organização do espaço (um espaço com regras próprias, próxima a idéia de necessidade de organização de Estado-Nação em Maquiavel). Os traficantes produzem também uma moral particular que vale para aquele espaço. E quanto maior a influência do traficante, maior é sua capacidade de influenciar e seu poder. Por mais tortos que sejam o caminho do traficante é um arremedo de organização social que traz segurança para alguns e certa “liberdade” dentro do espaço circunscrito da favela.

A confiança nos soldados é importante nas obras, Maquiavel afirma da necessidade de conseguir soldados que lutem pela pátria, em detrimento dos mercenários que lutam por dinheiro. Nas obras citadas: **Cidade de Deus** e **O Poderoso Chefe**. Esta necessidade é um problema, como conseguir lealdade? Somente se o líder efetivamente estiver à frente das ações. E daí a luta dos soldados é por amor, assim como o líder. Então é necessária a participação. É só assim que Michael Corleone, ganha a confiança, quando não só mostra que pode liderar a organizar, mas lutar em nome dela. Justamente por isso a força e a razão levarão a depender menos ou nada da fortuna, ou seja, prever e antecipar a sorte ou à iniciativa dos outros. Esta conduta ativa e antecipativa é muito freqüente na obra de Coppola. E é o livre-arbítrio que vai dar conta de promover a virtú: a força e a razão que movem o príncipe, o mafioso e o traficante em questão.

<sup>8</sup> Nas obras citadas o catolicismo é a religião citada, visto que também em ambas as obras a referência a Itália é marcante.

## FILMES QUE POSSIBILITAM ABORDAGENS SOBRE DESCARTES

MOORHOUSE, Jocelyn. **A prova**. Austrália, 1991. 90 min. VHS. Legendado. Analisar como se elabora um pensamento cartesiano, pois trata da vida de um cego que desconfia da maneira como explicam o mundo para ele, ou melhor, como descrevem o mundo a sua volta. **Dúvida metódica** – colocar em questão “pelo menos uma vez na vida” o nosso conhecimento acerca das coisas. É isso que o cego faz. Pois ele pode ter sido enganado ao conhecer o mundo com base nos olhos de outras pessoas. Assim Descartes desconfia de tudo, quem garante que o que lhe foi ensinado só porque foi ensinado por livros, professores ou familiares é verdadeiro? Observação e raciocínio levarão à verdade. **A consciência do mundo** – Martin, o personagem cego, tem o cuidado cartesiano, nada é verdadeiro até que a prova seja evidenciada. O personagem não é cético, acredita num meio de se chegar a verdade. A diferença é que Martin tem que confiar nos sentidos, principalmente na visão que ele não tem. Por isso a moral é um elemento fundamental na sua vida e nas relações com os outros. Descartes tem a garantia divina; Martin (o personagem do filme) tem a garantia de Andy (uma pessoa de toda confiança). Martin não demonstra afeto, separa a razão de sentimentos, pensa muito. Sua vida atormentada pela mãe e a empregada em um fim, quando o amigo confirma as imagens da infância e Martin demite a empregada. Os demônios são exorcizados pelo alcance da certeza das imagens.

HOWARD, Ron. **Uma mente brilhante**. EUA: 2001. 135min. DVD. Relaciona-se a busca da matemática como verdade do mundo da razão em detrimento das emoções, que são objeto de confusão pelo personagem principal. O filme é baseado na vida do matemático, professor e prêmio Nobel John Nash. Um aspecto do filme a ser relacionado ao pensamento de Descartes é o de que o matemático busca as certezas exclusivamente da ciência: fora disso não há certeza. Até as relações pessoais e os afetos tem que ser demonstrados matematicamente. O argumento principal do filme é a doença do matemático tratada pela psiquiatria: esquizofrenia. Mas a abordagem reflexiva sobre a razão cartesiana presente na obra deve procurar entender a realidade dos jovens matemáticos e a pressão em dar conta de entender e resolver sérios do período da Guerra Fria. A descoberta matemática inédita é o objetivo de Nash no filme. A verdade desvelada é mais importante que qualquer outra coisa para o jovem matemático, sem vida social, não acredita ou não consegue ter sentimentos ou demonstrar afeto fora das possibilidades matemáticas de entendimento do mundo e das relações. A cena em que ele objetivamente diz o que quer de uma moça no bar demonstra isso.

**Matrix** (1999) – considerando as referências da indicação sobre Platão, ampliando a análise para abordagem sobre a busca da verdade, da realidade. Levando em conta o desconhecido e as enganações captadas pelos sentidos. Os enganos são provocados por quê? Esta questão pode orientar a apreciação desta obra cinematográfica.

CAMERON, James. **O exterminador do futuro**. EUA: 1984. 107min. **O exterminador do futuro 2**. EUA: 1991. 135min. MOSTOW, Jonathan. **O exterminador do futuro 3: a rebelião das máquinas**. EUA: 2003. 109min. Existe uma mente separada do corpo? Este problema é apresentado por Descartes que separa a razão como elemento fundamental da humanidade dos homens. Mas esta dualidade, pensamento e existência, é questionada por vários filósofos. É possível separar a razão, localizada na mente do corpo? Faz parte do corpo, é influenciada por ele? Cartesianamente o ciborgue do filme não tem mente e, portanto é uma coisa, não tem humanidade apesar de outros personagens criarem afeto por ele, e ter impressão que ele tem, principalmente no segundo filme da trilogia. E isso poderia na ficção ser interpretado de outro jeito e demonstrar a característica física da mente humana, que o ciborgue, portanto poderia tê-la. É isso que atrai e fascina ao cinema de ficção científica: a dualidade, o desequilíbrio, a instabilidade e a construção de uma realidade impossível para o momento, seja em: **Matrix** e **Blade Runner** já citados e obras de Steven Spielberg como **Guerra dos mundos** (2005), **Minority report** (2002), **A.I.** (2001), **E.T.** (1982), **Contatos imediatos de terceiro grau** (1977), etc.

### 3.6 FILMES QUE POSSIBILITAM ABORDAGENS SOBRE SARTRE

HAGGIS, Paul. **CRASH – no limite** (Alemanha/EUA: 2004.113 min. DVD. Dublado e legendado.). Trata-se de um bom argumento para refletir em torno da nossa condenação à liberdade e responsabilidade sobre a nossa existência. O encadeamento das cenas mostra eventos que levam a criar relações entre pessoas, que marcam e transformam a vida de cada uma delas. As responsabilidades pelas relações a partir de escolhas ideológicas acidentais ou impostas pela função social podem criar ambiente para estudos em torno do filósofo contemporâneo francês. No filme o humano em cena é que escolha e assume suas responsabilidades por estar naquele momento ali, diante de outra personagem. Todos podem ser bons ou maus, depende da situação e da opinião dos demais envolvidos, neste sentido há criação dinâmica de regras de conduta e reflexões éticas.

BRESS, Eric e GRUBER, J. Mackye. **Efeito borboleta** (EUA: FilmEngine/Katalyst Films/Bender-Spink Inc./Blackout Entertainment. 2004. 113min. Legendado e dublado. DVD). É interessante comentar as marcas que os passados “inexistentes” deixam no personagem principal (Ashton Kutcher). E de uma forma diferente o roteiro desse filme leva a uma reflexão semelhante ao filme anterior, só que usando a ficção científica, por meio de uma fábula contemporânea.

Muitos efeitos visuais ajudam a mostrar as possibilidades de marcas na nossa existência a partir de eventos escolhidos pelo personagem principal.

TYKWER, Tom. **Corra, Lola, corra** (Alemanha: X-Filme Creative Pool/Westdeutscher Rundfunk/German Independents/Arte/Bavaria Film. 1998. 81min. Legendado. DVD). A história é contada três vezes. E em cada uma delas um final diferente é provocado por mudanças na cena inicial e pelas escolhas realizadas pela personagem Lola. A análise possível abordando a obra do filósofo francês é marcadamente revista na película. As ações e atitudes da personagem principal (Lola) desencadeiam eventos que podem interferir em inúmeras pessoas, inclusive no seu destino e do namorado, personagem que dá origem as ações.

O mexicano Alejandro González-Iñárritu, apresenta uma trilogia, que ousadamente podemos chamar de sartriana: **Babel** (2006), **21 gramas** (2003) e **Amores Brutos** (2000). As escolhas humanas originando novas ações e conseqüências que são impossíveis de serem medidas ou previstas. Seja pela globalização em **Babel**, seja pelo avanço científico e a ansiedade em **21 gramas** ou pelo cotidiano violento de uma comunidade mexicana em **Amores brutos**. Eis o humanismo de Sartre: estando num universo humano, vive procurando fora de si, projetando-se, perdendo-se e superando-se.



C i n e m a a a .....  
a a .....

## KILL BILL 2 E A ADORAÇÃO CONTEMPORÂNEA AO DINHEIRO

Fábio San Martins<sup>1</sup>

“O dinheiro é a divindade visível (...) é a rameira geral, a proxoneta dos homens e dos povos. A inversão e confusão de todas as qualidades humanas e naturais, a irmanação das impossibilidades -a força divina- do dinheiro repousa na sua essência enquanto essência genérica, alienante e auto-alienante do homem. O dinheiro é a capacidade alienada da humanidade.” **Karl Marx. “Manuscritos econômico-filosóficos” (1844)**

“Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Por isso, para encontrar uma analogia, temos de nos deslocar à região nebulosa do mundo da religião. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os homens. Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana. Isso eu chamo o fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias.” **Karl Marx. “O capital” (1867)**

**E**m maio deste ano foram completados 190 anos do nascimento de Marx. Um dos pilares da análise crítica de Marx acerca do funcionamento do capitalismo é a reflexão que faz do dinheiro e de suas funções no sistema do capital. O dinheiro, segundo ele, age sobre decisões e motivos dos indivíduos a tal ponto que estes chegam a atribuir ao dinheiro poderes quase divinos. Marx chama esta relação que os indivíduos no sistema capitalista mantêm com o dinheiro de fetichista: nas sociedades modernas o dinheiro é, a um só tempo, adorado e temido, lembrando o culto que certas comunidades primitivas (politeístas) tinham para certos materiais (fetiches) que segundo a crença geral teriam poderes de curar doenças, eliminar pragas das plantações ou até mesmo conceder aos homens vida eterna.

*Kill Bill 2*, uma produção cinematográfica americana lançada em 2004, não é apenas um sensacional filme de ação e aventura: há, também, diversos trechos e diálogos que estimulam a pensar sobre a nossa época tão rica de horizontes e possibilidades, mas paradoxalmente mergulhada em tantas brutalidades, barbaridades e obscurantismos. Dentre as cenas que compõem o filme há uma especial que chama a atenção por levantar uma questão da vida humana de modo superficialmente crítico mas que examinada a fundo revela uma concepção do mundo resignada e cínica.

Em grandes linhas, *Kill Bill 2* narra a história da noiva, uma perigosa assassina, que após quatro anos de coma, pretende vingar-se de Bill (antigo chefe e amante) e do grupo de assassinas profissionais ao qual chegou a pertencer. Em certo momento da história, a noiva” tenta matar Budd, irmão de Bill, e não consegue, pois, em lance de esperteza, Budd captura a noiva” e, pouco depois, enterra-a viva (numa dessas inumeráveis cenas de violência explícita e gratuita do filme). Budd se apossa também da poderosa e cobiçada espada Samurai usada pela noiva” em sua irrefreável sede de vingança e vende-a, por 1 milhão de dólares, a Elle Driver, uma das assassinas do grupo de Bill. Segue depois disso uma cena impressionante: Budd abre a mala onde estava depositada a extraordinária quantia, remexe com uma alegria incontida os maços de dólares, quando, então, uma cobra apelidada de encarnação da morte, salta em seu rosto, picando-o mortalmente.

---

<sup>1</sup> Professor das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba do Curso de Ciências Econômicas. C-eletrônico: [fluismartins@hotmail.com](mailto:fluismartins@hotmail.com).

Budd idolatra o dinheiro e seus poderes e percebemos isso até pela maneira como se acomoda na poltrona, demonstrando uma atitude de reverência diante da mala repleta de papéis representativos do dinheiro. Alegra-se com o que vê, pois o ídolo dar-lhe-á poderes inimagináveis sobre homens e coisas, ele que até aquele momento era um insignificante agente de segurança de uma sinistra casa noturna. O ídolo dos tempos modernos, entretanto, é também vingativo com seus seguidores, amaldiçoando com a morte aqueles que fazem pouco caso dos seus poderes e sortilégios: a cobra encarnação da morte” que escapa dos maços de dólares é parece-me uma criativa metáfora das bolhas” financeiras que ao estourarem arruinam a vida de tantos que acreditaram na segurança e conforto de um efeito riqueza” sem fim, como na atual crise imobiliária norte-americana.

A teoria do fetiche do dinheiro” de Marx ganha, assim, uma roupagem cinematográfica nas cenas que envolvem Budd (representando o homem contemporâneo médio) e a mala repleta de dólares acompanhada da encarnação da morte. O homem contemporâneo médio idolatra” o dinheiro como um fetiche, mas paradoxalmente essa idolatria tem um forte componente de realidade e necessidade. Não se pode viver sem o dinheiro, uma vez que praticamente todas as relações sociais fundamentam-se em relações mercantis e, portanto, liquidação” de compras e vendas à vista e a prazo; o dinheiro serve ainda como depósito de valor, pode ser conservado como garantia contra eventualidades futuras. O homem contemporâneo percebe” o dinheiro como algo *vital* em sua vida, pois com ele não apenas tem acesso ao mundo das mercadorias e serviços, mas graças a ele é reconhecido socialmente como pessoa. É como se sua individualidade e personalidade somente ganhasse expressão através do dinheiro e das propriedades do dinheiro: o homem é homem, pensa, relaciona-se com os outros, ama e vive, coloca em ação suas potencialidades humanas somente com e através do dinheiro.

O dinheiro por vital que seja nas relações sociais é também percebido pelo homem contemporâneo como uma maldição, como a cobra traçoeira que encarna a morte. O homem contemporâneo percebe o dinheiro como algo imprescindível, como uma chave que lhe abre todas as portas, mas ao mesmo tempo amaldiçoa-o, como uma coisa que não tem nome, a própria morte. Em termos históricos, basta lembrar das guerras recentes e antigas que foram travadas, com ou sem disfarces, em nome dele, do vil metal” e de seus signos monetários.

A percepção do homem contemporâneo sobre as potências divinas do dinheiro faz lembrar do início da introdução da maquinaria em fins do século XVIII. As máquinas vinham com a promessa de libertar o homem do peso do trabalho monótono e sem sentido, mas ao longo pelo menos da primeira metade do século XIX nos países de industrialização pioneira, os trabalhadores não apenas foram obrigados a trabalhar mais (executando tarefas mais repetitivas do que aquelas que exerciam quando trabalhavam com ferramentas manuais) como ganharam menos com isso. A máquina nos primórdios da revolução industrial era para os operários a própria encarnação da morte: tinham o poder divino de gerar uma riqueza imensamente maior, empregando cada vez menos homens, substituindo os velhos trabalhadores com grande qualificação manual. Os trabalhadores da velha revolução industrial amaldiçoavam as potências divinas da maquinaria com as únicas armas de que dispunham na infância do movimento operário: a destruição de máquinas e dos edifícios industriais.

Vê-se, então, que a percepção média que o homem contemporâneo tem do dinheiro, retratada em *Kill Bill 2*, guarda relação com a ingênua luta dos trabalhadores luddistas da Inglaterra de meados do século XIX. Tal como os luddistas, não se reconhece por traz do véu monetário” as relações sociais que tornam o dinheiro produto social, resultado de relações sociais historicamente determinadas e, portanto, criaturas sociais. O dinheiro ao ser fetichizado” como um ídolo mostra como o homem, o criador, se rendeu diante da sua criatura: as transações monetárias entre os indivíduos aparentam ter poderes quase divinos, inexplicáveis pela razão, como encarnar a morte” ao mesmo tempo em que possibilita a vida.

O mérito do filme *Kill Bill 2* foi ter apontado para o problema, exibindo à grande massa dos expectadores o estado de miséria e de alienação irrefletida em que vivem.

Como, entretanto, não se compreende através do filme a origem dos poderes fetichistas do dinheiro, o que poderia permitir uma crítica verdadeiramente radical ao sistema capitalista, a seqüência das ações e a conclusão da cena com a morte do infeliz personagem deixa a sensação de que a humanidade *enquanto existir* se submeterá a uma vida sem sentido, dominada por coisas no essencial produtos do trabalho dela própria que contudo a subjagam como se fossem seus senhores e criadores.

Daí o caráter cínico de *Kill Bill 2* (o qual pode ser estendido sem exagero à produção cinematográfica em geral): o filme parece lançar luzes críticas à realidade quando retrata em imagens e diálogos a miséria e a cretinice da vida social contemporânea; porém mal consegue disfarçar, na verdade, o escárnio em relação às possibilidades de transformação da detestada realidade, como se humanidade mirando-se nos personagens do filme não possuísse outra alternativa do que rir-se dos próprios infortúnios e desgraças. A crítica da realidade capitalista no “melhor” da produção cinematográfica contemporânea é apenas um revestimento para um cortejo de personagens resignados, tediosos e debochados.

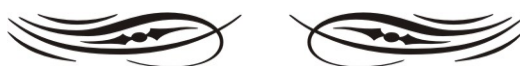
# QUANDO O VERBO SE FEZ POLÊMICA E HABITOU ENTRE OS ALUNOS

*ENTREVISTA COM O PROFESSOR FERNANDO ANTÔNIO REGO DE AZEREDO*

## APRESENTAÇÃO

**U**ma entrevista não pode se limitar a explorar curiosidades, traços caricaturescos, ou aspectos da peculiaridade do entrevistado. Ela deve transcender as aparências para revelar o que a pessoa traz em si de melhor, de mais pujante e cativante. Como se exsudasse algo da alma. Fernando Antônio do Rego Azeredo, advogado, professor, deixou transparecer uma verve, o veio do ouro. Ali está a personalidade polêmica, apreciadora da discussão, da troca de idéias, do esgrimir o combate dos argumentos. De combater o bom combate do apóstolo Paulo. De fato, o advogado se mostra em sua inteireza e o professor se desvenda na paixão pela incitação à crítica. Chamar seus alunos a participar do debate, despertando para a dúvida, sem fechar nenhuma porta. A polêmica é a vida. E, em muitos pontos, há uma busca de fundamentação para embasar o conhecimento, para este não ficar na mera opinião, nas divagações infundadas. E, no final, lembra um pouco o compositor Gonzaguinha, de quem manifesta fé na vida, e é bonita, é bonita. Para quem aprecia o otimismo e conhece o jeito brejeiro, a picardia desta grande figura humana, que coloca idéias em guarda, certamente encontrará prazer nestas letras.

Boa Leitura!



*Professor José da Silveira Filho*

**(1) Painei Santa Cruz – Os dias de hoje são bem difíceis para se conviver. Percebe-se certo mal estar na atmosfera humana, principalmente no relacionamento entre as pessoas. Parece que temos receio uns dos outros. O Direito assim como pode disciplinar a convivência por uma questão de organização social, ele também pode refletir nas leis um estado de desconfiança latente entre os próprios seres humanos?**

**Fernando Azeredo** – Agradeço a oportunidade de oferecer uma reflexão sobre um tema tão

instigante, qual seja, as relações entre o relacionamento entre as pessoas e o Direito. Não posso aventurar-me em tão revoltoso oceano sem colocar que não sei se os dias de hoje são tão difíceis de conviver em comparação com outras épocas. A desconfiança latente entre os seres humanos nos leva a Hobbes, filósofo inglês do século XVII, “o homem é o lobo do próprio homem”. Seremos bons, maus, existe algum absoluto em matéria de convivência e valores? Percebo pelo estudo da história que nunca estivemos em um mundo tão rico, entendo que em poucos momentos na história pode-se pensar e expressar tão livremente quanto nos tempos atuais.

Existem diariamente notícias de violações a dignidade humana, como na China e em Cuba, por exemplo, onde a expressão de certas idéias levam o sujeito a ser preso, mas, em uma comparação tenebrosa com os tempos antigos, não são queimados... A história humana é uma sucessão de lutas por liberdades individuais e pela busca de formas para se estimular a tolerância entre os indivíduos. A humanidade busca resolver seus dilemas sobre os temas fundamentais, quais sejam, lidar com a morte, avaliar como equilibrar o direito de propriedade, tão pouca para tantos, a família e sua vontade de procriar e ter prazer, e o Direito é uma tentativa de solução, através de normas a serem seguidas, ao longo dos séculos. Tão perfeito ou imperfeito quanto os homens e mulheres que o criam e aplicam. Reflexo de seu momento histórico e dos valores que o guiam. Esta necessidade de um regulador das relações humanas nos desafia constantemente.

### **(2) Painel Santa Cruz – O Direito ainda pode ser encarado como um ideal da coexistência humana?**

**Fernando Azevedo** – Pergunto-me o que seria um ideal de coexistência humana. Qual ator social formularia este ideal? Por exemplo: Não haver guerras, as soluções de conflitos serão sempre negociadas, o amor e o respeito como a fonte de todas as iniciativas... Sendo o Direito uma criação estatal, será este o ente que nos forneceria o ideal da convivência humana? Questiono também se as considerações sobre se o ser humano é como um fruto da lei natural da sobrevivência, o macaco nu caçador e coletador, podem ser desconsideradas na análise do ideal. Enquanto desejamos o pacífico e sem violência não podemos esquecer que é natural que haja discordâncias, pois em linguagem simples, não tem para todo mundo, os recursos são finitos e o que os fatos nos apresentam é que somos movidos por uma ganância desmesurada e estimula-se o consumismo como um Deus impronunciável... O Direito é a ciência do dever – ser e reflexo das sociedades e suas contradições. Será uma forma de expressão de uma época e seu contexto, mas entendo que deva ser observado sempre levando – se em consideração o que dizem as leis, quem as cumpre e quem tem força para fazê-las cumprir de acordo com seus interesses.

### **(3) Painel Santa Cruz – No processo de ensino/aprendizagem há alguma escola pedagógica que o auxilia como orientadora de procedimentos?**

**Fernando Azevedo** – Sou adepto da retórica clássica aliada a tudo que for possível no ensino de adultos. Pratico o estudo do público a quem irei me dirigir, a preparação prévia do discurso com todo o aprofundamento que for viável, assim como a busca de comprometimento e resposta da platéia. Entendo o processo ensino/ aprendizagem como um complexo de atividades em que o maior interessado e o mais importante é a pessoa que está buscando aprender algo. Para tal realizo meu trabalho buscando estimulá-la e, se consigo possibilitar que ela extraia de nossa interação momentos significativos para sua vida, é minha maior inspiração na atividade docente.

### **(4) Painel Santa Cruz – Você teve algum professor que o marcou como referência de ensino e pessoa humana?**

**Fernando Azevedo** – Ao longo da vida foram inumeráveis e preciosos todos os professores que tive a oportunidade de ser aluno, assim como os que convivi e convivo como professor. Minha maior referência de ensino e que marcou-me como pessoa humana sem dúvida são as lembranças da adolescência onde fui aluno do Colégio Militar de Curitiba.

**“O fim do Direito é a paz, o meio que se serve para consegui-lo é a luta”.**

### **(5) Painel Santa Cruz – Até que ponto o Direito pode ser considerado como uma força conservadora do *status quo* de uma sociedade e até que ponto como um fator de transformações capaz de modificar as relações sociais entre os que detêm poder e os que padecem a ação dos poderosos?**

**Fernando Azevedo** – Citando o pensador alemão em sua obra publicada em 1872, A luta pelo Direito, Rudolf von Ihering escreve que : “ O fim do Direito é a paz, o meio que se serve para consegui-lo é a luta. Enquanto o direito estiver sujeito às ameaças da injustiça – e isso perdurará enquanto o mundo for mundo – ele não poderá prescindir da luta.” Quando tomei contato com este livro pela primeira vez foi como uma luz diante de um cego que consegue milagrosamente ver sempre havia sentido isto - , mas não havia expressado. Destacando-se da pergunta a idéia de que existem “forças conservadoras e fatores

de transformação na Sociedade, verifica-se uma leitura dual da realidade. É uma forma de pensar o mundo. O Direito atual exprime várias visões de interpretação do fenômeno jurídico. Existem desde concepções religiosas, onde as normas a serem seguidas pela humanidade são oriundas de um ente divino, quanto aquelas escolas de pensamento jurídico que atribuem a visão de que as leis e normas são forças conservadoras da situação de interesse dos que detém o poder e, assim os que se denominam de progressistas, pensam que uma forma de atuação sobre o poder pode se realizar através das leis que devam ser utilizadas visando a transformação social. O Direito é uma luta constante de valores e visões de mundo. Coloco-me como um estudioso onde observo que sempre haverá os que farão o papel de bárbaros e de civilizados. O que significa esta luta depende da tábua de valores de cada indivíduo.

#### **(6) Painei Santa Cruz – Como o Direito encara a natureza do poder?**

**Fernando Azeredo** – Utilizando-se de uma ferramenta do Direito, a Teoria Geral do Estado, podemos afirmar que uma luta constante da população foi estabelecer algum controle sobre os governantes. Se pensarmos o poder atribuído a faraós e Imperadores, que eram Deuses, até os governos constitucionais ou teocráticos existentes atualmente, uma luta das populações é como conviver pacificamente com o Estado, conseguir conviver com os seus governantes. Estes podem cobrar impostos, estabelecer regras sobre a propriedade, estimular ou coibir nossos desejos de prazeres, criar as realidades para nossos descendentes após morrermos, ou seja, o Poder é um constante constranger e tem como condição ser ilimitado se puder dispor da força sem controle... Assim, a grande conquista histórica é a consciência de que o Poder deve ser limitado. O Poder possui uma natureza egoística e cruel. Verifica-se no estudo da história o que os investidos de poder realizaram e como o exercem. De Calígula a Hitler, passando por Fidel Castro e Mao Tse Tung. Esta tentativa de limitar os governantes criou o Constitucionalismo, onde se estuda como surgiram e se interpretam as Constituições. No estudo do Constitucionalismo destaca-se, em suas numerosas facetas, dois temas fundamentais: as regras e os princípios para o exercício do Poder pelo Estado, onde existem muitas normas para os governantes

**“O modelo mais próximo para pensar sobre igualdade é a luta pela cidadania e as reflexões sobre a igualdade jurídica”.**

seguirem, e os direitos e deveres dos integrantes da Sociedade e seus valores. O Direito contemporâneo coloca que o Poder deve ser controlado, pois o Poder absoluto é extremamente perigoso para a Sociedade.

#### **(7) Painei Santa Cruz – Como a filosofia influenciou o Direito enquanto conjunto de leis?**

**Fernando Azeredo** – Partindo da antiguidade, o Direito, a Moral e a Religião eram ligados. A filosofia, como a busca da verdade, era um tema que perpassava por todos estes aspectos. O Direito era derivado da religião e entende-se dos romanos que o *jus*, o Direito, era o que devia ser imposto coercitivamente pelo Estado. A influência entre a Filosofia e o Direito está relacionada umbilicalmente quando se verificam as produções dos filósofos Aristóteles e Platão, passando por Marx e Karl Popper. As reflexões sobre a Natureza do Estado, a Moral dos governantes, a luta pela conquista da cidadania, os direitos da mulher, a conscientização da destruição do planeta, por exemplo, possuem aspectos filosóficos sobre as visões de mundo e o que desejamos para o futuro, onde o Direito e a Filosofia estão profundamente interligados.

#### **(8) Painei Santa Cruz – Como entender a aplicação do princípio de igualdade entre os homens diante da lei se a própria sociedade humana reproduz a desigualdade?**

**Fernando Azeredo** – O argumento da reprodução da desigualdade me parece deve ser visto como uma visão específica de mundo. Observo este tema da desigualdade sob o prisma da quantidade de pessoas no espaço e tempo considerado, a estratificação desta quantidade de pessoas sob o ângulo de classes econômicas e sociais e condições que estão de longevidade e qualidade de vida. Assim, o tema da igualdade é tão antigo quanto a luta contra a condição de escravidão. A igualdade destaca-se como valor em várias revoluções sangrentas desde Spartacus, o escravo rebelado contra os romanos. Mas tomarei como exemplo para refletir sobre a igualdade a luta pelos direitos da mulher. Os movimentos feministas só tornaram – se fatores de modificação da realidade ao início do século XIX, quando a democracia e o liberalismo ganharam força

nas sociedades ocidentais, que era opressiva para as mulheres. O Dia da Mulher é uma lembrança de quão sanguinária foi esta luta. Hoje, no século XXI, a Sociedade Ocidental está bastante modificada. As mulheres, no entanto, continuam buscando a igualdade. Seus argumentos mais conhecidos são referentes, por exemplo, ao cuidado com seu corpo, a aumentos salariais e quantidade de representantes políticos. Desta forma a igualdade é um valor dinâmico. Hoje as necessidades multiplicam-se. Existem sempre novas necessidades a serem proporcionadas igualmente. Aqui apresento mais uma necessidade: precisamos da igualdade digital. Entendo que a busca de igualdade é de grande complexidade conceitual. O modelo mais próximo para pensar sobre igualdade é a luta pela cidadania e as reflexões sobre a igualdade jurídica. No sentido amplo está relacionada ao ser igual a quem, qual é o mundo que buscamos. A igualdade jurídica, todos, dentro de suas desigualdades, serem tratados perante a lei da mesma forma, é uma grande luta a ser travada cotidianamente.

**(9) Painel Santa Cruz – O Direito é capaz de moldar uma sociedade ou ele já se encontra moldado por ela, exercendo mais uma função adaptativa?**

**Fernando Azeredo** – Esta questão leva a refletir sobre as funções do Direito. Apresenta Maria Helena Diniz que a Ciência Jurídica possui três funções: sistemática, hermenêutica e decisória. A sistemática vincula-se ao conceito de analisar as figuras jurídicas. Os pontos destacados ligam-se a validade das normas, se fazem parte do sistema na qual foi elaborada e a eficácia, que trata sobre a possibilidade de aplicação da lei. A função hermenêutica liga-se a sistematização dos processos de pensamento para determinar o sentido e o alcance das expressões do Direito e, finalmente, a função decisória onde os operadores do Direito, Juizes, Ministério Público, Advogados, enfim todos os interessados no funcionamento do Estado e das

consequências destas decisões buscam orientar-se no emaranhado da legislação e dos pensadores sobre as normas. Partindo destas funções o Direito liga-se intimamente com a ideologia e com o poder de persuasão dos e sobre os atores sociais visando a consecução de seus objetivos. Desta forma o Direito molda e é moldado pela Sociedade. No Brasil destaca-se a frase “leis que pegam e leis que não pegam” o que é um conceito bastante anormal em se tratando de leis, que por princípio, são obrigatórias e caso descumpridas devem gerar punições.

**(10) Painel Santa Cruz – Qual aspecto do Direito mais o fascina?**

**Fernando Azeredo** – O que mais me fascina no Direito é a possibilidade de dar vazão a intensa curiosidade e a sede de saber mais sobre qualquer assunto, pois o estudo da Ciência Jurídica possibilita e justifica as perguntas sem limites. Uma característica de personalidade é a insatisfação e a ansiedade, que hoje bastante minimizadas pela experiência e pelas conclusões que a vida nos traz, ainda movem este espírito inquieto.

**(11) Qual mensagem você deixaria para seus alunos em início de carreira?**

**Fernando Azeredo** – Para todas as pessoas e aos meus alunos com especial carinho, que busquem Saúde e Alegria em seus dias. Desde o início da vida, imediatamente. Para obtenção disto sua vida deverá ter uma construção baseada em valores que, na imensa diversidade humana, passam pela família e alguma fé. Nada vale mais ou é mais precioso do que estes aspectos. Justificam todos os demais e nos dão a certeza de uma caminhada e um final proveitoso para os que nos cercam, contribuindo para o mundo que vivemos. Agradeço a oportunidade desta exposição e meu profundo desejo é transmitir a doce sensação de que estas palavras possam ser uma suave brisa em um dia quente.



## EXPECTATIVAS E A TAXA DE RETORNO DO INVESTIMENTO NA TEORIA DE KEYNES

Walcir Soares Junior<sup>1</sup>

O empresário keynesiano é metódico e racional por natureza, e antes de tomar uma decisão precisa estudá-la - processo chamado por Keynes de “ex-ante” - integralmente na busca de falhas e deficiências. Sabe-se que esse empresário keynesiano já está estabelecido no mercado e possui certas reservas monetárias; em virtude disso, ele se vê diante de dois caminhos opostos: investir em bem de capital a espera de rendimentos que devem mais que compensar seu desembolso, como lhe gerar renda empresarial, ou manter essa reserva na forma de dinheiro, o que lhe traz segurança, e um prêmio de liquidez altíssimo. Para auxiliar nessa importante - e perigosa - decisão, Keynes elaborou um estudo metódico, chamado a “Teoria das Expectativas Convencionais”.

O primeiro ato deste estudo é recolher informações relevantes - aquelas internas, cotidianas e seguras da própria empresa - (vendas, estoques, fluxo de caixa, etc.). Após o recolhimento e análise desses dados, o empresário os projeta para o futuro, ou seja, prevê seu comportamento ao longo do tempo, devido ao longo prazo ao qual os rendimentos estão sujeitos. E é por esse motivo também, que ele não deve se basear em informações irrelevantes (clima, revoluções políticas, inovações científicas e tecnológicas), pois dado sua incerteza, o empresário ficaria oscilante e optaria por não investir. Durante a citada projeção, o empresário usa de um princípio único e simples: o futuro continua o presente, sugerindo que esta projeção possa ser otimista ou pessimista, de acordo com a situação presente da empresa. Nas próprias palavras de Keynes:

“Seria insensato, na formação de nossas expectativas, atribuir grande importância a tópicos que para nós são muito incertos. É, portanto, razoável que nos deixemos guiar, em grande parte, pelos fatos que merecem nossa confiança, mesmo se sua relevância for menos decisiva para os resultados esperados do que outros fatos a respeito dos quais o nosso conhecimento é vago e limitado (...) Na prática, concordamos, geralmente, em recorrer a um método que é, na verdade, uma convenção. A essência desta convenção - embora ela nem sempre funcione de uma forma tão simples - reside em se supor que a situação existente dos negócios continuará por tempo indefinido, a não ser que tenhamos razões concretas para esperar uma mudança” (KEYNES, Teoria Geral, cap.12)

Esse método, classificado por Keynes como “método da convenção”, deriva sua classe da palavra “convencional”, que significa o tradicional, seguir a maioria. Seu maior argumento é sustentado pelo caso de uma decisão equivocada: todos perdem proporcionalmente, mantendo suas posições de mercado inalteradas: “*A sabedoria universal indica ser melhor para a reputação fracassar junto com o mercado do que vencer contra ele*” (KEYNES, Teoria Geral, cap.12)

Entretanto, além de ser “convencional”, o empresário não só precisa como deve confiar nas suas expectativas. Um empresário keynesiano necessita estar seguro quanto à decisão tomada, pois uma vez investido, um possível erro resultaria em altos custos de manutenção da maquinaria, o que seria um choque à sua racionalidade e perfeccionismo empreendedores.

A alta taxa de liquidez e a segurança extraordinárias que o dinheiro pode gerar ao seu portador, de um ponto de vista do empresário keynesiano - e também da maior parte, senão total, dos economistas -, tem um preço ao qual pode ser trocado pela incerteza de investir em equipamento durável de capital. Mas para um empresário efetuar audaciosa troca, deve ter uma expectativa positiva em relação a seus rendimentos, e como uma luz em meio à penumbra do futuro, ele usa a matemática a seu favor, calculando a eficiência do capital (EK).

---

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Ciências Econômicas da turma Eco3SA, trabalho orientado pelo prof. Fábio San Martins.



Para calcular a eficiência do capital (EK), o empresário emprega determinantes como o preço de oferta do bem de capital desembolso, a taxa de juros, e os rendimentos esperados desta forma: tendo em mente o valor do desembolso, ele estima quanto o bem de capital irá lhe render ao longo do tempo. Como os rendimentos são de longo prazo, ele deve atualizar esses rendimentos com base na taxa de juros vigente, extraindo um valor total de rendimentos atualizados para esse cálculo ele faz uso do fator de atualização dos rendimentos esperados  $1/(1+r)^n$ , onde  $r$  = taxa de juros, e  $n$  = unidade de tempo. Após atualizar a série de rendimentos esperados no futuro, ele divide o somatório deles pelo valor do desembolso, chegando finalmente a um valor que é a eficiência do capital. Um resultado maior que 1 ou 0%, significa que além de pagar os juros e recuperar o desembolso, o empresário obterá um excedente que é a renda empresarial gerada. Para resultado igual a 1 ou 0%, mesmo sem alcançar o excedente ou renda empresarial obtido como resíduo dos juros contratuais e do desembolso, ele aceita investir para manter sua posição de mercado. Valores abaixo de 1 ou 0% significam prejuízo, pois apesar de pagarem os juros - na verdade os juros serão pagos em qualquer circunstância pois o empréstimo independe de onde será aplicado, e pode ser pago por outros meios recupera apenas parte do valor desembolsado.

## ORIENTAÇÕES AOS COLABORADORES

1. A Revista das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba - INOVE publica e divulga, como foco precípua de suas atenções, artigos científicos e acadêmicos de seu corpo docente e discente.
2. As áreas de abrangência correspondem aos campos da Administração, Economia, Ciências Contábeis, Sistema de Informação, Letras, Turismo, Direito, Tecnologia em Sistemas para Internet, Tecnologia em Redes de Computadores, Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação e Tecnologia em Marketing.
3. Em caráter de apoio, aceitam-se estudos empíricos e de disciplinas afins aos cursos da instituição, bem como de caráter cultural geral.
4. O objetivo é estimular a pesquisa da graduação, extensão e pós-graduação bem como expandir a formação cultural capaz de aprimorar o ser humano em sua multiplicidade de facetas e possibilidades de entendimento.
5. Outras instituições e organizações podem contribuir com trabalhos desde que comunguem dos mesmos princípios de universalidade da pessoa humana.
6. A finalidade é ampliar o conhecimento da realidade, incorporando a formação para o mercado onde se inserem as pessoas em certo trabalho, todavia superando este horizonte. Entende-se que o homem extravasa tais limites pois o trato com a transformação da realidade exige conhecimento diverso, de totalidade e intercomunicação dos saberes.
7. *Não se pagam direitos autorais, os quais se transferem automática e espontaneamente à Revista como critério de aceitação.*
8. Os artigos devem ser **inéditos** e a publicação será mérito exclusivo do Conselho Editorial, que poderá encaminhar sugestões e críticas.
9. Os textos deverão conter no máximo 30 laudas, em espaço 1,5, tamanho 13, compostos no processador de texto WORD e planilha EXCEL, em letra *times new roman*. Deverão apresentar **título**, **resumo** (250 palavras no máximo) e **palavras-chave** (número máximo de sete) **em português e inglês ou espanhol**, **introdução**, **conclusão** e **referências**. Na folha de rosto de cada artigo, no alto da página, deverá aparecer o título e o nome do autor. No pé da página, instituição de graduação, titulação, disciplina lecionada, instituição na qual trabalha e correio eletrônico pessoal.
10. As normas a serem seguidas correspondem ao padrão da Universidade Federal do Paraná.
11. Os artigos deverão ser remetidos ao Conselho Editorial para a devida apreciação.

### **Revista das Faculdades Santa Cruz**

Núcleo de Iniciação Científica – NIC/Santa Cruz

Editor Chefe – Prof. Mestre José da Silveira Filho

C-eletrônico: [revista@santacruz.br](mailto:revista@santacruz.br)





